

MANTENEDORA

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR
DE MARINGÁ - CESUMAR**

MANTIDA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
DO PARANÁ - UNIPA**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (2023-2027)



AVISO LEGAL

Este documento pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber este documento, não deve usar, copiar ou divulgar as informações contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AC** - Atividades Complementares
- ATI** - Academia da Terceira Idade
- AVA** - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BI** - Business Intelligence
- BIOTEC** - Centro de Biotecnologia em Reprodução Animal
- BPM** - Business Process Management — Sistema de Gestão de Fluxos de Trabalho
- CAPEC** - Comitê Assessor de Pesquisa
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEJUSC CID** - Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Cidadania
- CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa
- CES** - Câmara de Educação Superior
- CEUA** - Comissão de Ética no Uso de Animais
- CGI** - Comitê Gestor de Informática
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONSEPE** - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CONSUP** - Conselho Superior
- CPA** - Comissão Própria de Avaliação
- CRM** - Customer Relationship Management- Sistema de Gestão do Relacionamento com o Aluno.
- CSTI** - Central de Serviços de Tecnologia da Informação
- DC** - DataCenter
- DML** - Depósito de Material de Limpeza
- DOU** - Diário Oficial da União
- DUA** - Design Universal de Aprendizagem
- EaD** - Educação a Distância
- ENADE** - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
- EPCC** - Encontro Internacional de Produção Científica ou Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica
- ERP** - Enterprise Resource Planning — Planejamento dos Recursos da Empresa.
- EsM** - Ensino sob Medida
- FIES** - Fundo de Financiamento Estudantil
- GPN** - Gestão de Performance do Negócio
- GRC** - Governança, Risco e Compliance
- IC** – Iniciação Científica
- ICETI** - Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Informação
- IDGM** - Índice dos Desafios da Gestão Municipal

IES - Instituição de Ensino Superior
IGCM - Índice de Gestão e Cumprimento de Metas
JiTT - Just-in-Time Teaching
MAPA - Material de Avaliação Prática de Aprendizagem
MBA - Master Business Administration
MEC - Ministério da Educação
NAEP - Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NEaD - Núcleo de Educação a Distância
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PADEP - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Profissional — Capacitação Docente e Técnica
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PMO - Project Management Office — Departamento de Gestão de Projetos
PNEE - Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
POP - Procedimento Operacional Padrão
PPCs - Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PROMUBE - Programa Municipal de Bolsas de Estudo
PROUNI - Programa Universidade para Todos
RDU - Repositório Digital UniCesumar
SBPL - Strategic Budget Plan — Gerenciamento do Planejamento (orçamento anual) de Despesas e Investimento da Instituição
Simulab - Laboratório de Simulação
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
T&D - Treinamento e Desenvolvimento
TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIR - Unidade de Inclusão e Recursos Acessíveis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	10
1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12
1.1. PERFIL INSTITUCIONAL	13
1.1.1. Identificação da Mantenedora.....	13
1.1.2. Identificação da Mantida.....	13
1.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MATURIDADE DA MANTIDA	13
1.3. INSERÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....	15
1.3.1. Oportunidade e Expansão no Cenários Educacional Nacional e Internacional.....	16
1.4. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS.....	17
1.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS INSTITUCIONAIS.....	21
1.6. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	25
1.7. EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL	27
1.8. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE	30
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	32
2.1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS.....	35
2.1.1. Referencial Ético-Político.....	36
2.1.2. Referencial Filosófico-Educacional.....	39
2.2. CONCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM, DE CURRÍCULO E DO PLANEJAMENTO.....	42
2.2.1. Educação Presencial.....	42
2.2.2. Educação a Distância	48
2.3. PERFIL DO EGRESSO	56
2.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E ACADÊMICAS	57
2.4.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação na modalidade presencial.....	57
2.4.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação na modalidade a distância.....	59
2.4.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu.....	61
2.4.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica.....	63
2.4.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.....	64
2.4.6. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Inovação Tecnológica.....	66
2.4.7. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para o desenvolvimento artístico e cultural.....	68
2.4.8. Políticas para a Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial	69
2.4.9. Políticas para a Organização e Gestão Institucional	71
2.4.10. Políticas para o Apoio, Qualificação e Reconhecimento do Corpo Docente.....	71
2.4.11. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente	74
2.4.12. Políticas para a Capacitação e Formação Continuada do Corpo Técnico-Administrativo	75
2.4.13. Políticas para a Capacitação e Formação Continuada do Corpo de Tutores Presenciais e a Distância.....	76
2.4.14. Políticas para o Atendimento aos Discentes	76
2.4.15. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação).....	78
2.4.16. Política institucional de acompanhamento dos egressos.....	79
2.4.17. Políticas para a Responsabilidade Social.....	81

2.4.18.	<i>Políticas para comunicação da IES com a comunidade: externa e interna</i>	83
2.4.19.	<i>Política institucional para internacionalização</i>	84
2.4.20.	<i>Políticas para a Sustentabilidade Financeira: relação com o desenvolvimento institucional e participação da comunidade interna</i>	85
2.4.21.	<i>Política para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	86
2.4.22.	<i>Política para a Avaliação Institucional</i>	87
2.4.23.	<i>Política de Desenvolvimento, Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo da Biblioteca</i>	88
2.5.	DIVULGAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	93
3.	PLANEJAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E OFERTA DE CURSOS	94
3.1.	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS	95
3.2.	PROJEÇÃO DE ABERTURA DE CAMPI FORA DE SEDE, POLOS EAD E OFERTA DE CURSOS	95
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	105
4.1.	OFERTA DE CURSOS NA MODALIDADE PRESENCIAL E A DISTÂNCIA E POLOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 107	
4.2.	FLEXIBILIDADE CURRICULAR	109
4.3.	FLEXIBILIZAÇÃO DA GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	112
4.4.	ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DIDÁTICAS	113
4.4.1.	<i>Autoestudo</i>	113
4.4.2.	<i>Aprendizagem Interativa e Colaborativa</i>	114
4.4.3.	<i>Presencialidade</i>	114
4.4.4.	<i>Descritivo das Atividades de Aprendizagem</i>	115
4.5.	ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS DIDÁTICOS DE APRENDIZAGEM	123
4.5.1.	<i>Estrutura e Métricas de Avaliação</i>	123
4.5.2.	<i>Estágio e Prática Profissional</i>	125
4.5.3.	<i>Atividades Complementares (ACs)</i>	126
4.6.	INOVAÇÃO E RECURSOS TECNOLÓGICOS EDUCACIONAIS	126
4.6.1.	<i>Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas</i>	126
4.6.2.	<i>Incorporação Crescente dos Avanços Tecnológicos ao Ensino de Graduação</i>	128
4.6.3.	<i>Estruturação da Curadoria e Inovação Educacional</i>	128
4.7.	CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	129
4.7.1.	<i>Material Didático</i>	130
5.	CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU	133
5.1.	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	134
5.2.	OFERTA DE PROGRAMAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	135
6.	GESTÃO DE PESSOAS	136
6.1.	PERFIL DO CORPO DOCENTE	137
6.2.	PERFIL DO CORPO DE TUTORES	141
6.3.	PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	142
7.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL	145
7.1.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	147
7.2.	ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE APOIO ACADÊMICO	147
7.2.1.	<i>Núcleo de Formação Docente – PERFORMAR</i>	147
7.2.2.	<i>Núcleo de Apoio Acadêmico</i>	148
7.2.3.	<i>Unidade de Inclusão e Recursos Acessíveis (UNIR)</i>	148
7.2.4.	<i>Portal Empregabilidade – “Plug”</i>	149
7.2.5.	<i>Programa Ampliar</i>	149
7.2.6.	<i>Experiência do Cliente</i>	149
7.2.7.	<i>Núcleo de Estágio remunerado</i>	152
7.2.8.	<i>UniCesumar Empresarial</i>	152
7.2.9.	<i>Relações Internacionais</i>	152
7.2.10.	<i>Atendimento aos Discentes</i>	152

7.2.11.	<i>Ouvidoria</i>	153
7.2.12.	<i>Organização Estudantil</i>	154
7.2.13.	<i>Acompanhamento de Egressos</i>	154
7.2.14.	<i>Apoio Financeiro: Programas Governamentais e Institucionais</i>	154
7.3.	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	155
7.3.1.	<i>Princípios para a Avaliação Institucional</i>	156
7.3.2.	<i>Autoavaliação institucional</i>	157
7.3.3.	<i>Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Divulgação</i>	158
8.	ACERVO ACADÊMICO	159
9.	INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	161
9.1.	DESCRITIVO DA INFRAESTRUTURA	162
9.1.1.	<i>Condições de Salubridade das Instalações Acadêmicas e Administrativas</i>	165
9.1.2.	<i>Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais</i>	166
9.1.3.	<i>Instalações Administrativas</i>	166
9.1.4.	<i>Salas de Aula</i>	166
9.1.5.	<i>Auditórios</i>	167
9.1.6.	<i>Sala de Professores</i>	168
9.1.7.	<i>Espaços para Atendimento aos Discentes</i>	169
9.1.8.	<i>Espaços de Convivência e Alimentação</i>	170
9.1.9.	<i>Infraestrutura Física e Tecnológica para a CPA</i>	170
9.1.10.	<i>Salas de Apoio para a Informática</i>	172
9.1.11.	<i>Instalações Sanitárias</i>	173
9.2.	LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS DE PRÁTICAS	173
9.3.	BIBLIOTECA	175
9.3.1.	<i>Estrutura Física da Biblioteca</i>	176
9.3.2.	<i>Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo</i>	176
9.3.3.	<i>Inovação nos Processos da Biblioteca</i>	177
10.	CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	178
10.1.	RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	179
10.2.	ESTUDOS PARA MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS	180
10.3.	QUADRO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	181
10.4.	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	182
11.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EAD	183
11.1.	INSERÇÃO GEOGRÁFICA DA EAD DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARANÁ	184
11.2.	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS DE EAD	184
4.1.	ESTRUTURA DE POLOS DE EAD	186
11.3.	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	187
11.3.1.	<i>Recursos de Tecnologia e Informação</i>	189
11.3.2.	<i>Infraestrutura de Execução e Suporte</i>	189
11.3.3.	<i>Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos</i>	190
11.4.	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	191
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS	195

APRESENTAÇÃO

O presente documento torna público o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário do Paraná e apresenta o planejamento da Instituição para o próximo quinquênio. O PDI 2023-2027 está organizado de acordo com os parâmetros normativos do Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, D.O.U. de 18/12/17, em especial seu Art. 21, o qual apresenta os tópicos que devem constar no PDI e que merecem atenção e avaliação do Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP) nos processos de avaliação da Instituição de Ensino Superior (IES).

Para a elaboração do PDI, a colaboração e o envolvimento dos setores institucionais, acadêmicos e administrativos, foram fundamentais de modo que o plano refletisse a participação e o compromisso de todos os níveis da organização. Alguns resultados podem e devem ser destacados, pois refletem a busca constante pela oferta de serviços de qualidade, tais como: ampliação da infraestrutura, revisão permanente dos projetos pedagógicos dos cursos, ampliação do financiamento estudantil interno, participação dos programas governamentais, criação de novos cursos de bacharelado, licenciatura e de tecnologia, cursos técnicos, cursos profissionalizantes e ampliação dos recursos tecnológicos e de multimídias disponíveis aos docentes e aos processos de ensino-aprendizagem.

O Centro Universitário do Paraná faz um exercício constante de pensar estrategicamente o seu futuro, definindo as metas que pretende atingir e facilitando o diálogo institucional com todos os segmentos da comunidade diretamente envolvidos. Para isso, a Instituição busca garantir a articulação das metas e propostas em torno dos objetivos institucionais, revisando e atualizando suas estratégias à medida que são redirecionadas aos objetivos institucionais.

A ênfase na elaboração de planos e estratégias tem início com a própria Instituição. O PDI 2023-2027 é fruto da análise do PDI anterior, dos resultados dos Relatórios de Autoavaliação Institucional, das reuniões periódicas de discussão acadêmica, administrativa e do Conselho Superior Universitário (CONSUNI), além das transformações que se percebem na sociedade local, regional, nacional e internacional. Nesse cenário, o documento materializa as metas definidas para o desenvolvimento institucional da Instituição na forma de planos de ação, cuja execução, sob a responsabilidade dos dirigentes e dos órgãos colegiados desta Instituição, será acompanhada e avaliada pela comunidade interna acadêmica e administrativa, e também pela sociedade externa.

A Construção do PDI não se encerra com a elaboração do Plano para o quinquênio vigente de 2023 a 2027, mas pressupõe um processo que envolve consulta e participação da comunidade acadêmica desta instituição. O sucesso do Plano depende da participação efetiva, do comprometimento e do esforço das pessoas que formam esta Instituição de Ensino Superior.

Tendo em vista a sua concepção como planejamento estratégico, entendemos que o presente PDI deve ser periodicamente revisto e reformulado conforme o avanço das necessidades educacionais, inserindo-se, a gestão da Instituição, em um processo dinâmico em consonância com as políticas públicas, a sociedade e a missão, visão e valores da Instituição.

Ana Lucia Cardoso Ribeiro
Reitora

INTRODUÇÃO

O **PDI** do Centro Universitário do Paraná, além de ser uma exigência da legislação do ensino superior, expressa as finalidades e as projeções da Instituição para o **quinquênio 2023-2027**. Desse modo, o presente plano visa:

- I. Estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- II. Estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da Instituição.
- III. Atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social e cultural.
- IV. Consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

A constituição do PDI foi ancorada na perspectiva de um planejamento participativo. A estrutura organizacional do documento foi desenhada por uma Comissão Central que foi responsável pela **Análise, Revisão e Discussão** do PDI. A constituição da comissão foi pensada de forma a envolver as macroáreas estratégicas da Instituição:

- Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Serviços Compartilhados;
- Educação Presencial;
- Educação a Distância;
- Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Financeiro;

A execução dos trabalhos e a elaboração do PDI foram desenvolvidas envolvendo subcomissões multidisciplinares responsáveis por respaldar, articular, analisar, fomentar e promover trabalhos que possibilitassem a reflexão e discussão de acordo com suas temáticas específicas. Foi papel das comissões elaborar as propostas dos objetivos estratégicos e das ações do PDI, com base na análise dos documentos, e encaminhar à comunidade universitária para que fosse discutido, sugerido e validado. Nesse processo, a participação da comunidade foi assegurada em momentos de discussão, reflexão e debate sobre a Instituição “*que temos*” e a Instituição “*que queremos*”. Coube ao Conselho Superior Universitário (CONSUNI) a aprovação do texto final do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição.

Dentre as ações desenvolvidas, foram desencadeados dois grandes conjuntos de atividades:

- I. Análise do PDI anterior quanto à visão retrospectiva e aos resultados alcançados. A análise foi embasada na Avaliação Interna (Autoavaliação) por meio do relatório trienal em conformidade com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 65/2014. Foi analisada no relatório a seção destinada ao desenvolvimento, em que são apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão de acordo com o PDI e a identidade da Instituição;

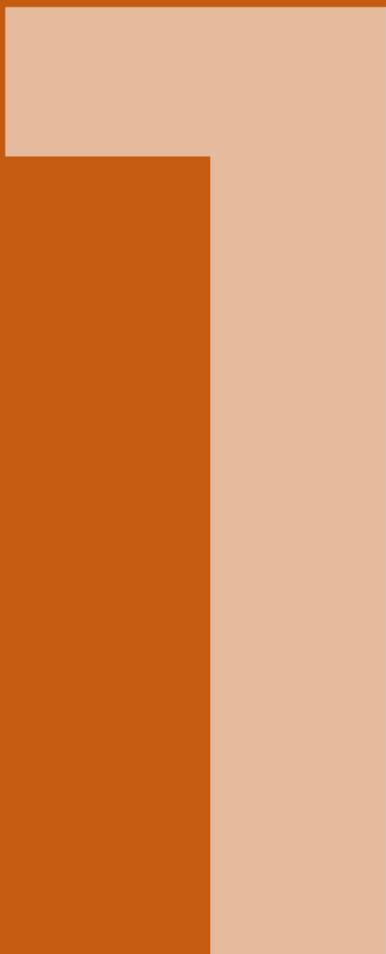
- II. Definição de estratégias e de seus respectivos objetivos e metas para o PDI 2023-2027 de cada setor, em todas as abordagens e perspectivas futuras. O diagnóstico institucional e as propostas devem constar no seu escopo.

O **PDI** foi elaborado em consonância com os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição e com sua organização didático-pedagógica. Nesse cenário, definiram-se as políticas institucionais e foi desenvolvida toda a base para o debate e, por conseguinte, a elaboração do PDI, que teve como referência os objetivos estratégicos, considerando as atividades de **ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social**. A Instituição compreende que suas políticas são de grande relevância para a realização de ações que contribuem para a comunidade onde está inserida e para a sociedade em geral, sobretudo, com o objetivo de cumprir a **MISSÃO** de *“Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”*.

O Plano de Gestão da Instituição, ao ser discutido pela comunidade e aprovado pelo CONSUNI, torna-se referência para que a Instituição consolide-se por meio de seus Planos de Gestão. Assim, ciente da dinâmica empreendida pela educação, o documento serve como norteador das ações acadêmicas e, ao mesmo tempo, fomenta a constante reflexão sobre os processos institucionais de forma a permitir os ajustes que porventura se tornem necessários. Importante destacar que as ações debatidas comporão o plano de ação do PDI.

Planejamento Estratégico

(Art. 21, Inciso I, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017)



1.1. Perfil Institucional

1.1.1. Identificação da Mantenedora

Mantenedora	Centro de Ensino Superior de Maringá – CESUMAR (Cód. 560)
CNPJ:	79.265.617/0001-99
Endereço:	Av. Guedner, 1.610, Jardim Aclimação, Maringá-PR — CEP. 87050-390
Telefone:	(44) 3027-6360
E-mail:	normas@unicesumar.edu.br

1.1.2. Identificação da Mantida

Mantida	Centro Universitário do Paraná (Cód. 14403)
Endereço:	R. Itajubá, 673 – Portão - Curitiba-PR - CEP: 81070-190.
Telefone:	(44) 3027-6360 – ramal 1109.
E-mail:	normas@unicesumar.edu.br

1.2. Histórico da Instituição, Desenvolvimento e Maturidade da Mantida

A mantenedora, **Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR** (Cód. 560), é pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos — Sociedade Civil, com CNPJ 79.265.617/0001-99, tem foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, com endereço na Av. Guedner, 1.610, bairro Jardim Aclimação, CEP 87050-390. O CESUMAR foi fundado em 7 de junho de 1986, tendo, à época, como diretor-presidente o Professor Cláudio Ferdinandi.

A atuação da Mantenedora em Educação Superior teve início no ano de 1989 com o credenciamento da primeira Faculdade (Decreto nº 98.471 de 5/12/1989). Em 2002, foi publicado o parecer favorável do Ministério da Educação para transformação em Centro Universitário, criando-se o Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, credenciado pela Portaria MEC nº 95 em 16/01/2002 e reconhecido pela Portaria MEC nº 727 em 25/08/2014. A Educação a Distância foi credenciada na Instituição em 2005 (Portaria nº 3.592 de 17/10/2005), tendo sido reconhecida em 2017 (Portaria nº 157, de 03 de fevereiro de 2017, publicada em 06 de fevereiro de 2017). A partir de 2011, a mantenedora deu início ao processo de expansão com a aprovação do curso de Medicina em 2011 pela UniCesumar. Ainda referente ao processo de expansão, a partir de 2015 novas faculdades foram credenciadas em 5 cidades do Paraná: Guarapuava, Londrina, Araçongas, Ponta Grossa e Curitiba. Em 2017 foi solicitado o credenciamento dos *Campus* fora de sede para seguintes cidades: Guarapuava, Londrina, Araçongas, Ponta Grossa e Curitiba e Foz do Iguaçu. Em 2018, a mantenedora conquistou por meio da chamada pública a implantação de um novo curso de Medicina em Corumbá (MS). Na EaD, a UniCesumar está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal com mais de 1300 polos autorizados pelo MEC, além de mais quatro países onde possui polos. Em 2020 o Centro Universitário de Maringá transformou-se na Universidade Cesumar (UNICESUMAR), credenciada pelo prazo de 10 (dez) anos, pela Portaria nº 367, de 27 de

março de 2020, publicada em 31 de março de 2020. No ano de 2021 os *Campi* fora de sede foram credenciados, com exceção de Foz do Iguaçu, que ainda aguarda publicação. A partir de meados de 2022, a mantenedora Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR, passa ter como sócia controladora a Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

O Centro Universitário do Paraná em Curitiba foi credenciado pela Portaria MEC nº. 574 em 13/05/2011 e publicada no Diário Oficial da União em 16/05/2011. O atualmente denominado Centro Universitário do Paraná surgiu por meio da aquisição da IES Faculdade Aprovação (anteriormente mantida pela Associação Educacional Aprovação) pelo Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA, conforme atesta a mudança de manutenção estabelecida pela Portaria Nº. 246 de 06/11/2012, (DOU de 07/11/2012), que também chancelou alteração na denominação. A Faculdade Cesumar passou pelo recredenciamento em 2017 (Portaria Nº 958 de 14/09/2018 – DOU de 17/09/2018) e em 2020 credenciou a oferta para os cursos na modalidade a distância (Portaria Nº 1.017 de 27/11/2020 – DOU de 30/11/2020). No ano de 2021 a Faculdade Cesumar teve a sua organização Acadêmica transformada para Centro Universitário (Portaria Nº 595 de 10/08/2022 – DOU de 11/08/2022) tendo a sua nova denominação de Centro Universitário do Paraná - UNIPA. A instituição dedicou os primeiros anos de sua instalação para a consolidação dos primeiros cursos de graduação implantados e para a ampliação das instalações físicas, principalmente àquelas destinadas a laboratórios, biblioteca, espaços acadêmicos diversos, instalações administrativas, de esporte e lazer e, ainda, espaços para atividades docentes e discentes.

A missão do Centro Universitário do Paraná, os objetivos, as metas e os valores institucionais são construídos sob os pilares do ensino, da pesquisa através da iniciação científica e da extensão universitária. A missão institucional, que consiste em *“Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”*, busca a integração dos três pilares com as demandas institucionais e sociais. Além disso, realiza uma prática acadêmica que contribui para o desenvolvimento da consciência social e política dos profissionais em formação e democratiza o conhecimento acadêmico por meio da articulação e integração com a sociedade por meio da divulgação científica e da extensão universitária.

O Centro Universitário do Paraná atua em 3 grandes áreas do conhecimento: **(i)** Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; **(ii)** Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e **(iii)** Ciências Biológicas e da Saúde. Conforme dados do Censo da Educação Superior/INEP/2021 o corpo docente da Instituição possui mais de 85% de docentes mestres e doutores, com mais de 55% de professores com regime de tempo integral e parcial, a Instituição tem se desenvolvido com o foco na visão institucional de *“ser reconhecida como uma Instituição Universitária de referência nacional pela qualidade de ensino nas modalidades presencial e a distância (EaD), na extensão universitária e na pesquisa”*.

Com o propósito de continuar com a sua missão, o Centro Universitário do Paraná tem investido na consolidação e ampliação dos projetos e programas de extensão universitária e também na iniciação científica e produção acadêmica na graduação e pós-graduação através do convênio firmado com o Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Na Instituição, o incentivo à iniciação científica ocorre por meio do cultivo da atitude de pesquisa e da teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazos, na concessão de bolsas ou auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal.

A experiência bem-sucedida desses mais de 30 anos de atuação da mantenedora no setor educacional tem servido de base para consolidar as ações institucionais do Centro Universitário do Paraná. Em consonância com sua missão, a Instituição tem por propósito oferecer uma formação de qualidade que tem como compromisso a transformação da sociedade em sua região de abrangência, nacional e internacional.

1.3. Inserção Regional, Nacional e Internacional

Em dados globais, a cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, está localizada ao Sul do Brasil tendo a leste o Oceano Atlântico, a oeste os países da Argentina e do Paraguai, ao norte o Estado de São Paulo e ao sul o Estado de Santa Catarina, estrategicamente localizada próxima dos grandes mercados consumidores do Brasil no MERCOSUL e no Porto de Paranaguá no litoral. A cidade tem uma área de 434.967 km² e uma população de 1.917.185 habitantes (2018).

Com 29 municípios que compõem sua região metropolitana, o município de Curitiba abriga aproximadamente 78,4 mil empresas, das quais 55,6 mil no setor de serviços, 17,2 mil no comércio e 5,6 mil na indústria. A região metropolitana de Curitiba está favoravelmente situada a uma distância máxima de 1.500 quilômetros das capitais dos países do MERCOSUL e das principais cidades brasileiras. A localização, aliada a excelência de sua infraestrutura em termos de transportes, oferta de energia elétrica e fóssil, telecomunicações, abastecimento de água, saneamento e estruturação urbana, tem motivado investimentos de sólidos grupos nacionais e internacionais fazendo da região um dos mais importantes polos industriais do Brasil colocando-se entre os que mais têm crescido nos últimos anos.

A cidade teve seu projeto de desenvolvimento econômico impulsionado em 1973 com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), projeto inédito que destinava uma área afastada para a instalação de novas indústrias e para o deslocamento das indústrias já existentes na cidade. Um novo grande salto aconteceu na década de 90 com a chegada de grandes montadoras de automóveis na região metropolitana de Curitiba (RMC).

Curitiba é uma cidade que se antecipa às demandas futuras através do planejamento urbano tendo o homem como centro. Desde 1970, este planejamento foi capaz de fazer da cidade um modelo de gestão urbana, de transporte coletivo e de meio ambiente. Essas políticas renderam à população de Curitiba uma qualidade de vida comprovada por indicadores que medem o desenvolvimento das cidades. O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) da capital é de 0,856; o Índice de Condição de Vida (ICV) de 0,808; e o Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida de 81,75%, todos considerados excelentes. No Brasil é considerada a melhor capital em qualidade de vida.

O município também tem notório destaque no quesito educação. Apresentou evidente evolução de sua nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o principal indicador da qualidade da educação no País. O IDEB das escolas municipais para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º) passou de 6,3 para 6,4 e superou em 3,2% a meta estabelecida pelo Ministério de Educação (MEC) para a cidade, que era de 6,2. No ensino superior, a cidade abriga a primeira Universidade Federal do país, a Universidade Federal do Paraná, fundada em 1912.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) próximo de 84 bilhões de reais, sendo o quinto maior do país, a região tem ligação ferroviária e rodoviária com portos e aeroportos, assim como dispõe de todos os serviços e atrações disponíveis em um grande centro.

O Estado do Paraná ocupa uma posição estratégica em relação ao Brasil e ao MERCOSUL, mercado de 200 milhões de consumidores e um PIB de um trilhão de dólares. Com uma população de mais de 9 milhões de habitantes, energia farta e acessível, investindo maciçamente em infraestrutura. Em 2016, o estado do Paraná registrou PIB per capita de R\$ 34.726, viabilizando-se como a melhor porta de entrada para negócios e investimentos industriais do MERCOSUL.

Curitiba está localizada estrategicamente em um ambiente propício para desenvolver grandes negócios. Fica a uma distância de 400 km de São Paulo, considerado o maior centro econômico do país. A localização também a coloca como porta de entrada privilegiada para os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Além disso, Curitiba agrega fatores importantes para todo investidor, é uma cidade que possui destacada política urbana, mobilidade, conectividade, infraestrutura e logística e disponibilidade de energia.

Entre as facilidades oferecidas estão backbones (supervias digitais), cobertura por satélites, estações rádio bases (ERBs), ADSL (internet com sistema de banda larga), e Wi-Fi (internet sem fio), além de rodovias, aeroportos e a proximidade com os portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, e de Itapoá, São Francisco do Sul e Itajaí, em Santa Catarina. A mão de obra qualificada formada pelas instituições de ensino superior na cidade também torna o município atrativo para novos investimentos.

Neste cenário, a cidade foi a primeira opção para a expansão da mantenedora Cesumar no estado do Paraná e vem se mostrando uma ótima escolha de acordo com os dados analisados e resultados obtidos.

1.3.1. Oportunidade e Expansão no Cenários Educacional Nacional e Internacional

Segundo o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, em que os déficits educativos e as desigualdades regionais são elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na Educação a distância, uma modalidade de ensino de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral.

Com o propósito de atender às demandas sociais na área da Educação, o Centro Universitário do Paraná, com vistas à concretização da sua missão e visão institucional, investe na crescente implantação de cursos tanto na modalidade da Educação a Distância (EaD) quanto na modalidade Presencial e expansão da infraestrutura da Instituição.

Alinhada com a sua visão institucional e planejamento estratégico, com vistas à expansão de suas atividades educacionais, a instituição embasou suas decisões estratégicas para a expansão sob o cenário dos indicadores a seguir:

- Avaliação sobre o posicionamento mercadológico ideal para uma Instituição de Ensino Superior na região, com identificação das oportunidades mercadológicas ainda não exploradas, ou pouco exploradas.
- Indicação do potencial de crescimento da região.
- Identificação de Instituições concorrentes.
- Avaliação do portfólio de cursos da Instituição.
- Identificação dos melhores produtos (cursos e modalidades de cursos).
- Avaliação da tendência de demanda de alunos para cada um dos cursos.
- Avaliação da precificação das mensalidades e salários praticados.
- Estatísticas e Market Share da educação privada nas cidades selecionadas.
- Indicações das melhores formas de comunicação com o mercado estudado.

1.4. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS

A Missão institucional do Centro Universitário do Paraná consiste em *“Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”*. Com essa Missão, a Instituição busca a integração do ensino, pesquisa e extensão com as demandas institucionais e sociais, a realização da prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política e a democratização do conhecimento acadêmico por meio da articulação e integração com a sociedade.

O Centro Universitário do Paraná tem como Visão institucional *“Ser reconhecida como uma Instituição universitária de referência regional e nacional”* pela:

- I. Qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. Aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. Consolidação da extensão universitária;
- IV. Qualidade da oferta do ensino de graduação e pós-graduação;
- V. Bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. Qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. Compromisso social de inclusão;
- VIII. Processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. Compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

Comprometida com a concretização da Missão e Visão institucional, a Instituição apresenta os seguintes objetivos:

- I. Desenvolver a Educação Superior formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a integrar os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade e a colaborar na sua formação contínua;
- II. Formar recursos humanos para o exercício da investigação artística, científica, humanística e tecnológica, assim como para o desempenho do magistério e das demais profissões;

- III. Promover a formação integral do ser humano, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito científico;
- IV. Incentivar o trabalho de pesquisa, notadamente como iniciação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, do conhecimento e da criação e difusão cultural;
- V. Promover a extensão, estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzida na instituição;
- VI. Promover a difusão de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação;
- VII. Estimular permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.
- VIII. Promover o estudo sistemático dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade e de parceria.
- IX. Cooperar para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade, do Estado e do País.

Os valores traduzem as crenças da Instituição que regem as relações sociais, transformando em realidade o pensamento estratégico; são dogmas duradouros e basilares da organização com relevância para todos os envolvidos. Toda organização que deseja implementar seu planejamento estratégico deve demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica. É preciso identificar, explicitar e divulgar os valores fundamentais da Instituição, bem como as crenças que norteiam o seu cotidiano. Na construção das bases da gestão estratégica, foram identificados 08 (oito) valores que personificam as crenças de todos os que trabalham e dão sustentação ao desenvolvimento da Instituição. Com isso, a Instituição espera gerar maior valor agregado à sociedade, além de cumprir sua Missão institucional e se aproximar de sua Visão de futuro. Dessa forma, os Valores e Pilares são:

Valores

- I. Respeito ao ser humano de forma integral;
- II. Excelência intelectual e profissional;
- III. Promoção do desenvolvimento emocional e espiritual;
- IV. Compromisso com o conhecimento, com a aprendizagem e com a transformação da sociedade;
- V. Ética, cidadania, integridade e transparência;
- VI. Inovação tecnológica permanente;
- VII. Desenvolvimento e valorização da cultura e da arte;
- VIII. Responsabilidade com o meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Pilares

- I. Intelectual;
- II. Profissional;
- III. Emocional;
- IV. Espiritual

PILARES INSTITUCIONAIS			
INTELLECTUAL	PROFISSIONAL	EMOCIONAL	ESPIRITUAL
CONHECIMENTO	FOCO NO ALUNO	PREPARADO PARA AS MUDANÇAS	PERSEVERANÇA
Conhecer profundamente a área de atuação, sendo referência de conhecimento e experiência. Buscar o aprendizado constante, mantendo o desejo por novas práticas e pela atualização dos acontecimentos	Reconhece o aluno como agente e foco da operação, garantindo a melhor experiência no processo de ensino e aprendizagem	Ter capacidade de se adaptar às mudanças, sendo resiliente e positivo diante delas	Capacidade de resistir, persistir e de se automotivar diante de situações desafiadoras
VISÃO SISTÊMICA	COMUNICAÇÃO	CONTROLE EMOCIONAL	CUIDADO DE SI E DO OUTRO
Conseguir olhar para o todo, manifestando cuidado e preocupação pela IES, bem como pelos seus resultados	Ter habilidade de se comunicar de maneira clara, assertiva e positiva, com seus pares, superiores e alunos	Ter habilidade de controlar suas emoções diante de situações de conflito, buscando a resolução de problemas de maneira sensível e empática.	Manifestar cuidado físico, emocional e espiritual, reconhecendo-se como agente de inspiração de seus alunos, colegas e liderados, mostrando-se preocupado consigo e com o outro
	GESTÃO	ENGAJAMENTO	ENTUSIASMO
	Ter capacidade de gerenciar, liderar e promover um ambiente harmônico e saudável, preocupando-se com o planejamento e a organização de suas atividades	Motivar-se a trabalhar com os princípios institucionais, demonstrando engajamento e pertencimento	Bom desempenho de suas atividades, com energia, manifestando felicidade e reconhecendo o propósito do seu trabalho e da organização
	RESULTADO		
	Ter responsabilidade e cuidado com o resultado do seu trabalho, reconhecendo o impacto sobre a organização		

MAPA ESTRATÉGICO

A construção do Mapa Estratégico sintetiza em uma visualização geral a missão, a visão, os valores, os pilares e os caminhos a serem seguidos pela Instituição para a implantação da gestão estratégica. O mapa identifica as perspectivas internas e externas da Instituição e os objetivos estratégicos e as ações os quais devem ser elaborados para o desenvolvimento dos programas e projetos institucionais. A execução dessas ações contribui efetivamente para o alcance dos resultados e cumprimento das metas, missão e visão institucional.

Para a construção do Mapa Estratégico, foram consideradas e analisadas as perspectivas externas (sociedade) e os processos internos diretamente relacionados à Excelência acadêmica, Eficiência na gestão, Gestão de Pessoas, Autoavaliação Institucional, Infraestrutura e Tecnologia da Informação e Orçamento.

Quadro demonstrativo das perspectivas e objetivos estratégicos

CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO	
PERSPECTIVAS EXTERNAS	
Sociedade	Objetivos estratégicos
A instituição busca cumprir sua missão, para tanto, é necessário identificar e compreender quais são as adversidades que ocasionalmente a impediriam de cumpri-la.	<ul style="list-style-type: none"> • formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região; • promover inclusão social e desenvolvimento sustentável; • capacitar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade; • promover contribuições inovadoras para o avanço científico e tecnológico em nível local, regional, nacional e internacional
PERSPECTIVAS INTERNAS	
Excelência Acadêmica	Objetivos estratégicos
A Instituição compreende que os resultados devem ser alcançados com excelência. É preciso, portanto, identificar as atividades-fim.	<ul style="list-style-type: none"> • promover a articulação e integração entre ensino, pesquisa e extensão; • fortalecer e ampliar atividades de pesquisa aplicada e inovação tecnológica; • promover e intensificar o uso de tecnologia nos processos educacionais; • fortalecer e acompanhar os Indicadores Acadêmicos - IGCM; • fomentar parcerias estratégicas com instituições regionais, nacionais e internacionais.
Eficiência na gestão	Objetivos estratégicos
A instituição prima por identificar quais ações devem ser adotadas para a consecução de seus objetivos. Assim, as atividades-meio não devem configurar-se como desafios.	<ul style="list-style-type: none"> • promover a governança, gestão de riscos e controles internos; • intensificar e aprimorar a comunicação interna e externa; • fortalecer a integração entre as áreas institucionais; • aperfeiçoar e informatizar os processos de trabalho;
Gestão de Pessoas	Objetivos estratégicos
Identificação dos desafios que a Instituição deverá superar para ter excelência em suas atividades internas, como devem ser desenvolvidas as pessoas, suas competências e atendidas suas necessidades.	<ul style="list-style-type: none"> • implantar a gestão por competência; • promover a capacitação e qualificação dos colaboradores; • proporcionar a melhoria contínua da promoção da segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores.
Autoavaliação Institucional	Objetivos estratégicos
Busca e sistematização de informações para que ocorra um processo analítico. Assim é possível esclarecer como ocorrem especificamente os procedimentos administrativos com o intuito de melhorá-los. É um procedimento periódico que conduz, por meio da análise, à renovação.	<ul style="list-style-type: none"> • intensificar o Projeto de Avaliação Institucional. • metavaliação, por meio de instrumentos como a autoavaliação, considerando-se o senso de autocrítica e autodesenvolvimento do aluno. • avaliar projetos e experiências relacionados à melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promovendo a visibilidade e a integração dessas ações.
Infraestrutura e Tecnologia da Informação	Objetivos estratégicos
Identificar os desafios de tecnologia para suportar as atividades prioritárias da Instituição.	<ul style="list-style-type: none"> • consolidar a expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes. • expandir e adequar a infraestrutura institucional.

CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO	
	<ul style="list-style-type: none"> • ampliar e adequar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação.
Orçamento	Objetivos estratégicos
Reúne os desafios alinhados à garantia financeira para que a organização cumpra adequadamente suas atividades.	<ul style="list-style-type: none"> • implementar o planejamento e gestão de orçamento participativo. • Garantir a aplicação de recursos financeiros e orçamentários à estratégia.

1.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS INSTITUCIONAIS

Diante de todo o caminho percorrido, a Instituição percebeu que não bastam os resultados já alcançados. É necessário motivar a todos, mobilizando esforços e estabelecendo novas metas que superem os resultados obtidos.

As metas estratégicas possuem o propósito de estabelecer e comunicar o nível esperado de desempenho da organização. A mobilização de seus diversos setores com foco em resultados tangíveis e mensuráveis possibilita aos colaboradores a percepção de sua contribuição à estratégia geral da Instituição. Ao propor metas factíveis, as atenções podem ser concentradas nas melhorias. As metas são desenvolvidas a partir de uma linha de base existente, de um histórico com informações de desempenho dos anos anteriores.

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela Instituição para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Constituem o elo entre as diretrizes da Instituição e seu referencial estratégico. Traduzem, ainda, os desafios a serem enfrentados nos próximos anos, consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas.

Os objetivos estratégicos são as metas globais e amplas da Instituição e estão diretamente relacionados à missão Institucional. Ou seja, a cada objetivo estratégico alcançado, a Instituição deve caminhar para mais perto de alcançar sua visão. Diante do exposto, os objetivos e metas apresentados são resultantes dos planos de ações dos gestores e órgãos colegiados institucionais. Pretendem-se, por meio dos objetivos estratégicos, ações de melhoria nas seguintes dimensões:

1. Gestão Acadêmica e Administrativa;
2. Gestão e Organização Pedagógica;
3. Planejamento e Expansão Física;
4. Aspectos Financeiros e Orçamentários.

LEGENDA	
Excelência Acadêmica	
Eficiência na gestão	
Gestão de Pessoas	
Autoavaliação Institucional	
Infraestrutura e Tecnologia da Informação	
Orçamento	
Sociedade	

Definição dos objetivos da gestão institucional e planejamento das metas para o quinquênio 2023-2027

GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

1. Ampliação do Programa de Gestão da Qualidade – Eficiência na Gestão e Gestão de Pessoas					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Promover a governança, gestão de riscos e controles internos					
Intensificar e aprimorar a comunicação interna e externa					
Fortalecer a integração entre as áreas institucionais					
Aperfeiçoar e informatizar os processos de trabalho					
Implantar a gestão por competência					
Promover a capacitação e qualificação dos Colaboradores					
Proporcionar a melhoria contínua da promoção da segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores					
Intensificar o Programa de qualidade acadêmica por meio de indicadores institucionais.					
Intensificar Projeto de Avaliação Institucional					

2 - Intensificar o programa de relacionamento com a comunidade externa					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Intensificar e aprimorar a comunicação interna e externa					
Intensificar parcerias e convênios com instituições e organizações					

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

1. Ampliar Projetos de desenvolvimento de Excelência Acadêmica para o mundo do trabalho e melhoria da qualidade de vida da sociedade.					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região					
Capacitar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade					
promover contribuições inovadoras para o avanço científico e tecnológico em nível local, regional, nacional e internacional					
Intensificação da participação discente em projetos de ensino, pesquisa extensão					
Ampliação da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu em sintonia com os cursos de graduação com demandas da sociedade					
fortalecer e acompanhar os Indicadores Acadêmicos - IGCM					
intensificar o Projeto de Avaliação Institucional					
metavaliação, por meio de instrumentos como a autoavaliação, considerando-se o senso de autocrítica e autodesenvolvimento do aluno					
avaliar projetos e experiências relacionados à melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promovendo a visibilidade e a integração dessas ações					
Ampliação das relações de parcerias com a comunidade vinculando ações à função social da Instituição adequando-as à capacidade institucional					
Desenvolvimento de ações comunitárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas					
Oferta de projetos de desenvolvimento sustentável que possam incentivar o empreendedorismo e o agronegócio visando a mudanças nas áreas educacional, de saúde, habitacional e de cidadania dos municípios da região					

promover inclusão social e desenvolvimento sustentável					
Estruturar e ampliar o número de convênios com Ambientes Profissionais, acrescentando oportunidades de aprendizagem por imersão no mercado de trabalho da área de formação					

2 - Intensificar o programa de relacionamento com a comunidade externa

Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Criar novos cursos de graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo) nas modalidades Presencial e de EaD					
Manter uma constante ampliação da experiência de aprendizagem suportada por TICs nas disciplinas ofertadas nos 40% EaD dos cursos presenciais					
Manter uma constante ampliação da experiência de aprendizagem suportada por TICs e infraestrutura tecnologia					
Criar novos cursos de pós-graduação Lato Sensu nas modalidades Presencial e de EaD					
promover e intensificar o uso de tecnologia nos processos educacionais					
promover a articulação e integração entre ensino, pesquisa e extensão					
fortalecer e ampliar atividades de pesquisa aplicada e inovação tecnológica					
fomentar parcerias estratégicas com instituições regionais, nacionais e internacionais					

3. Ampliação e implantação de polos de apoio presencial para cursos EAD

Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Realização de estudos técnicos para ampliação e implantação de polos de apoio presencial ao ensino na modalidade EAD					
Avaliar permanente e expansão dos Polos, com o intuito de identificar e atender as áreas periféricas no meio urbano e rural que gozam de pouco ou nenhum acesso à educação					
Ampliar o incremento de recursos didático-pedagógicos virtuais e físicos para garantia da vivência universitária e experiência de aprendizagem					

4. Promover, por meio de programas de análise de mercado, captação de recursos, articulação e integração com setores produtivos

Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Ampliar a área de pesquisa de mercado para subsidiar a oferta de novos cursos					
Oferta de tecnologias, informações e produtos para setores produtivos					
Incentivo e reforço da cadeia produtiva com logística impulsionada por parcerias interinstitucionais, privadas e governamentais, desenvolvendo redes de intercâmbio com outros estados					
Intensificar o setor de assistência jurídica, administrativa e logística para desenvolvimento e aprimoramento de micro e pequenas empresas, por meio de parcerias com setor público e privado (UniCesumar Empresarial).					

5. Intensificar o Programa de ampliação e qualificação para Docentes e Tutores no Ensino Presencial e EaD

Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027

Aumento paulatino do corpo docente, tutorial e técnico-administrativo, de acordo com o crescimento da oferta de cursos, em consonância com o número de alunos					
Avaliação continuada do desempenho do corpo docente, tutorial, técnico-administrativo e discente: limitações, causas e propostas para conter a evasão dos cursos					
Ampliar programas de formação continuada e permanente do quadro docente, tutorial e técnico-administrativo, visando tanto seu aperfeiçoamento profissional particular, quanto a construção colaborativa do processo de ensino, aprendizagem e avaliação					
Ampliação do Programa de Valorização Docente					

6. Promover análise e avaliação dos cursos de graduação tendo como parâmetro os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Avaliação dos Projetos Pedagógicos, segundo as alterações das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos					
Reconhecimento e renovação dos reconhecimentos dos cursos de graduação pela satisfação das comunidades interna e externa e pelos padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.					
Aprimoramento da autoavaliação, objetivando que seja permanente e continuada, formada não só pelo levantamento de indicadores previstos nos órgãos reguladores da avaliação institucional, mas: (i) inicialmente e de forma prévia ao ingresso de discentes nos diferentes cursos, ofertados nos percursos formativos; (ii) de forma periódica junto aos coordenadores, professores, tutores e discentes; (iii) da gestão educacional buscando melhorar o atendimento e apoio a toda a rede de Polos de Apoio Presencial de EaD.					

PLANEJAMENTO E EXPANSÃO FÍSICA E TECNOLÓGICA

1. Ampliação do Programa de Gestão da Qualidade – Eficiência na Gestão e Gestão de Pessoas					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Ampliação da infraestrutura física e técnica para que forneça o suporte necessário ao crescimento e ao desenvolvimento dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela Instituição					
Ampliar e adequar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação					
Otimizar do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no processo educativo, bem como a criação ou inserção de novos meios e interfaces entre sistemas comunicativos e tecnologias educacionais, que fomentem o aproveitamento dos estudantes					
Desenvolvimento de Programa de Manutenção Preventiva e otimização da segurança interna e externa, por meio de tecnologias					
Ampliação de Tecnologias e infraestrutura para produção de objetos de aprendizagem audiovisuais					
Ampliação do acervo e tecnologias on-line das bibliotecas de modo a adequá-lo às necessidades dos cursos oferecidos, contemplando aquisição de títulos e quantidade necessária de exemplares					
Consolidar a expansão da graduação, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes.					
Expandir e adequar a infraestrutura institucional.					

2. Ampliar os programas de conscientização do uso racional de espaços, equipamentos, energia, água, telefone e TIC					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Conscientização dos usuários e colaboradores quanto ao uso racional dos espaços equipamentos da instituição por meio de campanhas publicitárias institucionais e comunicação interna.					

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

1. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Implementar o planejamento e gestão de orçamento participativo					
Desenvolver o orçamento de programa anual com base no planejamento estratégico institucional					
Garantir a aplicação de recursos financeiros e orçamentários à estratégia institucional.					
Aprimorar a Execução Orçamentária e Financeira					
Capacitar os gestores envolvidos na execução da política orçamentária					

2. Desenvolver fontes alternativas de faturamento					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Ampliação de parcerias existentes, para a captação de recursos por meio de projetos e convênios, integrando as áreas institucionais					
Desenvolver serviços educacionais alternativos ao ensino, pesquisa e extensão aproveitando a estrutura existente					

3. Primar pela sustentabilidade financeira institucional					
Objetivos/Metas	2023	2024	2025	2026	2027
Aprimorar políticas de incentivo à permanência dos alunos					
Aprimorar políticas de controle e cobrança sobre os serviços educacionais					
Desenvolver programa de acompanhamento de resultados financeiros com base em indicadores de gestão					
Aprimorar auditoria externa com empresas de porte internacional					

1.6. Indicadores de Desempenho

Ao longo do desenvolvimento da Instituição, foram implantados alguns programas de gestão que estão impactando no desenvolvimento e aprimoramento da gestão institucional e que promoveram mudanças inovadoras na socialização das decisões de gestão.

No **contexto da gestão**, a Instituição busca uma gestão de excelência, para tanto implantou o uso de ferramentas B.I. e de automação de processos com o objetivo de implantar e padronizar a execução e monitoramento de indicadores administrativos e acadêmicos na gestão da Instituição. Dentre as ações do projeto, foram implantadas nos departamentos administrativos e acadêmicos:

- Calendário de gestão que orienta demandas e prazos, organiza o fluxo de atividades e a interface entre as áreas
- O registro e organização de pautas com alinhamento e discussão de resultados com registro das deliberações em atas de reunião;
- Desenvolvimento do planejamento da IES e os objetivos estratégico em cada setor;
- Estabelecimento de indicadores e metas;
- Análise da causa raiz e desenvolvimento do plano de ação;
- Diretrizes para a melhoria contínua;
- Monitoramento dos indicadores de gestão.

Todos os indicadores, o calendário de reuniões, as atas, os planos de ação e os relatórios mensais de gestão são socializados e disponibilizados para acesso a todos os gestores acadêmicos e administrativos e demais colaboradores relacionados.

A Instituição também implantou o departamento de Projetos e Processos que gerencia os projetos institucionais, mapeia os fluxos dos processos acadêmicos e administrativos e normatiza os procedimentos operacionais padrão (POP), e a GRC (Governança, Risco e Compliance) que monitora e faz a prevenção do cumprimento das políticas, diretrizes e normas regulamentares e legais internas e externas à instituição.

Para a atuação e alinhamento em pautas colaborativas entre as áreas, a consolidação do atendimento qualitativo ao estudante, os esforços na melhoria continuada nos processos de gestão, ganham a proporção do desenvolvimento institucional estabelecidos no planejamento institucional e no contexto nacional. O estudante ocupa o lugar de destaque, por isso o relacionamento com o estudante também está pautado no uso de inteligência de dados, capazes de mobilizar ações garantidoras do engajamento, permanência e sucesso acadêmico.

Mapeamento dos indicadores para a Gestão Acadêmica e Administrativa

INDICADORES DE DESEMPENHO E MONITORAMENTO			
Área	Sub-Áreas	Indicadores Macro	Indicadores Analíticos
PORTAL ADMINISTRATIVO (Modelo de Excelência em Gestão da UniCesumar)			
Administrativo	9	90	140
Compras	5	13	11
GPN (Gestão de Performance do Negócio)	4	11	16
GRC (Governança, Riscos e Compliance)	3	9	6
Financeiro	6	13	35
Marketing	13	52	148
Planejamento e Desenvolvimento Institucional	6	26	26

Procuradoria Jurídica	4	13	12
PMO (<i>Project Management Office</i>)	3	20	28
Recursos Humanos	3	27	32
Serviços Acadêmicos	9	43	104
Tecnologia da Informação	4	25	58
FERRAMENTA DE BI (Business Intelligence) - EaD			
Comercial	1	4	19
Comunicação	2	3	10
Design Educacional	2	2	11
GEC (Gestão Estratégica Corporativa)	4	17	53
Gestão e Qualidade	4	13	59
Graduação e Pós-graduação	5	5	47
Multicanal	4	17	82
Permanência	4	10	74
Polos	1	7	48
Universo EAD	1	1	25

1.7. Evolução Institucional

As avaliações institucionais internas (autoavaliação) e externas estão inseridas no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior. A Avaliação Institucional do Centro Universitário do Paraná vem acompanhando o desenvolvimento e o crescimento da Instituição e reavalia permanentemente suas práticas de forma crítica, sistemática e comprometida. Isso equivale a refletir sobre o seu papel na sociedade como disseminadora e promotora do saber, capaz de compreender e modificar a realidade.

Com essa preocupação, a Instituição estabelece uma política para a avaliação embasada nas seguintes diretrizes:

- Autoconhecimento da Instituição, por meio do resultado de suas ações, permitindo adequá-las às demandas sociais e à missão institucional.
- Participação da Instituição na comunidade.
- Profissionalização da gestão pedagógica e administrativa.

O Centro Universitário do Paraná tem empreendido esforços para manter a coerência entre os resultados das avaliações institucionais com as políticas e investimentos em ações implantadas ao longo de seus ciclos de autoavaliação institucional. Os dados referentes às avaliações externas são

objetos de discussões, estudos, análises e ponderações sobre potencialidades, fragilidades e sugestões de melhorias por parte de todos os atores da comunidade acadêmica. De forma partilhada são realizadas reuniões com colegiados, NDEs, coordenadores, discentes, gestores e direção em que esses dados são discutidos e analisados para serem formuladas providências, definidas estratégias que visam aprimorar a eficiência operacional e garantir a qualidade do ensino na Instituição, estabelecendo as ações necessárias para cumprir sua missão e possibilitar o alcance de sua visão, aproveitando as suas potencialidades e eliminando as fragilidades, garantindo o aproveitamento das oportunidades e saneamento das ameaças.

Avaliações Institucionais - CI e IGC

Ao longo de sua história, o Centro Universitário do Paraná passou por cinco processos de avaliação institucional obtendo nas avaliações in loco de credenciamento e credenciamento conceitos de excelência, notas 4 e 5 na escala de 1 a 5. O Conceito Institucional (CI) atual das modalidades presencial e EaD é conceito máximo, 5. Nas avaliações de Credenciamento e Recredenciamento a instituição é avaliada com relação aos cinco eixos do instrumento de avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira): Eixo 1- Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 – Políticas Acadêmicas; Eixo 4 – Políticas de Gestão; e Eixo 5 – Infraestrutura. Com relação ao conceito do IGC, a instituição obteve seu primeiro resultado no ano de 2018 com base no desempenho dos estudantes dos cursos avaliados no ENADE de 2018 (Gastronomia, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais) e vem conquistando o conceito 4 nos 3 anos consecutivos (2018-2019-2021).

Histórico e projeção das avaliações institucionais.

Avaliações Externas	Ano da Avaliação	Resultado da Avaliação	Situação dos Processos
Credenciamento	2010	4	Portaria nº 574 (DOU 16/05/11)
Recredenciamento	2017	4	Portaria nº 958 (DOU 17/09/18)
Credenciamento da EaD	2019	5	Portaria nº 1.017 (DOU 30/11/20)
Índice Geral de Cursos (IGC)	2021	4	Portal INEP
Credenciamento Centro Universitário	2021	5	Portaria nº 595 (DOU 11/08/22)

Fonte: Portal e-MEC; Portal INEP; Diário Oficial da União (DOU).

Analisando os resultados das avaliações institucionais externas e os objetivos e metas do PDI demonstra que o Centro Universitário do Paraná vem desenvolvendo as ações planejadas e está em consonância com o seu perfil institucional. Com relação à Gestão e Organização Pedagógica, o Centro Universitário do Paraná prevê ao longo do próximo quinquênio do PDI a “Implantação e ampliação de polos de apoio para cursos de EaD” e o “Incremento de recursos didático-pedagógicos virtuais e físicos para garantia da vivência universitária e experiência de aprendizagem”. Sob esse aspecto, pelo resultado da avaliação externa de Credenciamento da EaD recebida em 2019 com conceito máximo na avaliação evidencia o bom preparo e planejamento da instituição para a oferta da educação na modalidade a Distância. Sob os demais aspectos avaliados nos eixos de avaliação do recredenciamento, a instituição também se mostra preparada desenvolvendo as ações que

visem alcançar os objetivos e metas de qualidade previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional credenciando o Centro Universitário do Paraná com conceito máximo, conceito 5.

Avaliações de Curso – CC, IDD, ENADE e CPC

Com relação ao portfólio de cursos do Centro Universitário do Paraná, dentre os cursos em funcionamento todos os cursos reconhecidos do Centro Universitário do Paraná conquistaram conceitos de excelência nas avaliações in loco com notas 4 e 5.

Avaliações de Autorização e Reconhecimento de Curso.

Avaliações Externas	Ano	Conceito Curso	Vagas Ofertadas
Administração	2018	4	100
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2018	4	150
Arquitetura e Urbanismo	2022	4	100
Ciências Biológicas (L)	2022	4	_*
Ciências Biológicas (B)	2022	4	180
Ciências Contábeis	2018	5	150
Design de Interiores	2019	5	100
Educação Física (B)	2022	4	150
Enfermagem	2022	5	200
Engenharia Civil	2019	5	150
Engenharia Elétrica	2023	4	_*
Engenharia Mecânica	2022	4	150
Farmácia	2022	5	200
Fisioterapia	2022	4	120
Gastronomia	2017	4	150
Gestão Comercial	2017	4	150
Gestão de Recursos Humanos	2017	4	150
Marketing	2022	4	200
Medicina Veterinária	2022	4	100
Nutrição	2022	4	_*
Odontologia	2022	5	_*
Pedagogia	2022	4	200
Processos Gerenciais	2017	5	150
Publicidade e Propaganda	2023	4	_*

*Aguardando publicação da Portaria no DOU.

Fonte: Portal e-MEC; Diário Oficial da União (DOU).

Na avaliação do ENADE, os quatro cursos avaliados em 2018 receberam conceito 4, na escala de 1 a 5, indicando boa qualidade dos cursos na preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Os demais cursos tiveram os seus reconhecimentos recentes e a Instituição está aguardando a avaliação no ciclo do ENADE.

Avaliação dos cursos no ENADE.

Curso	Grau	Modalidade	Ano Referência	ENADE	IDD	CPC
Gastronomia	Tecnológico	Presencial	2018	4	4	4
Gestão Comercial	Tecnológico	Presencial	2018	4	3	3
Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Presencial	2018	4	3	4
Processos Gerenciais	Tecnológico	Presencial	2018	4	4	4

Fonte: Portal e-MEC.

Analisando os resultados das avaliações de curso externas e os objetivos e metas do PDI demonstra que o Centro Universitário do Paraná vem desenvolvendo as ações planejadas e está em consonância com o seu perfil institucional. Com relação à Gestão e Organização Pedagógica, o Centro Universitário do Paraná prevê ao longo do próximo quinquênio do PDI “Promover análise e avaliação dos cursos de graduação tendo como parâmetro os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação” e “Capacitar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade”. Sob esses aspectos, pelos resultados das avaliações externas de Reconhecimento dos cursos com conceito de excelência (notas 4 e 5) evidencia o bom preparo e planejamento da instituição para a oferta dos cursos de graduação e preparação profissional dos alunos. No processo de reconhecimento dos cursos de graduação são avaliadas as dimensões Organização Didático-pedagógicas, Corpo Docente e Tutorial e a Infraestrutura dos Cursos. Na avaliação do ENADE o aluno é avaliado os conhecimentos adquiridos no curso de graduação. Os bons resultados obtidos nos dois cenários de avaliação é fruto de ações desenvolvidas pelo Centro Universitário do Paraná com análise contínua dos pontos fortes e de melhorias para desenvolvimento de planos de gestão e preparo dos alunos para o mercado de trabalho objetivando a melhoria contínua dos cursos da Instituição.

1.8. Governança, Gestão de Riscos e Compliance

Governança é a forma como as decisões são tomadas em uma organização. Envolve assuntos como Políticas, Procedimentos, Delegação, Responsabilização e Transparência nos processos.

A Gestão de Riscos é o conjunto de atividades que identifica, mede, monitora e procura se antecipar a efeitos negativos de eventos que possam impedir a organização de atingir seus objetivos definidos no Planejamento Estratégico.

Compliance é o conjunto de mecanismos e ferramentas para garantir que a organização esteja adequada à legislação, regulamentos, normas externas e internas, sejam obrigatórias ou recomendáveis.

O Objetivo da GRC é colaborar com o aprimoramento da governança e da gestão organizacional, com independência, assegurando a entrega de informações úteis e relevantes para a tomada de decisão, o aprimoramento dos processos e políticas institucionais e o estabelecimento de mecanismos de identificação e resposta a fraudes e mitigação de riscos.

Implementação do Modelo de Governança, Riscos e Compliance (GRC)

PROGRAMA DE INTEGRIDADE			
Riscos e Compliance		GRC - TI	Auditoria Interna
Controles Internos	Riscos e Compliance		
<ul style="list-style-type: none"> Foco em processos e riscos operacionais e no ambiente interno; Gestão da matriz de riscos operacionais; Gestão da matriz de riscos operacionais; Mapeamento e desenho de processos; Construção e implementação de melhorias de processos; Treinamento e conscientização das áreas de negócio; Atuação com gestores de negócios; 	<ul style="list-style-type: none"> Foco estratégico e no ambiente externo; Gestão do programa de integridade: <ul style="list-style-type: none"> Código de conduta e ética; Políticas; Treinamentos; Canal de denúncia. Gestão da matriz de riscos executivos; Gestão dos indicadores de riscos; Atuação com executivos da organização; Ouvidoria. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de auditoria e monitoramento contínuo; Gestão de iniciativas relacionadas a eficiência de ações de GRC; Integração e análise de informações internas, externas; Construção de indicadores de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantidor da eficácia dos controles internos, riscos e compliance; Validar a eficácia do programa de integridade; Atuação independente (relatório funcional à diretoria); Auditoria baseada em riscos; Auditorias especiais; Monitoramento da implementação das correções e melhorias.



Projeto Pedagógico Institucional

(Art. 21, Inciso I, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017)



O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico referencial para as práticas acadêmicas da Instituição. Sua história, inserção regional, compromisso com as comunidades do entorno de seu campus e polos de apoio presenciais, sua vocação, missão e visão alicerçam a coerência necessária para que a Instituição continue no caminho da qualidade, inovação e crescimento. Assim, o PPI é resultado de um processo histórico de construção, que sintetiza as discussões e práticas realizadas pela comunidade acadêmica, constituindo-se num produto construído coletivamente, que sistematiza e consolida teorias, reflexões e práticas presentes no dia a dia da Instituição.

A elaboração do presente Projeto superou os desafios próprios do exercício da participação e do compartilhamento, num trabalho efetivamente cooperativo, pois se apresenta como um produto de confronto e negociação provenientes do pluralismo de ideias dos diferentes atores institucionais envolvidos (gestores, coordenadores, docentes, tutores, discentes e técnico-administrativos – cada qual em seu âmbito). Se, por um lado, a diversidade de saberes e práticas, própria da heterogeneidade da formação dos profissionais da Instituição, refletiu-se em diferentes propostas em torno do fenômeno educativo, também ampliou e enriqueceu os debates e instigou o estudo, contribuindo decisivamente para a qualificação teórica de todo o conjunto dos princípios acadêmicos.

Do ponto de vista do conhecimento e do saber, a Instituição procurou refletir e incorporar as tecnologias, metodologias e princípios pertinentes. Quanto ao compromisso de desenvolvimento do entorno das comunidades em que atua, buscou-se dimensionar a contribuição da IES para as necessidades de um mercado ativo, que carece de profissionais qualificados, dinâmicos, empreendedores e com competências resolutivas. Compromisso que é reflexo de uma necessária educação no contexto das tecnologias inovadoras, das novas competências, das profissões que deixam de existir e de outras que vão se revelando. Contudo, foi consenso não perder de vista o perfil de “homem-profissional-cidadão” que se pretende formar a partir das dimensões interdependentes da Informação/Conhecimento/Saber e Homem/Sociedade/Cultura.

Dessa forma, os contextos considerados fundamentam a referência conceitual e metodológica da missão institucional, na medida em que se estabelecem os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e se apresentam políticas institucionais compostas por um conjunto de estratégias necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação e da Instituição, o que aponta para o seu constante redimensionamento na perspectiva de sintonizar-se com os avanços científicos e tecnológicos e com o atendimento das demandas sociais. É, pois, a declaração de uma identidade institucional, a explicitação de uma linha filosófico-pedagógica que fundamenta todos os cursos, programas e projetos da Instituição na direção de afirmar o princípio do funcionamento orgânico da Instituição, no sentido de corpo único, integrado e em interação dialógica, e de favorecer a conquista de uma excelência reconhecida pela comunidade interna e externa.

O PPI constitui um documento de grande relevância para a Instituição, mediante o qual explicita seu posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano. Busca, dessa maneira, assegurar o cumprimento de suas políticas e ações. O projeto é um instrumento de ação política e pedagógica, que garante *“uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal”* (VEIGA, 2005, p. 16).

Resultado de uma construção coletiva do corpo social da Instituição, o PPI conjuga-se com o PDI, considerando-se que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles. Ambos devem constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo e transparente, em constante interconexão com o contexto da Instituição. O PDI, em consonância com o PPI e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs, deve demonstrar como a IES pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e desenvolvimento das ações propostas.

Em sua fundamentação, o PPI expressa uma visão do mundo contemporâneo e do papel do Ensino Superior nesse contexto. Ao mesmo tempo, explicita de modo abrangente o papel da Instituição de Ensino Superior e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional na busca da articulação entre o real e o desejável.

É uma projeção de valores, qualidade nos processos educativos e inovação constante; reflexo do crescimento e amadurecimento da Instituição, materializando-se no seu fazer específico, cuja natureza consiste em desenvolver pessoas capazes de construir conhecimento. Essa projeção de valores deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período determinado.

Na construção do presente documento, tem-se como pressuposto que um projeto pedagógico é parte indissociável dos projetos sociais e culturais que o compõem. Entre suas características básicas estão:

- I. Construir uma identidade pedagógica;
- II. Entender o “ser humano” como foco de sua concepção;
- III. Orientar-se por um referencial metodológico comum;
- IV. Comprometer-se com os contextos social, econômico e cultural, nos quais se desenvolve o processo educacional;
- V. Pautar-se por políticas institucionais que permitam uma visão sistêmica.

A Instituição trabalha no sentido de contribuir para a preparação de profissionais para o mercado de trabalho, auxiliando, dessa forma, no processo de inclusão social de seus egressos e para o desenvolvimento regional, no qual alicerça a sua missão institucional. A Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Esse projeto visa construir elementos de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e de melhoria dos cursos oferecidos pela Instituição. Vale ressaltar que esse projeto enseja, também, a plena articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando os aspectos complementares entre cada uma dessas dimensões na formação acadêmica, ética e profissional.

Assim, o PPI foi construído no contexto de uma realidade complexa, e sua estruturação foi embasada nas características das inter-relações existentes na Instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no contexto social no qual está inserida. Por outro lado, deve-se respeitar e cumprir os princípios metodológicos articulados pela Instituição, no sentido de contribuir para melhorar e qualificar o processo ensino-aprendizagem.

2.1. Princípios Filosóficos

O Centro Universitário do Paraná, enquanto Instituição de Ensino Superior, compreende que as ações e fazeres de seu cotidiano precisam ter referências filosóficas balizadoras para suas práticas políticas, pedagógicas e sociais. Para tanto, acredita no desenvolvimento integral do ser humano e, por isso, estrutura suas ações em premissas alicerçadas em quatro pilares de formação: intelectual, profissional, emocional e espiritual.

INTELLECTUAL: o conhecimento é a base de tudo. Para Sócrates e Platão, o desenvolvimento intelectual está na atividade e capacidade de pensar e assim superar a visão superficial e mítica da realidade. Raciocinar e compreender são faculdades do intelecto fundamentais para todas as áreas do conhecimento. Saber problematizar, analisar, significar, experimentar, conceituar, fundamentar, argumentar, interpretar, criar e agir são competências fundamentais para o desenvolvimento intelectual e de um pensar de ordem superior.

PROFISSIONAL: a dedicação diária aos estudos, a concentração, a disciplina e o desenvolvimento do hábito de estudo edificam e formam um bom profissional. A formação acadêmica deve estar imersa de vivência profissional, permitindo uma aprendizagem significativa e colaborativa. Formar profissionais dinâmicos e adaptados ao novo é um princípio político pedagógico que responsabiliza a Instituição com uma verdadeira formação profissional do que se elege como perfil do egresso.

EMOCIONAL: o clima de aprendizagem positivo e a motivação ao aprendizado contribuem para a formação emocional. Considerar o desenvolvimento das competências socioemocionais é fundamento para uma educação humana. Saber gerir as emoções, ter empatia, ser altruísta, demonstrar alteridade, tomar decisões de forma responsável, viver o objetivo de um mundo solidário são algumas das habilidades estruturantes de um ser humano com competências socioemocionais desenvolvidas.

ESPIRITUAL: viver os valores éticos e morais, princípios de acolhimento e ajuda ao próximo são elementos fundacionais da identidade filosófica da Instituição. Viver a espiritualidade e compreender a essência do existir permite desenvolver um olhar para além dos imediatismos e superficialidades. Dessa forma, o pilar “Espiritual” identifica a Instituição como uma Instituição interessada e comprometida com o desenvolvimento de um ser humano pleno de esperança, de sentido de vida e de comprometimento com seu próximo.

A concepção desses quatro pilares institucionais demonstra com clareza a identidade e o fundamento da visão filosófica de educação e seu comprometimento político pedagógico. Na prática, o desenvolvimento dessas premissas se dá de diversas formas, tanto no ambiente acadêmico como organizacional, desde atividades que visam à disseminação da cultura para os colaboradores até atividades curriculares e extracurriculares para os estudantes.

A filosofia dos projetos pedagógicos dos cursos, que fixam os objetivos e as metas a serem alcançados durante a formação dos estudantes, bem como os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso tomam como base os quatro pilares institucionais. Uma visão humanista e a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional integram, assim, os conhecimentos, as competências, as habilidades e os talentos na formação do futuro profissional.

A articulação entre o ensino, pesquisa e extensão é fundamental para a sustentação da Instituição. A qualidade de ensino relaciona-se com a competência que está sendo desenvolvida nas práticas educativas, nos programas de extensão e pesquisa. As atividades e projetos de extensão se articulam com as experiências de pesquisa e ensino. Em diversas oportunidades, a participação de estudantes em atividades extensionistas pode constituir-se em situação essencial de formação. A participação discente nos projetos institucionais de pesquisa e extensão e sua consequente articulação com o ensino proporcionam formação integral ao estudante.

Princípios estruturantes:

- I. Fortalecer os princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- II. Ampliar ações comprometidas com as realidades local e regional em que se insere;
- III. Ampliar a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação;
- IV. Fortalecer sua posição estratégica no desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do entorno das comunidades que atende;
- V. Promover a educação e a formação integral dos sujeitos do ponto de vista ético, das competências profissionais e de responsabilidade social;
- VI. Aprimorar o trabalho acadêmico inspirado numa identidade pedagógica dinâmica e renovadora do processo de ensino-aprendizagem;
- VII. Investir e estimular a inovação, o uso de novas tecnologias educacionais e comunicacionais;
- VIII. Estruturar referenciais metodológicos para comportar a inovação dos processos educativos;
- IX. Expandir as ações do ensino a distância em parceria com o ensino presencial de graduação e pós-graduação;
- X. Fortalecer o Programa de Inclusão social, visando incrementar as políticas de responsabilidade social;
- XI. Incrementar a prática investigativa, por meio da iniciação científica, em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e a Política de Pesquisa institucionalizada;
- XII. Ampliar as atividades de extensão universitária abertas à participação da comunidade de seu entorno;
- XIII. Manter a relação de reciprocidade com a comunidade de seu entorno;
- XIV. Expandir a fidelização de seus egressos por meio de programas e ações pertinentes;
- XV. Manter ações de apoio à comunidade universitária, por meio de programas, projetos e cursos extensionistas e livres, de forma a permitir ao acadêmico a opção curricular nas atividades complementares;
- XVI. Ampliar programas de difusão de bens e valores culturais;
- XVII. Incentivar o corpo técnico-administrativo a participar dos Programas e/ou Projetos de Capacitação de Recursos Humanos;
- XVIII. Aprimorar Programas e Projetos para o desenvolvimento da educação continuada;
- XIX. Dar prosseguimento à expansão da infraestrutura da Instituição de acordo com as necessidades e demandas da comunidade acadêmica.

2.1.1. Referencial Ético-Político

Estruturar um referencial ético e político é fundamental para parametrizar o planejamento pedagógico institucional da tríade pesquisa, ensino e extensão. A ética nos dá os fundamentos da

moral, serve-nos de parâmetro para a conduta, as escolhas e o agir. A política nos insere no contexto das responsabilidades sociais, do compromisso com o que é de interesse comum de um povo, de uma nação e de um novo mundo.

O contexto da globalização, característico da sociedade contemporânea e da situação brasileira, auxilia-nos melhor a compreender a realidade e a responsabilidade do Ensino Superior. A realidade brasileira é vitimada pela polarização das riquezas materiais, pela escassez de acesso social, falta de boa educação, corrupção histórica e baixo investimento em pesquisa; disparidades que decorrem em problemas urbanos ligados à violência, saúde, meio ambiente, desemprego ou subemprego, moradia, educação, dentre outros, os quais também estão presentes em várias partes do mundo.

Por outro lado, inspira-nos considerar nosso papel ético, político e institucional quando também identificamos as riquezas brasileiras naturais e humanas manifestas por meio de seus recursos naturais, diversidade cultural, miscigenação étnica e potencial produtivo nas áreas: agrícola, industrial, comercial, turística, tecnológica. Tais características, associadas ao processo de desenvolvimento oriundo da globalização e das inovações tecnológicas da informação, requeridas pelo contexto mundial, desafiam a educação, a função social do Ensino Superior e o processo de socialização do conhecimento.

O cenário da globalização e a necessidade de maior democratização dos processos e meios de produção, a difusão e as exigências cada vez mais crescentes do acesso a novos conhecimentos especializados e de novos critérios de qualidade extrapolam os ambientes acadêmicos, suscitando preocupações com a qualidade de vida, valores de uso, custo do acesso a produtos e processos, questões éticas relativas ao controle do conhecimento, entre outras. Isso tende a ressaltar a atuação do Estado e de suas agências, e das instituições responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos, sejam elas públicas ou privadas. Nessa perspectiva, alguns padrões tornam-se obsoletos, cedendo lugar a novos padrões e perfis profissionais e de trabalho, o que requer a adoção de uma nova postura, ou seja, de perfis voltados para maior capacidade inovadora e empreendedora.

Nesse sentido, as IES, de modo geral, precisam compreender que nem as identidades nem os processos reguladores da cultura são inteiramente fixos. As mudanças percebidas nas questões éticas e morais, quando comparadas à mídia e ao mundo do espetáculo, colocam as escolas, ao mesmo tempo, em situação de perplexidade, desconforto e desafio.

Diante desse contexto, a visão de homem na sociedade requer do Ensino Superior não só atenção à formação de profissionais, como também à formação de cidadãos. Assim, a função social penetra nas Instituições de Ensino Superior, as quais serão orientadas não só pelos desafios tecnológicos, como também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, sua tarefa é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística.

Tal percepção da sociedade contemporânea exige que as Instituições deem conta de todas as noções de imagens prévias dos estudantes (incluindo a massa de informações, valores e símbolos identitários consumidos a partir dos meios de comunicação), reelaborando-os, incorporando-os criticamente e realizando sua difícil articulação com o conhecimento científico. Assim, formar profissionais dentro desse contexto é um grande desafio. Faz-se necessário repensar o Ensino

Superior brasileiro e acompanhar ininterruptamente a evolução tecnológica, para delinear e formar o perfil profissional esperado nesse cenário.

Há que considerar o que está declarado na Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe, que é a necessidade de expressivo crescimento da *“cobertura educacional requerida para as próximas décadas”*. Isso exige das Instituições de Ensino Superior a criação de novas estruturas e de novas propostas acadêmicas que propiciem, por meio de sua autonomia, a formação de profissionais competentes, com excelente suporte sociocultural, técnico, científico e artístico, voltados para os países da região. Exige, ainda, a introdução de novos modelos educativos que contribuam para a superação dos baixos níveis de desempenho, do atraso e do fracasso estudantil diagnosticado, bem como para incentivar os professores a utilizarem um conjunto de modalidades didáticas presenciais ou virtuais que melhor se adéquem às necessidades e heterogeneidade dos estudantes. Demanda, sobretudo, por parte das IES, que sejam utilizados de forma mais eficaz os espaços educativos que abarcam a atuação de pessoas de diferentes procedências sociais e contextos culturais.

Outro aspecto evidenciado refere-se à dicotomia apresentada à IES, ou seja: de um lado a valorização do conhecimento e a possibilidade de ampliação de novos serviços; de outro, antigas leituras de estabilidade no emprego e de crescente *“terceirização”* de atividades antes desenvolvidas pelas empresas e órgãos públicos, forçando os indivíduos a buscarem o aprimoramento pessoal, a atualização constante de conhecimentos e a realização de novas ideias para a chance de sucesso em um ambiente altamente competitivo.

Esse quadro destaca, cada vez mais, a importância do conhecimento nas sociedades contemporâneas e da necessidade da formação dos indivíduos como homens virtuosos. Em outras palavras, homens completos conforme a doutrina aristotélica - completos porque se expressam sob as óticas da singularidade e da coletividade. Enquanto sujeitos singulares demonstram sua individualidade e, coletivamente, revelam suas riquezas e valores. Assim, aptos não só para responder às demandas sociais, como também para serem agentes de transformação na sociedade, sem prescindir da ética nas práticas humanas.

Essas questões impulsionam o modelo acadêmico caracterizado pela indagação de problemas em seus contextos, quais sejam:

- a. A produção da transferência do valor social dos conhecimentos;
- b. O trabalho conjunto com as comunidades, por meio da pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística, embasada na definição explícita dos problemas detectados, de solução fundamental para o desenvolvimento do país ou da região e o bem-estar da população;
- c. Uma tarefa ativa de divulgação, vinculada à criação de uma consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural;
- d. Um trabalho de extensão que enriqueça a formação e que colabore na identificação de problemas para a agenda da pesquisa e crie espaços de ação conjunta com distintos atores sociais, especialmente com os mais excluídos e marginalizados (Declaração da Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e no Caribe, 2009).

Dessa forma, as ações educativas propostas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, precisam corresponder a essa leitura de mundo. Para isso, é necessária a busca de um paradigma de sociedade e de educação que propicie a formação global e crítica dos sujeitos envolvidos no processo (enquanto transformadores dessa realidade percebida), capacitando-os para o exercício de cidadania, com respostas para os problemas contemporâneos.

Para tanto, é necessário exprimir a intencionalidade pedagógica, política, cultural, profissional e social da educação na Instituição. O objetivo é constituir relações entre a escola, sua estrutura formal e os sujeitos que a produzem e vivenciam cotidianamente os valores elaborados nos diferentes contextos sociais. O diálogo com a sociedade é o primeiro passo a ser dado para resgatar os valores que permitam atribuir significado às ações dos envolvidos.

Diante disso, o PPI é ferramenta essencial para a condução da IES, porque é uma ação intencional e um compromisso sociopolítico voltado para a formação do cidadão na sociedade, ao mesmo tempo em que delimita as ações educativas e as características necessárias para que a IES consolide seus propósitos e intenções.

A Instituição assume compromisso de ser um espaço em que se busca a formação e o desenvolvimento do acadêmico, da região e do país. Esse compromisso é priorizado, ainda que a Instituição seja privada, que precise considerar sua sobrevivência financeira e que, para isso, seja administrada como organização.

Assim, o PPI define sua prática educativa e sua proposta de conhecimento e intervenção na realidade diagnosticada, por meio da formação de sujeitos críticos e com habilidades e competências nas diferentes áreas do conhecimento.

2.1.2. Referencial Filosófico-Educacional

Acreditar na função da IES como instituição social exige questionamento crítico de sua prática atual e, sobretudo, da compreensão de seu papel. Essa reflexão foi o ponto de partida para o estabelecimento do marco referencial do PPI da Instituição. Como o próprio nome indica, o PPI apresenta uma dimensão pedagógica, porque discute o processo de formação e as possibilidades de construção de sujeitos cidadãos; e uma dimensão política, pois trata dos valores, dos fins e do papel da Instituição nas transformações sociais e nas relações com a estrutura formal de poder.

A dimensão pedagógica requer compreensão, interpretação e clareza daquilo que se entende por educação, porque é ela que direciona as formas de agir politicamente no contexto escolar. Assim, para a Instituição, a educação é vista como processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos. Essa visão requer práticas educativas que instiguem a capacidade dos sujeitos envolvidos a exercerem sua autonomia moral e intelectual e, nesse sentido, a educação é concebida como processo que une todas as modalidades de Ensino Superior, ou seja, o ensino de graduação, de pós-graduação e as atividades extensionistas. Em virtude de todos os elementos envolvidos nesse processo, faz-se necessário esclarecer qual a tendência filosófica adotada, pois ela orientará todo o trabalho da academia.

As considerações acima não negam o papel ativo da educação na sociedade, tampouco os condicionantes histórico-sociais, pois considera a possibilidade de agir a partir dos próprios condicionantes históricos. Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela medeia esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia a conservação; contudo, se o projeto for transformador, medeia a transformação; se o projeto for autoritário, medeia o autoritarismo; se o projeto for democrático, medeia a realização da democracia.

A missão da Instituição de formar cidadãos críticos que contribuam para uma sociedade mais justa e solidária revela sua tendência filosófica, que tem como perspectiva a educação enquanto transformadora da sociedade. Nesse sentido, as ações educativas estarão centradas na formação de profissionais cidadãos comprometidos com a participação ativa na construção de seu aprendizado e, ao mesmo tempo, na busca de respostas efetivas às mudanças da sociedade contemporânea.

Outro aspecto de suma importância a ser considerado é a leitura que a Instituição faz de seus estudantes, os quais são vistos como pessoas autônomas e livres, na sua identidade biopsicossocial, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades. Quer dizer, enquanto sujeitos que participam do processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e de politização na construção do mundo.

A concepção educacional, a missão e a leitura que a IES faz de seus estudantes são relevantes para a compreensão e concepções de formação e de currículo da IES. Partindo-se da premissa de que a educação não é apenas um projeto científico ou racional, uma vez que a ação pedagógica se realiza a partir de uma pluralidade de valores e crenças, de ideais e de situação, não sendo possível efetivar a priori o seu controle, não é mais possível pensar em um modelo pautado apenas pela lógica de racionalidade técnica, mas no modelo orientado para a construção de ciências plurais. Essa concepção, certamente, encontrará dificuldades na prática, dado o modelo vigente no país, no entanto, em meio à crise que desse paradigma emana e que afeta as Instituições de Ensino Superior, ela se afirma como necessária, ainda que emaranhada nos nexos entre poder e conhecimento, sobretudo como instância de luta pela cidadania.

Outro fator que afeta, sobremaneira, a IES, diz respeito ao conhecimento. As condições históricas deste século XXI assinalam a necessidade de uma nova relação com o conhecimento, rompendo barreiras cristalizadas, tais como: a) a relação homem e natureza; b) o conhecimento e senso comum; c) a objetividade e a subjetividade; d) o material e o simbólico. Nesse sentido, cabe à IES assumir a relevância pelas lutas em favor da transformação dessa realidade, na medida em que coloca a produção dos conhecimentos elaborados a serviço da pretendida intervenção na comunidade de seu entorno.

Essa prática deverá ser pautada e submetida a um processo de avaliação contínua e global de seu fazer acadêmico. Outro aspecto importante a ser pontuado refere-se à sociedade informacional do século XXI, que requer um repensar constante da estrutura e da organização das informações, da capacidade de articulação dos conhecimentos e da elaboração das informações. Essas demandas afetam diretamente o mundo do trabalho, atingem fortemente a formação profissional, em virtude do grau de exigências suscitadas pelo mercado, pela excludência e flexibilização crescentes a ele vinculadas. O resultado que se observa em decorrência desses fatores envolve uma grande redução

na oferta de empregos e postos de trabalho, no nível de remuneração, além das formas precárias de inserção no mundo do trabalho. Em contrapartida a essa situação, há um aumento da exigência no nível educacional dos trabalhadores que chega até nos setores menos dominantes, os quais também demandam formação polivalente e multifuncional.

Dessa forma, a concepção de currículo constitui-se marco e moldura que delimitam a inserção dos estudantes em sistemas de significação, nos quais são capazes de compreender as funções que representam, de modo a partilhar seus significados para a compreensão da “realidade”. Esse entendimento, que se dá por meio do uso dos signos e da linguagem, caracteriza as práticas curriculares articuladas com o conjunto de práticas sociais, as quais constituem não só a formação técnico-científica, como também todas as experiências que constituem os sujeitos.

Nesse contexto, as disciplinas e o bloco de disciplinas que compõem o currículo não podem ser vistos como mecanismos neutros, burocráticos e reduzidos unicamente a perspectivas racionais e educacionais isoladas. Esse é um fato que exige iniciativas, reformas holísticas e inovações que busquem compreender os processos necessários à formulação de um currículo. Destaque-se, por exemplo, a necessidade de concretizar a interdisciplinaridade didática. Ação tão difícil de ser compreendida e praticada, em função de vários condicionantes que não cabem aqui elucidar, dada a complexidade que o tema ainda suscita na prática escolar brasileira, mas que não pode ser ignorada. A interdisciplinaridade decorre da unidade e da integração do objeto do saber e será buscada pela constante interação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas confluências, pois acreditamos que o conhecimento interdisciplinar não se restringe à sala de aula, mas ultrapassa os limites do saber escolar e se fortalece na medida em que ganha amplitude na vida social. Essa posição epistemológica supõe um eixo integrador a constituir-se como:



PESQUISA

Enquanto objetivo de um projeto de Investigação.



ENSINO

Como proposta de construção científica.



EXTENSÃO

Na qualidade de plano de Intervenção aplicação e transferência.

Tais considerações só terão sentido e significado se o ensino, em todos os seus níveis e graus, concretizar-se por meio da articulação entre teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docente às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas.

Dessa forma, o ensino de graduação, dada a sua natureza, há de ser generalista, pluralista e crítico. Isso não quer dizer que não deva haver especificidades nas formações profissionais e técnicas, pois os conhecimentos sólidos necessários serão fundamentados nas diferentes áreas do saber que embasam as competências e habilidades esperadas e requeridas dos estudantes. Quanto aos programas de ensino de pós-graduação, nas áreas de conhecimento pretendidas, precisam atender

às necessidades estratégicas da sociedade no seu desenvolvimento econômico, social, político, cultural e educacional.

Assim, a educação e o ensino, em todos os níveis e graus, efetivam-se pela eficiência e eficácia, bem como pela sua relevância, importância, pertinência e qualidade. Essas características desejadas constituem-se objeto de avaliação institucional interna e externa e devem envolver a totalidade da organização institucional e suas partes integrantes. Convém ainda ressaltar a relevância das produções científicas, as quais serão estruturadas curricularmente nas propostas político-pedagógicas de cada um dos cursos, ou em programas de projetos de disciplinas, de áreas e campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da investigação científica de professores, alunos, técnicos e com a prática das atividades extensionistas.

Isso posto, vale a pena ressaltar alguns estudos recentes que apontam aspectos importantes a serem considerados nas políticas e nas práticas de Ensino Superior, haja vista a complexidade do mundo no qual vivemos. Dentre os quais, destacam-se:

- I. O equilíbrio entre egressos e mercado de trabalho, levando em conta as mudanças e necessidades da sociedade contemporânea que demanda por novos profissionais;
- II. As novas exigências na forma de se elaborar, adquirir e transmitir conhecimentos, com base nas novas metodologias, tecnologias da informação e de comunicação, bem como na visão interdisciplinar e da unidade teórico/prática;
- III. As abordagens que contemplem e que valorizem experiências culturais e locais distintas, epistemologias diversificadas, bem como a espiritualidade;
- IV. A adoção de perspectivas por meio da problematização das noções de competências. Destaque-se que as competências são aqui compreendidas nas dimensões construtiva, processual, coletiva, multifacetada e interdisciplinar.

A Instituição pretende, por meio do PPI, assinalar a importância de se pensar o espaço acadêmico de forma inovadora. Isso exige repensar constantemente suas políticas, seus objetivos e metas, bem como seu próprio dimensionamento, sobretudo quando o processo avaliativo diagnosticar possíveis desvios. Esse cuidado possibilitará a consolidação da missão institucional que convém ressaltar: *“Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”*.

2.2. Concepção do Processo de Ensino e de Aprendizagem, de Currículo e do Planejamento

2.2.1. Educação Presencial

As Diretrizes Pedagógicas do Centro Universitário do Paraná constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas de modo a definir e implementar direções a serem agregadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Oferecem, ainda, condições para a integração e a efetivação, no contexto institucional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual a IES está inserida. Essas condições são garantidas pelo acompanhamento e avaliação do desempenho institucional. Reúnem os indicadores para a tomada de decisões, a preservação e a

reavaliação necessárias à adequação constante do planejamento institucional às necessidades das dez dimensões que contemplam o Projeto de Autoavaliação, o SINAES e as diretrizes preconizadas pelo MEC.

Nesse contexto, a organização da Instituição busca integrar e articular os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos e estimular as práticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares da pesquisa, da extensão e das demais atividades não previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico acelerado, aliados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber, tornam imperiosa a definição de orientações compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social. Deverão, assim, contemplar a mudança no processo ensino-aprendizagem, cuja ênfase vem se deslocando do predomínio da aquisição de conhecimentos para privilegiar a capacidade de desenvolver instrumentos intelectuais que garantam ao educando a autonomia na aprendizagem, tal qual reafirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais, e que envolvam o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais, assim como a busca de novos conhecimentos e a incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo-se a habilidade de avaliá-las e selecionar, criticamente, as mais pertinentes.

Pretende-se, assim, centrar o processo educativo na construção, na produção e na apropriação dos conhecimentos técnico-científicos e socioculturais a partir de uma visão integradora e crítica da realidade, mediante modelos de ensino-aprendizagem modernos e uso de tecnologias apropriadas.

Uma perspectiva inovadora que traz a aprendizagem de valores e a formação de atitudes, para a mudança e para a atuação solidária, calcada em padrões éticos, que promova a formação do profissional com sólida base de conhecimento teórico, científico e humano, preparando-o para enfrentar as rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Estabelecem-se, nesse sentido, as seguintes linhas diretrizes para a ação pedagógica da Instituição:

- I. Busca da qualidade e da excelência da formação, comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- II. Formação do profissional com ampla e sólida base teórico-prática, capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários ao exercício profissional;
- III. Valorização das dimensões sociopolítica e cultural, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais. Essas dimensões subsidiarão a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito partícipe de sua construção. O egresso assume, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas, buscando a cidadania, referenciada por sólidos padrões éticos.
- IV. O caminhar na direção desse projeto supõe estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos orientadores prioritários à ação.

Entre os quais, cabe destacar:

- a. Interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade e como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
- b. Articulação entre o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade;
- c. Oferta de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessários à formação do profissional;
- d. Integração nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício, como situações, espaços e convivência privilegiados para o processo continuado de ensino-aprendizagem;
- e. Diversificação dos contextos de ensino e dos cenários de prática profissional que englobam diferentes modalidades de trabalho pedagógico e inserção do aluno em campos de prática com graus crescentes de complexidade;
- f. Desenvolvimento de mecanismos de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com a rede de serviços oferecidos à comunidade;
- g. Desenvolvimento de paradigmas pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- h. Estruturação de currículos que, a par da diversidade de situações de ensino-aprendizagem, associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento pelo estudante, bem como a de crescimento autônomo;
- i. Utilização apropriada de tecnologias diversificadas.

A Educação Superior desempenha papel inquestionável na preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências da sociedade contemporânea.

As novas tecnologias do mundo atual, as novas formas organizacionais do trabalho e a rápida evolução do conhecimento científico, associadas às necessidades de melhor qualificação profissional, exigem uma nova concepção para os cursos superiores com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Estas contemplam o desenvolvimento de competências e de habilidades para a formação do sujeito, contribuindo para o seu sucesso.

Assim, a Instituição promove a:

- I. Formação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, capacitando esse aluno para o enfrentamento das complexas condições do exercício profissional;
- II. Construção da cidadania, formando um sujeito capaz de interferir construtivamente na sociedade para transformá-la;
- III. Preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento às demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sociocomunicativa de iniciativa, de liderança e de solução de problemas;

- IV. Preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizem efetivamente a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazos;
- V. Formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças;
- VI. Formação de profissionais capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado, com a interação de conteúdos que contemplem aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais exigidas no mundo atual.

Os estudos que conduziram às concepções ora apresentadas consideraram as pesquisas desenvolvidas sobre a formação superior e a distribuição sócio-ocupacional. Ao escolher como foco principal, para a concepção dos cursos, uma visão interdisciplinar e formativa do profissional para as novas demandas do mercado, objetivou-se, explicitamente, o comprometimento com a qualificação ao mesmo tempo técnica e pluralista.

A Instituição apresenta proposta diferenciada que integra formação teórica e prática, a pesquisa e a extensão. Isso implica na definição clara do perfil do corpo docente (com qualificação e excelência para o magistério) e a pesquisa interdisciplinar (crítica e transformadora).

Para estabelecer as suas linhas de ação, a Instituição considerou que a formação do profissional representa um conjunto de aspectos internos, inerentes aos cursos, e externos, inerentes à relação sociedade/profissional, que se inter-relacionam dialeticamente. Partindo desse princípio, pautou-se nos fundamentos que idealizaram a formação do profissional, tendo sempre em vista que é necessário:

- I. Acompanhar as rápidas mudanças do mundo, a partir de uma política de graduação que contemple o caráter revolucionário da ciência como um imperativo;
- II. Entender a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizar o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela autoavaliação (professores, técnico-administrativos e alunos);
- III. Definir metodologias educacionais adequadas ao processo de aprendizagem cognitiva de caráter social, político e cultural nacional, respeitando-se as especificidades regionais, o que permitirá a revisão dos currículos, das práticas pedagógicas e das pesquisas desenvolvidas;
- IV. Identificar as bases de sustentação de uma política de graduação, considerando o aluno como ser global.

A definição das competências (que incluem conhecimentos e atitudes) foi realizada de acordo com o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, ao qual se acrescentarão as competências próprias do profissional formado pelos respectivos cursos. As principais competências definidas pela Instituição a serem desenvolvidas são:

- I. **Tomada de decisões e resolução de problemas:** o trabalho dos profissionais egressos deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando ao

uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para esse fim, os egressos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas e propor soluções baseadas em evidências científicas;

- II. **Comunicação:** os profissionais egressos devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas na interação com outros profissionais e o público em geral. Devem estar aptos à comunicação verbal, não-verbal e apresentar habilidades de escrita e leitura, o domínio de tecnologias de comunicação e informação;
- III. **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os egressos deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- IV. **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação; devem, da mesma forma, estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe que integram;
- V. **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Deverão ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive estimulando e promovendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

As competências comuns e específicas, observadas em cada Projeto Pedagógico de Curso, supõem a formação de atitudes e de valores, o desenvolvimento e o domínio de conhecimentos e habilidades gerais e específicas que levem em conta a realidade local e regional, sem descuidar do caráter de universalidade do conhecimento, de sua relação com os avanços das áreas dos cursos ofertados pela Instituição no contexto nacional, bem como dos parâmetros e dinâmica do Projeto Pedagógico de cada curso.

A Instituição utiliza, no desenvolvimento de seus cursos, observadas as especificidades de cada projeto pedagógico, metodologias ativas e interativas, centradas no aluno, voltadas para o seu desenvolvimento intelectual, com ênfase na capacidade de adquirir autonomia no processo de aprendizagem e de empreender.

Alguns princípios metodológicos merecem destaque:

- I. **Interdisciplinaridade:** A integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a ressignificação do conhecimento;
- II. **Formação profissional para a cidadania:** As Instituições têm o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que, por intermédio do

- questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais;
- III. **Estímulo à autonomia intelectual:** A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional;
 - IV. **Responsabilidade, compromisso e solidariedade social:** A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade devem constituir o ponto integrador das ações de extensão vinculadas aos cursos;
 - V. **Diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem:** A diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem e a inserção do aluno na rede de serviços desde os primeiros anos dos cursos devem contribuir para a formação do profissional generalista, capaz de atuar em diferentes níveis e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e realidade socioeconômica, cultural e política.

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos, observados os critérios que favorecem as atividades de ensino individualizado, de grupo e de estudos teóricos.

Os cursos devem buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico e ao protagonismo do estudante no seu processo de aprendizagem.

Destaca-se a utilização de metodologias ativas, como *flipped classroom* ou sala de aula invertida, na qual os estudantes, por meio das aulas estruturadas, acessam previamente os conteúdos que serão utilizados pelos professores. Outras metodologias que favoreçam o clima de aprendizagem ativo, ou a ergonomia cognitiva, são preconizados por meio de aulas dialogadas, expositivas e práticas, dinâmicas de grupo, visitas técnicas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica, iniciação científica e outras.

Para garantir a qualidade de seus processos, a Instituição estrutura suas metas em 20 ações de qualidade e tem como objetivo democratizar a visão de qualidade praticada com relação aos serviços educacionais prestados aos colaboradores e docentes da Instituição. Essas ações são constituídas de: calendário acadêmico, semana de formação docente, sensibilização do aluno, integração com os pais, programa de nivelamento, aulas estruturadas, atividades de estudos programados, Disciplinas de Estudos Contemporâneos e Transversais, avaliação da qualidade das provas, fiscais de provas, avaliação integrada, avaliação instantânea, avaliação de médias bimestrais, avaliação de faltas, supervisão operacional, retenção e controle de evasão, supervisão da aprendizagem e desempenho dos estudantes, planos de metas, mérito acadêmico e falta coletiva. Essas ações foram definidas como forma de alcançar os resultados de qualidade esperados com relação às atividades educacionais promovidas.

Para garantir a efetividade das ações, a Instituição investe na criação de instrumentos que visam facilitar o gerenciamento de seus principais indicadores. Dessa forma, a qualidade das ações institucionais é constantemente monitorada pelo IGCM – Índice de Gestão e Cumprimento de Metas, um eficiente sistema especialmente construído para o acompanhamento das políticas

institucionais, que permite o acompanhamento diário e público a toda Instituição, desde gestores a estudantes. Por meio desse acompanhamento periódico, a Instituição promove ações de melhorias contínuas.

2.2.2. Educação a Distância

É importante ter em mente que o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), representadas pela entrada em cena da cibernética, satélites, vídeos, microcomputadores, correio eletrônico, multimídia, hipertextos, infovias e redes eletrônicas, abriu novos horizontes para a educação. Mas elas, por si só, não constituem garantia de qualidade da proposta pedagógica que se queira implementar; e sim ferramentas que tornam possível uma maior eficácia e qualidade da educação, em uma perspectiva continuada e a distância.

O Uso de metodologias inovativas para o ensino a distância busca um aprendizado imersivo e ativo em que os conteúdos e as estratégias pedagógicas são planejados para que ocorra um alto grau de interação entre o aluno, seus professores e seus colegas. Essa interação deverá ser mediada tanto por meio das novas TICs como em interatividades pedagógicas. Dentre as principais vantagens, destacam-se:

- I. Democratização do saber, em virtude do acesso facilitado por meios tecnológicos;
- II. Determinação da própria rotina de estudos, o que flexibiliza a organização da aprendizagem;
- III. Determinação do ritmo de construção do conhecimento, pelo qual o aluno pode explorar o seu potencial individual;
- IV. Oportunidade de atendimento individualizado;
- V. Independência espaço-temporal;
- VI. Possibilidade de aprendizagem de forma permanente e continuada;
- VII. Possibilidade de um ensino participativo pelo uso das TICs;
- VIII. Formação para a cidadania e o compromisso social integrado à realidade socioeconômica;
- IX. Articulação da organização curricular com o mundo do trabalho e as demandas da sociedade organizada.

Ao levar em consideração a realidade educacional e territorial brasileira, foi idealizado um formato diferenciado para a modalidade de Educação a Distância. A Instituição reforça a importância de uma metodologia que utiliza a tecnologia da informação e comunicação para que garanta a qualidade no processo ensino-aprendizagem, sobrepondo-se aos paradigmas de tempo e espaço, possibilitando ao aluno a autonomia na organização de sua agenda de estudo e, principalmente, reduzindo a necessidade de deslocamento. Isso é possível mediante a atenção constante ao aluno, desenvolvida pelo corpo docente, os investimentos em recursos tecnológicos e multimidiáticos e a rede de Polos de Apoio Presencial.

Com esse pensamento, a instituição considera o desafio em estabelecer uma modalidade que permita momentos síncronos e assíncronos que assegurem ao aluno o desempenho das atividades pedagógicas necessárias ao desenvolvimento de competências estruturantes e profissiográficas ou

seja, existe uma preocupação em oportunizar e garantir a sua formação profissional e integral, conforme previsto na legislação.

Considerando que todo ser humano é capaz de buscar o conhecimento por diversas formas e ferramentas, analógicas ou tecnológicas, a premissa básica é de que é possível debater assuntos e seus desdobramentos a partir de instrumentos que superam o tempo e a distância, graças aos recursos tecnológicos disponíveis atualmente ou até mesmo da tradicional correspondência, que durante milhares de anos uniu pensadores, mestres e aprendizes na busca do conhecimento.

Contempla-se, como grande diferencial, a possibilidade de unir por meios eletrônicos – além-fronteiras – professores, alunos e profissionais em debates que promovam a geração e o fortalecimento de contatos e a discussão da teoria versus a contextualização prática, multiplicando-se os cenários em função das realidades locais dos participantes, bem como de suas escolas de formação, capacidade de recursos, usos e costumes.

O que justifica pensar Educação a Distância dessa forma, com tantos meios, é a compreensão da educação como fundamento primeiro, garantido em discussão política e pedagógica da ação educativa que contemple, no processo de formação, a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão.

Nesse sentido, na perspectiva do exercício da responsabilidade social, fundamental para qualquer empresa do século XXI, principalmente para as instituições educacionais, é que são delineados objetivos gerais e específicos para a Instituição:

Objetivo geral: promover e democratizar o acesso ao conhecimento por meio de metodologias e pelo uso de meios tecnológicos, confirmando e ampliando as oportunidades de desenvolvimento da sociedade.

Objetivos específicos:

- I. Incentivar o desenvolvimento, o uso e implementação de metodologias de ensino inovativas, capazes de promover práticas de ensino-aprendizagem disruptiva;
- II. Ampliar o uso de recursos de tecnologias de informação e multimeios para qualificar os cursos programados, possibilitando práticas inovadoras;
- III. Oferecer cursos que qualifiquem os alunos nas diversas áreas do conhecimento para o exercício profissional demandado pelo mercado crescente ou em desenvolvimento;
- IV. Contribuir para a compreensão mais geral dos processos pertinentes ao desenvolvimento da atividade profissional, tanto na esfera do seu desenvolvimento como na de seu gerenciamento.

A idealização do Projeto Pedagógico para a modalidade de educação a distância está fundamentada no compromisso com duas grandes premissas pedagógicas. A primeira situa-se na ideia da íntima relação do ensinar com o aprender. A ênfase, portanto, desse modelo, concentra-se na preocupação com a relação que deve existir entre os indivíduos que se propõem a adquirir e/ou dominar um conhecimento e os indivíduos que se propõem a fornecer e/ou organizar tanto esses conhecimentos como os meios pelos quais poderão otimizar os resultados desejados pelo binômio em questão.

A segunda premissa reguladora desse modelo, ou a segunda força propulsora das atividades planejadas e operadas, situa-se na exigência básica de estabelecer contínua relação entre o acompanhamento do processo técnico pretendido e a avaliação de todos os elementos integrantes do processo educativo. É uma premissa necessária, pois a qualidade é alcançada pela consideração constante do grau de coerência entre todas as disciplinas, a interdependência dos objetivos, a aglutinação dos conhecimentos pretendidos pelos diversos conteúdos, o trânsito fluído entre o saber e os equipamentos e/ou as novas tecnologias. Componentes que, sem dúvida, necessitam continuamente de avaliações, reestruturações e **feedbacks**.

Tendo partido destas premissas, os esforços de planejamento e organização didático pedagógica da Instituição e cada um dos cursos, está fundamentada em estimular competências estruturantes e profissiográficas, relacionadas ao desenvolvimento técnico e comportamental estudantil, como competências multidimensionais.

Na operacionalização dessas premissas pedagógicas é que se pretendem organizar os materiais instrucionais. Os materiais, portanto, não são pensados fora dos pressupostos pedagógicos, como se fossem apenas recursos instrucionais para estudantes universitários distantes. O planejamento e a elaboração desses materiais, passíveis de sistemática, testes ou avaliação, integram a estratégia pedagógica, que também implica na busca constante da clareza sobre os objetivos pretendidos pelo curso, quer por meio dos seus módulos, quer por meio das disciplinas, caso consideradas isoladamente.

Esses materiais servirão como suporte para o estudo dos módulos/disciplinas, esclarecendo e aprofundando os tópicos de maior relevância, apresentando informações práticas e úteis, possibilitando assim a aplicação imediata dos conceitos estudados.

Como mencionado anteriormente, as premissas pedagógicas para a organização do programa são consideradas fundamentais para nortear e/ou disciplinar as relações entre docentes e discentes. Na verdade, recursos humanos, recursos físicos, recursos materiais, instrucionais, todos são pensados na perspectiva de provocar aprendizagens reguladas por princípios previamente definidos. O uso do Ciclo de Aprendizagem Autoral da Instituição é elemento fundamental e consonante com estas premissas.

Em todo esse contexto, a qualidade da educação já está consolidada na instituição. Ainda acerca da qualidade em EaD, destacam-se as considerações de Demo (1994, p. 27)

[...] representa o desafio de humanizar a realidade e a convivência social a partir de valores e fins considerados desejáveis, necessários e eticamente sustentáveis; aponta para a dimensão da intensidade diante da expectativa das pessoas; e impacta como competência humana no processo de desenvolvimento do homem, tendo na educação e no conhecimento sua estratégia primordial.

No mesmo sentido de Demo, são observados os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, estabelecidos pelo MEC, que desde seu início explicita: “A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada [...]” (RQEAD - MEC, 2007).

A partir desses fundamentos, a Instituição considera na sua estrutura, o desafio de garantir ao estudante o cumprimento dos momentos presenciais obrigatórios, das avaliações, dos estágios e das práticas em laboratórios, quando necessários.

De todo modo, o ponto focal da Educação Superior — seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância — é o desenvolvimento humano em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa. Daí a importância da Educação Superior ser baseada em um projeto pedagógico e em uma organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), e com outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado (RQEAD - MEC, 2007).

Na perspectiva do exercício da responsabilidade social, fundamental para qualquer empresa do século XXI, principalmente para as Instituições educacionais, é que são delineados, neste projeto, objetivos de longo e médio alcance.

2.2.2.1. Concepção e Metodologia do Modelo Pedagógico

A função precípua das instituições de educação superior está em oferecer a formação cidadã, pautada nos princípios da solidariedade e na contribuição para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo. Igualmente, considera-se a produção de conhecimento suficientemente sólido para garantir ao profissional o domínio e aplicação em ambientes produtivos marcados pela inovação e transformação. Baseia-se na premissa de que o estudante deve desenvolver a autonomia intelectual, o protagonismo, a capacidade de resolver problemas em cenários complexos, o raciocínio lógico, o pensamento crítico, a inteligência emocional, a liderança, o trabalho em equipe, a comunicação assertiva, o letramento digital, além das especificidades de todo o conhecimento técnico exigido em cada profissão.

Nesse contexto, cultiva-se o interesse pelas capacidades criativas e inovadoras do homem. Como não se pode mais olhar os estudantes como “tábula rasa”, cujas mentes são consideradas como um depósito de conteúdo, logo as metodologias e recursos utilizados nos processos de ensinar e aprender precisam de uma ressignificação, o que impõe aos profissionais da educação novos desafios no exercício do seu ofício.



Sendo o processo de aprendizagem algo complexo, dinâmico e não linear, exige ações direcionadas pelos docentes para que os estudantes possam se aprofundar e ampliar os significados elaborados durante esse processo.

As ações organizadas e sistematizadas com o propósito de que outros aprendam são caracterizadas de ensino. O ensino não pode ser definido como uma atividade mecânica e sem sentido; mais que apresentar informações sobre algum conteúdo, compreende-se que essa atividade deve proporcionar condições para que os estudantes tenham a possibilidade de desenvolver as competências e habilidades necessárias para o exercício profissional.

A Instituição concebeu um ciclo de aprendizagem próprio a partir do qual o processo educativo é orquestrado. Este deve perpassar toda atividade docente e discente e foi organizado em diferentes momentos e distribuído em 7 etapas fundamentais, como: problematização, significação, experimentação, reflexão, conceitualização, ação e avaliação.

Início do Ciclo de Aprendizagem: ao iniciar um novo ciclo de estudos, estimula-se um momento preparatório no qual se convida o estudante ao autoestudo, desafiando-o, incentivando-o e estimulando-o a saber expandir sua apreensão sobre o conteúdo proposto por meio de proposições relevantes para o aprendizado. Trata-se de um momento de movimentação dos conhecimentos prévios e significados necessários para as demais etapas de aprendizagem. Assim, a estruturação inicial de um processo educativo observa duas etapas: a problematização e a significação.

A problematização é a etapa na qual o docente apresenta um problema, um desafio, um texto, um estudo de caso (case), uma notícia ou mesmo uma única questão estimulante com intuito de provocar conflito cognitivo no estudante, considerando que, quando um sujeito se depara com uma situação nova, tentará, inicialmente, utilizar seus conhecimentos prévios para dar conta de solucionar a situação. Quando percebe que, nessa nova situação, seus conhecimentos não são suficientes para solucionar o problema, esse sujeito organiza um novo conflito cognitivo. O conflito cognitivo é aqui compreendido como uma dialética cognitiva geradora de um desequilíbrio mobilizador, o que faz com que o estudante busque novas respostas, com o propósito de melhor compreender e solucionar a questão.

A significação é a etapa que está comprometida com o significado, objetivo, relevância e importância do que se estuda. Depois que o estudante compreende a razão do que passará a estudar, ele se sente estimulado, antecipa e aprofunda o seu conhecimento. Contudo, o mais relevante para a aprendizagem significativa é a ancoragem de novos conhecimentos sobre os conhecimentos prévios já existentes no estudante. Dessa forma, dar contexto e significar são exercícios pedagógicos de aproximação do novo conhecimento.

Após a realização do momento inicial, o processo educativo passa então para o segundo momento do ciclo de aprendizagem, que contempla as etapas de Experimentação, Reflexão e Conceitualização. Essas etapas estão intimamente ligadas e são concebidas a partir da ideia de que o homem é um ser ativo, que age no processo de construção do conhecimento. Logo, a atividade docente deverá priorizar situações que possibilitem essa construção de maneira significativa, por meio da ação consciente do sujeito da aprendizagem.

A experimentação é o momento no qual o estudante desenvolve as competências pessoais e profissionais por meio de estratégias pedagógicas diferenciadas, subsidiadas pela imersão nos conteúdos definidos pelos objetivos de aprendizagem. Nessa fase, ocorre a atividade, momento em que os estudantes vivem uma experiência estruturada pelos atores pedagógicos e mediada por recursos e objetos de aprendizagem. Defende-se que a aprendizagem não se concretiza somente no plano cognitivo, mas na reflexão consciente sobre as experiências, com o intuito de transformá-las em aprendizagens. Trata-se de um momento “mão na massa” que permite ao estudante testar, vivenciar e, portanto, experimentar uma dada realidade, relacionada à prática ou à atividade profissional.

O processo de reflexão sobre a experiência cria condições favoráveis para o aprender. Como afirmou Sócrates, “uma vida sem reflexão não merece ser vivida”. Numa referência aqui à importância do pensar sobre a realidade vivida, trata-se de um momento (de reflexão) dedicado a estimular o estudante de forma que ele seja capaz de decifrar, compreender e estruturar sobre o objeto investigado, sobre sua experiência e sobre sua observação.

Em decorrência, caminha-se para a etapa da conceitualização. Ou seja, depois da experimentação e reflexão sobre a experiência, o estudante é conduzido a desenvolver seus conceitos, a entrar em contato com os conceitos históricos, filosóficos, teológicos e científicos. Assim, compreende-se que a aprendizagem está fertilizada pela imersão, permitindo um aprofundamento teórico-prático para além da memorização mecânica de informações arbitrárias.

No desdobramento do ciclo de aprendizagem, chegamos ao terceiro nível que está organizado em duas etapas: a ação e a avaliação.

Uma aprendizagem completa não estimula apenas a capacidade de problematizar, é preciso desenvolver as capacidades de resolver problemas e intervir. Nessa etapa da Ação, o estudante é desafiado a criar, a organizar seus conhecimentos, sintetizar e apresentar soluções. É o momento no qual se materializam os motivos pelos quais se ensina algo para alguém — a ação. Trata-se da aplicação dos aprendizados nas situações profissionais da área estudada, seja por meio da atividade profissional, seja no compartilhamento dos comportamentos a serem mudados e, principalmente, os que devem ser mantidos e multiplicados.

O fechamento do ciclo é materializado pela realização da avaliação. A avaliação do processo ensino-aprendizagem é um dos aspectos mais impactantes na vida acadêmica e essencial para analisar o planejamento do ciclo de aprendizagem. Nessa fase, estimula-se, sempre que possível, o exercício meta-cognitivo, ou seja, a reflexão do conhecimento do próprio conhecimento à avaliação, à regulação e à organização dos próprios processos cognitivos.

O posicionamento institucional sobre a necessidade de um ciclo de aprendizagem a ser seguido parte da premissa de que todo desenvolvimento profissional prospectivo decorre da aprendizagem atual, assim como o desenvolvimento já constituído é imprescindível para o aprendizado. Aprender pela experiência não significa que qualquer vivência redunde em aprendizagem. Essa aprendizagem precisa desenvolver competências e assegurar a construção dos conhecimentos primordiais aos profissionais egressos. Assim sendo, apropriar-se dos saberes procedentes da experiência demanda processos contínuos de ação (práxis) e reflexão.

Formar cidadãos capazes de trabalhar coletivamente e resolver problemas concretos de forma criativa, crítica e reflexiva tem sido o desafio da educação superior. Ao mesmo tempo, a modalidade de educação a distância tem impulsionado inovações no âmbito da educação devido aos recursos pedagógicos que são amplamente explorados nesse contexto, como: mobilidade de ensino, gerenciamento do seu próprio aprendizado, autonomia para estudar, ou seja, possibilidades cada vez mais importantes para se aprender no decorrer da vida, para a formação continuada, para a aceleração profissional, possibilitando a conciliação entre estudo e trabalho.

A concretização do ciclo de aprendizagem está ancorada nas concepções da identidade metodológica da Instituição; identidade composta por um conjunto de elementos estruturados e articulados entre si e definidos por um modo de desenvolver ou conduzir um processo particularizado. Dessa forma, a identidade metodológica está pautada em três principais abordagens inovadoras, as metodologias imersivas, ativas e ágeis.

As metodologias supracitadas são aplicadas em todos os cursos de graduação e pós-graduação, no entanto, cada abordagem mencionada é aplicada com maior ênfase em cada tipo de curso ofertado, sendo as metodologias imersivas para os cursos de graduação on-line, ativas para os cursos com metodologia híbrida (on-line com presencialidade nos polos) e as ágeis para os cursos de pós-graduação.

Para os cursos na modalidade EaD, estruturada para uma experiência de aprendizagem on-line, optou-se pelas metodologias imersivas. Essas metodologias concretizam-se por meio de atividades pedagógicas com foco na aprendizagem experiencial e prática do estudante em situações do contexto da profissão. Parte-se do princípio de que o primeiro passo para aprendizagem é colocar o estudante diante de uma situação concreta, relacionada ao conhecimento que precisa ser apropriado. Os conhecimentos podem ser técnicos, específicos, reunindo novas competências, habilidades ou comportamentos.

Como o objetivo dessa metodologia está em proporcionar ao estudante uma experiência muito próxima ou real da atuação profissional, por meio da resolução de desafios e problemas reais, o diferencial está na apresentação do conhecimento por meio de uma situação problema.

Imerso na experiência, o estudante reflete sobre a situação problema a partir do novo conhecimento (teórico-prático), tanto na experiência de vida quanto no exercício profissional. O foco é levar o estudante a levantar hipóteses de soluções, construindo ou desconstruindo o conhecimento para tomar a melhor decisão.

Ao intervir por meio da tomada de decisão, o estudante efetivamente aplica o conhecimento e melhora sua performance, que pode ser verificada por meio do *feedback* imediato (resposta padrão) sobre as consequências das ações tomadas em um ambiente simulado e seguro.

A aplicação das metodologias inovativas (imersivas, ágeis, ativas e analítica) na EaD ocorre por meio de diferentes objetos de aprendizagem, como nas aulas ao vivo, aulas conceituais, nas atividades de estudo, Material de Avaliação Prática de Aprendizagem, Fóruns, nivelamentos, proficiências, laboratórios virtuais e avaliações.

Já os cursos na área de Engenharias e Saúde e Bem-Estar da modalidade EaD são ofertados com a aplicação de metodologia no modelo híbrido, ou seja, estão organizados em um modelo que integra atividades on-line articuladas com atividades presenciais por meio de Metodologias Ativas.

Importante evidenciar que o termo Ensino Híbrido ou ***Blended Learning***, foi apresentado pelo Instituto Clayton Christensen e tem sido disseminado com o intuito de definir uma metodologia que integra o método tradicional — presencial, em sala de aula e com a interação do professor, com o aprendizado ***on-line***, que utiliza as tecnologias digitais para possibilitar o acesso ao conhecimento com o controle do tempo e ritmo por parte do estudante. Em outras palavras, mistura as atividades online com as ***off-line***, mantendo o foco na personalização do aprendizado do estudante.

Para garantir a realização da metodologia híbrida, a estrutura dos encontros dos estudantes ocorre com a participação em aula ao vivo com a possibilidade de interagirem no momento da aula com o seu professor. Estas aulas são mediadas por meio de chat, onde um outro ator pedagógico, o professor mediador, promove a interação entre discentes e seus pares e entre discentes e docente. Em outro dia da semana, os estudantes devem comparecer ao polo para participar de atividades presenciais, seja relacionada a prática e uso de laboratório, ou encontros de aprendizado ativo. Para este último, encontro de aprendizado ativo, a depender da organização didático-pedagógica e projeto pedagógico, o estudante também participa de encontros tele presenciais com tutores.

Os encontros de aprendizado ativo presenciais ou tele presenciais são promovidos com o uso de diferentes estratégias de metodologias ativas para desenvolvimento da aprendizagem, bem como as práticas em laboratório, todas acontecendo norteadas por meio de roteirização, elaborada pelo professor da disciplina, juntamente com a equipe pedagógica do curso.

As metodologias ativas são um conjunto de atividades organizadas, nas quais os estudantes deixam de ser agentes passivos (que apenas escutam) e passam a ser membros ativos no processo de aprendizagem por meio de estratégias pedagógicas que estimulam a apropriação, produção de conhecimento e análise de problemas. Defende-se que, por meio das metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão posteriormente na vida profissional serão vivenciados, de forma antecipada, durante o curso.

Para atender às especificidades dos cursos de Pós-graduação, a identidade metodológica está ancorada nos princípios norteadores das metodologias ágeis.

As metodologias ágeis na educação superior conferem ao estudante a posição de protagonista do seu próprio aprendizado, proporcionando-lhe a capacidade de acessar informações, conectar-se a pessoas, tomar decisões e aprender em qualquer hora e em qualquer lugar. As metodologias ágeis na Instituição são aplicadas com maior ênfase nos cursos de pós-graduação lato sensu. A articulação destes com o mercado de trabalho (ambientes de pesquisas, negócios e tecnologias) e com o contexto das inovações tecnológicas oportunizarão experiências e aprendizagens a partir de ciclos pontuais e instrumentos de avaliações recorrentes.

O objetivo dessas metodologias é incentivar o desenvolvimento da capacidade de absorção de conteúdos de maneira autônoma, ágil (*just in time*) e participativa, a partir do compartilhamento de conhecimento, da componentização da aprendizagem em micromomentos, microatividades e microconteúdos.

A constituição da identidade metodológica da Instituição por meio da aplicação das metodologias imersivas, ativas e ágeis, fornece subsídios para uma pedagogia dinâmica, centrada na criatividade e na atividade discente, numa perspectiva de construção do conhecimento, do protagonismo, do autodidatismo, da capacidade de resolução de problemas, do desenvolvimento de projetos, da autonomia e de maior engajamento no processo de ensino e aprendizagem de forma inovadora.

2.3. Perfil do Egresso

O perfil do egresso da Instituição está intrinsecamente vinculado ao perfil profissional definido no projeto pedagógico de cada curso, aliado à filosofia definida pela IES neste projeto, qual seja: a formação de profissionais com perfil empreendedor, cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária. Esse perfil sugere uma consciência ética aprimorada, alto nível educacional e comprometimento com o desenvolvimento cultural, social e econômico.

O perfil dos egressos é definido em consonância com a missão institucional e com a proposta curricular. A definição do currículo leva em consideração o perfil desejado para cada curso, observando a seleção de conteúdos necessários, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas para se obter o referido perfil, bem como a necessidade de preparação dos alunos para o mundo do trabalho, o atendimento às novas demandas econômicas e de emprego, de formação para a cidadania, a preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, de formação para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmônico e de preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos.

2.4. Políticas Institucionais e Acadêmicas

2.4.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação na modalidade presencial

O Ensino de Graduação na Instituição segue princípios pedagógicos articulados e amparados na legislação nacional, com uma formação embasada em conhecimentos historicamente produzidos nas mais diversas áreas das ciências e da tecnologia, com a interlocução das práticas cotidianas da vida e do trabalho. Atenção e esforços cotidianos estão empregados na promoção do ensino de qualidade, dos processos de ensino-aprendizagem e de avanços da ciência, com a perspectiva de inovar na solução de problemas e necessidades sociais.

Considerando a constante análise de cenário e os esforços coletivos de aprimoramento do ensino no país, a Política de Ensino de Graduação da Instituição externa a concepção de ensino orientada pela missão institucional. Tal concepção é manifestada por meio de seu corpo docente, coordenadores de curso, diretores de áreas, professores formadores e mediadores, tutores, colaboradores e estudantes.

Dimensionadas pelo aspecto social, as Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação estão ancoradas no ensino, na pesquisa e na extensão, e são fortalecidas pela vivência universitária e pela experiência acadêmica.

A concepção de ensino, enquanto desenvolvimento humano, é orientada pelos princípios de respeito ao ser humano de forma integral, excelência intelectual e profissional, promoção do desenvolvimento emocional e espiritual, compromisso com o conhecimento, a aprendizagem e a transformação da sociedade, ética, cidadania, integridade e transparência, inovação tecnológica permanente, desenvolvimento e valorização da cultura e da arte, responsabilidade com o meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Nessa medida, a Instituição objetiva um ser humano integral, participativo, atuante e comprometido com a sociedade e com as práticas culturais e políticas.

Os cursos de graduação da Instituição empregam elementos de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), tanto para a interação direta com o estudante, quanto para as técnicas de educação e os métodos didático-pedagógicos.

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a Instituição estabelece as Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação, a saber:

- I. Promover, por meio dos cursos de graduação, a formação integral do estudante, observando os pilares intelectual, profissional, emocional e espiritual adotados pela IES;
- II. Investir constantemente no aprimoramento da modalidade de ensino a distância por meio da melhoria constante dos equipamentos audiovisuais e de tecnologia da informação, e também por meio do uso de realidade aumentada, permitindo aos cursos ofertados o aperfeiçoamento para viabilizar o uso das metodologias ativas, imersivas e ágeis como práticas inovadoras;

- III. Acompanhar de forma sistemática a atualização curricular de todos os cursos ofertados pela IES;
- IV. Acompanhar a oferta dos componentes curriculares dos cursos;
- V. Garantir que os projetos pedagógicos de cada curso de graduação dediquem especial atenção à prática da iniciação científica, à prática da monitoria, às atividades científico-culturais e artísticas, aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios e à participação em projetos de extensão e de ensino com as comunidades acadêmica e externa;
- VI. Garantir a participação dos acadêmicos em atividades de monitoria em uma ou mais áreas;
- VII. Estabelecer regulamentação de estágios, TCCs, monografias, exercício de monitoria, iniciação científica, projetos de ensino, de extensão e de visitas técnicas, assim como demais atividades práticas que integrem o currículo dos cursos ao mundo do trabalho;
- VIII. Promover o nivelamento de conteúdos curriculares básicos e de competências essenciais para o sucesso universitário;
- IX. Aprimorar em todos os cursos a discussão de temas e questões transversais, em especial, por meio das Disciplinas de Estudos Contemporâneos e Transversais, de forma a construir nos estudantes a consciência em relação aos acontecimentos em seu entorno econômico, político e social;
- X. Garantir e ampliar as oportunidades de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais;
- XI. Promover ações inovadoras e reconhecidamente exitosas à toda a comunidade acadêmica, no intuito de colaborar com o desenvolvimento do estudante e da sociedade como um todo;
- XII. Manter estudos constantes sobre a legislação pertinente a cada curso de graduação, de modo a atender às exigências das diretrizes curriculares que orientam cada curso;
- XIII. Atender às diretrizes legais para a formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a Educação Ambiental, as questões da sustentabilidade, da preservação de nosso ecossistema, da diversidade cultural, dos direitos humanos e da inclusão social;
- XIV. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo que eles possuam pluralidade de linhas de pensamento, definam conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades dos estudantes na perspectiva do “aprender a aprender”;
- XV. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do estudante;
- XVI. Fortalecer o sistema de acompanhamento do estudante egresso dos cursos de graduação, visto não só como instrumento de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, mas também como apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- XVII. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, dos equipamentos, dos laboratórios e da biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- XVIII. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir de suas avaliações internas e externas;

- XIX. Analisar a evolução dos cursos existentes para, dessa forma, atualizar constantemente o PDI, respeitando o seu período de vigência;
- XX. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais e às necessidades do mercado, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XXI. Estimular a prática de elaboração de recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação.
- XXII. Atualizar constantemente os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do estudante e da avaliação docente realizada pelos estudantes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XXIII. Estimular as ações integradoras das teorias e práticas profissionais;
- XXIV. Incentivar os estudantes a dedicarem tempo às atividades acadêmicas e de produção científica, esta realizada por meio do monitoramento constante e da análise de indicadores;
- XXV. Incentivar, como meio de aprendizagem, o uso adequado das áreas acadêmicas, das bibliotecas e dos laboratórios físicos e virtuais;
- XXVI. Promover a constante atualização do Programa de Inclusão para pessoas com deficiências, seja no que se refere às melhorias constantes dos aspectos atitudinais e de acessibilidade física, como também em relação ao ambiente virtual de aprendizagem;
- XXVII. Incentivar a leitura como formação continuada para o corpo docente e estudantil;
- XXVIII. Promover a contínua qualidade e a inovação na gestão colegiada dos cursos;
- XXIX. Estimular a autonomia dos estudantes por meio da indissociabilidade entre a formação específica e a formação cidadã, de modo que as experiências acadêmicas, culturais, sociais, políticas e técnicas vivenciadas pelos estudantes produzam conhecimento em diversas formas;
- XXX. Viabilizar práticas de interdisciplinaridade de modo a formar profissionais dotados de conhecimentos do todo e habilitados à prática competente, ética e socialmente responsável;
- XXXI. Desenvolver ações preventivas, preditivas e reativas que reduzam o fracasso acadêmico e melhorem os indicadores de sucesso acadêmico e de permanência;
- XXXII. Estimular, nos cursos de licenciatura, o desenvolvimento de projetos que possuam caráter diferencial e que reflitam o compromisso com a formação docente, na perspectiva da contribuição efetiva para a melhoria da educação básica.

A Políticas de Ensino e Ações Acadêmico-Administrativas para os Cursos de Graduação da Instituição é um processo de melhoria contínua, elaborada com base nas deliberações do CONSUNI e nas proposições apresentadas e gerenciadas pelos NDE e pelos colegiados de cada curso, levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais e de entidades profissionais.

2.4.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação na modalidade a distância

A educação como fator de equidade social e desenvolvimento econômico é um pressuposto defendido pelos mais influentes organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Unesco e a OCDE. Em um país como o nosso, de dimensões continentais e assimetrias socioeconômicas

preocupantes, tal defesa é plausível. Soma-se a esse contexto uma defasagem de séculos na oferta educacional em termos quantitativos e qualitativos, o que levanta obstáculos à efetiva garantia constitucional de universalização da educação escolar.

A educação a distância coloca-se como modalidade estrategicamente importante para a inovação e a mitigação dos impactos negativos resultantes do déficit educacional brasileiro. Ciente de sua responsabilidade educacional e social, a Instituição vem implantando as disciplinas digitais levando em consideração as condições reais de cada localidade em que os alunos estão inseridos e conforme legislação vigente.

A Instituição compreende a EaD como a modalidade que usa de momentos síncrono e assíncrono de aprendizagem, suportada por metodologias inovativas e recursos tecnológicos que permitem interatividade e interação no processo de mediação e construção do conhecimento, sempre pautado no atendimento do proposto em cada projeto pedagógico dos cursos que deve resguardar as diretrizes curriculares e perfil de cada área de formação. Nesse contexto, cabe ressaltar que educar a distância significa oferecer ao estudante referenciais teórico-práticos que, por sua vez, levem à aquisição de competências cognitivas, de habilidades e atitudes promotoras do pleno desenvolvimento da pessoa, do exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

Dessa forma, resgata-se a coerência da missão institucional: “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Na busca pela concretização de sua missão, a Instituição estabelece as seguintes diretrizes:

- I. Priorizar em suas atividades o diagnóstico, num caráter regional, dos problemas e das necessidades sociais. O objetivo é estabelecer relações com a sociedade e propor alternativas de soluções por meio de projetos e programas, de modo a propiciar a participação efetiva do estudante na resolução de problemas da comunidade;
- II. Assegurar a estrutura administrativa e organizacional de forma que as propostas decisórias contemplem as contribuições, as demandas e as sugestões coletivas;
- III. Propiciar à comunidade acadêmica a participação dialógica nas definições das políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, favorecendo a relação inclusiva;
- IV. Viabilizar as condições necessárias para a promoção da qualificação e da educação continuada do corpo docente e administrativo;
- V. Aperfeiçoar e intensificar a integração entre órgãos, setores e atividades afins, promovendo atividades culturais que envolvam toda a comunidade acadêmica;
- VI. Manter os cursos das diferentes áreas em contínuo e crescente processo de avaliação, buscando a excelência do padrão de qualidade, de modo a oferecer o ensino com qualidade e equidade;
- VII. Intensificar a busca por novas parcerias e projetos, contribuindo para a formação profissional dos alunos e com o desenvolvimento regional integrado;
- VIII. Articular ensino, pesquisa e extensão, propiciando a formação integral ao acadêmico, de modo a contribuir para a formação da consciência crítica que o permita refletir sobre a problemática social e sobre o seu papel como sujeito e ator social no processo de mudança e construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

- IX. Articular e promover a interdisciplinaridade e o uso de metodologias inovativas (imersivas, ativas, analíticas e ágeis) para desenvolver as competências e os saberes necessários à realidade profissional do egresso;
- X. Enfatizar e participar, como já é feito sistematicamente, da preservação do meio ambiente, por meio da educação ambiental e da elaboração de projetos, visando à participação de acadêmicos e da sociedade na preservação de nosso ecossistema e no aproveitamento sustentável das riquezas da região;
- XI. Buscar a produção do conhecimento em todas as suas formas, questionando as teorias e os processos de investigação, fazendo do ato educativo um trabalho para a práxis profissional consciente e voltada para a resolução dos problemas impostos à sociedade como um todo;
- XII. Ampliar a rede de Polos de Apoio Presenciais, considerando: demografia, crescimento demográfico na última década, localização geográfica, presença de outras Instituições oferecendo cursos superiores a distância, impacto social em potencial (melhoria e qualificação da mão de obra), interiorização da educação no cenário nacional, fortalecimento da marca e consolidação de mercados;
- XIII. A oferta de novos cursos será realizada a partir da análise sistemática das condições reais de oferta em cada localidade em que será implantado no respectivo polo de apoio presencial;
- XIV. Aprimorar constantemente os processos educativos, garantindo a qualificada atualização de sua proposta pedagógica para cursos a distância, considerando:
 - Preparar os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e de apoio ao discente;
 - Elaborar propostas metodológicas que favoreçam a aprendizagem e a experiência acadêmica;
 - Desenvolver objetos de aprendizagem coerentes com a identidade metodológica institucional;
 - Aperfeiçoar e atualizar continuamente os meios de comunicação já implantados entre os discentes e as diversas áreas institucionais;
- XV. Fortalecer o setor por meio da preparação dos materiais didáticos e da logística de apoio aos polos.
- XVI. Acompanhamento sistemático da atualização curricular dos cursos.

2.4.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu

O avanço tecnológico produzido nos últimos anos, especificamente no que se refere às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), exige a necessária reflexão sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Os cursos de pós-graduação ***lato sensu***, denominados cursos de especialização de nível superior, e a Educação Continuada são ofertados em consonância com as políticas institucionais aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

A pós-graduação ***lato sensu*** está estruturada a partir das principais demandas de formação especializada, contemplando a dinâmica do mundo moderno, das TDIC, do mercado e das novas competências profissionais. Nessa direção, os cursos de pós-graduação lato sensu são destinados a candidatos graduados no ensino superior. Os demais cursos de Educação Continuada (Cursos Livres,

Cursos de Aperfeiçoamento, Cursos Profissionalizantes) são destinados à comunidade acadêmica geral e aos profissionais desejosos de capacitação, aperfeiçoamento, atualização e desenvolvimento de habilidades em determinada área do conhecimento.

Para a política de ensino de pós-graduação **lato sensu**, a Instituição estabelece, no presente PDI, o compromisso institucional de ampliação da oferta de ensino, o aperfeiçoamento das interações entre graduação e pós-graduação, as políticas de interação com egressos, o fortalecimento das políticas de acessibilidade educacional e do atendimento às demandas socioeconômicas das regiões atendidas pela sede e polos de apoio presencial.

De modo estratégico, alinhado à missão, aos princípios e ao desenvolvimento institucional propostos, são políticas institucionais para o ensino de pós-graduação **lato sensu**:

- I. Fortalecer a pós-graduação lato sensu, respeitando os padrões de qualidade, a legislação vigente, a articulação da oferta dos cursos lato sensu com as áreas da graduação, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social das regiões envolvidas, bem como do país;
- II. A oferta de cursos de pós-graduação lato sensu será aprovada pelos Órgãos Colegiados competentes da IES.
- III. Os Órgãos Colegiados da IES, conforme a sua competência, deverão acompanhar a realização dos cursos de pós-graduação lato sensu;
- IV. Os cursos de pós-graduação lato sensu serão avaliados pelos Órgão Colegiados competentes e pela CPA da IES.
- V. Realizar estudos de mercado para a criação e o aprimoramento de cursos de pós-graduação coerentes com as demandas identificadas atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES, inclusive de seus polos de apoio presencial.
- VI. Garantir o ensino orientado por professores qualificados e titulados (mestres e doutores – 50% no mínimo);
- VII. Consolidar a pós-graduação lato sensu com o objetivo preferencial de ampliação do atendimento e de aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades;
- VIII. Implementar práticas pedagógicas inovadoras e metodologias diversificadas que corroborem a melhoria da aprendizagem;
- IX. Promover o estabelecimento de relações em parceria e em cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa no país e no exterior;
- X. Desenvolver a responsabilidade social sem restrição aos limites geográficos e ofertar educação superior de qualidade para a qualificação profissional;
- XI. Ampliar os mecanismos de apoio à publicação para professores e estudantes;
- XII. Incentivar constante participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos, tecnológicos e culturais;
- XIII. Estimular apresentações e publicações de artigos científicos;
- XIV. Oferecer flexibilidade curricular como condição de aprimoramento nas áreas de conhecimento.

2.4.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica

Para a Instituição realizar sua missão de promover uma educação de qualidade, é necessário compreender a pesquisa como um dos principais eixos para a formação de sujeitos corresponsáveis pelo seu próprio crescimento como pessoa e pelo desenvolvimento do seu entorno social. A promoção institucional em pesquisa contribui não só para a formação de profissionais altamente qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente, que exerce papel transformador na sociedade ao produzir, interpretar e socializar conhecimentos transversalmente.

Diante da importância dessa atividade, pela implementação e pela gestão das políticas e atividades relativas à pesquisa – enaltece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender, em suas instâncias, às exigências legais preconizadas pelos órgãos normativos e de fomento.

A possibilidade de relacionar ensino, pesquisa e extensão, exigência própria do Ensino Superior, é deflagrada pela necessidade de formar um cidadão que possa atuar em seu entorno com criticidade, considerando a conjuntura histórica, sem reduzir essa inserção apenas à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Essa necessidade requer de seus partícipes a investigação por meio do rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver o questionamento reconstrutivo, a capacidade de identificar problemas e de refletir sobre eles, assim como localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las, esboçando a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas.

Ações voltadas ao estímulo do professor/pesquisador, do acadêmico pesquisador, à consolidação das linhas de pesquisa, à manutenção e à expansão dos programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento, entre outros, permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como estimulam a intenção de formar sujeitos a partir da visão científica/ profissional/social. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva de convivência plural e solidária, conforme é preconizado na missão educacional da Instituição. Em consonância a esses princípios, há as seguintes diretrizes:

- I. Consolidação, manutenção e expansão do Comitê de Ética para Pesquisas em Seres Humanos;
- II. Consolidação, manutenção e fortalecimento do Comitê Assessor de Pesquisa (CAPEC);
- III. Divulgação, consolidação e manutenção do Comitê de Experimentação Animal;
- IV. Expansão e fortalecimento do Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa, por meio de publicação, impressa e on-line, de periódicos científicos indexados;
- V. Criação de grupos de pesquisa ativos e produtivos cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- VI. Inserção de estudantes de graduação nos grupos de pesquisa;
- VII. Garantir a divulgação das pesquisas no meio acadêmico institucional, local, regional, estadual, nacional e internacional;
- VIII. Estimular e ofertar programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento;

- IX. Ofertar bolsas de Iniciação Científica (IC) mantidas com recursos próprios e com o fomento de agências externas;
- X. Apoio técnico institucional para o preenchimento e o encaminhamento de projetos científicos às agências de fomento à pesquisa;
- XI. Oferta anual de editais de IC a todos os acadêmicos que estão regularmente matriculados em cursos de graduação;
- XII. Oferta de cursos de elaboração de Projetos de Iniciação Científica (IC) a todos os acadêmicos que queiram realizar pesquisa;
- XIII. Disponibilização de ambiente on-line para a orientação de IC a acadêmicos de cursos de graduação;
- XIV. Acompanhamento do progresso das pesquisas de iniciação científica por meio de entrevistas com os acadêmicos pesquisadores;
- XV. Favorecimento de ambientes, cenários e laboratórios próprios ao desenvolvimento de pesquisas científicas;
- XVI. Divulgação à comunidade, por meio das mídias sociais, das atividades e dos resultados das pesquisas desenvolvidas;
- XVII. Promoção da visibilidade dos egressos participantes dos programas de Iniciação Científica da IES;
- XVIII. Promover a realização de eventos de avaliação dos programas de Iniciação Científica e pesquisa;
- XIX. Possibilitar acesso, por meio da página institucional da IES, a bases de dados e a bibliotecas virtuais e digitais;
- XX. Utilizar o Repositório Digital Universitário (RDU) para a divulgação de TCCs e de pesquisas desenvolvidas por docentes e acadêmicos pesquisadores da IES;
- XXI. Fomentar de linhas de pesquisa transversais aos cursos de graduação, de pós-graduação lato sensu e de iniciação científica;
- XXII. Apoiar à pós-graduação à participação e apresentação em eventos científicos, para docentes e discentes da IES;
- XXIII. Prospear e consolidar parcerias com empresas e agências de fomentos públicos e privados para o alicerçamento do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), visando ao apoio, à disseminação e ao avanço de projetos de educação, pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia;
- XXIV. Estimular e concretização de parcerias internacionais para o fomento de convênios de pesquisa, ensino e extensão;
- XXV. Promover ações inovadoras e reconhecidamente exitosas que garantam o cumprimento das políticas para pesquisa.

2.4.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

A Extensão Universitária existe no Brasil sob duas formas que traduzem, em suma, a própria história do conceito de extensão: uma centrada na prestação de serviços, na promoção de eventos, na difusão de cultura e no repasse de tecnologias, e outra mais articulada com o processo formativo (ensino) do aluno e com a produção do conhecimento (pesquisa). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 define, dentre suas estratégias, a integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

A Política de Extensão da Instituição tem por objetivo a inserção da dimensão acadêmica da extensão na formação dos discentes e na construção do conhecimento. Ao lado disso, insiste no comprometimento da Instituição com a Sociedade, mediado por um nexo bidirecional de mútua possibilitação.

Para que o complexo escopo se cumpra, determinadas metas e estratégias são cruciais. Em primeiro lugar, incorporar, no mínimo, 10% do total de horas curriculares de formação acadêmica em atividades extensionistas, preferencialmente Programas e Projetos, para além dos espaços usuais de sala de aula. Para tanto, torna-se inadiável, no âmbito da Instituição, o claro reconhecimento da extensão em seu domínio pedagógico e, ao mesmo tempo, seu papel de construtora do conhecimento. Mais de perto, importa estimular a criação de componentes curriculares em ações extensionistas, integrados aos próprios currículos em nível de Graduação.

Pela mesma orientação, o reconhecimento das horas de integralização curricular, a partir da atuação em Programas e Projetos. Além disso, promover explicitamente o exercício da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e extensão com a finalidade de garantir a dimensão acadêmica na formação discente.

As ações extensionistas possuem, como eixo, o tripé: docente, discente e comunidade (interna e externa). A extensão ocupa o lugar e o papel da intervenção/investigação, do diálogo dos saberes acadêmicos, da produção do novo saber, das metodologias que transformam o conhecimento em bem social, da socialização com respeito ao *ethos* cultural da população envolvida.

A política de Extensão Universitária está estabelecida em atendimento aos princípios da cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, e responsabilidade institucional e social. Ela se orienta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), pelas Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira (Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018), que regulamenta a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, agregando, também, os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

As ações de extensão da Instituição têm suas práticas estruturadas a partir das seguintes concepções:

- I. Promover ações inovadoras e reconhecidamente exitosas que garantam o cumprimento das políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão;
- II. Estimular e ofertar programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento;
- III. Garantir a divulgação das práticas extensionistas no meio acadêmico institucional, local, regional, estadual, nacional e internacional;
- IV. Estimular e garantir práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa;
- V. A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

- VI. A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- VII. A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- VIII. A articulação entre ensino/pesquisa/extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.
- IX. A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- X. O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- XI. A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- XII. A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- XIII. O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- XIV. O apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- XV. A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

2.4.6. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Inovação Tecnológica

A Instituição sempre esteve na vanguarda em relação às inovações que proporcionam benefícios para a comunidade acadêmica. Ao pensar em tecnologia, a IES segue o princípio de utilizá-la como meio relevante para auxiliar a construção do conhecimento e como apoio, de forma significativa, a toda a gestão acadêmica em suas diversas esferas. Dessa forma, com o intuito de nortear as atividades institucionais que demandam inovação tecnológica, faz-se necessária a construção de políticas que atendam a essas necessidades.

No contexto da IES, a inovação tecnológica é incorporada aos processos de ensino e aprendizagem com o uso de dispositivos de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Por meio deles, é possível ofertar subsídios metodológicos, com foco didático-pedagógico, que auxiliem os acadêmicos na construção de suas habilidades e competências. Diante de uma sociedade que se encontra em transformação constante e na qual a tecnologia tem grande influência, as ferramentas de educação a distância, por exemplo, passam a ser fundamentais na construção do conhecimento acadêmico.

Essa dinâmica oportuniza aos estudantes e futuros profissionais o contato e a utilização de ferramentas que fazem parte de um contexto social metamórfico. Esse cenário carece de melhoria e desenvolvimento constantes, que podem ser feitos por inovações disruptivas ou incrementais. Tais inovações, além de facilitar o acesso ao processo de formação e qualificação, contribuem para o desenvolvimento da sociedade, a inclusão de minorias e a evolução nos processos de produção e inovação, que contribuem para a ampliação de oportunidades educacionais em todas as classes sociais.

A missão institucional está fundamentada na formação qualificada e cidadã dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento e de forma que eles contribuam para o desenvolvimento da sociedade. Além disso, um dos princípios filosófico-educacionais de formação dos educandos está direcionado na articulação do ensino, da pesquisa e da extensão em diferentes níveis e modalidades. Esse pressuposto norteia o desenvolvimento das políticas de inovações tecnológicas da IES, expostas neste PDI, e que passam por constante atualização, devido ao dinamismo imperativo da tecnologia.

No que tange aos recursos tecnológicos inovativos, as políticas institucionais deverão ser dispostas de forma que permitam:

- I. Desenvolver estratégias de gestão, comunicação e aprendizagem, suportadas por soluções tecnológicas convergentes;
- II. Utilizar as ferramentas essenciais que possibilitem aos estudantes clareza acerca dos recursos metodológicos e tecnológicos trabalhados ao longo do processo educativo;
- III. Desenvolver processos formativos contínuos que visem ao letramento e à atualização digital do corpo docente e acadêmico;
- IV. Garantir a divulgação das inovações tecnológicas no meio acadêmico institucional, local, regional, estadual, nacional e internacional;
- V. Estimular o uso de recursos e objetos de aprendizagem que facilitem o processo educativo;
- VI. Desenvolver recursos de aprendizagem na estrutura de simuladores que permitam uma segura imersão nas diferentes realidades científicas e profissionais;
- VII. Desenvolver tecnologias de aprendizagem que facilitem experiências de aprendizagem gamificadas, colaborativas e imersivas;
- VIII. Aproximar as práticas profissionais modernas dos recursos tecnológicos contemporâneos, garantindo a formação atualizada acerca das tendências mercadológicas;
- IX. Disponibilizar recursos que, ao serem dispostos e ofertados, deverão garantir a obtenção de informações e de indicadores capazes de aferir a assertividade do recurso e da metodologia, além de eventuais necessidades de correção, reparo ou substituição;
- X. Produzir recursos e objetos que proporcionem a aprendizagem por meio de dispositivos e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) que garantam também a viabilidade e a facilidade do acesso;
- XI. Prever a estruturação tecnológica física e lógica necessária para atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão.

- XII. Estruturar um plano de contingência que preveja o suporte, o pleno atendimento e a garantia de estabilidade dos recursos e serviços tecnológicos;
- XIII. Atualizar constantemente os recursos, sempre prevenindo a aquisição de novos dispositivos que garantam a contemporaneidade das produções institucionais;
- XIV. Promover ações inovadoras e reconhecidamente exitosas que garantam o cumprimento das políticas para a inovação tecnológica.

2.4.7. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para o desenvolvimento artístico e cultural

A Instituição partilha da visão de que a constituição dos bens culturais possibilita a formulação de conhecimentos diversos no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, das Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias, e das Ciências Biológicas e da Saúde. Partindo dessa premissa, entende-se que é por meio dos patrimônios culturais que uma sociedade pode compreender aspectos da organização social, política, econômica e religiosa que a conformam. Esses patrimônios da cultura são testemunhos válidos para a compreensão social e histórica, pois vinculam os homens e as mulheres do tempo presente a um mundo de experiências e vivências dos sujeitos de outrora.

Nesse sentido, a Instituição tem como parte de sua proposta pedagógica o desenvolvimento de ações que sirvam para identificar, conservar e socializar as diversas expressões e manifestações culturais, os patrimônios culturais e a memória. Essas ações são traduzidas em uma série de atividades voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Também em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial de modo transversal aos cursos ofertados. Tais ações e atividades ampliam as competências dos egressos e ofertam mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

As diferentes ações envolvem, a saber: docentes, discentes, colaboradores dos mais diversos setores, bem como o público que, de uma forma ou outra, é atendido pelos projetos de extensão social na área da cultura e dos patrimônios culturais.

Importante destacar que tal política contempla, além da comunidade residente na sede, também seus polos de apoio presencial. Ao contemplar uma comunidade tão ampla, atende aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações e responsabilidade institucional e social, além de se orientar pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

Para atender à integração das políticas de produção artística, memória e patrimônio cultural, deve-se estabelecer, ainda, as seguintes diretrizes que norteiam as ações, como apresentadas a seguir:

- I. Ampliar a Orquestra Filarmônica UniCesumar (OFUC). É necessário destacar que a orquestra executa programas de concertos diversificados: obras sinfônicas, populares, nacionais e internacionais, trilhas sonoras, dentre outras. É composta por um corpo artístico formado por bolsistas do Projeto de Extensão da UniCesumar, os quais são

- profissionais da área com formação superior, estudantes de Música e músicos de outras áreas do conhecimento;
- II. Garantir a divulgação dos aspectos artísticos e culturais no meio acadêmico institucional, local, regional, estadual, nacional e internacional;
 - III. Incentivar o sentimento de compreensão, esperança e fraternidade como meios para que as pessoas se desenvolvam emocional e espiritualmente, superando desafios, traumas e barreiras;
 - IV. Ampliar o projeto OFUC Itinerante. O projeto consta de uma carreta-palco que propicia a realização de concertos e o contato com a música sinfônica pelos quatro cantos do Brasil;
 - V. Participar, efetivamente, com comissões de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural;
 - VI. Assessorar o poder público para medidas pertinentes em relação aos patrimônios culturais e à preservação da memória local, regional e nacional;
 - VII. Educar para a percepção e o respeito à cultura e aos patrimônios culturais como forma de contribuir com a construção de políticas culturais sólidas;
 - VIII. Desenvolver projetos que produzam registros das histórias dos municípios onde a Instituição se faz presente;
 - IX. Promover ações inovadoras e reconhecidamente exitosas que garantam o cumprimento das políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para o desenvolvimento artístico e cultural.

2.4.8. Políticas para a Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, e Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

A Instituição, enquanto Instituição de Ensino Superior e ciente da sua responsabilidade na formação integral do estudante, busca, além da formação técnica, o desenvolvimento da educação para a cidadania, condizente com a sua missão institucional de promoção de uma sociedade justa e solidária.

Com o intuito de proporcionar ao estudante um olhar sistêmico, ampliando a reflexão sobre a sua futura atuação profissional, favorecendo, por sua vez, o desenvolvimento de um profissional comprometido e consciente de sua ação no mundo a Instituição decidiu disponibilizar a todos os estudantes da IES uma disciplina obrigatória a qual denominou de **Formação Sociocultural e Ética I** e **Formação Sociocultural e Ética II**, nas quais se discute as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena, permitindo a reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e o resgate histórico da população brasileira, além de políticas públicas de inclusão social e a formação da identidade nacional brasileira.

Referida disciplina também explora as políticas educacionais de valorização das diversidades e dos direitos humanos e de Educação Ambiental e Sustentabilidade, garantindo a aproximação do estudante com o ambiente em que vive e a participação da comunidade em ações institucionais. Iniciativa a que busca proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades e competências críticas, empáticas e de resolução de problemas relativos à realidade em que esses estudantes estão inseridos.

Neste contexto e buscando oferecer temáticas sempre atualizadas, a IES optou em alterar a nomenclatura da disciplina de *Formação Sociocultural e Ética* para **Disciplinas de Estudos Contemporâneos e Transversais**, atualizando, inclusive todo o conteúdo disponibilizado aos alunos.

Assim, a Instituição para efetivar as políticas para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial observará:

- I. Disponibilizar aos estudantes da IES as disciplinas obrigatórias: Disciplinas de Estudos Contemporâneos e Transversais, que discutem as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena, permitindo a reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e o resgate histórico da população brasileira, além de políticas públicas de inclusão social e a formação da identidade nacional brasileira. Também explora as políticas educacionais de valorização das diversidades e dos direitos humanos e de Educação Ambiental e Sustentabilidade;
- II. Promover palestras e eventos abordando temas como: ética, diversidade étnico-racial, violência, educação, etc;
- III. Realizar encontros, simpósios e semanas acadêmicas com temáticas relacionadas aos direitos humanos, à pluralidade cultural, ao meio ambiente e à sustentabilidade;
- IV. Atuar na comunidade por meio das consultorias juniores na área ambiental, educacional e do trabalho, com foco no desenvolvimento de ações de sustentabilidade, de respeito às diferenças, de ética e responsabilidade social;
- V. Realizar pesquisas acadêmicas resultantes de projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, inseridos nos grupos de pesquisa da IES voltados às temáticas ambientais, culturais e de direitos humanos;
- VI. Apoiar a inclusão dos estudantes com deficiências e outras necessidades por meio de ações, eventos, programas dos setores dos núcleos de apoio ao estudante;
- VII. Desenvolver o programa de apoio aos imigrantes e refugiados, oferecendo para estrangeiros bolsas de estudo e cursos de qualificação, atendendo também aos imigrantes no processo de nacionalização em um projeto que tem, como objetivo precípuo, o atendimento por meio do CEJUSC/CID (Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Cidadania);
- VIII. Fomentar e implementar ações inclusão e empreendedorismo que objetivem a melhoria das condições de vida da população e as ações de, articulando os objetivos e valores da IES;
- IX. Garantir, de forma constante, a promoção de iniciativas, de recursos e de culturas da solidariedade e da cidadania;
- X. Manter e revitalizar o manual institucional de conduta e ética;
- XI. Manter, fomentar e estruturar a participação da Instituição em projetos de extensão vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- XII. Realizar convênios com algumas Instituições do Terceiro Setor com o objetivo de promover a inclusão social de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade;
- XIII. Zelar pelos espaços, pelas edificações, pelos mobiliários e meios de comunicação, para que não se tornem barreiras ou impeditivos do direito fundamental de ir e vir;
- XIV. Promover ações inovadoras e reconhecidamente exitosas que garantam o cumprimento das políticas de valorização da diversidade, do meio ambiente, da

memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

2.4.9. Políticas para a Organização e Gestão Institucional

A definição de estratégias para a Gestão Institucional tem por objetivo o aprimoramento permanente de suas ações e forma de atuação, representando uma contribuição fundamental para orientar, impulsionar e mobilizar a gestão, proporcionando uma visão sistêmica, primando pela eficiência e eficácia na utilização de recursos definidos no planejamento estratégico.

A gestão da Instituição está sob a responsabilidade da Diretoria, como órgão central, considerando a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados, com base em uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação de suas unidades.

A Instituição, no que tange às políticas para a organização e gestão institucional, estabelece os seguintes princípios:

- I. Acompanhar as diretrizes definidas pelas políticas institucionais para a área acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), gestão e organização institucional (pessoas, orçamento, gestão administrativa, infraestrutura);
- II. Garantir a autonomia e representatividade dos órgãos gestores, colegiados, participação de docentes, técnicos, tutores, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores, nos processos de gestão da IES;
- III. Garantir a nomeação e o cumprimento dos mandados dos membros que compõem os órgãos colegiados
- IV. Sistematizar e divulgar as decisões colegiadas, fortalecendo seu conhecimento e apropriação pela comunidade interna e, quanto for o caso, da comunidade externa;
- V. Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para implementação das políticas de gestão;
- VI. Analisar e apresentar indicadores sobre o orçamento de modo a permitir a elaboração de diretrizes e metas para a otimização de gastos sem prejuízo da qualidade institucional;
- VII. Acompanhar as decisões tomadas de forma colegiada nos conselhos superiores (CONSEPE), NDE e Colegiados de Cursos, para que se estabeleça a base para a gestão;
- VIII. Aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão;
- IX. Realizar avaliação diagnóstica da gestão, concentrada nas áreas ligadas à gestão;
- X. Realizar avaliação diagnóstica da área acadêmica, concentrada nas áreas ligadas à graduação, mas passando pela extensão, pesquisa e pós-graduação;
- XI. Verificar e acompanhar a evolução, de forma sistemática, dos indicadores de desempenho, para o cumprimento dos objetivos e metas no PDI.

2.4.10. Políticas para o Apoio, Qualificação e Reconhecimento do Corpo Docente

As rápidas mudanças que temos acompanhado no mundo, em diferentes áreas, têm impactado diretamente o trabalho do professor. Os desafios da profissão docente precisam ser trabalhados e

repensados, considerando o reposicionamento do seu papel e as mudanças necessárias desse fazer. Isso só é possível em espaços propícios à sensibilização, à reflexão e à análise de maneira contínua.

Por isso, a formação docente é imprescindível. Os professores têm grande responsabilidade na formação do estudante e, portanto, é indispensável o desenvolvimento de um programa que promova, com foco na melhoria contínua, o alinhamento das necessidades institucionais, da formação e das estratégias de apoio ao docente, as quais impactarão diretamente a qualidade da IES.

Além disso, compreender as expectativas do papel do professor é fundamental para orientar a sua formação. Nesse sentido, a Instituição alinha a sua proposta de formação docente às competências esperadas dos professores que atuam na IES. As competências definem as habilidades, os conhecimentos e as atitudes necessários para a atuação eficiente na docência e estão ancoradas nos pilares institucionais.

Os estudantes, independente da modalidade de ensino, são desafiados a ingressarem em um mundo do trabalho regido pela instabilidade e imprevisibilidade, por outro, também poderão encontrar alternativas, remodelando regras e criando possibilidades, neste sentido, os docentes do ensino superior na Instituição devem estar preparados para os desafios educacionais presentes e futuros, contribuindo para a evolução acadêmica e fomentar uma aprendizagem ativa e significativa para que nossos estudantes sejam capazes de atender as demandas da contemporaneidade.

Nesse sentido, para atender a capacitação para apoiar, qualificar e possibilitar o reconhecimento do corpo docente para a modalidade de ensino presencial, em 2018, foi criado PERFORMAR - Núcleo de Formação Docente.

No PERFORMAR, os atendimentos de suporte ao corpo docente são feitos por meio de criação e divulgação de infográficos e tutoriais; de forma presencial e remota (WhatsApp), e-mail, ligação e chamada de vídeo (Google Meet ou Teams). A formação continuada acontece ao longo de todo o ano letivo, de maneira presencial e remota. O acolhimento ao docente também acontece ao longo do ano letivo por meio da Integração Docente, momento em que é apresentado a ele a instituição, fazendo menção à missão institucional, bem como aos pilares que fundamentam o perfil e a prática docente; neste momento, ainda, são apresentados aos docentes os acessos às diferentes plataformas necessárias à sua rotina; além disso, apresenta-se os projetos desenvolvidos pelo PERFORMAR que atuam diretamente na formação requerida e desejada pela instituição, bem como reconhecer a qualidade do trabalho docente, de coordenadores e demais atores acadêmicos.

Para atender às necessidades do ensino a distância, a Unicesumar PROTAGONIZE-SE, programa de formação continuada ofertado à equipe pedagógica do ensino a distância. Trata-se de uma ação que busca o aperfeiçoamento (teórico e prático) e proporciona atualização profissional. O programa tem o objetivo de fomentar os processos formativos dos envolvidos com a organização pedagógica educacional. Além de seus objetivos de formação, apresenta uma perspectiva inovadora que utiliza como elemento basilar a construção de novos saberes com vistas a uma inovação nas práticas educacionais.

Nesta perspectiva inovadora, o programa tem como intuito qualificar coordenadores, professores formadores, professores mediadores, tutores pedagógicos e tutores operacionais, por meio de um

conjunto de práticas (fóruns, oficinas, palestras, minicursos, etc.) que visam desenvolver as competências e habilidades associadas ao desenvolvimento do protagonismo acadêmico. Além disso, propõe garantir a consolidação da identidade metodológica nas ações pedagógicas, com ênfase no ciclo de aprendizagem, considerando um processo colaborativo e formativo contínuo de forma a instrumentalizar os profissionais envolvidos.

A partir destes contextos, vale destacar que as IES precisam ser o espaço para construção de uma aprendizagem significativa, sólida e mais conectada com a realidade e interesses dos estudantes, preparando-os para o futuro, não apenas cognitivamente, mas emocionalmente, valorizando o autoconhecimento, a autonomia intelectual, a confiança criativa por meio da valorização de singularidades e o favorecimento da autorrealização.

Nesse sentido, as Políticas de Formação Docente seguem os seguintes compromissos:

- I. Promover ações para o desenvolvimento e a reflexão da prática educativa permanente aos docentes;
- II. Estimular a inserção de novas práticas e metodologias de ensino por meio de ações de formação e de divulgação entre os docentes;
- III. Desenvolver estratégias de compartilhamento e valorização das boas práticas educativas entre os docentes da instituição;
- IV. Propor ações de acompanhamento, apoio e mentoria com foco na melhoria da prática pedagógica;
- V. Valorizar professores pela sua atuação em sala de aula, o seu comprometimento, engajamento, suas publicações científicas e as suas boas práticas pedagógicas;
- VI. Favorecer espaços de discussão e aprendizado docente com desenvolvimento de ações preventivas, de inovação e reflexão da atuação desse profissional na Instituição;
- VII. Aprimorar a titulação e a qualificação acadêmica do corpo docente e incentivar os professores a melhorarem a sua titulação *stricto sensu*;
- VIII. Manter e aperfeiçoar a semana de formação docente, a fim de garantir a divulgação das diretrizes internas, propiciar a discussão da prática educativa e da qualidade dos processos acadêmicos;
- IX. Organizar espaços criativos de formação (Inspira Space) que reflitam, na práxis docente, a cultura, as necessidades institucionais e a identidade pedagógica da Instituição;
- X. Desenvolver o projeto “professor inspiração”, que permita a socialização e o reconhecimento de boas práticas pedagógicas;
- XI. Promover o mentoring docente com o objetivo de melhoria constante da didática docente;
- XII. Manter e revitalizar continuamente o Universo Corporativo, para que ele cumpra a sua função como plataforma on-line de cursos e capacitações do corpo de colaboradores da Instituição;
- XIII. Favorecer a integração de novos professores e coordenadores de curso com o objetivo de promover o acolhimento e a ambientação de novos colaboradores;
- XIV. Ofertar curso de pós-graduação em docência para todos os professores da Instituição;
- XV. Desenvolver e incentivar a formação continuada por área;

- XVI. Implementar programas de reconhecimento dos docentes que se destacam ao longo do ano por seu comprometimento com os princípios da IES.

2.4.11. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

Na contemporaneidade, exige-se do docente uma formação integral que promova habilidades e competências para a atuação em atividades complexas condizentes com os objetivos institucionais e sociais. Além disso, para a atuação de modo ético e colaborativo entre o corpo docente, demais colaboradores e discentes, faz-se necessário o estímulo da produção acadêmica docente, bem como sua difusão.

A Instituição enaltece os três eixos fundamentais do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, reconhece que o conhecimento significativo construído na articulação desses eixos é o que oportuniza aos docentes a qualificação profissional, a solução dos problemas cotidianos e o desenvolvimento de uma postura mais crítica e ética diante do conhecimento adquirido. A produção acadêmica tem, portanto, papel fundamental no desenvolvimento institucional e social, influenciando diretamente a qualidade da formação dos seus estudantes.

Nesse sentido, a Instituição estimula a qualificação profissional e, conseqüentemente, a produção acadêmica, pois ambas são indissociáveis, uma vez que a formação docente favorece o desenvolvimento intelectual e tecnológico, inclusive a produção de pesquisas no meio acadêmico.

Nesse contexto, é importante destacar que a produção bibliográfica e técnica acadêmica-docente concentra todas as publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, redigidas em autoria ou em coautoria, como artigos, livros, capítulos de livros, textos em revistas, textos em anais de congressos, textos de apresentações de trabalho, partituras (composições, arranjos, transcrições etc.), traduções, prefácios, posfácios, textos de apresentação em orelhas de livros, dentre outros.

O incentivo à produção acadêmica, bem como a divulgação desta, impacta diretamente o exercício da docência enaltecendo o ensino e a aprendizagem por meio da atualização de materiais didáticos, de aulas ministradas e pela circulação interna e externa dos resultados das pesquisas docentes.

Convergente ao exposto, a Instituição estabelece as seguintes políticas de estímulo e de difusão para a produção acadêmica docente:

- I. Prever a inserção do corpo docente em eventos de excelência locais, nacionais e internacionais em diferentes áreas do conhecimento;
- II. Promover eventos acadêmicos com oportunidade de publicação de trabalhos científicos;
- III. Estimular e promover a produção acadêmica publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, bem como a sua difusão;
- IV. Incentivar e apoiar a participação dos docentes em eventos de âmbito local, regional, nacional e internacional;
- V. Apoiar, organizar e publicar revistas acadêmico-científicas, indexadas no Qualis.

- VI. Ofertar e organizar periódicos científicos institucionais indexados no Qualis, em demais bases de dados e portais indexadores, com registro de ISSN e depósito do DOI, pela agência Crossref;
- VII. Favorecer e apoiar a tradução e a publicação de artigos por parte dos docentes;
- VIII. Prestar apoio financeiro aos pesquisadores da IES para a publicação de artigos científicos em periódicos qualificados e de elevado impacto de circulação nacional e internacional;
- IX. Garantir o estímulo e difusão para a produção acadêmica quanto às publicações didático-pedagógicas, oportunizando o desenvolvimento da produção intelectual;
- X. Apoiar a publicação de livros científicos que exponham resultados originais de pesquisa oriundas de estudos docentes;

2.4.12. Políticas para a Capacitação e Formação Continuada do Corpo Técnico-Administrativo

As Políticas para a Capacitação e Formação Continuada do Corpo Técnico-Administrativo visa definir procedimentos para as práticas voltadas à formação dos colaboradores, baseando-se no tripé: identidade profissional, comunicação interpessoal e competência técnica, aplicável a todos os colaboradores administrativos. Nesse sentido, procura:

- I. Estabelecer critérios, métodos e ferramentas de Gestão de Capacitação e formação continuada do Corpo Técnicos Administrativos;
- II. Assegurar a institucionalização de com práticas consolidadas e institucionalizadas que garantam a qualificação do corpo técnico-administrativo
- III. Zelar pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com a natureza institucional;
- IV. Oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação;
- V. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e comportamento ético;
- VI. Qualificar adequadamente, assegurando a melhoria da produtividade no desempenho de suas funções;
- VII. Desenvolver cursos que assegurem a melhor capacitação profissional e formação continuada para o corpo técnico-administrativo;
- VIII. Incentivar a participação dos colaboradores em treinamentos, congressos, seminários e demais eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;
- IX. Incentivar os colaboradores ao ingresso em cursos de nível superior, para assegurar melhoria no desempenho e progressão na carreira profissional.
- X. Incentivar a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação;

2.4.13. Políticas para a Capacitação e Formação Continuada do Corpo de Tutores Presenciais e a Distância

A Instituição acredita que o processo de formação continuada de seus colaboradores é fundamental como base para a educação de qualidade ofertada pela IES. Essa busca constante é orientada para a demanda da formação universitária, a qual exige atenção às constantes inovações de natureza didático-pedagógica, do mundo do trabalho e das particularidades na formação do desenvolvimento pessoal e profissional dos seus alunos e colaboradores.

A Instituição entende que contemplar as expectativas desses estudantes implica em ações de capacitação e formação continuada de forma articulada, entendendo que o sucesso acadêmico percorre as várias instâncias acadêmicas. A capacitação, portanto, é entendida como a possibilidade de consolidação de novas competências e habilidades ao fortalecimento do exercício profissional com autonomia, e a formação continuada tem o intuito de manter os profissionais em permanente aperfeiçoamento dos saberes já consolidados, além da atualização dos novos conhecimentos.

A política de capacitação e formação continuada para tutores deve:

- I. Incentivar a formação continuada para os tutores presenciais e a distância como forma de desenvolver as competências e habilidades necessárias à atuação pedagógica, tendo em vista o atendimento das especificidades da modalidade de educação a distância;
- II. Garantir capacitação técnico-pedagógica para a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, assim como os demais recursos tecnológicos institucionais disponíveis;
- III. Garantir a participação em cursos de desenvolvimento pessoal;
- IV. Incentivar a participação do corpo de tutores presenciais e a distância em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais;
- V. Incentivar, entre os tutores presenciais e a distância, a qualificação acadêmica em cursos de graduação e/ou programas de pós-graduação;
- VI. Incentivar, entre os tutores, a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado;
- VII. Assegurar práticas institucionalizadas para formação continuada.

2.4.14. Políticas para o Atendimento aos Discentes

As estratégias de apoio e desenvolvimento acadêmico aos estudantes da Instituição envolvem diversas iniciativas que vão desde o estímulo ao autodesenvolvimento até programas que promovam o sucesso, a permanência acadêmica e a oportunidade de ampliação da vivência universitária na IES.

As iniciativas de atendimento discente vinculam-se aos pilares institucionais, promovendo a compreensão dos estudantes na sua totalidade: intelectual, intelectual, emocional e espiritual, articulando essas iniciativas à missão institucional.

Os objetivos da política de atendimento aos discentes são:

- I. Desenvolver programas e políticas de apoio ao estudante que ampliem e potencializem a sua experiência de aprendizagem por meio de ações de acolhimento, de inclusão e de melhoria da performance acadêmica;
- II. Promover ações com foco no desenvolvimento do sucesso e na permanência acadêmica desde o ingresso até a conclusão da jornada universitária;
- III. Facilitar o acesso e a integração dos novos estudantes, apoiando-os na integração e na adaptação à rotina universitária;
- IV. Estimular a participação discente em atividades que ampliem as suas experiência e vivência universitária, por meio de empresas juniores, programas de monitoria, intercâmbio e iniciação científica;
- V. Favorecer o acolhimento, a inclusão e o apoio ao estudante em suas múltiplas necessidades, respeitando-o em suas diferenças, reconhecendo-o em sua integralidade e promovendo o desenvolvimento de suas competências socioemocionais;
- VI. Estruturar o processo de ingresso por meio de edital publicado no site da IES, observadas as normas e a legislação vigente;
- VII. O processo seletivo, para o acesso aos cursos de graduação, deve contemplar:
 - a. Vestibular classificatório para concluintes do Ensino Médio, realizado por meio de provas do tradicional “concurso vestibular”;
 - b. Vagas remanescentes para ingresso serão avaliadas pelas médias gerais do histórico escolar do Ensino Médio (antigo 2º grau), ou pela nota do Enem;
 - c. Portador de diploma: o ingresso em curso de graduação feito por portadores de diploma de nível superior ou equivalente. O deferimento da solicitação estará condicionado à existência de vaga no curso pretendido;
 - d. Transferência externa para o preenchimento de vagas remanescentes, sendo indicada para alunos regularmente matriculados ou com matrícula trancada em outra IES, cujo curso seja devidamente autorizado ou reconhecido pelo MEC. O deferimento está condicionado à existência de vagas no curso pretendido. Caso o número de candidatos seja superior ao número de vagas, o candidato será submetido a um processo seletivo específico;
 - e. Reabertura de matrícula de retorno ao curso: o acadêmico deve requerer por escrito, na Secretaria Acadêmica, dentro dos prazos estabelecidos, a reabertura de sua matrícula. O acadêmico que tiver interrompido o seu curso por desistência pode retornar à Instituição, desde que atendidas às seguintes condições: existência de vaga no curso e cumprimento de adaptação curricular, quando for o caso.
- VIII. Desenvolver estratégias de acolhimento aos discentes com o foco da promoção do acesso, da inclusão, da adaptação e da permanência do ingressante;
- IX. Manter e revitalizar o Núcleo de Gestão da Permanência como estrutura pedagógica dedicada à gestão do sucesso e da permanência discente;
- X. Organizar programas preventivos, programas preditivos e programas reativos que permitam um olhar sobre o sucesso da jornada acadêmica dos estudantes;
- XI. Criar canais de atendimento discente para garantir suporte aos assuntos pedagógicos e administrativos;
- XII. Manter e divulgar a Ouvidoria;
- XIII. Manter e revitalizar continuamente os setores de apoio à aprendizagem inclusiva;
- XIV. Manter, estruturar e ofertar cursos de nivelamento;
- XV. Ofertar programas de monitoria;
- XVI. Organizar apoio ao desenvolvimento de carreira;

- XVII. Manter áreas específicas para o atendimento e a gestão dos estágios remunerados e obrigatórios;
- XVIII. Fortalecer a relação academia-mercado, tendo o empreendedorismo como base para as suas ações;
- XIX. Criar oportunidades internacionais para estudantes, por meio de intercâmbio e convênios com outras Instituições;
- XX. Apoiar a pesquisa, a inovação e a iniciação científica;
- XXI. Manter o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Profissional (PADEP);
- XXII. Ofertar, por meio de suas clínicas, atendimento gratuito aos estudantes da IES;
- XXIII. Desenvolver programas de apoio financeiro.
- XXIV. Ofertar programas de monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados;
- XXV. Desenvolver e assegurar práticas reconhecidamente exitosas e/ou inovadoras que garantam o atendimento do discente, em suas mais variadas necessidades

2.4.15. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)

A realização de sua missão na promoção da educação de qualidade é possível pelo fato de compreender o estímulo à produção discente e à participação em eventos como elementos convergentes com o princípio educativo e essencial à formação dos sujeitos. Considerando três pilares fundamentais: ensino, pesquisa e extensão, o conhecimento significativo construído na articulação desses pilares é o que oportuniza a solução dos problemas da vida e do mundo e, em especial, a inovação. A produção acadêmica tem, portanto, papel fundamental no desenvolvimento institucional e social, influenciando diretamente a qualidade da formação dos estudantes. A produção discente científica/tecnológica, artística/cultural, na Instituição, vincula-se às atividades de ensino, principalmente na elaboração de diretrizes para a produção do conhecimento, bem como na participação em eventos.

Diante desse quadro, a Instituição também estabelece como um de seus compromissos o estímulo à produção discente (graduação e pós-graduação) e à participação em eventos para promover a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que constituem o patrimônio da humanidade.

Os eventos discentes são apoiados e estruturados pela Instituição no âmbito do planejamento anual dos cursos. Diante da importância das atividades de estímulo à produção e à participação em eventos, a Instituição se responsabiliza pelo estabelecimento, pela implementação e pela gestão das políticas e atividades relativas a ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos respeitando, assim, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender, em suas instâncias, às exigências legislativas preconizadas pelos órgãos normativos e de fomento.

Nesse sentido, cinco linhas de ação foram delineadas:

1. Programa de Apoio à Produção do Conhecimento;
2. Programas de Iniciação Científica;

3. Grupos de Pesquisa;
4. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Profissional (PADEP);
5. Publicações Científicas, Diretorias Acadêmicas e Coordenadores de Cursos em convergência com as Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, estimulam a produção discente e a participação em eventos (**graduação e pós-graduação**).

As políticas institucionais e as ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e a participação em eventos na IES e em âmbito local, nacional ou internacional.

As diretrizes aqui apresentadas e ações acadêmico-administrativas para o estímulo à produção discente e à participação em eventos (**graduação e pós-graduação**) servem de instrumento norteador do fazer científico, aproveitando o universo da prática universitária, enquanto incentivadora da produção intelectual de discentes. Constituem suas diretrizes:

- I. Preparar permanentemente os discentes no sentido de identificar campos, sujeitos e estratégias para ações científicas, didático-pedagógicas, teológicas, tecnológicas, artísticas e culturais que possam disseminar novos conhecimentos, novas interpretações e formas de intervenção nas realidades estudadas;
- II. Realizar ações que garantam o apoio financeiro e/ou logístico para organização de eventos locais, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais
- III. Realizar ações que garantam o apoio financeiro e/ou logístico para participação em eventos locais, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais
- IV. Realizar ações que garantam a produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros locais, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais
- V. Viabilizar, de acordo com as políticas de ensino constituídas neste PDI, a participação de discentes em eventos realizados no Brasil e no exterior, visando à divulgação das produções científicas, tecnológicas, culturais e desportivas;
- VI. Contribuir para a produção do conhecimento e para a melhoria do desempenho discente;
- VII. Oportunizar trocas de experiências entre discentes, docentes, profissionais e pesquisadores de outras Instituições;
- VIII. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;
- IX. Potencializar a permanência dos estudantes, desenvolvendo ações para a redução da evasão e para a consolidação do sucesso acadêmico;
- X. Promover a integração do ensino e da investigação científica, convergentes com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais relacionadas com as áreas de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;

2.4.16. Política institucional de acompanhamento dos egressos

A política de acompanhamento de egressos é delineada em consonância com a sua missão, visão e valores, na medida em que visa à melhoria contínua da qualidade de ensino e o alinhamento dos saberes acadêmicos às expectativas e demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Na Instituição, o acompanhamento dos egressos se justifica pela relevância das informações que esse público agrega, fundamentais para a concretização de um processo avaliativo e de gestão que potencialize as suas qualidades, e a busca constante por melhoria nas propostas político-pedagógicas, observando as habilidades e competências previstas nas matrizes curriculares, visando à melhor qualificação e formação acadêmica, adequando-as às demandas econômicas, sociais, técnicas e tecnológicas do momento em que vivemos.

Considerando que há concepções distintas a respeito do conceito de egresso, a Instituição o compreende como aqueles que concluíram todas as disciplinas do currículo de um curso e colaram grau, sendo portadores de diplomas pela Instituição.

Constituem-se objetivos da Política de Acompanhamento dos Egressos:

- I. Reintegrar os egressos à comunidade acadêmica da Instituição;
- II. Consolidar o vínculo com o egresso, por meio da criação e implementação de ações, tendo em vista o compromisso e a responsabilidade com a comunidade;
- III. Promover a realização de atividades de cunho técnico-profissional, buscando atualização e valorização do egresso;
- IV. Promover mecanismo que garanta o acompanhamento de egressos, com atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica e/ou da sua inserção profissional;
- V. Promover estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho;
- VI. Promover ações reconhecidamente exitosas e/ou inovadora que garantam o acompanhamento de egresso, bem com a potencialização de sua inserção na comunidade acadêmica e/ou profissional;
- VII. Acompanhar a carreira profissional dos egressos, por meio de análise das informações obtidas, para propor ações que contribuam na inserção e manutenção no mundo de trabalho;
- VIII. Incentivar e oportunizar aos egressos, sempre que possível, a realização e/ou participação em eventos e cursos promovidos pela Instituição;
- IX. Ampliar a oferta de ensino, o aperfeiçoamento das interações entre graduação e pós-graduação, as políticas de interação com egressos às demandas socioeconômicas das regiões atendidas pela sede e polos de apoio presencial;
- X. Identificar o índice de satisfação dos profissionais formados pela Instituição, o grau de compatibilidade entre a sua formação e as demandas da sociedade e do mundo do trabalho e as suas expectativas quanto à formação profissional continuada.

A partir de seus objetivos, o acompanhamento dos egressos é realizado por meio de um conjunto de ferramentas, projetos e ações que visam fortalecer a integração entre Instituição de ensino, aluno, organizações e sociedade.

2.4.17. Políticas para a Responsabilidade Social

A delimitação da política de responsabilidade social é exigência do Ministério da Educação. Para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, essa política está relacionada à contribuição com a inclusão social, a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural, completando o compromisso social da IES na qualidade de portadora de um bem público e dos princípios de cidadania, independentemente de sua natureza jurídica, o que não significa, contudo, adotar políticas assistencialistas ou antigas ações de filantropia.

Adotar políticas que atendam a tais exigências legais requer que todos os sujeitos integrantes da comunidade acadêmica percebam, de forma direta e indireta, as ações coletivas dessa natureza em todos os níveis, incluindo a sociedade como um todo. Nesse sentido, a responsabilidade social está imbricada com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação também de forma para além do ensino, de modo a atingir as atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas pela IES.

Nesse sentido, a política institucional de responsabilidade social está relacionada ao desenvolvimento econômico sustentável e atende à missão da IES de “promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”. Isso posto, tem-se, em tal política, um caminho vocacionado à contribuição que vai além do progresso científico-tecnológico-cultural, com o intuito de possibilitar a melhoria concreta das condições de vida da comunidade que interage com a IES.

Dessa forma, a Instituição desenvolve as suas políticas de responsabilidade social em consonância com a sua missão, com vistas ao atendimento de seus funcionários, professores, gestores, acadêmicos e membros da comunidade em geral, pautada por alguns valores institucionais norteadores, quais sejam: respeito ao ser humano de forma integral, excelência intelectual e profissional, promoção do desenvolvimento emocional e espiritual, compromisso com o conhecimento, com a aprendizagem e com a transformação da sociedade, ética, cidadania, integridade e transparência, desenvolvimento e valorização da cultura e da arte, e responsabilidade com o meio ambiente e com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Como uma IES de excelência, a Instituição reconhece sua responsabilidade no contexto social em que atua, observadas as especificidades dos ambientes locais da sede e polos de apoio presencial. Assim, a IES esforça-se para atuar de maneira positiva, de modo a promover alterações na vida e no futuro da sociedade, tomando decisões socialmente responsáveis, que tenham impactos reais e benefícios mensuráveis no mundo a nossa volta e na vida das pessoas.

A Instituição contribui significativamente, nesse sentido, para a comunidade e para a sociedade como um todo, por meio da educação, dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão e de ampla gama de atividades e ações realizadas por sua equipe, seus funcionários, estudantes e egressos, seja com a comunidade interna, seja com as parcerias entre a IES e a comunidade externa.

Em relação a aspectos econômicos, a IES busca, também, atrelada à responsabilidade social, a promoção do desenvolvimento regional, por meio de iniciativas que objetivam a educação inclusiva e dialógica em relação a aspectos de natureza econômica, social, cultural, política, ambiental e

tecnológica. Nesse sentido, destaca-se o papel da educação a distância enquanto agente transformadora da sociedade e promotora de educação para todos.

No âmbito de garantir o fortalecimento da responsabilidade social a Instituição fomenta o empreendedorismo entre seus discentes e docentes. Tanto que já foram publicadas sete obras por seu corpo docente.

De outro lado, considerando que nem todos os discentes buscam empreender, a Instituição em cumprimento à sua política de responsabilidade social, implementou, desde 2020 a **Plataforma Plug**, materializando um portal de emprego e conteúdo, com o escopo de preparar e disponibilizar os melhores profissionais para o mercado, utilizando tecnologia para “plugar” pessoas a oportunidades.

A Instituição busca interagir e melhorar a realidade social da comunidade em que está inserida, para tanto, fomenta a realização variadas atividades de extensão.

Em regra, as atividades de extensão se mostram exitosas, posto que garantem a interação sociedade, discentes e docentes. Todas as atividades fomentaram e fomentam a melhoria da qualidade de vida (comunidade) e o fortalecimento profissional (discentes orientados pelos docentes). Uma das características das atividades de extensão é constituírem prática inovadoras, posto que são propostas pelos docentes, ou mesmo discentes, a partir de uma realidade na qual pretendem interagir.

Para tanto, a consecução das Políticas de Responsabilidade Social da Instituição, **sempre considerando as modalidades de ensino presencial e na modalidade a distância, bem como as especificidades da IES e de seus polos de apoio presencial**, é estabelecida conforme as ações oriundas das diretrizes a seguir:

- I. Desenvolver e aprimorar, continuamente, os programas de bolsa de estudos e de bolsa trabalho Institucionais e/ou parcerias com empresas da região e com Instituições públicas e privadas;
- II. Fomentar e assegurar ações que contribuam para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população;
- III. Fomentar e assegurar ações que contribuam inclusão e empreendedorismo dos discentes, bem como de toda a sociedade, sempre articulados com os objetivos e valores da IES;
- IV. Garantir a promoção de ações reconhecidamente exitosas e/ou inovadoras que garantam o cumprimento das políticas para a responsabilidade social;
- V. Ampliar e manter os programas de extensão;
- VI. Fortalecer o programa de cessão de espaços e de recursos institucionais para a sociedade organizada;
- VII. Atentar para a atualização da oferta de programas de Educação Continuada;
- VIII. Zelar pelos programas de atendimento à comunidade, por meio de práticas pedagógicas realizadas em suas clínicas, posto de saúde em parceria com a Prefeitura Municipal, UniCesumar Empresarial e núcleo de prática jurídica.
- IX. Ampliar os projetos especiais e culturais;
- X. Fortalecer o programa de incentivo à preservação do meio ambiente.

2.4.18. Políticas para comunicação da IES com a comunidade: externa e interna

A Instituição acredita que o diálogo é a base para o relacionamento com a sua comunidade interna e externa. Considerando a importância da comunicação, estabelece mais do que políticas e filosofias de trabalho no âmbito do compartilhamento de informações pertinentes aos diversos setores da IES e da sociedade. Estabelece ainda uma relação de dialogicidade entre os pares, para que a atuação entre eles seja feita com transparência, favorecendo o acesso às discussões por todos os segmentos da comunidade acadêmica, fomentando a participação de todos num processo de melhoria contínua.

Para que esse diálogo possa ser constante, é importante sempre inovar nos canais de comunicação para a divulgação das diversas ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, para favorecer e democratizar o acesso às informações referentes aos processos de avaliação interna e externa, como a divulgação dos resultados da CPA, do Enade e de reconhecimento de cursos.

A IES publica dados e documentos institucionais pertinentes aos diversos setores para as devidas análises e propostas de planos de ações, visando à tomada de decisão qualificada.

Dessa forma, para que a missão, a visão e os valores institucionais possam ser propagados são instituídas as seguintes políticas e ações:

- I. Incentivar a comunidade acadêmica a participar ativamente das eventuais melhorias das práticas institucionais por meio da divulgação dos canais de ouvidoria e de outros mecanismos específicos;
- II. Divulgar à comunidade externa informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa;
- III. Publicar documentos institucionais relevantes;
- IV. Assegurar mecanismos de transparência institucional, que tal qual a ouvidoria, permitam o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa;
- V. Fomentar o uso dos diversos canais como e-Mail, Web e Mídias Sociais (Facebook, Youtube, WhatsApp, Instagram, Site, Blog, LinkedIn, Twitter, Spotify, informativos on-line e off-line), que permitem aos receptores se sentirem dentro da Instituição, buscando elevar o relacionamento com o público externo e, dessa forma, gerando engajamento e valor;
- VI. Otimizar formas de comunicação voltadas à divulgação das ações pedagógicas, de gestão e de administração geral;
- VII. Promover o relacionamento e o fortalecimento com a sociedade por meio da Assessoria de Imprensa;
- VIII. Reforçar os valores institucionais no âmbito da Responsabilidade Social por meio das ações e dos serviços oferecidos aos diversos públicos, articulando sua história, seus objetivos e suas projeções para o futuro, contribuindo para a formação de imagem social positiva;
- IX. Disponibilizar e atualizar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs);

- X. Intensificar o fluxo de comunicação com os egressos;
- XI. Manter atualizados os canais de comunicação;
- XII. Buscar ferramentas inovadoras de apoio à comunicação via web e via software de relacionamentos.
- XIII. Assegurar que as instâncias institucionais promovam, transversalmente, a comunicação com a comunidade interna e externa;
- XIV. Promover ações reconhecidamente exitosas e/ou inovadoras que garantam a comunicação com a comunidade interna e externa;
- XV. Assegurar que a manifestação da comunidade interna e externa possam gerar insumos para a melhoria da qualidade institucional.

2.4.19. Política institucional para internacionalização

A Política de Internacionalização objetiva ações que abrangem os diferentes níveis educacionais, que se coadunam com os preceitos e orientações estabelecidos nas declarações relativas à Missão, Visão e Valores institucionais, atuando como força integradora e com resultados sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

A Política de Internacionalização tem como objetivo central promover a cultura de internacionalização entre a comunidade com vistas ao fortalecimento da imagem e inserção institucional no cenário mundial. Estabelece como diretrizes:

- I. A articulação da Política institucional para internacionalização ficará sob o encargo de um grupo, que também será responsável por sistematizar os acordos e convênios internacionais de ensino, pesquisa e de mobilidade docente e discente;
- II. Ampliar as oportunidades de mobilidade bilateral de alunos de graduação e pós-graduação, garantindo a provisão de ensino com padrão de excelência internacional;
- III. Aprimorar as atividades de pesquisa e pós-graduação por meio do estabelecimento de parcerias e redes internacionais;
- IV. Consolidar acordos de cooperação com setores da sociedade em nível internacional, colaborando com temas globais tais como esporte para todos, promoção da saúde, inclusão de pessoas portadoras de deficiências, entre outros;
- V. Estabelecer mecanismos de monitoramento e prospecção de áreas, Instituições e oportunidades para expansão de atividades de internacionalização;
- VI. Apoiar e expandir os programas de intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação;
- VII. Estabelecer programas de mobilidade bilateral de alunos de graduação e pós-graduação;
- VIII. Apoiar e incentivar docentes a participar de visitas e estágios em Instituições estrangeiras;
- IX. Incentivar a vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para colaboração científica;
- X. Incentivar a elaboração conjunta de pesquisa com Instituições e/ou pesquisadores estrangeiros, bem como a busca por recursos de financiamento conjunto;
- XI. Maximizar o uso de tecnologias de informação e ensino a distância para desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas;

- XII. Fortalecer iniciativas em andamento e promover novas parcerias no âmbito da América Latina e de países de língua portuguesa;
- XIII. Promover a participação em eventos internacionais;
- XIV. Promover a formação de grupos de áreas específicas para a realização de cursos de curta duração no exterior.

2.4.20. Políticas para a Sustentabilidade Financeira: relação com o desenvolvimento institucional e participação da comunidade interna

A sustentabilidade financeira apresenta importância substancial para o desenvolvimento da Instituição, sempre primando pela participação da comunidade interna. Sua fundamentação advém de um planejamento anual e de um processo orçamentário estruturado, que garantem a eficácia em sua abrangência e a fluência e a continuidade de seus projetos, agregando valor ao resultado operacional e um parâmetro relevante para o alcance dos valores institucionais.

A sustentabilidade financeira deve estar alinhada com as políticas de ensino, extensão e pesquisa, buscando sempre a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos. Para tanto são apresentados e analisados estudos de monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, destacando sempre a necessidade de estabelecimento e cumprimento de metas objetivas e mensuráveis, observando os indicadores de desempenho institucionalizados.

No que tange as questões orçamentárias, estas consideradas e analisadas a partir de relatórios de avaliação interna. Estes relatórios são compartilhados e acompanhados pelas instâncias gestoras e acadêmicas, servindo de balizadores para a tomada de decisões internas.

Essa dimensão é norteadada pelas seguintes políticas:

- I. Manter processo orçamentário que assegure a sustentabilidade financeira da Instituição para consecução das metas e objetivos estabelecidos no PDI;
- II. Incluir no processo orçamentário gestores, garantindo que as instâncias gestoras e acadêmicas tenham participação tanto na elaboração do orçamento quanto no acompanhamento e gestão do realizado;
- III. Promover a capacitação e atualização dos participantes do processo orçamentário para elaboração e acompanhamento do orçamento e para gestão de recursos;
- IV. Garantir que a proposta orçamentária tenha como base o PDI, que seja aderente às políticas de ensino, extensão e pesquisa, que considere as análises constantes do relatório de avaliação interna e que contenha metas objetivas e mensuráveis;
- V. Manter e fomentar a institucionalização e controle de indicadores de desempenho;
- VI. Controlar a realização do orçamento por meio da utilização de indicadores de desempenho que auxiliem na tomada de decisões internas, visando ao atingimento das metas institucionais e a adequada distribuição dos créditos;
- VII. Estimular o estabelecimento de parcerias com Instituições de ensino médio, para desenvolvimento de projetos que despertem o interesse dos jovens pelas propostas de graduação da Instituição;

- VIII. Fortalecer convênios com prefeituras e empresas, órgãos públicos e privados, com o objetivo de ampliar a demanda para os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão;
- IX. Promover a realização de projetos no âmbito dos cursos de graduação e das unidades prestadoras de serviços que possam gerar receitas ou aumentar a visibilidade da Instituição;
- X. Fomentar e viabilizar a realização de consultorias pelos docentes e discentes, intermediada pela UniCesumar Empresarial;
- XI. Identificar potencialidades e viabilizar parcerias para comercialização de produtos de natureza tecnológica desenvolvidos na Instituição.

2.4.21. Política para a Educação Profissional e Tecnológica

A Instituição entende que Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, deve ser integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

Desta forma está organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

Na busca pela concretização de sua missão, a Instituição estabelece as seguintes diretrizes e princípios para Educação Profissional e Tecnológica:

- I. Articular com o setor produtivo a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- II. Respeitar o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- III. Respeitar aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- IV. Assegurar que o trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, possibilite à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- V. Estimular à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- VI. Fortalecer a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- VII. Não fazer separação entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do

- conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- VIII. Assegurar a interdisciplinaridade no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;
 - IX. Utilizar estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;
 - X. Articular arranjos produtivos locais para o desenvolvimento socioeconômico;
 - XI. Garantir às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;
 - XII. Observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;
 - XIII. Reconhecer as identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;
 - XIV. Reconhecer as diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;
 - XV. Flexibilizar e possibilitar autonomia na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;
 - XVI. Garantir a identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
 - XVII. Promover a autonomia das áreas pedagógicas na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político, construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;
 - XVIII. Fortalecer das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e
 - XIX. Promover da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

2.4.22. Política para a Avaliação Institucional

A Política de Avaliação Institucional tem como objetivo assegurar uma sistemática de avaliação que contemple a busca continuada da qualidade e relevância das atividades de ensino, pesquisa, extensão e de gestão e desenvolvimento institucional. Compete à Comissão Própria de Avaliação – CPA coordenar e articular os processos de avaliação da Instituição e de sistematização da prestação

das informações de acordo com as diretrizes do SINAES. Para tanto, estabelece os seguintes princípios avaliativos:

- I. Subsidiar o processo de planejamento, por meio das avaliações internas e externas.
- II. Assegurar que a Avaliação Institucional esteja presente em todos os serviços e programas de forma sistêmica em todos os níveis de ensino.
- III. Promover a articulação dialógica entre qualidade estabelecida e a realidade institucional local por meio da globalidade, comparabilidade, respeito a identidade e legitimidade.
- IV. Estimular a participação da comunidade acadêmica garantindo o cumprimento das finalidades da Instituição.
- V. Promover a divulgação dos resultados dos processos avaliativos.
- VI. Promover continuamente a avaliação dos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.
- VII. Garantir a perenidade do processo avaliativo.
- VIII. Implementar mecanismos de acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação, em conformidade às exigências legais.
- IX. Subsidiar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos.
- X. Promover a sensibilização, para criar condições de desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação na institucional.
- XI. Sistematizar a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

2.4.23. Política de Desenvolvimento, Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo da Biblioteca

A política de desenvolvimento de aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca tem por finalidade a definição de critérios para a atualização do acervo, bem como a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela Instituição, uma vez que a política tem como um de seus objetivos a otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental o envolvimento de todos que participam do processo decisório (gestores, corpo técnico, coordenadores e professores), que contribuirão sobremaneira na tomada de decisão, através de seus conhecimentos.

Na busca pela concretização de sua missão, a Instituição estabelece as seguintes diretrizes e princípios para a Política de Desenvolvimento, Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo da Biblioteca:

- I - Elaborar uma Política para aquisição, expansão e atualização da Biblioteca;
- II - Organizar a formação de coleções em conformidade com a missão da Instituição;

- III - Propiciar normas para atualização do acervo e através disso equilibrar o crescimento racional do acervo nas áreas de atuação da Instituição;
- IV - Estabelecer diretrizes para orientar no processo de seleção e aquisição de material;
- V - Planejar e prever a disponibilidade dos recursos orçamentários destinados à aquisição;
- VI - Definir diretrizes para o descarte de material.

A formação do acervo deverá ser constituída buscando atender ao plano de atualização descrito no PDI considerando os recursos orçamentários designados para cada curso e contemplar os diversos tipos de materiais bibliográficos nos diferentes suportes, dando subsídio às áreas de interesses que servirão de suporte informacional ao ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Atentos à política de atualização periódica do acervo realiza-se a adequação da coleção e ações corretivas associadas como contribuição a informação dos trabalhos desenvolvidos pela instituição. A avaliação do acervo da Biblioteca deverá levar em consideração as contribuições da comunidade acadêmica relacionadas às bibliografias básicas e complementares das disciplinas que constam nas ementas dos Projetos Pedagógicos. O mesmo procedimento se aplica para obras clássicas dos autores das áreas oferecidas na instituição (nacionais e estrangeiros), e publicações atualizadas, sendo ainda necessário que se tenha também bibliografias em áreas correlatas, que servirão de complemento ao desenvolvimento das pesquisas realizadas na Instituição. Essa avaliação contribui para a interdisciplinaridade nesse processo, fator essencial na Política de aquisição, expansão e atualização do acervo.

A definição e seleção das Bibliografias básicas e complementares são de responsabilidade da Corpo Docente, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenação de Curso e do Bibliotecário.

Adequação do material aos objetivos institucionais de ensino, pesquisa e extensão

- **Qualidade do conteúdo** - Averiguar se a abordagem do assunto atende ao ensino, pesquisa e extensão;
- **Autoridade do autor e/ou editor** - Apurar sobre a autoridade e reputação do autor e/ou editor nas áreas de domínio;
- **Atualidade da obra** - Em algumas áreas ocorrem modificações constantes e bastante significativas, sendo essencial a observação do ano de publicação mais atualizado. As áreas mais propensas a essas mudanças são as de ciências Exatas, Jurídicas e Biológicas;
- **Carência de material sobre o assunto na coleção** - Avaliar se a quantidade do material já existente é suficiente ou existe em excesso, e no caso de títulos que não estão disponíveis no mercado, ou seja, livros esgotados, é preferível a substituição, devido ao custo exorbitante no mercado de sebos, além de na maioria das vezes não atingirem, o número de exemplares suficientes;
- **Viabilização do idioma** - A aquisição de livros texto em outro idioma será efetuada quando não existir material adequado com tradução em português ou em caso de clássicos exigidos no plano de ensino que sejam imprescindíveis;
- **Quantidade de usuários potenciais** - Analisar se a obra possui embasamento relevante para o ensino/aprendizado do usuário do curso solicitante;

- **Custo adequado** – Verificar se é justificável o custo do material em relação ao número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- **Condições físicas do material** - Utilidade do formato do material bibliográfico no que se refere aos multimeios - os materiais (DVD'S, CD'S, etc.) serão adquiridos quando comprovada a necessidade de tais recursos de acordo com o plano de ensino, bem como, a análise da utilidade da característica física do material.

Plano de ação e aquisição do acervo

- A aquisição passa pelo planejamento anual deliberado pela verba destinada ao curso, que será analisada conforme a demanda e necessidades da biblioteca. Ex.: Livros, Assinatura de periódicos, etc;
- O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser aprovado em todas as instâncias institucionais, pois este constitui a base sobre a qual o acervo será adquirido e/ou atualizado;
- As solicitações de compra deverão ser repassadas aos coordenadores de cursos pelo professor, através do preenchimento de formulário próprio idealizado pela Biblioteca, onde deverá especificar se o material consta na bibliografia básica ou complementar da disciplina, indicando também a quantidade necessária do material;
- O processo de aquisição é realizado semestralmente seguindo um planejamento apresentado pelo coordenador de centro superior e aprovado pela Vice Diretoria Acadêmica;
- Quanto a quantidade de exemplares a serem adquiridos a aquisição deverá ser baseada na proporção de vagas ofertadas por curso.
- No início de cada semestre estabelece-se programação de aquisições, que pode sofrer alteração durante seu andamento para inclusão de itens não previstos e que sejam necessários para desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Em relação à bibliografia complementar, devem estar disponíveis no mínimo três exemplares por título para cada disciplina da grade curricular. Quando os títulos são disponibilizados exclusivamente em acervo virtual, o limite poderá ser ampliado;
- A assinatura de periódicos será realizada de acordo com a indicação dos docentes. Os periódicos especializados (revistas científicas) devem ser indexados e estar correntes (atualizados em relação aos últimos três anos);
- A atualização da bibliografia dos planos de ensino será efetuada com embasamento no PPC, sempre com participação do NDE;
- Poderá ser utilizado Acervo Virtual, tanto na bibliografia básica quanto na complementar sendo que para fins de utilização na bibliografia básica, é considerado acervo virtual aquele disponível nas bibliotecas virtuais adquiridas pela Instituição;
- Quando houver no curso indicação de acervo virtual na bibliografia básica, este deverá ter pelo menos 1 título virtual por unidade curricular;
- As bases de dados deverão ser solicitadas à Diretoria Acadêmica que verificará a necessidade;
- Evitar como item da bibliografia básica indicação de capítulo de livro, artigo de periódico, sites ou arquivos disponíveis na internet, bem como dissertação ou tese. Se tiver relevância para o curso indicar como complementar;

- Os elementos indispensáveis para a correta localização da obra são: indicação do nome completo do autor, sem abreviaturas, título completo da obra, local, editora e data (solicitar sempre o ano mais atualizado). Quando as informações são abreviadas ou equivocadas, ocorre uma dificuldade de identificação na hora da aquisição, trazendo com isso a possibilidade de erro;
- Deverão ser incentivadas as aquisições por doação de livros e periódicos de interesse dos cursos, principalmente no que se refere às publicações não comercializadas, incluindo as governamentais;
- Na atualização do acervo físico somente serão adquiridos títulos novos e/ou novas edições de títulos já existentes para a bibliografia básica, devendo a bibliografia complementar estar necessariamente constando no acervo da Biblioteca ou disponibilizado em acervo virtual.
- Quanto a atualização da bibliografia nos PPCs, deverá ser efetuada pelos NDEs e Colegiados dos cursos, obedecendo as etapas avaliativas do Enade ou conforme regras da instituição. Esta atualização é referente a atualização bibliográfica que determina aquisição de exemplares físicos, não sendo aplicado ao acervo virtual;
- Após a definição e aprovação de atualização nos NDEs e Colegiados, devidamente registrados em ata, os coordenadores de curso deverão proceder às modificações/substituições no PPC, comunicando as modificações a biblioteca que dará início ao processo para aquisição de bibliografias, encaminhando a solicitação de compra de livros para orçamento;
- No caso de cancelamento e/ou inclusão de títulos, deverá ser enviado um ofício à Biblioteca pelo Coordenador do Curso devidamente fundamentado, para que sejam tomadas as providências necessárias;

O plano considera o PPC instrumento de gerenciamento do curso, motivo pelo qual a indicação bibliográfica deve ser efetuada com a devida atenção dos professores e coordenadores de curso, a cada período de renovação. Os casos especiais deverão ser avaliados individualmente pela gestão superior, como abertura de novos cursos, cursos com avaliações in loco, substituições de títulos, mudanças decorrentes de alterações em legislações, entre outras. Após os trâmites expostos, será efetuada uma cotação prévia que será encaminhada à Coordenação do curso para avaliação e aprovação.

Periódicos (impressos e eletrônicos)

Deverá ser efetuada avaliação anual pelos coordenadores de cursos, para que se proceda à renovação dos títulos. Quando não houver demanda significativa no período, a renovação deverá ser reavaliada.

Quando houver interesse de novas assinaturas, deve-se levar em consideração a quantidade de periódicos na mesma área já disponíveis na coleção da biblioteca. Em relação aos periódicos eletrônicos deve-se avaliar a facilidade de acesso simultâneo, a possibilidade de se fazer backups após o término da assinatura e a qualidade de cobertura da assinatura.

Compra

A Instituição disponibiliza previsão orçamentária para ampliação e atualização do acervo bibliográfico (bibliografia básica, complementar e avulsos). Os recursos são distribuídos conforme dotação orçamentária previamente definida pela gestão superior, semestralmente, respeitada a

programação de aquisições, de acordo com a prioridade para Bibliografia Básica e Complementar, que compõe o Projeto Pedagógico dos Cursos.

Doações

Modalidade de aquisição sem ônus para a instituição, sendo os materiais provenientes de instituições ou pessoas físicas, podendo ser solicitados ou doados espontaneamente. A biblioteca dispõe de um formulário que deverá ser preenchido, deixando o doador ciente da destinação das obras após o processo de seleção.

Doações Espontâneas

Deve ser previamente informada da intenção da doação mediante recebimento de relação dos itens a serem doados, onde devem constar o título, ano, autor, edição e número de exemplares para serem submetidos à avaliação profissional.

Destinação das Doações

Após análise no processo de seleção, as doações recebidas poderão ser:

- Incorporadas ao acervo;
- Doadas ou permutadas com outras instituições;
- Descartadas.

Permuta

É a forma de aquisição realizada por meio de publicações de uma instituição visando receber em troca publicações de seu interesse. A permuta será efetuada com outras instituições por:

- Publicações da instituição;
- Material recebido por doação em quantidade desnecessária ou cujo conteúdo não seja de interesse dos usuários;
- Duplicatas de periódicos.

Preservação, Restauração e Encadernação das Coleções

A manutenção do acervo é tão importante quanto sua aquisição, sendo parte essencial do processo de desenvolvimento das coleções. A preservação, restauração e encadernação de publicações deverão ter verba específica destinada para esse fim no orçamento anual do setor, ficando a biblioteca responsável pela seleção dos volumes a serem recuperados, conforme demanda e condições físicas.

Descarte

É o processo pelo qual se retiram títulos e/ou exemplares do acervo a fim de se manterem atualizadas as coleções. Deve ser um processo contínuo e sistemático, com critérios claros que nortearão a tomada de decisão, não pretendendo ser um modelo rígido. Desta forma, o processo de descarte difere conforme a área do conhecimento devido às especificidades de cada uma delas. São objeto de descarte:

- Obras não adequadas aos interesses dos usuários e aos objetivos da instituição;

- Obras desatualizadas que foram substituídas por edições mais recentes, variando conforme a área de conhecimento;
- Obras em condições físicas irrecuperáveis que apresentem danos cuja restauração não compense, com a exceção de livros clássicos, raros e/ou consagrados, a critério da biblioteca;
- Obras com excesso de volumes iguais com demanda não significativa e que comprometam o uso adequado do espaço, podendo-se apenas manter uma reserva de cada item da coleção;
- Coleções de periódicos com fascículos esparsos e isolados, coleções não provenientes de assinatura, não indexadas ou ainda que comprometam o espaço físico do acervo;
- Para os Trabalhos de Conclusão de Curso, o tempo de depósito será dos últimos 10 anos, considerando-se a dinâmica específica de cada área de conhecimento.

Acrescenta-se que o material descartado poderá também ser alvo de doações ou permutas.

2.5. Divulgação do Projeto Pedagógico Institucional

O PPI da Instituição, construído coletivamente mediante profunda reflexão de conceitos, métodos e compromissos, representa, em seu conjunto, a identidade institucional, o reflexo de sua inserção regional, a prospecção de futuro e a valorização de seus objetivos presentes. Por isso, os princípios defendidos devem ser apropriados e multiplicados por toda a comunidade acadêmica, possibilitando o alcance das metas e consecução da missão institucional.

Para tanto, há de se garantir procedimentos formais de sua afirmação e publicização. Os gestores institucionais, cada qual em seu âmbito, são os responsáveis pela consolidação do PPI e conseqüentemente pela sua divulgação.

O PPI impõe, por seu caráter estratégico, uma série de responsabilidades aos agentes e atores institucionais. Primeiro, porque requer profundo conhecimento dos princípios e conceitos declarados e exige a implementação de posturas de planejamento e de construção de métodos e formas de atuação orgânica. Segundo, porque expõe o caráter crítico que deve permear a educação, enfrentando-se as contradições presentes no processo de conhecimento, ao tempo em que impõe o necessário reconhecimento de suas limitações e possibilidades em prol da transformação social. Imprime, ainda, o necessário aprimoramento da cultura institucional na medida em que indica o compartilhamento de valores orientadores de todas as práticas acadêmicas como diretriz, explicitando as contradições inerentes de posicionamentos conceituais e políticos diversos, advindos, muitas vezes, de formações distintas e focadas em modelos de conhecimentos conservadores e fragmentados.

Cabe à Instituição a competente idealização e consolidação de recursos e de políticas de sustentação necessárias à efetiva continuidade de implementação do Projeto Pedagógico Institucional.

Planejamento da Implantação de Infraestrutura e Oferta de Cursos

(Art. 21, Inciso III, Art. 21, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)



3.1. Ampliação das Instalações Acadêmicas e Administrativas

Com vistas à expansão de oferta de cursos e aumento de captação de alunos, o Centro Universitário do Paraná vem investindo na ampliação da infraestrutura para atendimento da demanda.

Tabela. Planejamento de ampliação e melhorias da infraestrutura.

Projeção de Manutenção e Expansão da Infraestrutura					
Descritivo (Reforma e/ou Construção)	2023	2024	2025	2026	2027
Reforma Pista de Atletismo					
Reforma do Estacionamento - pavimentação					
Cobertura Quadra poliesportiva					
Implantação Clínica Fonoaudiologia – bloco 02					
Implantação laboratório farmácia/ biomedicina híbrido – bloco 02					
Implantação laboratório nutrição híbrido – bloco 01					
Ampliação clínicas de psicologia/ nutrição e direito – bloco 02					
Implantação laboratório multidisciplinar – bloco 02					
Ampliação de um novo almoxarifado de insumos químicos – bloco 01					
Pintura do campus					
Obras Clínica Veterinária					
Manutenção clínica odontologia					

3.2. Projeção de Abertura de Campi Fora de Sede, Polos EaD e Oferta de Cursos

Considerando o portfólio de cursos presenciais já autorizados do Centro Universitário do Paraná, para o quinquênio a Instituição trabalhará nos processos de consolidação desses cursos e para esta vigência do PDI não tem intenção de abertura de *campus* fora de sede.

No cenário da graduação na modalidade a distância, a instituição já recebeu a avaliação do MEC para o curso de pedagogia, o qual recebeu nota máxima na avaliação (conceito 5), e para a vigência do quinquênio do PDI a Instituição pretende solicitar autorização de novos cursos conforme o planejamento de expansão da Instituição.

Tabela. Planejamento de implantação de cursos de EaD.

Cursos	2023	2024	2025	2026	2027
Administração		X			
Agronegócio		X			

Cursos	2023	2024	2025	2026	2027
Análise e Desenvolvimento de Sistemas				X	
Ciências Biológicas (Licenciatura)					X
Ciências Contábeis		X			
Ciências Econômicas		X			
Design de Interiores			X		
Design de Moda			X		
Design de Produto			X		
Educação Física (Licenciatura)					X
Gastronomia				X	
Geografia (Licenciatura)		X			
Gestão Ambiental		X			
Gestão Comercial		X			
Gestão da Qualidade		X			
Gestão Financeira		X			
Gestão hospitalar		X			
Letras		X			
Logística		X			
Marketing		X			
Pedagogia	X				
Sistemas para Internet				X	
TOTAL	1	13	3	3	2

Para o quinquênio, a Instituição tem em seu planejamento a implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu* que devem difundir naqueles que os realizam o compromisso permanente com seu próprio aperfeiçoamento e com o desenvolvimento da região de abrangência, tornando-os aptos à promoção da pesquisa institucionalizada e do trabalho com a comunidade regional e nacional. O Centro Universitário do Paraná planeja para o quinquênio a ampliação da oferta do *lato sensu*.

Tabela. Projeção da Oferta e Expansão da pós-graduação *Lato Sensu*.

ÁREAS	2020		2021		2022		2023		2024	
	EAD	Pres								
Ciências Biológicas e da Saúde	-	15	4	17	6	20	9	20	15	23
Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas	1	8	2	10	6	12	8	15	15	18
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	10	10	10	12	12	14	19	15	25	18
TOTAL	11	33	16	39	24	46	37	50	55	59

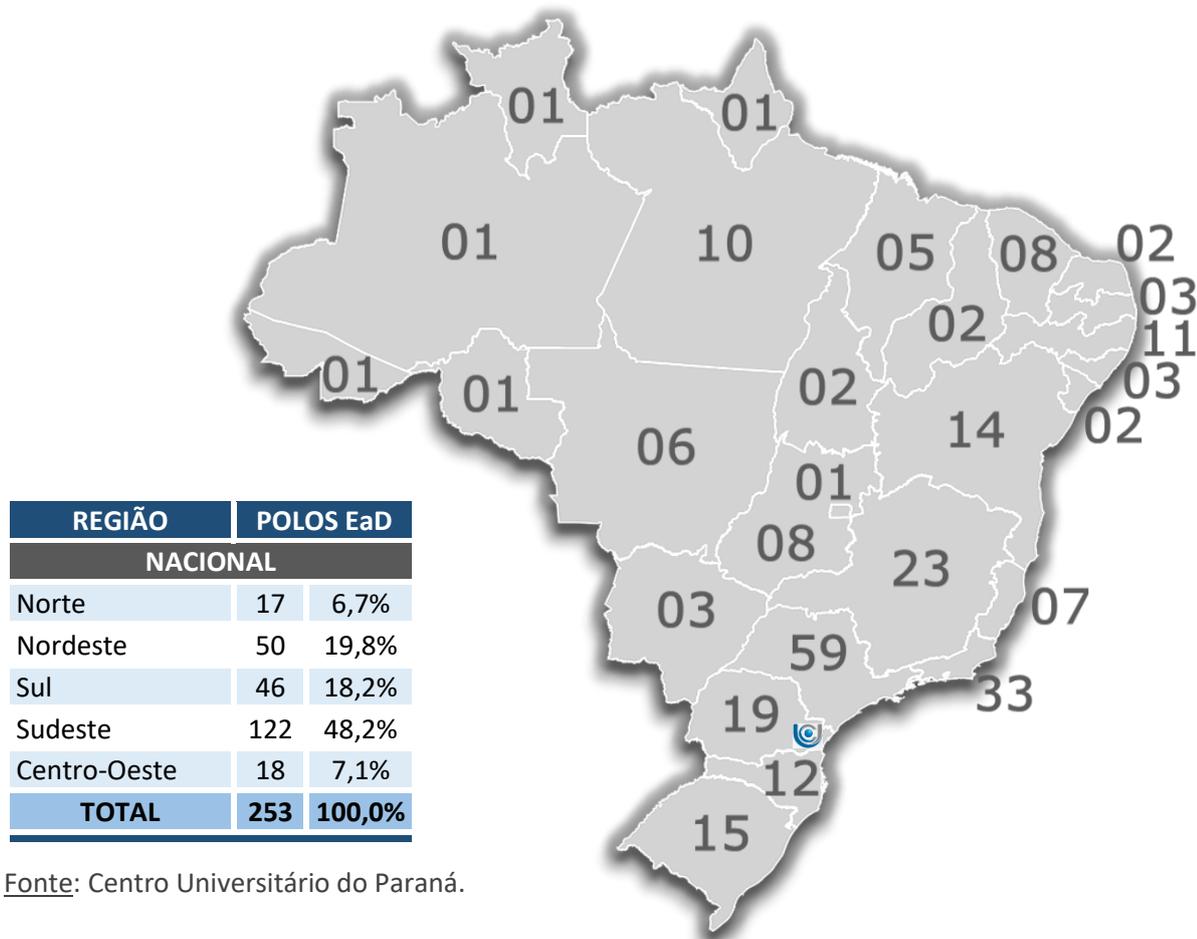
Considerando o portfólio de cursos de graduação já em funcionamento, a instituição apresenta em seu planejamento institucional a implantação dos cursos profissionais técnicos conforme a descrição a seguir:

Tabela. Planejamento de implantação dos cursos técnicos.

CURSO	GRAU	MODALIDADE	VAGAS	2023	2024	2025	2026	2027
Técnico em Administração	Técnico	Presencial	150					
Técnico em Agronegócio	Técnico	Presencial	25					
Técnico em Agropecuária	Técnico	Presencial	100					
Técnico em Análises Clínicas	Técnico	Presencial	60					
Técnico em Comércio Exterior	Técnico	Presencial	25					
Técnico em Cuidados de Idosos	Técnico	Presencial	150					
Técnico em Eletroeletrônica	Técnico	Presencial	60					
Técnico em Enfermagem	Técnico	Presencial	50					
Técnico em Farmácia	Técnico	Presencial	50					
Técnico em Informática para Internet	Técnico	Presencial	50					
Técnico em Logística	Técnico	Presencial	150					
Técnico em Podologia	Técnico	Presencial	120					
Técnico em Programação de Jogos Digitais	Técnico	Presencial	50					
Técnico em Radiologia	Técnico	Presencial	75					
Técnico em Secretaria Escolar	Técnico	Presencial	25					
Técnico em Segurança do Trabalho	Técnico	Presencial	50					
Técnico em Serviços Jurídicos	Técnico	Presencial	25					
Total				0	14	3	0	0

Com relação à implantação de polos de apoio presencial da educação a distância, a instituição já recebeu a avaliação do MEC para credenciamento da EaD, o qual recebeu nota máxima na avaliação (conceito 5), e para a vigência do quinquênio do PDI a Instituição pretende implantar inicialmente 70 polos dos quais espalham-se por todos os estados brasileiros conforme o planejamento de expansão da instituição.

Figura - Projeção de implantação de polos de EaD.



Fonte: Centro Universitário do Paraná.

Tabela. Relação de polos EaD para implantação.

Processo	Cidade	UF
2023	ARAUCÁRIA	PR
2023	CAMPO LARGO	PR
2023	COLOMBO	PR
2023	CURITIBA	PR
2023	LONDRINA	PR
2023	MARINGÁ	PR
2023	MARINGÁ	PR
2023	PARANAGUÁ	PR
2023	PINHAIS	PR
2023	PONTA GROSSA	PR
2023	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PR
2024	RIO BRANCO	AC
2024	MACEIÓ	AL
2024	MACEIÓ	AL

Processo	Cidade	UF
2024	MANAUS	AM
2024	MACAPÁ	AP
2024	ALAGOINHAS	BA
2024	FEIRA DE SANTANA	BA
2024	PORTO SEGURO	BA
2024	SALVADOR	BA
2024	VITÓRIA DA CONQUISTA	BA
2024	FORTALEZA	CE
2024	FORTALEZA	CE
2024	FORTALEZA	CE
2024	BRASÍLIA	DF
2024	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES
2024	CARIACICA	ES
2024	LINHARES	ES
2024	SERRA	ES
2024	VILA VELHA	ES
2024	VILA VELHA	ES
2024	VITÓRIA	ES
2024	GOIÂNIA	GO
2024	GOIÂNIA	GO
2024	IMPERATRIZ	MA
2024	SÃO LUÍS	MA
2024	BARBACENA	MG
2024	BELO HORIZONTE	MG
2024	BETIM	MG
2024	BETIM	MG
2024	GOVERNADOR VALADARES	MG
2024	IBIRITÉ	MG
2024	IPATINGA	MG
2024	JUIZ DE FORA	MG
2024	MONTES CLAROS	MG
2024	PATOS DE MINAS	MG
2024	POÇOS DE CALDAS	MG
2024	UBERABA	MG
2024	UBERLÂNDIA	MG
2024	CAMPO GRANDE	MS
2024	CAMPO GRANDE	MS

Processo	Cidade	UF
2024	DOURADOS	MS
2024	CUIABÁ	MT
2024	RONDONÓPOLIS	MT
2024	SINOP	MT
2024	BELÉM	PA
2024	BELÉM	PA
2024	PARAUPEBAS	PA
2024	SANTARÉM	PA
2024	CAMPINA GRANDE	PB
2024	JOÃO PESSOA	PB
2024	JOÃO PESSOA	PB
2024	CARUARU	PE
2024	JABOATÃO DOS GUARARAPES	PE
2024	PETROLINA	PE
2024	RECIFE	PE
2024	RECIFE	PE
2024	PARNAÍBA	PI
2024	TERESINA	PI
2024	APUCARANA	PR
2024	CASCADEL	PR
2024	FOZ DO IGUAÇU	PR
2024	GUARAPUAVA	PR
2024	TOLEDO	PR
2024	ANGRA DOS REIS	RJ
2024	ARARUAMA	RJ
2024	BARRA MANSA	RJ
2024	BELFORD ROXO	RJ
2024	CABO FRIO	RJ
2024	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ
2024	DUQUE DE CAXIAS	RJ
2024	DUQUE DE CAXIAS	RJ
2024	ITABORAÍ	RJ
2024	ITAGUAÍ	RJ
2024	MACAÉ	RJ
2024	MAGÉ	RJ
2024	MARICÁ	RJ
2024	NILÓPOLIS	RJ
2024	NITERÓI	RJ

Processo	Cidade	UF
2024	NOVA FRIBURGO	RJ
2024	NOVA IGUAÇU	RJ
2024	NOVA IGUAÇU	RJ
2024	PETRÓPOLIS	RJ
2024	QUEIMADOS	RJ
2024	RESENDE	RJ
2024	RIO DAS OSTRAS	RJ
2024	RIO DE JANEIRO	RJ
2024	RIO DE JANEIRO	RJ
2024	RIO DE JANEIRO	RJ
2024	RIO DE JANEIRO	RJ
2024	RIO DE JANEIRO	RJ
2024	SÃO GONÇALO	RJ
2024	SÃO GONÇALO	RJ
2024	SÃO GONÇALO	RJ
2024	SÃO JOÃO DE MERITI	RJ
2024	TERESÓPOLIS	RJ
2024	VOLTA REDONDA	RJ
2024	NATAL	RN
2024	PORTO VELHO	RO
2024	BOA VISTA	RR
2024	ALVORADA	RS
2024	CANOAS	RS
2024	CAXIAS DO SUL	RS
2024	FARROUPILHA	RS
2024	GRAVATAÍ	RS
2024	NOVO HAMBURGO	RS
2024	PASSO FUNDO	RS
2024	PELOTAS	RS
2024	PORTO ALEGRE	RS
2024	PORTO ALEGRE	RS
2024	RIO GRANDE	RS
2024	SANTA MARIA	RS
2024	SÃO LEOPOLDO	RS
2024	SAPUCAIA DO SUL	RS
2024	VIAMÃO	RS
2024	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	SC
2024	BLUMENAU	SC
2024	BRUSQUE	SC
2024	CHAPECÓ	SC

Processo	Cidade	UF
2024	CRICIÚMA	SC
2024	FLORIANÓPOLIS	SC
2024	ITAJAÍ	SC
2024	JARAGUÁ DO SUL	SC
2024	JOINVILLE	SC
2024	LAGES	SC
2024	PALHOÇA	SC
2024	SÃO JOSÉ	SC
2024	ARACAJU	SE
2024	AMERICANA	SP
2024	ARAÇATUBA	SP
2024	ARARAQUARA	SP
2024	ARARAS	SP
2024	ATIBAIA	SP
2024	BARUERI	SP
2024	BAURU	SP
2024	BOTUCATU	SP
2024	BRAGANÇA PAULISTA	SP
2024	CAMPINAS	SP
2024	CAMPINAS	SP
2024	CARAPICUÍBA	SP
2024	COTIA	SP
2024	CUBATÃO	SP
2024	DIADEMA	SP
2024	EMBU	SP
2024	FERRAZ DE VASCONCELOS	SP
2024	FRANCA	SP
2024	FRANCISCO MORATO	SP
2024	GUARUJÁ	SP
2024	GUARULHOS	SP
2024	HORTOLÂNDIA	SP
2024	INDAIATUBA	SP
2024	ITAPECERICA DA SERRA	SP
2024	ITAPETININGA	SP
2024	ITAPEVI	SP
2024	ITAQUAQUECETUBA	SP
2024	ITU	SP
2024	JACAREÍ	SP
2024	JAÚ	SP
2024	JUNDIAÍ	SP

Processo	Cidade	UF
2024	LIMEIRA	SP
2024	MARÍLIA	SP
2024	MAUÁ	SP
2024	MOGI DAS CRUZES	SP
2024	MOGI GUAÇU	SP
2024	OSASCO	SP
2024	OSASCO	SP
2024	PINDAMONHANGABA	SP
2024	PIRACICABA	SP
2024	PRAIA GRANDE	SP
2024	PRESIDENTE PRUDENTE	SP
2024	RIBEIRÃO PRETO	SP
2024	RIO CLARO	SP
2024	SANTA BÁRBARA D'OESTE	SP
2024	SANTO ANDRÉ	SP
2024	SANTOS	SP
2024	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP
2024	SÃO CAETANO DO SUL	SP
2024	SÃO CARLOS	SP
2024	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP
2024	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP
2024	SÃO PAULO	SP
2024	SÃO PAULO	SP
2024	SOROCABA	SP
2024	SOROCABA	SP
2024	SUMARÉ	SP
2024	SUZANO	SP
2024	TAUBATÉ	SP
2024	PALMAS	TO
2025	ARAPIRACA	AL
2025	ILHÉUS	BA
2025	ITABUNA	BA
2025	JUAZEIRO	BA
2025	CAUCAIA	CE
2025	CRATO	CE
2025	JUAZEIRO DO NORTE	CE
2025	SOBRAL	CE
2025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	GO
2025	ANÁPOLIS	GO
2025	APARECIDA DE GOIÂNIA	GO

Processo	Cidade	UF
2025	LUZIÂNIA	GO
2025	RIO VERDE	GO
2025	VALPARAÍSO DE GOIÁS	GO
2025	CAXIAS	MA
2025	CONTAGEM	MG
2025	DIVINÓPOLIS	MG
2025	POUSO ALEGRE	MG
2025	RIBEIRÃO DAS NEVES	MG
2025	SANTA LUZIA	MG
2025	SETE LAGOAS	MG
2025	TEÓFILO OTONI	MG
2025	VÁRZEA GRANDE	MT
2025	OLINDA	PE
2026	BARREIRAS	BA
2026	CAMAÇARI	BA
2026	JEQUIÉ	BA
2026	LAURO DE FREITAS	BA
2026	SIMÕES FILHO	BA
2026	TEIXEIRA DE FREITAS	BA
2026	MARACANAÚ	CE
2026	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	MA
2026	TIMON	MA
2026	ABAETETUBA	PA
2026	ANANINDEUA	PA
2026	CASTANHAL	PA
2026	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE
2026	CAMARAGIBE	PE
2026	GARANHUNS	PE
2026	PAULISTA	PE
2026	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	PE
2026	MOSSORÓ	RN
2026	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE
2027	CAMETÁ	PA
2027	MARABÁ	PA
2027	MARITUBA	PA
2027	ARAGUAÍNA	TO

Organização Didático- Pedagógica

(Art. 21, Inciso IV, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)



A organização didático-pedagógica compreende o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades universitárias, para garantir o processo pedagógico da Instituição. O processo educativo, visando qualidade, ultrapassa a ideia pura e simples de implementação de ações isoladas, ele é tido como processo contínuo e permanente de construção do conhecimento e dos saberes adquiridos pelos estudantes.

Para tal fim, as ações educativas são tratadas como incentivadoras do processo de ensino e aprendizagem e direcionadas de modo que os estudantes possam aprender a conhecer, aprender a viver e aprender a agir para transformar a sociedade, permitindo a formação de cidadãos capazes de tomar decisões responsáveis, na busca de soluções para os problemas relacionados ao desenvolvimento social, técnico, econômico e cultural do nosso país. Por consequência, a proposta educacional da Instituição objetiva privilegiar as aptidões sociais, a dimensão da formação integral e o desenvolvimento de competências amplas, fundamentadas na capacidade do estudante de aprender o ato de aprender, no intuito de conduzi-lo a aprendizagens significativas com autonomia. A oferta de Ensino Superior na Instituição está estruturada sobre princípios éticos e profissionalismo, não somente para oferecer uma educação de qualidade, mas, acima de tudo, para gerar uma conversão integral das pessoas ao conhecimento.

Essa percepção do processo educativo requer maior dinamicidade de gestão, para que o currículo seja percebido como meio para o desenvolvimento da capacidade de aprender e da constituição de competências explicitadas no perfil do egresso. Dessa maneira, as dimensões desse processo não podem carecer de acompanhamento e avaliação permanentes, de forma a permitir sólido diagnóstico para tomadas e retomadas constantes de decisões dentro do fazer pedagógico. Essa preocupação e cuidado se consolidam por meio do Programa de Avaliação Institucional sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA. O papel fundamental dos indicadores do processo avaliativo institucional é o de apontar e mensurar parâmetros que fortaleçam os Projetos Pedagógicos dos cursos, para que não sejam construídos a partir de vontades individuais ou fruto de trabalhos solitários de alguns, mas que se tornem a face da Instituição. A Avaliação Institucional é considerada atividade de suma importância para o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos da Instituição.

Essas considerações possibilitam o direcionamento para as propostas curriculares, as quais se orientarão legalmente por legislação do Conselho Nacional de Educação. Nesse sentido, o currículo caracteriza as bases conceituais da formação acadêmica e profissional. Ele é um complexo dos diversos processos relacionados com a formação profissional, cultural e humanística dos estudantes e deve ser traduzido por componentes curriculares que se organizam a partir de disciplinas, competências, habilidades, grupos e/ou eixos. O currículo contempla ainda programas e projetos diversos, pois esses são instrumentos que igualmente possibilitam e traduzem as perspectivas do processo de ensino e aprendizagem próprios do Ensino Superior.

Para construí-lo, se faz necessária uma seleção de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes, valores, metodologias e situações de aprendizagem consideradas importantes, tendo por referência determinados destinatários e contextos do estado do conhecimento elaborado e da realidade cotidiana dos sujeitos, da cultura e da ciência em suas diferentes dimensões.

4.1. Oferta de Cursos na modalidade presencial e a Distância e Polos de Educação a Distância

Considerando a evolução na autorização de todo seu portfólio de cursos, o planejamento para o próximo quinquênio é implantar e consolidar os cursos já autorizados, autorizar novos cursos, e consolidar os cursos que estão em processo de reconhecimento. No cenário da modalidade a distância a instituição tem previsão de abertura de polos de apoio presencial e oferta de cursos da educação a distância conforme planejamento no capítulo 3 do PDI.

Tabela. Portfólio de cursos de graduação.

CURSO	GRAU	MODALIDADE	ATO LEGAL	TOTAL VAGAS	PORTARIA AUTORIZATIVA
ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	100	Portaria nº 854 de 30/11/18 DOU de 04/12/18
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnológico	Presencial	Reconhecimento	150	Portaria nº 150 de 21/06/23 DOU de 22/06/23
ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	100	Portaria nº 661, de 19/05/22 DOU de 20/05/22
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	180	Portaria nº 120 de 29/05/23 DOU de 30/05/23
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	Presencial	Autorização	200	Portaria nº 674 de 04/07/17 DOU de 06/07/17
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	150	Portaria nº 88 de 20/02/19 DOU de 21/02/19
DESIGN DE INTERIORES	Tecnológico	Presencial	Reconhecimento	100	Portaria nº 559 de 06/12/19 DOU de 09/12/19
DIREITO	Bacharelado	Presencial	Autorização	120	Portaria nº 825 de 23/11/18 DOU de 27/11/18
EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	150	Portaria nº 85 de 18/04/23 DOU de 17/04/23
ENFERMAGEM	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	200	Portaria nº 891 de 20/09/22 DOU de 21/09/22
ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	150	Portaria nº 92, de 02/02/21 DOU 05/02/21
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	Presencial	Autorização	150	Portaria nº 940, de 28/08/17 DOU 29/08/17

CURSO	GRAU	MODALIDADE	ATO LEGAL	TOTAL VAGAS	PORTARIA AUTORIZATIVA
ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	Presencial	Autorização	150	Portaria nº 106 de 05/04/16 DOU de 06/04/16
ENGENHARIA MECÂNICA	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	150	Portaria nº 120 de 29/05/23 DOU de 30/05/23
FARMÁCIA	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	200	Portaria nº 85 de 18/04/23 DOU de 17/04/23
FISIOTERAPIA	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	120	Portaria nº 85 de 18/04/23 DOU de 17/04/23
GASTRONOMIA	Tecnológico	Presencial	Renovação do Reconhecimento	150	Portaria nº 206 de 25/06/20 DOU de 07/07/20
GESTÃO COMERCIAL	Tecnológico	Presencial	Renovação do Reconhecimento	150	Portaria nº 206 de 25/06/20 DOU de 07/07/20
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Tecnológico	Presencial	Renovação do Reconhecimento	150	Portaria nº 206 de 25/06/20 DOU de 07/07/20
MARKETING	Tecnológico	Presencial	Reconhecimento	200	Portaria nº 120 de 29/05/23 DOU de 30/05/23
MEDICINA VETERINÁRIA	Bacharelado	Presencial	Reconhecimento	100	Portaria nº 110 de 12/05/23 DOU de 15/05/23
NUTRIÇÃO	Bacharelado	Presencial	Autorização	180	Portaria nº 310 de 15/07/16 DOU de 18/07/16
ODONTOLOGIA	Bacharelado	Presencial	Autorização	150	Portaria nº 771 de 01/12/16 DOU de 02/12/16
PEDAGOGIA	Licenciatura	Presencial	Reconhecimento	200	Portaria nº 120 de 29/05/23 DOU de 30/05/23
PEDAGOGIA	Licenciatura	A distância	Autorização	1.500	Avaliado com conceito 5 Aguardando Portaria
PROCESSOS GERENCIAIS	Tecnológico	Presencial	Renovação do Reconhecimento	150	Portaria nº 206 de 25/06/20 DOU de 07/07/20
PSICOLOGIA	Bacharelado	Presencial	Autorização	200	Portaria nº 94, de 06/02/18 DOU de 08/02/18
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Bacharelado	Presencial	Autorização	150	Portaria nº 842 de 16/09/16 DOU de 19/12/16

CURSO	GRAU	MODALIDADE	ATO LEGAL	TOTAL VAGAS	PORTARIA AUTORIZATIVA

Fonte: Portal e-MEC e Diário Oficial da União.

4.2. Flexibilidade Curricular

A flexibilização curricular é muito discutida nos meios acadêmicos, porém tem sido muito pouco praticada em seu sentido estrito. Isso porque a ruptura das concepções tecnicistas são difíceis e demandam a construção de uma nova cultura pedagógica no interior dos espaços escolares e na sociedade como um todo.

No modelo clássico, os currículos estão circunscritos em uma forma organizativa pura e simples de transmissão dos saberes. Em outros termos, o currículo é concebido como um conjunto de instrumentos e procedimentos de ensino normalizados e iguais para todas as escolas e para todos os professores. Nesse modelo, a ênfase está no conteúdo, e não no aluno, tampouco nas metodologias, justificativas e objetivos do ensino e da aprendizagem.

Se a Instituição pretende formar profissionais cidadãos que contribuam para uma sociedade mais justa e solidária, será preciso romper com essa cultura pedagógica. É necessário realizar a educação como um ato social, orientado para uma formação global e para a criação de condições que propiciem não apenas a aquisição de um conhecimento, mas também a realização de uma escola inclusiva e o desenvolvimento de um conjunto de competências inerentes ao exercício de uma cidadania ativa.

Outro aspecto a ser considerado é a leitura que a Instituição faz de seus estudantes, vistos como pessoas autônomas e livres, em sua identidade biopsicossocial, histórico-cultural, em suas particularidades, interesses e necessidades.

Considera-se que os currículos dos cursos oferecidos pela Instituição, em consonância com o seu Regimento, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), expressam cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Para tanto, abrangem uma política cultural que envolve o conjunto de conteúdos comuns, específicos e eletivos, projetos, experiências, parcerias e estágios relacionados à formação profissional, cidadã e integral dos nossos estudantes.

A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos, os referenciais técnicos e tecnológicos que o concretizam em sala de aula, bem como as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores.

A matriz curricular é um conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo. É parte integrante e fundamental do processo de ensino e aprendizagem e deve se configurar como um sistema que possibilite a articulação e a funcionalidade entre seus elementos constitutivos. Os conteúdos curriculares atendem ao que preveem as Diretrizes Curriculares de cada curso, por isso serão organizados em três eixos norteadores:

- a. eixo comum;
- b. eixo específico;
- c. eixo complementar.

Os conteúdos de formação básica, do eixo comum, contemplam conteúdos essenciais para a formação profissional. Os conteúdos de formação específica, do eixo específico, são inerentes à formação e à prática profissional, dependendo do Projeto Pedagógico de cada curso, e devem, obrigatoriamente, contemplar atividades que promovam integração entre teoria/prática e iniciação profissional. Os conteúdos para a formação complementar, do eixo complementar, agregam a prática como componente curricular vivenciado em diferentes contextos de aplicação acadêmico-profissional. Ainda acerca da formação complementar, os conteúdos se organizam de forma a permitir reflexão sobre a prática em busca de contextualização e significância das abordagens, o que é realizado por meio de atividades acadêmicas complementares, de estágios supervisionados e de práticas pedagógicas diferenciadas.

A organização da matriz envolve, ao menos, cinco componentes:

- I. **Disciplina ou equivalente:** caracterizada por um conjunto de conteúdos e atividades inerentes a um programa, o qual será desenvolvido durante o período letivo com número de horas prefixado;
- II. **Unidade temática:** conjunto de conteúdos relativos a uma determinada área do conhecimento;
- III. **Estágio curricular:** atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos cursos, conforme determinação de Diretriz. São atividades de caráter teórico-prático, formativo e supervisionado, que ocorrem dentro e fora da IES. A Instituição mantém convênios e parcerias com empresas, Instituições públicas e particulares e demais organizações de cunho regional e nacional para garantir o cumprimento dos estágios;
- IV. **Monografia ou trabalho de conclusão de curso:** atividade que se estende aos cursos de pós-graduação e graduação, atendendo às especificidades das Diretrizes Curriculares dos Cursos. Seu objetivo é o exercício do aprendizado do estudante, o incentivo à investigação científica, a fixação de competências e habilidades em consonância com a proposta pedagógica do curso, por meio de temas relevantes e pertinentes ao exercício profissional do estudante e da vida acadêmica consolidada. Essas atividades são acompanhadas, orientadas e avaliadas por professores ou professores mediadores;
- V. **Atividades complementares:** atividades dos cursos de graduação, exigidas para a formação dos estudantes, que integram o conteúdo e a carga horária dos cursos conforme suas especificidades. São regulamentadas por e cumpridas pelos estudantes de forma independente, fora do horário regular de aula. Para o cumprimento da carga horária dessas atividades, explicitadas nos projetos pedagógicos dos cursos, são oferecidas sugestões aos estudantes que podem optar por realizá-las dentro ou fora da Instituição, de forma presencial, semipresencial ou a distância.

- VI. **Ambientes profissionais:** A articulação e a integração da Instituição com a sociedade ocorrem por meio das ações intencionistas, a partir de atividades que possuem a finalidade de desenvolvimento integral do estudante, com atividades que aprofundem os estudos em tópicos específicos do conteúdo programático das disciplinas curriculares, assim como sua imersão no ambiente profissional.

A Instituição, concatenada com as exigências próprias do século XXI e visando à formação de profissionais com múltiplas competências, acredita que os ambientes profissionais são propícios para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. Tais ambientes aproximam o estudante do mundo do trabalho, realizando atividades laborais específicas da sua área de formação, articuladas ao perfil do egresso e aos objetivos constantes nos PPCs dos cursos de graduação.

Os ambientes profissionais são concebidos como espaços complementares de efetiva imersão acadêmica para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, por meio da interação direta com profissionais experientes. Além do desenvolvimento das competências técnico-científicas, tais ambientes favorecem ainda o desenvolvimento do compromisso político-social dos estudantes, frente à sociedade.

Considerando a aprendizagem como um ecossistema, no qual se estabelecem conexões entre a instituição de Ensino Superior e as empresas/ONGs e demais instituições, tais ambientes apresentam problemas reais e trazem provocações ao futuro profissional, dando a oportunidade ao estudante de vivenciar como será a carreira na prática, como será o cenário real do trabalho, saindo de sua estagnação teórica. Permite-se, assim, ao estudante tornar-se parte de uma experiência educacional inovadora, que o levará a trilhar um caminho pautado na aplicação de saberes, valores e atitudes, estimulando ainda sua permanência no curso.

- VII. **Atividades Extensionistas:** As atividades de extensão proporcionam a execução de ações na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorecendo a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversal, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.

São atividades que devem ser cumpridas pelos estudantes de forma independente, fora do horário regular de aula. Para o cumprimento da carga horária dessas atividades, explicitadas nos projetos pedagógicos dos cursos, são oferecidas sugestões aos estudantes que podem optar por realizá-las dentro ou fora da Instituição, de forma presencial, semipresencial ou a distância (quando possível e legalmente autorizada).

4.3. Flexibilização da Gestão do Projeto Pedagógico e da Gestão Administrativa

O NDE (Núcleo Docente Estruturante) e o Colegiado de Curso são fóruns privilegiados de discussão e implementação da flexibilização e Gestão dos Projetos Pedagógicos, sendo responsáveis por acompanhar os trabalhos realizados no âmbito do curso. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil do egresso, do curso e da Instituição.

Logo, a respeito da flexibilização da gestão do projeto pedagógico e da gestão administrativa, pode-se dizer:

- I. A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização, é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- IV. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, porém não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- V. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- VI. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, contudo não devem se limitar ao simples aumento da carga horária;
- VII. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica, visando aproximar os sujeitos das experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VIII. É preciso buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- IX. Deve-se desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- X. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos.

Quanto às decisões do colegiado e do NDE, é necessário considerar que os sistemas institucionais possuem um fluxo pré-determinado para o correto registro, encaminhamento e acompanhamento da execução das decisões. Logo, o registro dessas deliberações nos sistemas institucionais permite uma ampla visão das necessidades de implementação ou ajustes das práticas de gestão no âmbito do curso.

4.4. Organização das Atividades Didáticas

Considera-se que a educação seja um processo de construção, reconstrução e reorganização das experiências vivenciadas pelos estudantes, acompanhada da reflexão desses processos. A partir dessa consideração, foi proposta uma gama de atividades didáticas a serem utilizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos como forma de organização. Para a compreensão da utilização dessa organização no processo ensino e aprendizagem, é importante considerar os seguintes pontos: autonomia, auto-organização e ritmo próprio de desenvolvimento do estudante.

4.4.1. Autoestudo

A proposta de autoestudo vem ao encontro de um dos papéis da Instituição na nossa sociedade contemporânea, que é formar cidadãos críticos, competentes e com autonomia. Nessa perspectiva, o professor, bem como professor mediador, deve ser orientador e incentivador do estudante na busca permanente pelo conhecimento. Essa ferramenta objetiva motivar o estudante a aprender a planejar, organizar, selecionar, sistematizar, sintetizar e generalizar as informações para transformá-las em conhecimento, da mesma forma que transferir e associar os conhecimentos a outros campos do saber. Aprender a aprender é uma competência necessária aos futuros profissionais e preconizada pela Instituição.

Os momentos de autoestudo levam em consideração que o estudante é o mais importante agente do processo educativo docentes e professores mediadores são organizadores dos objetos de estudo em sua complexidade, dos instrumentos conceituais e metodológicos que podem ajudar o aluno a encontrar respostas aos problemas colocados, inerentes à sua formação. Para que o estudante tenha sucesso nesse modelo, deve desenvolver disciplina, organização, motivação e persistência na busca de sua constante atualização ou aperfeiçoamento, uma vez que a responsabilidade, pontualidade, administração do tempo e iniciativa, são fatores básicos para a eficácia da aprendizagem.

Objetiva-se que os estudantes construam seu conhecimento relativo aos conteúdos das disciplinas na medida em que os compreendam. Para isso, os cursos contam com uma oferta diversificada de recursos didáticos e interfaces para os momentos de autoestudo, dentre os quais: o conteúdo programático das disciplinas disponibilizado em materiais impressos e eletrônicos, recursos audiovisuais, estudos de caso, MAPA (Material de Avaliação Prática de Aprendizagem), **Webinar**, aulas estruturadas, atividades de estudo programado, materiais extras e aulas conceituais. Esses recursos são utilizados de forma complementar, adequada e articulada, o que permite uma pluralidade de abordagens, possibilitando graus diferentes de aprofundamento nos estudos.

Assim, entendendo o autoestudo como meio fundamental para a formação acadêmica, a Instituição adotou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como ferramenta de auxílio à aprendizagem do

estudante, por meio do qual é possível acessar diversos materiais, sejam pedagógicos ou administrativos. Destacam-se, para o momento do autoestudo, as seguintes funcionalidades:

- I. Acesso a diversos materiais como: o plano de ensino das disciplinas, atividades de estudo, fóruns, aulas ao vivo, sob demanda e conceituais, estudos de caso, MAPA, Webinar, arquivos de MP3, Realidade Aumentada, QRCode, livros didáticos, materiais extras, aulas estruturadas, Desafios Profissionais;
- II. Desenvolvimento de atividades de estudo (MAPAs, fóruns, Desafios Profissionais) com orientação e supervisão dos professores;
- III. Consulta ao acervo da Biblioteca Digital e a publicações livres de direitos autorais, por meio da Biblioteca Virtual, publicações do corpo docente e pesquisadores da Instituição e das Instituições conveniadas.

4.4.2. Aprendizagem Interativa e Colaborativa

O conceito de “interatividade” é importante para compreender a possibilidade de se trabalhar com diversos tipos de profissionais, pois o estudo mediado pelo computador oferece condições para tal. A interatividade no processo educativo deve ser planejada e direcionada para atender às necessidades e possibilidades cognitivas dos estudantes. Dessa forma, considera-se necessária uma proposta didática pedagógica que promova uma aprendizagem colaborativa e interativa, bem como a reflexão crítica sobre os conteúdos científicos, independente do distanciamento físico entre professores, professores mediadores e estudante. Assim, o conceito de interatividade presta-se especialmente para entender a relação de cumplicidade do homem com as máquinas de comunicação e promover uma relação dialógica, livre e criativa entre os envolvidos no processo educacional. Esse conceito remete, ainda, a um perfil muito particular de estudante, que responde agilmente por seu planejamento pessoal, pela consciência e valorização do que seja autoaprendizagem e pela habilidade em organizar e aproveitar, ao máximo, os momentos de interação mediados pela tecnologia.

Assim, as disciplinas **on-line** dos cursos presenciais, contemplam momentos de interatividade síncronas — a exemplo das aulas ao vivo, **webinars** com possibilidade de interação entre docente e estudantes — bem como nos momentos assíncronos, por meio dos fóruns e pela comunicação feita com o mediador.

Evidencia-se, portanto, que no ambiente virtual de aprendizagem, a interação ocorre por meio de dispositivos que permitem a comunicação tanto de forma síncrona, quanto assíncrona. Essas formas possibilitam a criação de diferentes situações e procedimentos didáticos para incentivar a dialogicidade e a interação entre professores e estudantes.

4.4.3. Presencialidade

Na educação superior a presencialidade é preconizada pelo § 3º do art. 47 da Constituição Federal, que estabelece: “é obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância”.

Nos cursos ofertados na modalidade presencial, até 40% da carga horária total do curso pode ser realizado a distância, como estabelecido no art. 2º da Portaria MEC nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019.

A partir destes pressupostos, os momentos presenciais obrigatórios nos cursos a distância são realizados nos polos de apoio presencial ou ambientes de estágio, de prática e profissionais conveniadas, distribuídos geograficamente no território nacional, com o objetivo proporcionar suporte pedagógico, acadêmico e administrativo aos projetos pedagógicos dos cursos, bem como aos estudantes. No que tange aos cursos presenciais, suas atividades são realizadas no Campus em que for ofertado.

Ainda a respeito da presencialidade, o Projeto Pedagógico de cada curso, observados os aspectos legais, estabelece:

- I. Avaliações presenciais obrigatórias, realizadas ao término de cada disciplina e/ou bimestre, conforme o projeto pedagógico de cada curso;
- II. Estágios Curriculares, Aulas Práticas em laboratórios ou externas, visitas técnicas e Trabalhos de Conclusão de Curso quando estabelecidos nas Diretrizes Curriculares;
- III. Encontros Presenciais para os estudantes de pós-graduação para a defesa de TCC;
- IV. Encontros presenciais para o desenvolvimento das estratégias de metodologias ativas específicas. Momento em que os professores, conteudista e formador, juntamente com a equipe especializada em Metodologias Ativas, criam roteiros de aulas a partir das necessidades específicas dos cursos.

4.4.4. Descritivo das Atividades de Aprendizagem

4.4.4.1. Desafios Profissionais

Os desafios profissionais são atividades pedagógicas com foco na aprendizagem experiencial. O ponto mais importante é colocar o estudante para resolver problemas por meio da simulação em e uma situação concreta, em que o estudante é orientado a assumir papéis e tomar decisões viabilizando soluções para o campo profissional. Isso significa que o comando da atividade auxiliará o estudante em uma realidade para que possa exercer a prática de resolução de problemas reais.

Os desafios profissionais, com a natureza imersiva, contribuem para mobilizar as competências desejadas sejam elas intelectuais, emocionais, comportamentais. Além disso, os desafios profissionais permitem:

- Atrair a atenção dos alunos para o conteúdo;
- Experimentar e “aprender fazendo”;
- Praticar o conhecimento quantas vezes for necessário;
- Promover a atenção focada;
- Ofertar experiências de aprendizagem que estejam ligadas às diferentes formas de aprender dos alunos;
- Planejar de forma personalizada e acompanhar individualmente cada aluno;
- Aproximar a realidade com o cotidiano do aluno.

4.4.4.2. Aula ao Vivo

A aula ao vivo é um recurso pedagógico que tem como intuito promover o desenvolvimento da aprendizagem do estudante em momento síncrono. O professor formador, o professor mediador e

o estudante conectam-se por meio de um processo interativo de apropriação do conhecimento em tempo real e, para a condução das aulas ao vivo, os professores planejam suas atividades pautando-se nas premissas do vídeo **based learning**. Para garantir a interação, a participação e o engajamento dos estudantes, utiliza-se uma série de tecnologias digitais, como os aplicativos de interação. Com os recursos tecnológicos elencados, as estratégias pedagógicas utilizadas nas aulas ao vivo podem ser estudo de caso, **quizgame**, **websérie**, profissionais convidados para compartilhamento de experiências, solução de problemas reais, demonstração de experimentos, etc., configurando no alinhamento entre teoria e prática.

4.4.4.3. Aulas Conceituais

Para cada disciplina on-line, é produzido um conjunto de aulas gravadas que são intituladas de conceituais. Essa nomenclatura é utilizada justamente por ter como objetivo garantir os pontos relevantes para que o estudante consiga realizar as interconexões com o conteúdo teórico. Tais aulas são gravadas nos estúdios da Instituição pelos professores formadores e/ou conteudistas, possibilitando a compreensão dos conceitos tratados em cada disciplina, e são disponibilizadas de forma assíncrona para acesso direto ou para download no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Destaca-se que o estudante pode ter acesso a todas as aulas no início de cada módulo. Como estratégia metodológica, utilizam-se diferentes formatos de gravação, que podem ser gravações externas nos ambientes profissionais relacionados ao curso ou aulas editadas com trechos no estúdio e outros com gravações externas, remetendo a uma experiência prática.

4.4.4.4. Atividade de Estudo

As atividades de estudo são um conjunto de atividades, geralmente questões objetivas, elaboradas de modo contextualizado, pautadas em situações-problema ou desafios reais do ambiente profissional. Por terem uma abordagem imersiva, são utilizados como elementos metodológicos para a formulação dessas atividades: os cenários, cases e situações profissionais cotidianas, para que o estudante consiga compreender a aplicabilidade do conteúdo estudado.

As atividades de estudo possuem caráter avaliativo e são realizadas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Para cada disciplina, são ofertadas atividades de estudo, de maneira gradativa e semanalmente, no decorrer do módulo. Proporcionam condições para que o estudante estabeleça a relação entre os fundamentos teóricos e sua futura prática profissional. No decorrer do desenvolvimento das questões, é possível que o estudante interaja com outros colegas e esclareça dúvidas com os professores mediadores. O prazo final de entrega das atividades de estudo é a última semana de aula ao vivo, que antecede a prova da disciplina.

A elaboração de questões utilizadas para as atividades de estudo é organizada através de um banco de questões, vinculadas por disciplina correspondente e tagueada considerando com elementos da metacognição, competências estruturantes e competências profissiográficas.

4.4.4.5. Atividade de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de

Ensino Superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino.

O Parecer CNE/CES nº 608/2018 recupera as primeiras normativas acerca da atividade de extensão universitária à década de 20 no Brasil, até a imposição da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

A concepção de extensão ao longo dessa trajetória sempre desafiou as IES a ultrapassarem seus muros, a assumirem suas responsabilidades perante a comunidade externa, com o desafio de conceber a extensão como componente curricular na formação dos profissionais.

Neste contexto, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Constituição da República de 1988, a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), e a Resolução CES/CNE nº 7/2018, de dezembro de 2018, a IES dedica dez por cento (10%) do total da carga horária curricular dos seus cursos para a extensão universitária.

A curricularização da extensão, mais do que o cumprimento de uma medida legal, requer uma mudança genuinamente paradigmática no modelo educacional vigente. Isso significa que a inovação curricular precisa estar acompanhada de uma inovação pedagógica.

Assim, para desenvolver as competências pessoais e profissionais necessárias para formação do estudante, a organização curricular representa um pilar estratégico, o qual foi repensado e reorganizado por meio de uma proposta flexível, de uma abordagem contemporânea e inovadora de aprendizagem, contemplada no processo de curricularização da extensão.

As atividades de extensão são ações que envolvem diretamente as comunidades externas com o curso e com a IES. Vinculadas à formação do estudante, tais ações pretendem desenvolver uma visão do mundo contemporâneo e sua contribuição social, essencial à formação de um profissional mais crítico, reflexivo e cidadão, minimizando as mazelas territoriais através de ações que sejam exitosas para a sua localidade de atuação.

As ações de extensão permitem aos acadêmicos o aprofundamento acerca das teorias discutidas em sala e complementam a aprendizagem com a aplicação prática. Além disso, divulgam o conteúdo aprendido à comunidade, prestando-lhe serviços e assistência, ao mesmo tempo que geram oportunidades de aperfeiçoamento e engrandecimento de saberes da própria sociedade. Esse intercâmbio favorece a revisão e a renovação dos conteúdos curriculares e ações da IES, orientando-a para o atendimento das comunidades em que está presente.

Este diálogo gera conhecimentos que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática e, conseqüentemente, melhora a capacidade técnica, socioemocional e teórica de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo.

A política e as atividades de extensão estão estabelecidas em atendimento aos princípios de cidadania, desenvolvimento social, equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social, princípios aderentes ao proposto pelos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger

o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

A interação com as demandas da sociedade é oportunizada pelas atividades e diferentes modalidades extensionistas, descritas a seguir:

- a. **Programa:** conjunto de atividades integradas, de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras atividades de extensão, cujas diretrizes e escopo de interação dos estudantes com a sociedade integrem-se às linhas de ensino e pesquisa planejadas e disponibilizadas pelo curso.
- b. **Projetos de Extensão:** atividade de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica, com o intuito específico e prazo determinado, vinculada ou não a um programa, cujas diretrizes e escopo de interação dos estudantes com a sociedade, integrem-se aos programas disponibilizadas pelos cursos e outros.
- c. **Cursos/Oficinas:** atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, nas modalidades presencial ou a distância, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada, como por exemplo: cursos de atualização, treinamento, qualificação profissional e aperfeiçoamento.
- d. **Eventos Formativos:** atividades formativas de curta duração, sem necessidade de caráter continuado, que implicam a apresentação do conhecimento ou produto cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica desenvolvido, conservado ou reconhecido pela IES.
- e. **Prestação de Serviços:** estudo e solução de problemas dos meios profissional ou social e ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, bem como à transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade.

A avaliação da extensão contempla a aplicação de questionários e a elaboração de relatórios, com o objetivo de melhorar a organização institucional.

As atividades de extensão concluídas e avaliadas serão registradas e acumuladas ao longo do percurso formativo de cada acadêmico e lançadas em seu Histórico Escolar, como requisito para a conclusão do curso.

A dedicação de dez por cento (10%) do total da carga horária curricular para as atividades de extensão é considerada a partir da carga horária final do curso, e não assume um caráter de disciplina. Esta decisão está ancorada no pressuposto legal da própria Resolução CES/CNE nº 7/2018, de dezembro de 2018. Portanto, a realização das Atividades Extensionistas fará parte de toda jornada acadêmica do estudante. As atividades de extensão não se confundem com atividades de estágio supervisionado obrigatório ou atividades acadêmicas complementares.

A IES estabelece que seu corpo técnico-administrativo deve participar da formulação e implementação de atividades extensionistas, como prática de valorização destes atores, considerando registro e participação destes.

4.4.4.6. Fórum

O fórum é uma atividade assíncrona e formativa, que leva o estudante ao processo de reflexão teórico-prática a respeito do conteúdo tratado na disciplina. No fórum, os estudantes têm a oportunidade de construir o conhecimento de forma colaborativa e de debater com seus colegas de curso, professores mediadores e professores formadores. Para cada disciplina cursada no módulo, o acadêmico terá uma proposta temática como fórum de discussão. O elemento inovador desse recurso está na forma como se elaboram e apresentam as questões norteadoras. As questões são apresentadas por meio de desafios nos quais os estudantes precisam pensar em estratégias de intervenção na realidade em que atuará futuramente. O ponto forte desse recurso está na possibilidade de trocas de experiências e conhecimentos entre os atores pedagógicos, de forma colaborativa, aprimorando a qualidade do aprendizado. A atuação do professor mediador no fórum está pautada na ideia do papel de um tutor de curiosidade, ou seja, atua oferecendo conteúdos de inspiração que despertam curiosidade, necessidade de aprofundamento e a vontade de saber mais sobre determinado assunto. O fórum ainda pode ocorrer de forma invertida. Isso quer dizer que se lança uma temática desafiadora e envolvente, no entanto os estudantes são estimulados a elaborarem as próprias questões, as quais são respondidas por outros estudantes com a mediação e direcionamento do professor formador.

4.4.4.7. MAPA (Material de Avaliação Prática de Aprendizagem)

O MAPA é um diferencial do fortalecimento da aplicação das metodologias imersivas, visto que remete os estudantes a uma experiência pautada nos desafios reais da profissão. Como atividade avaliativa, está constituída de diferentes estratégias articuladas com os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e competências, por meio de uma atividade prática e aplicada que considera os núcleos, as necessidades de vivência e experimentação, assim como a perspectiva interdisciplinar.

Destaca-se ainda que as atividades MAPAS são desenvolvidas pela equipe pedagógica de cada curso de maneira que possam ser realizadas dentro da realidade de cada estudante, considerando o uso de materiais, equipamentos e mesmo acessos a determinados ambientes. Atenta-se ainda aos fatores regionais, de modo a inseri-los no contexto sempre que viável e interessante, tornando a atividade mais factível e próxima do futuro profissional deste estudante.

Como exemplo, os MAPAS contemplam: dinâmicas de grupo, gravações de vídeos das práticas realizadas; gravação de vídeos das atividades de ensino aplicadas; análises documentais de diversas naturezas, organização de eventos e exposições, prototipagem, construção de mapas conceituais, registro de discussões sobre conteúdos apresentados com diversificada referência para consulta, uso de recursos tecnológicos, pesquisa de campo, entrevistas, integração com grupos e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se que esse conjunto de estratégias educativas, orientadas pela categoria das práxis educativas como atividade humana transformadora, modifica e ressignifica ao mesmo tempo a realidade e o sujeito e pressupõe uma contínua interação entre teoria e prática, cuja articulação integra o desenvolvimento de habilidades e competências específicas de cada componente curricular.

Estas atividades avaliativas são orientadas e acompanhadas pelo tutor e professor formador da disciplina. Explicitam a articulação entre os componentes curriculares e as respectivas vivências profissionais, correspondendo a um elemento comprovadamente inovador - inclusive apontado pelos estudantes na Autoavaliação Institucional, realizada pela CPA - Comissão Própria de Avaliação.

4.4.4.8. Semana Acadêmica e de Conhecimentos Gerais

O mundo contemporâneo exige dos seus cidadãos uma formação global. A Educação Superior assume papel importante, ao responder aos anseios destas novas demandas. Para tanto, a Semana de Conhecimentos Gerais da Instituição privilegia o desenvolvimento de competências gerais, tais como:

- I. Fazer escolhas éticas, responsabilizando-se por suas consequências;
- II. Formular e articular argumentos consistentes em situações comunicativas, expressando-se com clareza, coerência e precisão;
- III. Planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em diferentes contextos;
- IV. Buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
- V. Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade;
- VI. Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

Estas competências são atingidas enaltecendo temáticas atuais e necessárias, como: (i) a inclusão social, Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; (ii) as questões políticas, econômicas e socioambientais; (iii) o conhecimento e a valorização das culturas africana e indígena, como componentes formadores da sociedade brasileira, evidenciando a sua influência e contribuição; (iv) a compreensão a respeito das relações étnico-raciais e da diversidade cultural no Brasil; e (v) questões de Direitos Humanos. Isto porque é necessário considerar a dinâmica social contemporânea, marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico. Precisamos reconhecer que as transformações nos contextos nacional e internacional atingem diretamente os sujeitos aprendentes, o que demanda a qualificação profissional no enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais, acelerados pelas mudanças tecnológicas do mundo contemporâneo. Nesse cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais representam um grande desafio para a educação do século XXI.

4.4.4.9. Prova Curricular ou Bimestral

A prova curricular obrigatória possibilita verificar a aprendizagem dos conteúdos trabalhados e aprendidos pelos estudantes, bem como as competências e habilidades desenvolvidas ao longo da disciplina. O período de realização destas provas ocorre conforme calendário acadêmico. Trata-se de uma atividade obrigatória, realizada por escrito, sem consulta.

As questões das provas presenciais são produzidas por professores em cada disciplina, cadastradas em um Banco de Questões cujo tagueamento está alicerçado na triangulação: competências profissiográficas; competências estruturantes e objetos do conhecimento, fornecendo subsídios para as análises psicométricas e validação do modelo pedagógico implantado. Tal arquitetura objetiva desenvolver as competências necessárias para o exercício da profissão, conectadas às demandas do século XXI.

Cabe ao coordenador do curso orientar o processo formativo e, após o cadastro das questões, a equipe do curso valida o conteúdo e suas tags para, em seguida, os revisores atestarem que as

questões não contêm erros ortográficos ou de concordância verbal e nominal. O mesmo fluxo é seguido para todas as questões, que são analisadas uma a uma.

O estudante realiza o agendamento de prova de maneira sistêmica e no momento da geração das provas e atividades, sistemicamente é ativada a randomização das questões, gerando provas por RA de aluno. A prova é realizada presencialmente, sem consulta, desenvolvida por meio digital seguindo protocolo institucional de aplicação de prova.

4.4.4.10. Prova Substitutiva

A prova de Segunda Oportunidade para os cursos a distância compreende uma segunda oportunidade para os estudantes que não realizaram a primeira prova curricular da disciplina, ou que estão em dependência, desde que tenham realizado, no mínimo, 50% das atividades das disciplinas encerradas, conforme prazo estipulado no calendário acadêmico, sem custo para o estudante. O protocolo de agendamento e aplicação desta prova segue o mesmo padrão da prova curricular.

4.4.4.11. Nivelamento

A Instituição, atenta às necessidades e aos movimentos da Educação Superior, oferece cursos de nivelamento aos estudantes que ingressam no ensino superior. São elaborados com o intuito de promover o sucesso acadêmico por meio do desempenho cognitivo nas disciplinas específicas e de formação geral, em áreas como Informática, Matemática, Química, Estatística e Língua Portuguesa. Os cursos de nivelamento são ofertados na modalidade presencial e a distância. Para participar do programa, os estudantes têm acesso aos materiais orientadores (livro virtual) com questões elaboradas para suprir as eventuais dificuldades que surgirem durante o percurso acadêmico. Oferta-se, ainda, o Game Equalize, jogo virtual imersivo, desenvolvido com o intuito de melhorar a experiência do estudante que participa dos programas de nivelamento, mais especificamente nas áreas de matemática e raciocínio lógico. O nivelamento pauta-se na concepção pedagógica baseada no Just-in-Time Teaching (JiTT) ou Ensino sob Medida (EsM), que consiste em ajustar a aula às necessidades dos estudantes, levando em consideração o novo formato do nivelamento com abordagem Just-in-Time e foco nas tecnologias imersivas.

Como uma ferramenta de tecnologia imersiva, o Game Equalize possui um espaço navegável e interativo, embasado em um sistema computacional que permite a imersão em um mundo virtual, especialmente criado para atender às finalidades educativas. A cada questão correta respondida, as fases são alcançadas pelo “avatar/ estudante” e pontos são acumulados. Ao término do desafio, um ranking nacional é gerado. Destaca-se que o game possui um espaço de comunicação entre os estudantes para que, de forma colaborativa, possam encontrar as formas de resolver os desafios lançados pela equipe pedagógica. O professor mediador acompanha, mas só interfere nesse espaço para promover a troca de conhecimentos. Se constatar que não houve mais avanço, nesse caso, promove a explicação dos desafios com exemplos para que os estudantes consigam atingir o objetivo.

4.4.4.12. Atividades Complementares

A Atividade Complementar (AC) é um componente curricular obrigatório a ser desenvolvido pelos estudantes como parte dos requisitos para a conclusão de curso, organizadas de acordo com a

Resolução CONSEPE da Instituição, podendo ser cumpridas pelo estudante desde sua primeira matrícula até, preferencialmente, um módulo antes da conclusão do curso. As ACs possibilitam a ampliação da flexibilização curricular, o conhecimento, a vivência e inserção dos diversos ambientes profissionais na medida dos interesses pessoais de enriquecimento profissional, técnico, social e cultural do estudante. Cabe ao estudante protocolar a documentação comprobatória de suas Atividades Acadêmicas Complementares para aproveitamento.

4.4.4.13. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) faz parte dos requisitos mínimos para a obtenção do grau nos cursos de Graduação e Pós-graduação. Visa propiciar aos estudantes a oportunidade de demonstrar sua capacidade de planejamento, execução e redação de trabalho científico. Trata-se de um componente obrigatório que consta na matriz curricular e deve ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora, conforme previsto no projeto pedagógico de cada curso.

Nos cursos na modalidade presencial os professores orientam a elaboração do TCC e a defesa é realizada perante uma banca, conforme determinada as DCNs e os respectivos PPCs. Nos cursos a distância, o núcleo de orientação do TCC é composto por professores e professores mediadores do curso com formação na área e compreende as atividades de orientação e avaliação do trabalho, viabilizando a organização de todo o processo. Cabe ao professor orientador, entre outras atribuições, disponibilizar material de apoio para o desenvolvimento das investigações realizadas, acompanhar o andamento do trabalho em todas as etapas, corrigi-lo e dar feedback para os estudantes sobre o trabalho desenvolvido. Também se configura como atribuição do professor orientador comunicar ao Coordenador do Curso a ocorrência de problemas, dificuldades ou dúvidas relativas ao processo de orientação e avaliação.

O estudante é responsável pelo cumprimento das normas e regulamentações próprias do TCC, seguindo o plano e o cronograma de atividades previamente estabelecido para o andamento do trabalho. Também se espera que desenvolva todas as etapas do trabalho com compromisso e responsabilidade. O estudante estará automaticamente reprovado caso seja caracterizado qualquer caso de plágio ou fraude na elaboração de seu trabalho. O documento que regulamenta o TCC, devidamente aprovado pelas instâncias superiores da Instituição, mostra o detalhamento da forma de apresentação, orientação e coordenação, e fica disponibilizado aos estudantes quando a disciplina é ofertada.

A partir de 2018, foi disponibilizada a produção científica da comunidade acadêmica, por meio do Repositório Digital UniCesumar – RDU. Tem como objetivo armazenar, preservar, divulgar e garantir o acesso à produção científica e acadêmica, disponibilizado digitalmente no ambiente on-line, na disciplina TCC Institucional e na página da Biblioteca.

4.4.4.14. Monitoria

Ao longo do curso, é cada vez mais comum a presença de acadêmicos que apresentam dificuldades para atingir objetivos curricularmente prescritos, impostos pela necessidade de os estudantes desenvolverem competências e habilidades demandadas pelo mundo contemporâneo.

Neste sentido, a Instituição desenvolveu projetos educativos e pedagógicos que envolvem acadêmicos oriundos de diferentes comunidades, visando ao aperfeiçoamento de sua qualificação. Além disso, na perspectiva de ampliar o trabalho com diferentes propostas pedagógicas, investindo, quer no âmbito da docência, das aprendizagens e da avaliação, quer na gestão das instituições formadoras para que se possa delas fazer verdadeiros instrumentos de intervenção, promotores do sucesso acadêmico e da própria instituição, criou-se o Programa de Monitoria para os cursos híbridos e o Programa Ampliar para os cursos on-line, respeitando a dinamicidade dos modelos pedagógicos de cada área.

Destaca-se que o Programa de Monitoria e o Programa Ampliar consistem em atividades formativas voltadas para o sucesso do estudante, intimamente ligadas aos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação. Tais ações são regulamentadas, consistindo no desenvolvimento de atividades técnico-didáticas condizentes com o grau de conhecimento e competências exigidas nas disciplinas contempladas.

As iniciativas supracitadas buscam proporcionar aos envolvidos a oportunidade de aprimoramento na formação; despertar para a valorização do aprendizado em sua futura prática e estimulá-los a seguir se destacando em sua carreira profissional, potencializando a aprendizagem colaborativa e autorregulada dos estudantes.

Os envolvidos desenvolvem habilidades e competências profissionais, bem como ampliam o engajamento dos estudantes nas atividades pedagógicas. Além disso, acompanham eventuais dificuldades de aprendizagem e fornecem reforço pedagógico de forma a minimizar os problemas de insucesso, evasão e falta de motivação. O envolvimento do estudante em atividades de monitoria estimula também a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

No que tange especificamente ao Programa Ampliar, trata-se da organização de atividades que ampliam os conhecimentos dos estudantes nas áreas consideradas mais complexas dos cursos de graduação, por meio da aprendizagem colaborativa e imersiva, fomentada pela troca entre os pares e pela experimentação profissional, promovendo o aprimoramento da aprendizagem.

Os encontros e momentos de interação são realizados em espaços de aprendizagem diferenciados e responsivos, com atividades que estimulam os monitores e monitorados a levantar hipóteses e fazer descobertas, desenvolvendo assim a autonomia na consolidação do saber.

Tanto o Programa de Monitoria quanto o programa Ampliar são ofertados modularmente para todos os cursos de graduação on-line e híbridos. Tais propostas assumem um caráter de nivelamento personalizado, tendo como base a superação das dificuldades presentes e futuras dos estudantes.

4.5. Organização dos Recursos Didáticos de Aprendizagem

4.5.1. Estrutura e Métricas de Avaliação

Avaliar é um processo indispensável em qualquer proposta de educação, ou seja, é inerente e imprescindível para o fazer pedagógico realizado em constante “ação-reflexão-ação”. Nesse

sentido, o processo de avaliação não pode estar desvinculado da ação e da reflexão pedagógica. Possui complexidade pedagógica, pois envolve muitos fatores que compreendem o ensinar e o aprender. Mesmo em nível superior não deve se caracterizar como algo mensurável ou apenas de verificação. A avaliação caracteriza-se por ser elemento que intenciona propiciar mudanças significativas nas práticas docentes. A credibilidade dos resultados ocorre pelo controle de frequência e por precauções na segurança.

A avaliação discente comporta dois tipos de avaliações ao longo do seu processo de aprendizagem: avaliação formativa e avaliação somativa.

A avaliação formativa é aquela que prioriza não apenas o resultado da aprendizagem, mas, principalmente, o seu sucesso. Ela é fundamental para acompanhar o desenvolvimento do estudante e proporcionar informações sobre o seu aprendizado durante todo o curso. Trata de aspectos como: participação, assiduidade no ambiente virtual de aprendizagem, postura colaborativa do estudante em relação aos seus pares, neste caso, por meio do fórum. A participação é concretizada pela realização de todas as atividades propostas, a entrega de trabalhos e atividades nas datas pré-estabelecidas, participação em chats, fóruns, enquetes, envio de e-mails e mensagens ao professor mediador e aos professores formadores

No modelo da Instituição, o resultado é composto pela soma das notas das provas compostas por questões objetivas, bem como das atividades avaliativas (como fóruns e MAPA, atividades discursivas e Desafios Profissionais desenvolvidas ao longo da disciplina). O resultado levará o estudante à aprovação ou à reprovação nas disciplinas.

A avaliação dos estudantes está regulamentada no Regimento Geral da Instituição e tem por objetivo orientar estudantes e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re)pensar das atividades propostas em sala de aula e no ambiente virtual de aprendizagem ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do estudante. O processo de avaliação objetiva a integração entre estudantes e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino e aprendizagem. Essa cultura considera as perspectivas qualitativa e quantitativa dos conteúdos curriculares, em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

Nos cursos presenciais as provas são aplicadas pelos professores, bimestralmente. Sendo que ao final de cada semestre o Acadêmico, pode optar por realizar uma prova substitutiva, no intuito de substituir a menor nota, para fins de cálculo da média semestral.

Avalia-se o aproveitamento acadêmico por disciplina, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. O acadêmico será considerado aprovado caso sua média final seja maior ou igual a 6,0 (seis).

O estudante que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o estudante que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização da prova substitutiva.

4.5.2. Estágio e Prática Profissional

O estágio é entendido como um componente curricular que integra um conjunto de atividades que o estudante desenvolve em situações reais de vida e de trabalho, sob a supervisão de um professor mediador ou tutor facilitador. Propicia a aproximação do futuro profissional à realidade em que irá atuar, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua aprendizagem profissional, social e cultural.

O estágio supervisionado visa proporcionar uma oportunidade ao acadêmico para colocar em prática o conhecimento adquirido durante a sua graduação. Assim, é uma situação única de desenvolvimento e aperfeiçoamento do acadêmico, na qual ele poderá demonstrar seu conhecimento e seu potencial, inserido nas mais diversas organizações da comunidade.

Nesse sentido, o estágio constitui-se num espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as experiências vivenciadas pelo estagiário poderão se constituir em objeto de estudo, análise e reflexão, transformando-se em temas ou problemas a serem desenvolvidos nos Trabalhos de Conclusão do Curso. Vale lembrar que o estágio é regido por regulamento próprio.

A Instituição é vocacionada a atuar alinhada à formação do estudante em ambiente acadêmico e profissional. Para isso, reúne processos em que a teoria abarca a perspectiva prática relacionada ao cotidiano de ambientes educacionais. Além disso, integra processos formais e não formais, bem como escolas públicas, privadas e do terceiro setor.

É premissa institucional oportunizar a oferta de espaços complementares para a aprendizagem prática, corroborando para uma experiência diferenciada ao estudante. Seja por meio do estágio supervisionado obrigatório, do estágio não obrigatório, das visitas técnicas monitoradas ou de projetos de ensino e extensão (estabelecidos com os ambientes profissionais), a Instituição atua a favor dos estudantes. O foco é gerar oportunidade de aprendizagem em atividades presenciais, relacionadas a todas as áreas do conhecimento e orientada pelas diretrizes curriculares ou por análise do perfil do egresso objetivado.

A Instituição oportuniza situações concretas vinculadas à prática profissional dos graduandos, visando ao desempenho técnico, humano e político. As atividades permanentes de prática profissional articuladas com o ensino estão ligadas ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade) na medida em que essas competências constituem, na verdade, um trabalhador polivalente, que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mundo do trabalho.

A responsabilidade da IES em conceber estratégias para acesso aos ambientes profissionais para realização de atividades está presente na articulação promovida pela metodologia. A concepção metodológica articula os conteúdos teóricos e as atividades práticas, ainda que hipoteticamente desenvolvidas, por meio de situações-problema propostas nas atividades de estudo, como o MAPA, por exemplo. Nessas atividades, são apresentados casos que requerem do estudante a habilidade de apresentação de soluções viáveis aos ambientes profissionais. Esses processos junto aos ambientes profissionais são acompanhados e avaliados periodicamente, são documentados e promovem uma melhoria contínua.

4.5.3. Atividades Complementares (ACs)

Dentre os meios de operacionalizar a prática profissional se encontram as atividades complementares, que possibilitam a real integração entre teoria e prática profissional.

As atividades complementares possuem a seguinte finalidade:

- I. Enriquecer o processo de ensino e aprendizagem;
- II. Complementar a formação profissional e social;
- III. Ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- IV. Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a Instituição;
- V. Propiciar a inter, multi e a transdisciplinaridade no currículo, dentro da própria série e entre as séries;
- VI. Contribuir para a flexibilização curricular;
- VII. Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante;
- VIII. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada;
- IX. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, a fim de valorizar a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão.

As Atividades Complementares deverão ser cumpridas pelo estudante a partir de seu ingresso no curso, obedecendo à carga horária estabelecida nos PPCs para a conclusão de sua graduação.

A integralização das Atividades Complementares é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período em que o estudante estiver regularmente matriculado na IES.

As atividades Complementares atendem às DCNs, e estão normatizadas no regulamento interno da Instituição.

4.6. Inovação e Recursos Tecnológicos Educacionais

4.6.1. Descrição de Inovações Tecnológicas Significativas

A Instituição possui um projeto de identidade visual que tem como premissa o designer universal de aprendizagem e as metodologias contempladas para cada uma das áreas, com o objetivo de colaborar para a experiência dos estudantes e para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem. O projeto gráfico permite aplicação de recursos no meio físico e digital, alinhado com o que temos de mais moderno e atualizado no mercado, como QRCode, disponibilização de vídeos, podcast, realidade aumentada, infográfico e timeline, além de outras tecnologias como simuladores e games.

Sempre atenta a inovações, a Instituição possui uma área especializada na identificação e desenvolvimento de recursos educacionais alicerçados em alta tecnologia, que buscam apoiar o projeto gráfico, produção e gravação das aulas, ofertando as vivências previstas nas metodologias imersivas, ativas e ágeis. Para atendimento dessa demanda, foram implementadas as áreas: design multimídia, desenvolvedor de sistemas digitais, animador 3d, design de experiência e aprendizagem, produção audiovisual, design de produção audiovisual, produção de vídeos, edição de vídeo, cinegrafia.

4.6.1.1. Design Multimídia

A partir de uma análise crítica do conteúdo em conjunto com o professor autor, identificam-se oportunidades em que os recursos tecnológicos possam mitigar o grau de dificuldade no entendimento e abstração por parte do estudante. A partir desses apontamentos, são desenvolvidas as camadas de aprendizagem que possibilitam a construção do conhecimento pelo estudante.

4.6.1.2. 4.6.1.2. Desenvolvedor de Sistemas Digitais

Desenvolver sistemas e ambientes que suportem os recursos digitais e educacionais. Além da qualidade da experiência de aprendizagem, esse desenvolvimento garante indicadores de aspectos cognitivos dos estudantes a fim de apoiar a área acadêmica para a tomada de decisões na gestão do processo de ensino e aprendizagem, promovendo ações de melhorias sempre que identificadas.

4.6.1.3. Animador 3D

Materializar os elementos propostos, criando ambientes virtuais, avatares em 3 dimensões, dando forma aos conceitos e conteúdos planejados na etapa de multimídia.

4.6.1.4. Design de Experiência e Aprendizagem

Nele são integrados os elementos e tecnologias que proporcionem interatividade, motivação, engajamento e experiências significativas ao processo de ensino e aprendizagem, por meio da práxis, respeitando as etapas de provocação, conceituação, significação, concluídas na aplicação dos conhecimentos adquiridos.

4.6.1.5. Produção Audiovisual

Essa equipe busca garantir que as demandas pedagógicas sejam atendidas, respeitando prazos, recursos necessários e qualidade esperada, além do atendimento das demandas corporativas.

4.6.1.6. Design de Produção Audiovisual

Essa área define o desenho do roteiro de gravação das disciplinas, apontando quais os tipos de gravações e/ou produções são mais adequados. Acompanha ainda as gravações para assegurar que o roteiro seja bem executado. Tem como foco, por meio dessas atividades, garantir que as metodologias definidas para cada curso sejam respeitadas, assim como o conteúdo previsto.

4.6.1.7. Produção de Vídeos

Trata-se de uma equipe que realiza materiais de apoio, como entrevistas, reportagens, documentários e programas de TV, produzidos e roteirizados para complementar as gravações e/ou transmissões das aulas de forma integrada e criativa.

4.6.1.8. Edição de Vídeo

É necessário dar tratamento às gravações, utilizando técnicas de corte e edição, coloração de imagens, criação de vinhetas, animações e efeitos visuais. O intuito é dar alma ao conteúdo gravado, buscando atrair a audiência do estudante e ser mais uma ponte para o processo ensino e aprendizagem.

4.6.1.9. Cinegrafia

Aplica as técnicas de produção audiovisual, respeitando padrões universais de enquadramento, planos de câmera e fotografia tornando o material atraente e alinhado aos padrões de produção com a mesma qualidade de meios como televisão e cinema.

4.6.2. Incorporação Crescente dos Avanços Tecnológicos ao Ensino de Graduação

A área de Design Educacional norteia suas atividades respeitando as metodologias definidas pela Instituição e, a partir dessa referência, busca soluções inovadoras. Dentre suas inovações, foram incorporados recursos de QRCode, realidade aumentada, games, simuladores, realidade virtual e experiência 360° aos materiais de ensino. Com a velocidade da transformação digital e a oferta de recursos, a IES entende que essa atividade necessita ser revisitada todos os dias, considerando que os estudantes precisam ter acesso a técnicas e recursos alinhados ao mercado com o qual vão se deparar ao término da graduação.

4.6.3. Estruturação da Curadoria e Inovação Educacional

Devido à grande quantidade de produção de conteúdo para o ensino a distância, faz-se necessário e relevante a implementação de uma curadoria para seleção dos melhores formatos e recursos para as plataformas de aprendizagem. Busca-se a estruturação, sempre de forma a manter o olhar para as necessidades dos alunos, com o direcionamento para as melhores experiências de aprendizado.

Para que possa cuidar da qualidade dos materiais produzidos, sejam eles físicos ou digitais, e assim possa disponibilizá-los de forma correta aos alunos, a equipe de curadoria é composta por profissionais formados em diversas áreas de conhecimento. Com o propósito de atuar na observação aprofundada do material de apoio às aulas (seja impresso ou digital) e das ferramentas de avaliação, a equipe verifica a aplicabilidade dos materiais às metodologias definidas para cada curso, além de prestar o apoio aos docentes quanto às revisões ortográficas e gramaticais.

Quanto ao direito de imagem e demais cessões de direito, a curadoria é responsável por qualificar, identificar, organizar, armazenar, processar, recuperar e manter a guarda dos contratos e recursos utilizados para o desenvolvimento do aprendizado: acordo de docentes, licenças de software e ferramentas educacionais, imagens e pessoas, controle de envio e manutenção preditiva e preventiva, além do controle dos prazos e renovações necessárias.

A curadoria é responsável por sinalizar inconstâncias observadas no conteúdo do projeto pedagógico, além de fazer estudos de novas ferramentas que permitam a melhoria do aprendizado do discente.

Sempre respeitando o Design Universal Educacional, a curadoria aplica as observações quanto às ementas por disciplina, às metodologias definidas em cada curso, à unicidade dos materiais institucionalizados e pelas orientações do MEC.

Quanto à inovação, a curadoria atua e realiza pesquisas constantes das tecnologias, avaliando conteúdos digitais que podem ser aplicados ao ambiente seguro de aprendizado. Realiza testes junto à estrutura pedagógica para que seja avaliada a aplicabilidade nas aulas e nas atividades de aprendizado, respeitando as metodologias de cada curso.

É responsável também pela disponibilização de todo material didático ao aluno no tempo e na qualidade exigida, para que permita o aprendizado no decorrer da sua formação superior por meio da equipe do Núcleo de Apoio Docente e da equipe de postagem. Os conteúdos vão desde as atividades no prazo para aplicação e entrega, até as avaliações, tendo por base o calendário acadêmico. É responsável, ainda, por todos os tratamentos de ocorrências e particularidades quanto à correta disponibilização da informação nos canais de acesso pedagógico dos alunos. Atende também, de forma controlada, a todas as particularidades para a disponibilização desses materiais para alunos com necessidades especiais, cumprindo os requisitos de acessibilidade.

4.7. Controle de Produção e Distribuição de Material Didático

A Instituição promove ações para o desenvolvimento e o aprimoramento de Materiais Didáticos. A Instituição compreende que a premissa desses materiais é a de ser um instrumento educacional de apoio para a construção do conhecimento, que busca facilitar a transmissão e a assimilação dos conteúdos de cada disciplina. Pautam-se esses materiais nas metodologias definidas pela equipe pedagógica, ofertando recursos e tecnologias capazes de suportar essa demanda, colaborando para a melhor experiência de aprendizagem dos estudantes e disponibilizando o que há de mais moderno e inovador no campo educacional.

Os conteúdos são produzidos por profissionais capacitados e apresentam uma estrutura gráfica, pedagógica e metodológica, conforme procedimentos estabelecidos pela equipe responsável. Para que os materiais possuam uma linguagem inclusiva e acessível, pautada na premissa do Design Universal de Aprendizagem (DUA), a equipe desenvolveu o conteúdo de Libras e os manuais de orientação de produção de conteúdo para os autores.

Para elaboração de todo material didático, a Instituição conta com uma equipe multidisciplinar, responsável por assessorar e acompanhar a execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades especiais de cada aluno, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos; adaptação de recursos físicos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de línguas de sinais; propostas de adaptações para atividades avaliativas. Referida equipe multidisciplinar é responsável pela elaboração e cumprimento de um plano ação e atualização do material.

A equipe multidisciplinar é composta por diversos profissionais: coordenadores de cursos, gerentes, supervisores, equipes: de produção de materiais, de tutoria, de unidade de inclusão e recursos acessíveis (UNIR), de mediação de ensino e aprendizagem, de professores formadores e conteudistas, de atendentes pedagógicos, de curadores de conteúdo, de operadores de processos pedagógicos e de operadores de estúdios de TV. Essa equipe concebe e dissemina tecnologias e recursos educacionais inovadores, bem como tem seu processo de trabalho formalizado e plano de ação documentado. Dessa forma, é possível avaliar os resultados e promover correções sempre que apontadas pela Curadoria.

Os livros didáticos utilizados nos cursos contemplam as exigências de formação apontadas no PPC, e seus textos possuem uma linguagem inclusiva e acessível, disponibilizados no formato impresso e virtual. A Instituição já possui um repositório e desenvolveu um portal (Biblioteca Digital), em que todo o conteúdo estará disponível em meio virtual com ferramentas de acessibilidade, tais como: leitores de texto, formato Preto e Branco e ampliação de fonte, além de outros recursos que irão facilitar o acesso ao conteúdo. Os livros são entregues aos alunos em versão física e também digital. Essa versão é disponibilizada no Studeo – o ambiente Virtual de Aprendizagem. Os livros são especialmente elaborados para que, por meio da linguagem dialógica, possam expressar os fundamentos teóricos que possibilitarão a compreensão dos conceitos inerentes à disciplina em estudo.

Semestralmente, é realizado um levantamento com base no número de estudantes matriculados no sistema (via Portal ou Lyceum). O objetivo é a geração de um relatório que reúne as informações: título do livro, disciplina em que será utilizado, quantidade necessária para aquisição, entre outros. Após o levantamento da quantidade necessária de material, esse levantamento é encaminhado ao departamento de compras da IES para cotação com os fornecedores e aprovação da Gestão Acadêmica. Uma vez aprovado o orçamento, é feito o pedido de produção para a gráfica.

4.7.1. Material Didático

Os materiais didáticos são compostos por livros em formato impresso e e-books, videoaulas, slides, banco de questões que colaboram suportando as ementas citadas no PPC de cada um de seus cursos e, ao mesmo tempo, alinhadas com as habilidades e competências exigidas pelo mercado. A equipe responsável pela produção de material didático é altamente especializada nas diversas frentes que a compõem.

4.7.1.1. Design Educacional Editorial

O designer educacional editorial é responsável por apresentar as diretrizes institucionais para os autores, realizar a capacitação destes e acompanhar todo o processo de desenvolvimento do conteúdo, respeitando as metodologias de cada uma das áreas. O designer educacional atua comprometido em apoiar os professores conteudistas na concepção de objetos de aprendizagem adequados a cada disciplina e conteúdo. O olhar desse designer transcende os recursos técnicos, a estética e os padrões institucionais, pois seu alicerce centra-se na alocação de recursos respeitando o processo de ensino e aprendizagem.

4.7.1.2. Equipe de Revisão

A equipe de revisão busca garantir padrões institucionais, acadêmicos, metodológicos, ortográficos e, acima de tudo, um olhar de respeito à especificidade de cada área, curso e disciplina que está sendo tratada. O que se busca aqui é tornar a linguagem acessível e dialógica, proporcionando ao estudante um aprendizado intuitivo e prazeroso.

4.7.1.3. Equipe de Ilustração

Os recursos de criação e inteligência são voltados para melhoria do caráter visual e estético, facilitando o caminho entre a observação, leitura e entendimento, respeitando os critérios definidos pela equipe de design educacional editorial.

4.7.1.4. Equipe de Editoração

Essa equipe tem por finalidade harmonizar forma e conteúdo de tudo que foi construído. Objetiva garantir o progresso do entendimento, por meio de uma lógica que seja intuitiva, acessível, leve, que respeite a identidade metodológica de cada disciplina.

4.7.1.5. A Gestão de Distribuição

O departamento de logística atende à comunidade acadêmica universitária no armazenamento, controle e distribuição do material didático utilizado como recurso na construção da aprendizagem do estudante. A essência desse sistema logístico reside em gerenciar fornecedores, armazenar e organizar o estoque de material didático visando à pontualidade de entrega nas quantidades e qualidade necessárias.

4.7.1.6. Processo de Compra e Produção dos Livros

O departamento de logística realiza, por meio de dados históricos e estatísticos, o levantamento da quantidade necessária de livros a serem produzidos por módulo (3 meses). Esse levantamento é encaminhado ao departamento de compras da IES para cotação com os fornecedores e aprovação da Diretoria de Ensino. Uma vez aprovado o orçamento, é feito o pedido de produção para a gráfica com prazo médio de entrega de dez dias úteis. Durante esse prazo, é realizado agendamento de entrega e o monitoramento contínuo até a entrega dos livros no CD (Centro de Distribuição) da Logística.

Assim que o departamento de logística recebe os livros, todos os títulos são conferidos por amostragem. É verificado o padrão de qualidade, considerando a tonalidade das cores, corte e vincos e o acabamento. Logo em seguida, os livros são cadastrados no sistema para o processo de conferência que acontecerá posteriormente.

4.7.1.7. Processo de Distribuição dos Livros

Com os livros recebidos e armazenados no estoque, o departamento de logística inicia o envio dos livros para os polos os quais depois irão entregar os livros aos estudantes. Os livros são enviados para os estudantes matriculados e todo o processo de transporte é rastreável tanto pelo polo quanto pelo estudante. Assim que o livro é enviado, o estudante recebe uma comunicação no ambiente virtual (Studeo), informando-lhe que o livro está em processo de transporte. Quando o livro é recebido pelo Polo, o estudante recebe uma nova mensagem dizendo que os livros já estão

disponíveis para serem retirados. Os coordenadores de curso apoiam essa ação, reforçando-a via comunicado.

4.7.1.8. Processo de Entrega dos Livros

Para retirar seus livros, basta o estudante ir até seu polo e solicitar a um atendente, o qual irá solicitar o RA desse estudante e lançar no sistema para visualizar quais os livros deverão ser entregues. Uma vez identificados os livros, o atendente irá confirmar a entrega pelo sistema e finalizá-la ao estudante.

4.7.1.9. Processos de Controle e Indicadores

Para controle e análise de performance, são utilizados como principais indicadores o prazo de entrega das transportadoras, o rastreamento das entregas, a identificação dos livros retirados e o custo logístico. O controle de rastreamento diário de despacho é realizado pela Logística, o que envolve acompanhar os eventuais problemas de transporte, bem como o acompanhamento da produtividade média de área com o envio de livros para a unidade.

Cursos e Programas de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

(Art. 21, Inciso V, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)

5

5.1. Cursos de Pós-graduação Lato Sensu

A pós-graduação lato sensu foi estruturada para ir ao encontro das reais necessidades do mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa salarial e de benefícios, realizada pela Catho On-line, quem faz uma especialização ou MBA chega a ganhar até 70% a mais que quem possui apenas o diploma de graduação.

Responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da sociedade e da Instituição, avançando sempre no “saber”, os cursos de pós-graduação da Instituição observam a legislação vigente. Visam inculcar nos egressos o compromisso de aperfeiçoamento pessoal permanente, diante do desenvolvimento nacional, bem como torná-los aptos à promoção do trabalho com a sociedade.

A Instituição possui em seu portfólio um grande número de cursos de pós-graduação lato sensu, também denominados de especialização, nas modalidades presencial e de ensino a distância, divididos por área de concentração: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias. Sempre articulados aos cursos da graduação.

Os cursos de pós-graduação lato sensu, regulamentados pela Resolução Geral IES, foram formulados trazendo as novas tendências de mercado. Organizam-se em disciplinas modulares, que abordam a dimensão prática dos conceitos, por meio de estudos de caso, atividades de intervenção e estímulos à experimentação no contexto de vida e trabalho dos alunos.

Ainda com o intuito de avançar cada vez mais, a Instituição implementou o ambiente virtual de aprendizagem e disciplinas on-line, de modo a possibilitar a pesquisa nos diversos materiais científicos e acadêmicos disponíveis, além de convidar o aluno à interdisciplinaridade e integração com outras áreas do conhecimento durante sua especialização. Com conteúdo consistente, metodologias inovadoras e profissionais qualificados, com um corpo docente constituído em sua maioria de mestres ou doutores, a Pós-Graduação oferece o melhor para que aos alunos fiquem entre os melhores do mercado.

Tabela. Oferta de cursos de pós-graduação presenciais.

Denominação do Curso de Especialização	Modalidade	Carga Horária	Vagas
Estética Facial e Corporal	Educação Presencial	360	200
Gerenciamento de Projetos	Educação Presencial	380	50
Gestão Estratégica de Pessoas	Educação Presencial	400	50
MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios	Educação Presencial	360	200
MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria	Educação Presencial	360	200
MBA em Psicologia Organizacional e Business Partner	Educação Presencial	360	200
Saúde e Estética Interdisciplinar com Ênfase em Procedimentos Invasivos	Educação Presencial	360	200

Por fim, as ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas às políticas de ensino para os cursos de pós-graduação lato sensu, considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas

socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos lato sensu com as áreas da graduação.

5.2. Oferta de Programas para a Pós-graduação Stricto Sensu

A Instituição não apresenta programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento mas prevê a intencionalidade ao longo do desenvolvimento em investir na oferta através de programas próprios e/ou de parcerias em convênios com outras instituições de ensino superior qualificadas que tenham cursos recomendados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Gestão de Pessoas

(Art. 21, Inciso VI, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017)



6.1. Perfil do Corpo Docente

A Instituição, no decorrer de sua história, tem perseguido a constante meta de oferecer educação superior de excelência. Desde seu credenciamento para oferta de ensino presencial, a Instituição se adequava confortavelmente ao percentual de mestres e doutores exigidos pelos órgãos reguladores. Desse modo, a instituição tem atuado de forma diversificada, seja promovendo cursos de especialização na própria Instituição, seja apoiando iniciativas individuais dos docentes que buscam a sua qualificação, engajando-se em programas de pós-graduação em outras Instituições, recomendados pela CAPES.

A Instituição mantém ações voltadas a dar melhores condições aos seus professores, sobretudo porque entende que um corpo docente satisfeito e participe do processo realiza satisfatoriamente seu trabalho e realiza um atendimento de excelência aos discentes. Entre todas as ações voltadas ao docente, destacam-se as seguintes:

- I. Oferecer, em caráter permanente, acesso à internet em sala especial com privacidade para que o docente faça suas pesquisas nessa ferramenta;
- II. Estabelecer maior prazo para a devolução de livros da biblioteca para o corpo docente, bem como maior número de títulos;
- III. Ter programa definido com regras e orçamento, para financiar atividades de pesquisa, participação em eventos e qualificação em programas de pós-graduação;
- IV. Oferecer condições de alimentação ao corpo docente em horário de aula;
- V. Manter e ampliar as atividades do Núcleo de Apoio Acadêmico/Pedagógico, com o objetivo de realizar a análise de desempenho, a melhoria das condições de trabalho, a análise dos processos de avaliação, o acompanhamento de momentos críticos na relação entre docente e aluno, a oferta de cursos, entre outras ações;
- VI. Oferecer bolsas para cônjuge e filhos dos docentes em acordo com a mantenedora;
- VII. Promover encontros entre os docentes, diretoria e mantenedora, com o intuito de divulgar trabalhos de pesquisa, estudos realizados em programas de pós-graduação e ações em projetos de extensão. Esses encontros têm o caráter científico e de lazer, para integrar a comunidade docente entre os cursos;
- VIII. Realização continuada de seminários sobre educação, epistemologia e métodos pedagógicos, reuniões quinzenais, cursos de curta duração, e outros que deverão fazer parte de um conjunto de estratégias que reorientem as práticas docentes e o comportamento dos professores na sala de aula e nas atividades curriculares;
- IX. Permitir que o docente tenha acesso a todo o material necessário para sua aula, sem custo.

A busca permanente da capacitação e especialização, por meio da educação continuada, participação em congressos e demais eventos científicos na área da disciplina e profissão, é preocupação constante do profissional da educação. Aliados a essa busca, a simpatia e o bom humor são qualidades necessárias a esse profissional, para que possa haver confiança, espontaneidade e idealismo no convívio e relacionamento docente/discente. É preciso que o educador tenha como referencial de sua ação o comprometimento com as obrigações inerentes à própria profissão e que estão relacionadas com a disciplina, com o aluno e com a Instituição.

Todas as questões administrativas e pedagógicas não são apenas formalidades, mas necessárias para o desenvolvimento e funcionamento da Instituição e devem fazer parte de seu Projeto Pedagógico de Curso. Portanto, para a contratação do pessoal docente, a Instituição estabeleceu o seguinte Perfil Profissional, quanto às habilidades:

Habilidades Necessárias

- I. **Segurança:** provém do resultado de sua qualificação sistemática, que busca e amplia o seu horizonte intelectual, além de ser o produto das relações que se constroem no universo da Instituição;
- II. **Convicção:** é decorrente da identificação e do prazer de educar. É algo que está implícito e que promove harmonia pelo gosto de se fazer o que realmente se quer;
- III. **Entusiasmo:** é o resultado de sua identificação com a profissão e com a Instituição, aliado à convicção de ser um profissional coerente, sereno, produto de sua opção consciente;
- IV. **Parceria:** é o resultado de sua interação com a Instituição de forma responsável e compartilhada, na procura da qualidade do ensino por meio dos projetos que venham inovar e qualificar melhor a Instituição;
- V. **Conhecimento:** resultado da apropriação da ciência e da técnica, de forma elaborada e sistematizada, e da experiência (aplicação, interpretação) desse saber para a compreensão das relações que se produzem no mundo. Esse conhecimento é utilizado como elemento estimulador e gerador de novas ideias e colocado de forma articulada e solidária com vistas ao atendimento da realidade existente.

Desempenho Esperado a Partir do Perfil Delineado

- I. **Relacionamento interpessoal:** é a base para o exercício profissional. Importante para sua autoestima e fator que determina o bem-estar, sua eficiência, suas atividades e seu comportamento;
- II. **Identificação com a sua função docente:** valoriza a sua profissão e seu grupo de trabalho. Busca a sua elevação social e cultural por meio da aquisição do conhecimento. É uma relação em que estão contemplados certos valores, como a ética e a consciência de responsabilidade, de forma a contribuir na construção da ciência, da sociedade e da própria vida;
- III. **Condições profissionais:** a identificação pedagógica não é suficiente. É preciso que seja reforçada por técnicas profissionais como a de conhecer profundamente sua área de formação e atuação, com a preocupação constante em buscar novas descobertas em sua área, compreendê-las e colocá-las em prática.

Compromisso Social do Professor com a Instituição

- I. Estar identificado com a Instituição por meio do conhecimento de sua filosofia educacional, seus objetivos e metas;
- II. Ser um divulgador da Instituição, por meio da participação com sua produção científica em eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
- III. Colocar seu conhecimento, suas habilidades profissionais e seu esforço pessoal como parceria da Instituição na busca da excelência;

- IV. Participar das ações e eventos institucionais no sentido de somar esforços, fortalecendo o ensino e, conseqüentemente, reforçando a identidade cultural, social e científica de toda Instituição;
- V. Procurar permanentemente ampliar a sua titulação no sentido de se adequar às metas propostas pela Instituição.

Atividades Administrativas

O professor deve desempenhar de forma integrada e articulada as questões administrativo-pedagógicas decorrentes de sua função, observando as orientações e as normas estabelecidas pelos órgãos colegiados e administrativos, especialmente no que se refere ao/à:

- I. Encaminhamento ao coordenador do curso, no início de cada período letivo, dos programas de ensino e das atividades a seu encargo;
- II. Registro, no diário de classe, da matéria ministrada e da frequência dos alunos;
- III. Encaminhamento, no final de cada avaliação, dos resultados do trabalho acadêmico dos seus alunos em termos de frequência e aproveitamento;
- IV. Cumprimento de encargos, como participação em reuniões, comissões e outros eventos decorrentes do interesse do ensino, da pesquisa e da extensão quando for convidado e/ou convocado;
- V. Cumprimento do calendário acadêmico programado;
- VI. Cumprimento do horário integral das aulas;
- VII. Disponibilização aos acadêmicos do programa da disciplina que leciona, no primeiro dia de aula.

Com relação à formação e experiência pedagógica, ressalta-se que a capacitação pedagógica do corpo docente, em sua maioria, acontecerá por meio dos programas de pós-graduação. Além disso, a Instituição conta com o Núcleo de Apoio Acadêmico/Pedagógico, que tem a função de estimular a totalidade da Instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações se concentram no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio oferecido pelo Núcleo de Apoio Acadêmico/Pedagógico aos Coordenadores dos Cursos está associado ao apoio aos docentes de cada curso, não somente por meio de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, mas de seminários, palestras, debates, fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino e de aprendizagem.

A Instituição buscará oferecer, aos seus professores, todas as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos colimados pelos seus dirigentes. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que os professores se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado.

Para tanto, há que se levar em conta:

- I. A compreensão da filosofia institucional, bem como o entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- II. As qualidades intrínsecas dos dirigentes, como dinamizadores da prática de reconhecimento do desempenho dos seus funcionários;
- III. O desenvolvimento de atitudes e habilidades de cooperação mútua, a transparência organizacional e o fortalecimento do espírito de equipe;
- IV. A ampliação dos canais de comunicação;
- V. A flexibilização funcional.

Concebido para constituir-se como ação institucionalizada, o Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente é parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da Instituição e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

A carreira docente conta com três categorias de titulação, a saber:

- 1. Título de Doutor.** Segundo nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados títulos de doutorado os obtidos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou os títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
- 2. Título de Mestre.** Primeiro nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional, obtidos em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
- 3. Título de Especialista.** Curso de pós-graduação *lato sensu* em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. O programa confere certificado (conforme Resolução CNE nº 01/2018).

A carreira docente conta com quatro categorias de regime de trabalho, a saber:

- 1. Tempo Integral:** O regime de trabalho em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho na mesma Instituição. Nesse regime, está reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação. Convém observar que nas IES em que, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja destinada a estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação, conforme Instrumento de Avaliação – INEP/MEC.

2. **Tempo Parcial:** Docente contratado que atua com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma Instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes, conforme Instrumento de Avaliação – INEP/MEC
3. **Tempo Horista:** Docente contratado pela Instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho definidos, conforme Instrumento de Avaliação – INEP/MEC

Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente, homologado no Ministério do Trabalho, tem por finalidade disciplinar o trabalho e as atividades de magistério nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão, nos cursos de graduação. Excepcionam-se os cursos de pós-graduação, como também as atividades administrativas da Instituição, que seguirão regulamentação específica. O Plano serve de base e direcionamento para as discussões, estando aberto para alterações que contemplem interesses comuns e atendam ao dissídio da categoria.

No Plano de Carreira são descritos os procedimentos e critérios de seleção e contratação dos colaboradores docentes, as formas de recrutamento, os procedimentos para substituição dos professores do quadro e as responsabilidades. A Instituição disponibiliza aos colaboradores o Manual do Colaborador e o Manual Institucional de Conduta e Ética, contendo as informações institucionais de forma que auxiliem a integração dos colaboradores ao ambiente de trabalho, à missão, à visão e aos valores institucionais.

A Instituição dispõe ainda de Programa de Capacitação do Corpo Docente, cujo objetivo é o conhecimento, a atualização, além de debates acerca das práticas acadêmicas e administrativas realizadas na IES. O Programa se justifica por proporcionar capacitação aos docentes, com o intuito de garantir qualidade no ensino e na aprendizagem, na busca de adequação às exigências da IES.

Dentre as atividades do programa, destacam-se:

- Programa de Qualidade;
- Gestão Acadêmica da sala de Aula, desenvolvendo competências e habilidades;
- Elaboração de Prova, a fim de melhorar sua produção e aperfeiçoar as técnicas e habilidades necessárias;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- Melhoria do relacionamento interpessoal entre Aluno e Professor;
- Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

6.2. Perfil do Corpo de Tutores

A Instituição conta com uma política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância, de modo que incentiva a sua constante participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais. Para atender aos dispositivos legais dos órgãos reguladores e às exigências do mercado, considera como parte relevante o aperfeiçoamento contínuo de seus colaboradores. Por isso, a capacitação continuada é incentivada na Instituição como parte constante para o aperfeiçoamento profissional e pessoal, bem como para o exercício da cidadania. Assim a capacitação está sempre disponível a todos os seus colaboradores. O objetivo é o aperfeiçoamento técnico, científico e sociocultural dos tutores na perspectiva da construção

sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que se constitui em um diferencial competitivo da Instituição.

A IES dispõe de uma universidade corporativa, intitulada “Universo Corp.”, que oferta capacitação aos tutores por meio da realização de trilhas de aprendizagens voltadas às funções que desempenham. Nessa universidade, também são disponibilizados os treinamentos de todos os processos formalizados da Instituição e que sejam necessários ao desempenho da função. Além disso, diversos cursos de desenvolvimento pessoal e profissional são disponibilizados para os tutores, com foco total na otimização da aprendizagem.

A Instituição coloca à disposição dos seus colaboradores um conjunto de incentivos e práticas que têm em seu escopo melhorar as suas competências e habilidades, viabilizando, dessa forma o perfil mais adequado ao desempenho de suas funções.

A Instituição oferta bolsas de incentivo de até 100% na mensalidade de cursos, oficinas, programas de pós-graduação próprios ou conveniados, considerados de interesse do setor ou área de atuação do colaborador e/ou bolsa parcial ou integral para aperfeiçoamento, nacional ou internacional.

A realização da Semana Pedagógica acontece no início de cada ano letivo e visa capacitar e oportunizar uma formação continuada aos profissionais do corpo docente e tutorial, com temáticas inovadoras que possam contribuir para o desempenho acadêmico dos profissionais, o que, conseqüentemente, resulta em avanços no desenvolvimento pedagógico dos discentes.

6.3. Perfil do Corpo Técnico-Administrativo

A Instituição desenvolve, em sua proposta para o corpo técnico-administrativo, uma política de recursos humanos, cujo programa baseia-se no tripé: identidade profissional, comunicação interpessoal e competência técnica, definidos e estabelecidos neste PDI.

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os funcionários não docentes, que têm a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da Instituição. A Instituição zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional, assim como oferece oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

A diversidade de carreiras na Instituição propicia a existência de diferentes programas de incentivos e benefícios. A Instituição compromete-se com o cumprimento das exigências legais de todos os seus colaboradores e, ainda, com um conjunto de benefícios adicionais, incentivos e programas. Nesse cenário, a Instituição mantém ações voltadas a dar melhores condições aos seus funcionários e familiares, de acordo com as ações a seguir.

- I. Desconto em mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e EaD, eventos acadêmicos e cursos de extensão, para os funcionários e familiares diretos com parentesco em primeiro grau que queiram estudar;
- II. Eventos sociais que permitam a interação entre todos os partícipes da Instituição;

- III. Cursos de qualificação para os colaboradores e dependentes (docentes, discentes, direção e comunidade);
- IV. Cumprimento integral de todas as condições legais solicitadas pela legislação e pelo dissídio coletivo de cada categoria;
- V. Qualificação do colaborador por meio da oferta de cursos práticos para sua vida pessoal, tais como: primeiros socorros e atendimento de urgência. Também são propostos cursos de prevenção e esclarecimento relacionados aos temas: uso de drogas, depressão, doenças psicossomáticas, entre outros;
- VI. Orientação para o uso racional dos recursos, preservando o meio ambiente;
- VII. Estabelecimento do uso racional de uniformes confortáveis e escolhidos em conjunto com os funcionários e a diretoria.

Visando à melhoria contínua dos serviços e atividades, a Instituição incentiva e viabiliza o treinamento e a capacitação de sua equipe de colaboradores. O Programa de Capacitação e Treinamentos é composto por ações institucionais que visam atender às necessidades e demandas de cada setor. O levantamento das necessidades de treinamento considera as descrições de funções (descrição de cargo), entrevistas de desligamento, pesquisas de clima organizacional, avaliação do período de experiência e a avaliação dos gestores.

Os programas de treinamento são realizados internamente pelo RH ou por empresas especializadas, conforme detalhamento em cada programa. Ao término de cada ação de treinamento realizado, o departamento de T&D (Treinamento e Desenvolvimento) aplica uma pesquisa de satisfação do treinamento para os participantes e envia para o gestor o formulário de “Avaliação de Eficácia de Treinamento”, com o objetivo de identificar se a capacitação foi eficaz ou não.

A IES oferece Treinamento de Integração destinado a todos os colaboradores técnico-administrativos da Instituição, Treinamento de Integração de Docentes, Cursos de Extensão, Treinamentos externos, Treinamento de Atendimento e Comportamental direcionados aos colaboradores do *call center*, secretaria e atendentes, zeladoria, jardinagem, manutenção e construção civil. As ações, procedimentos, requisitos e critérios de avaliação do retorno do investimento são descritos no Plano de Capacitação de Colaboradores.

Dentre o planejamento realizado, a Instituição espera:

- Colaboradores mais capacitados no desempenho de suas funções, de forma hábil e com mais responsabilidade;
- Colaboradores comprometidos e qualificados;
- Melhor qualidade nos serviços prestados;
- Diminuição da rotatividade.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo estabelece normas para a promoção e progressão na carreira dos colaboradores técnico-administrativos. O regime jurídico dos funcionários técnico-administrativos é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aplicando-se, ainda a eles, as normas do Plano de Carreira, Cargos e Salários, e as Convenções Coletivas de Trabalho da categoria.

No Plano de Carreira são descritos os procedimentos e critérios de seleção e contratação dos colaboradores técnico-administrativos, as formas de recrutamento (interno e externo) e as

responsabilidades. A Instituição disponibiliza aos colaboradores o Manual do Colaborador e o Manual Institucional de Conduta e Ética, contendo as informações institucionais que auxiliam na integração dos colaboradores ao ambiente de trabalho e à missão, à visão e aos valores institucionais.

Organização Administrativa e Processos de Gestão Institucional

(Art. 21, Inciso VII, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)



O Centro Universitário do Paraná é uma Instituição de educação superior mantida pela mantenedora Cesumar (Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda). Conforme caracterização em seu Regimento Geral, a Instituição rege-se pela legislação educacional, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, pelo seu Regimento Geral e normas emanadas de seus Conselhos Superiores. O Regimento Geral define suas finalidades e objetivos, sua estrutura organizacional básica, as funções do ensino, pesquisa, extensão e cultura, o regime acadêmico, funcional, disciplinar e as relações com a entidade mantenedora.

A estrutura organizacional da Instituição é exercida nos seguintes níveis:

- I. Administração Superior:
 - a) Órgãos de natureza deliberativa e normativa:
 - i) Conselho Superior Universitário – CONSUNI.
 - ii) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.
 - b) Órgãos executivos:
 - i) Reitoria.
 - ii) Vice-Reitoria.
 - iii) Pró-reitorias.
- II. Administração Acadêmica de Cursos e Programas:
 - a) Pró-reitorias de Ensino Presencial e a Distância.
 - b) Colegiados de curso.
 - c) Núcleo Docente Estruturante.
 - d) Coordenadorias de curso.

Todos os órgãos e conselhos da Instituição são regulamentados e suas estruturas organizacionais, finalidades, objetivos e relações com a mantenedora estão caracterizados no Regimento Geral da Instituição e por seus atos regulatórios.

O Conselho Superior Universitário (CONSUNI), órgão máximo de natureza normativa, deliberativa, jurisdicional e consultiva, é constituído de forma a abranger a representatividade dos setores acadêmicos, administrativos e da sociedade civil organizada. O CONSUNI apresenta a seguinte composição:

- Reitor, presidente nato;
- Vice-reitor;
- Pró-Reitores;
- Representante legal da mantenedora;
- Representante dos Coordenadores dos cursos de graduação;
- Representante dos Coordenadores dos cursos de pós-graduação;
- Representantes do corpo docente e dos tutores;
- Representantes do corpo discente;
- Representantes do corpo técnico-administrativo; e
- Representantes da sociedade civil organizada.

A administração dos cursos e programas é desenvolvida de forma integrada e organizada em três áreas do conhecimento: (I) Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; (II) Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e (III) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. A administração dos

cursos tem por função desenvolver o ensino, a pesquisa, a extensão e a qualificação profissional dos acadêmicos com ênfase na formação interdisciplinar.

Para sua organização acadêmico-administrativa, a Instituição obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Unidade de patrimônio e de administração;
- II. Estrutura orgânica formada por órgãos colegiados, administrativos e de apoio;
- III. Racionalidade de organização com utilização plena de recursos materiais e humanos;
- IV. Universalidade e cultivo de áreas fundamentais do conhecimento humano;
- V. Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de educação superior e projetos de pesquisas e extensão;
- VI. Cooperação entre os diversos órgãos universitários responsáveis pelos estudos e demais atividades empreendidas em cada curso, projeto ou programa.

Há que se destacar que a organização administrativa da instituição e suas políticas de gestão é estruturada de forma a atender a toda a demanda dos cursos ofertados, gerindo com excelências todos os processos necessários à oferta de um ensino de qualidade que atenta à missão institucional.

7.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

As Instituições de ensino superior caracterizam-se por serem organizações extremamente complexas, em que o fator humano se sobressai como elemento determinante. Elas são constituídas por elementos essenciais ao processo, os quais envolvem ética, cultura, estética, linguagem, valores, espiritualidade e aspectos antropológicos e socioambientais. Gerir ou administrar uma organização com essas características e arquitetar instâncias decisórias que deem fluidez e precisão ao processo constituem um grande desafio que exige a abertura e o espaço para o constante aprimoramento da gestão estratégica.

A constituição dos órgãos e conselhos está descrita no Regimento Geral da Instituição, assim como também as suas finalidades, atribuições, deveres e normas de mandato, sempre considerando abrangência da representatividade dos setores acadêmicos, administrativos e da sociedade civil organizada, conforme finalidade das atividades.

7.2. Órgãos e Atividades de Apoio Acadêmico

7.2.1. Núcleo de Formação Docente – PERFORMAR

As rápidas mudanças que temos acompanhado no mundo, em diferentes áreas, têm impactado diretamente o trabalho do professor. Os desafios da profissão docente precisam ser trabalhados e repensados, considerando o reposicionamento do papel docente e as mudanças necessárias deste fazer. Isto só é possível em espaços propícios à sensibilização, reflexão e análise de maneira contínua.

Por essa razão, a formação docente é imprescindível. Os professores têm grande responsabilidade na formação do estudante e, portanto, é indispensável o desenvolvimento de um programa que promova o alinhamento das necessidades institucionais, da formação e das estratégias de apoio ao docente, com foco na melhoria contínua, que impactarão diretamente na qualidade da Instituição.

O Performar é o setor responsável por promover ações para a formação dos docentes, visando o aprimoramento, apoio, desenvolvimento e melhora das práticas educativas. Dentre as suas ações está a promoção de eventos e atividades de formação continuada como o Inspira e a formação por área; o apoio personalizado aos docentes na melhoria de sua atividade pedagógica por meio do programa de mentoring docente; incentivo à formação em cursos de pós-graduação e projeto de compartilhamento de boas práticas: professor inspiração.

7.2.2. Núcleo de Apoio Acadêmico

O Núcleo de Apoio Acadêmico, é responsável por desenvolver programas e políticas de apoio ao aluno que amplie e potencialize sua experiência de aprendizagem por meio de ações de acolhimento, inclusão e melhora do desempenho acadêmico.

Dentre os objetivos do Núcleo de Apoio Acadêmico temos o de ampliar a performance acadêmica do estudante, orientá-lo na organização e gestão dos estudos, apoiá-lo nas dificuldades de aprendizagem, favorecer a inclusão do aluno com deficiência ou necessidades especiais e promover a saúde mental do estudante universitário. Dentre as atividades desenvolvidas estão a mediação pedagógica individualizada para alunos com dificuldades no estudo, aplicação de provas em ambiente especial para alunos com deficiência, dificuldade de aprendizagem e outros transtornos, intérprete de Libras, letores e escribas, apoio psicopedagógico e psicológico, intervenções em sala promovendo a sensibilização e estratégias de inclusão entre os estudantes, tecnologia assistiva e oficinas de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

7.2.3. Unidade de Inclusão e Recursos Acessíveis (UNIR)

A Instituição conta com Unidade de Inclusão e Recursos Acessíveis (UNIR). O setor tem como objetivo promover acessibilidade a todos os espaços, ambientes, conteúdos, materiais, ações e processos desenvolvidos na Instituição, independentemente de suas características e especificidades, buscando integrar e articular as atividades desenvolvidas para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais.

A equipe multidisciplinar é responsável por assessorar e acompanhar a execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades educacionais especiais de cada estudante, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais; material pedagógico e equipamentos; eliminação de barreiras arquitetônicas; adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de língua de sinais (LIBRAS); proposta de adaptações para atividades avaliativas.

A unidade também promove formação continuada aos docentes, tutores, equipe de estúdio e produção de materiais didáticos, colaboradores e coordenação de cursos para garantir que toda a comunidade possua conhecimento necessário para o atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais.

7.2.4. Portal Empregabilidade – “Plug”

A Instituição fomenta o espírito empreendedor entre seus discentes e docentes, contudo tem ciência que nem todos têm perfil para tanto. Assim, também cumprindo com sua responsabilidade social, implementou a **Plataforma Plug**, materializando um portal de emprego e conteúdo, com o escopo de preparar e disponibilizar os melhores profissionais para o mercado, utilizando tecnologia para “plugar” pessoas a oportunidades.

No Portal Empregabilidade – Plug são ofertadas oportunidade de colocação no mercado de trabalho. Tal ferramenta constitui uma prática inovadora, na medida em que as Instituições de Ensino Superior, como regra, não têm por hábito potencializar a oferta de oportunidade no mercado de trabalho.

Vale destacar que o Portal Empregabilidade – Plug se consubstancia numa prática exitosa, na medida em que inúmeros Egressos também já se utilizaram da Plataforma para colação e recolocação no mercado de trabalho.

7.2.5. Programa Ampliar

No intuito de fortalecer as atividades de apoio acadêmico a Instituição desenvolveu o Programa AMPLIAR, que é um programa de monitoria exercido por ACADÊMICOS MONITORES, que são MENTORADOS por PROFESSORES e PROFESSORES MEDIADORES.

No programa AMPLIAR são desenvolvidas atividades pedagógicas, conduzidas por estudantes monitores para estudantes monitorados por meio de um processo de aprendizagem colaborativa entre os pares. O objetivo é aprimorar a qualidade da aprendizagem, ajudando a identificar e corrigir lacunas na formação por meio do estímulo e compartilhamento dos conhecimentos adquiridos com aqueles que demandam um maior grau de atenção, apoiando assim no sucesso e na permanência. Em suma, as atividades buscam proporcionar aos envolvidos a oportunidade de aprimoramento na formação; despertar para a valorização do aprendizado em sua futura prática e estimulá-los a seguir se destacando em sua carreira profissional, potencializando a aprendizagem colaborativa e autorregulada dos estudantes.

Os encontros e momentos de interação são realizados em espaços de aprendizagem diferenciados e responsivos, com atividades que estimulam os monitores e monitorados a levantar hipóteses e fazer descobertas, desenvolvendo assim a autonomia na consolidação do saber.

O programa AMPLIAR é ofertado modularmente para todos os cursos de graduação on-line e híbridos.

7.2.6. Experiência do Cliente

A área de Experiência do Cliente é responsável pela gestão da permanência dos alunos e por garantir a melhor experiência em todas as etapas da jornada acadêmica. O objetivo da área é acompanhar o estudante durante todo o seu percurso de formação, do vestibular diagnóstico à conclusão do curso, desenvolvendo ações para a redução da evasão e o sucesso do estudante. Com base nesses pilares, a área atua de três maneiras: preventiva, preditiva e reativa.

A área de Sucesso do Cliente realiza o planejamento de ações preventivas, preditivas e reativas relacionadas à experiência de jornada e de sucesso do cliente, como renovação e recompra. Responde pela gestão dos seguintes processos:

1. Diagnóstico Vestibular.
2. Onboarding do aluno.
 - 1.1. Ambientação presencial.
 - 1.2. Ambientação virtual (LMS/STUDEO).
 - 1.3. Contato de boas-vindas.
3. Acompanhamento da comunicação com o aluno, incluindo estratégias para réguas pedagógicas de relacionamento.
4. Reconhecimento do bom desempenho.
5. Engajamento nas disciplinas (atividades avaliativas).
6. Estratégias voltadas para engajamento, renovação, retenção, expansão de base de alunos.

Após definição da estratégia voltada para a experiência do aluno, tanto os polos de apoio presencial quanto as demais áreas envolvidas no processo são acionadas para que a ação ocorra da melhor maneira e traga resultados positivos.

Os polos de apoio presencial são envolvidos na grande maioria das ações voltadas para a experiência, visto que eles têm grande potencial para criação de vínculo com o aluno, seja com ação de engajamento, renovação, retenção ou expansão.

Na sede, a gestão do processo de atendimento ao estudante que formaliza o cancelamento da matrícula ou entra em contato com dúvidas operacionais a respeito do curso fica sob a responsabilidade do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, área responsável por atender os alunos e aplicar políticas de retenção ou sanar as dúvidas relacionadas a acessos, plataformas, mensalidades, entre outros tópicos.

Com um olhar macro e estrutura organizacional bem definida, por meio de ações preventivas, preditivas e reativas, acompanha-se o estudante por toda a jornada acadêmica por meio de uma estratégia pedagógica inovadora na gestão do sucesso e permanência.

Em um cenário de crescente evasão no Ensino Superior, torna-se imprescindível compreender os reais motivos pelos quais o estudante deixa seu sonho da conclusão do curso escolhido. Desta forma, através dessa área de atuação obtém resultados importantes sobre gráficos médios de mercado. Cada pilar da Instituição tem a sua importância e responsabilidade no papel do desenvolvimento de ações para o combate à evasão e o resultado da permanência global da modalidade é em decorrência deste planejamento.

De maneira didática, utilizamos a trilha do sucesso e da permanência com as principais ações que corroboram com o melhor resultado do estudante e seu sucesso acadêmico e por consequência a diminuição da evasão.

PILAR PREVENTIVO

Uma outra ação importante do pilar preventivo é a Ambientação, que faz parte do processo de onboarding do aluno. Nela o estudante é instruído sobre o que fazer primeiro quando se torna estudante na modalidade a distância, ou seja, é apresentada a metodologia do curso, as particularidades do AVA e tudo o que o estudante precisa saber para realizar suas atividades e navegar de forma eficiente no STUDEO.

A ambientação também representa forte aliada no processo de engajamento do estudante e de criação de vínculos. O estudante ambientado, de acordo com estudos internos, entrega até 15% a mais de atividades avaliativas se comparado ao estudante não ambientado. Além de se mostrar mais próximo e com sentimento de pertencimento à instituição de ensino que escolheu para realização do curso superior.

No ambiente “Conheça a EAD”, o estudante encontra um infográfico que evidencia os primeiros passos que devem ser dados “Jornada do Sucesso”, além de cronograma de estudos, espaço de dúvidas frequentes e tutoriais que respondem as perguntas frequentes dos estudantes ingressantes. Está disponível neste ambiente também uma página HTML de ambientação virtual com todas as informações pertinentes a metodologia e demais particularidades importantes do curso e da modalidade. O Guia do Estudante também fica disponível neste espaço, de forma digital.

PILAR PREDITIVO

O pilar preditivo se baseia em dados e indicadores de engajamento e performance do estudante que evidencia sinais de desestímulo à possível evasão, com o objetivo de acompanhar e agir de forma antecipada ao pedido de cancelamento, contribuindo com o percentual de permanência.

Com base nesses indicadores, a equipe de Sucesso e Permanência – Núcleo Super atua de maneira preditiva, realizando ligações para os estudantes que apresentam indicadores combinados de possível evasão, na tentativa de reverter a situação e direcionar o estudante.

Um exemplo de indicadores preditivos é o diário de engajamento dos estudantes, enviado semanalmente aos gestores educacionais para tomada de decisão.

PILAR REATIVO

O pilar de Retenção Reativa é responsável por garantir a melhor experiência do estudante inclusive no momento da saída, se esta for a escolha dele. Caso o estudante ainda optar pelo pedido de cancelamento, o pilar reativo realiza a tratativa adequada de sua escolha e, com uma equipe especializada, oferece algumas políticas que possam atender a necessidade momentânea do estudante, sendo ela falta de dinheiro ou de tempo, com a aplicação de desconto ou de *desplug*, por exemplo, com o objetivo de garantir que esta experiência seja a mais adequada para o momento vivenciado pelo estudante.

A área conta com gestão à vista baseada na plataforma *QlikView* e envio de diários de bordo para os gestores educacionais. Com base nos dados e informações disparadas por meio de diários de bordo podem reunir estratégias para diminuir a evasão e os pedidos de cancelamento.

7.2.7. Núcleo de Estágio remunerado

A Instituição conta com uma área específica responsável pela Gestão dos Estágios, cujo intuito é intermediar e oportunizar aos estudantes a vivência prática dos conteúdos ministrados durante o curso, proporcionando observar sua futura profissão. O objetivo da área é o acompanhamento e atendimento do fluxo dos documentos necessários para a realização dos estágios, bem como da apreciação das solicitações dos discentes e esclarecimentos de suas dúvidas presencialmente no setor ou por meio de contato telefônico e SAE (Sistema de Atendimento Eletrônico) para alunos do EaD. A Instituição mantém uma atividade permanente com as empresas e instituições que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação e da complementação de estudos para seus alunos.

7.2.8. UniCesumar Empresarial

A UniCesumar Empresarial tem como foco promover o fortalecimento da relação academia – mercado tendo o empreendedorismo como base para suas ações. O objetivo é aproximar as atividades acadêmicas das necessidades das organizações, sejam elas públicas ou privadas, aumentando a competitividade dos empreendimentos através do conhecimento técnico-científico estabelecido na instituição, colocando esse ambiente acadêmico favorável ao surgimento de novas ideias, a serviço do mercado. O envolvimento do aluno neste programa possibilita o exercício dos conhecimentos teóricos adquiridos nos cursos por meio de atividades práticas de prestação de serviços supervisionados por professores especialistas em cada área. Para ingressar em uma consultoria Júnior o estudante precisa preencher os requisitos necessários e participar de um processo seletivo realizado durante o ano.

7.2.9. Relações Internacionais

Relações Internacionais é responsável por intercâmbios de curta e longa duração dedicados a intensificar oportunidades internacionais para estudantes de graduação e pós-graduação. Sua missão é fomentar a internacionalização da instituição oferecendo as melhores oportunidades de intercâmbio e capacitação no plano internacional para os discentes e docentes, além de desenvolver o relacionamento com nossos parceiros internacionais de forma a estimular uma cosmovisão global e intercultural.

O intuito é viabilizar a aprendizagem acadêmica intercultural, tanto no envio quanto no recebimento de alunos e professores estrangeiros e promover ainda a formação de grupos de áreas específicas, para cursos de curta duração no exterior, geralmente em período de férias e cursos de inglês aos estudantes da Instituição.

7.2.10. Atendimento aos Discentes

A Instituição tem como uma de suas principais preocupações o seu discente. Nesse sentido, se busca assegurar que o discente tenha acesso à formação superior e mantê-lo na Instituição não é somente a preocupação do mesmo e de sua família, mas também da IES em que está matriculado. Para tanto, a Instituição promove uma série de ações com a intenção de possibilitar ao discente efetivar a matrícula e viabilizar sua permanência na Instituição. Para tanto, realiza adesão a todos os programas governamentais de inclusão e acesso ao ensino superior, por meio de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil (PROUNI e FIES).

A participação de entes públicos e empresas do setor privado, em parceria com a Instituição, permite que os discentes tenham melhores condições de estudo e, dessa forma, tenham como principal preocupação o desempenho escolar e o aproveitamento acadêmico.

Citam-se abaixo algumas das ações que se tornam metas a serem alcançadas:

- Participar de todos os projetos de bolsas públicas, em nível federal, estadual e municipal, tais como PROUNI e FIES;
- Incentivar e interceder junto a Instituições públicas para que destinem verbas em forma de bolsa para discentes mais carentes quando não existir ou for incipiente esse tipo de ação no nível analisado. Por exemplo: buscar parceria com prefeituras, governo de Estado, autarquias, órgãos de fomento educacional, entre outros;
- Formar parcerias com associações, cooperativas, grandes empresas, Instituições religiosas, prefeituras municipais, em relação a bolsas parciais, com obrigatoriedade de o discente prestar serviços à comunidade, permitindo acesso a um maior número de discentes ao curso superior;
- Promover cursos de nivelamento para que se reduza o impacto causado ao discente egresso do ensino médio, considerando a grande diversidade de ensino encontrada hoje em nosso País;
- Oferecer bolsas trabalho e bolsas monitoria dentro das necessidades da Instituição e nas condições orçamentárias da Mantenedora;
- Oferecer serviços de alimentação em cantinas a preços populares e manter um controle de qualidade sobre esses produtos, mesmo em caso de terceirização desse serviço;
- Procurar manter uma pequena livraria e papelaria para reduzir os custos do material para seus discentes, bem como serviço de reprografia com preços menores que os exercidos no mercado local;
- Realizar parceria com as escolas públicas e privadas de Ensino Médio, permitindo bolsas mais acessíveis em processos seletivos para os discentes oriundos dessas Instituições, bem como prestar serviços às escolas públicas no âmbito de prestação de serviços de qualificação de seus docentes e premiação em material escolar para as escolas com discentes que optaram pela Instituição;
- Estabelecer convênios com grandes editoras que viabilizem o acesso dos discentes a livros virtuais, bem mais baratos que livros impressos;
- Estabelecer, em acordo com a mantenedora, programa de incentivo à pontualidade financeira, com descontos para os discentes.

7.2.11. Ouvidoria

No intuito de fortalecer as atividades de apoio acadêmico a Instituição possui uma Ouvidoria, a qual trabalha no sentido de atender/ouvir toda comunidade, interna e externa.

A Ouvidoria tem por escopo realizar um trabalho preventivo no que tange a não adequação às exigências legais. Esta, representada por um ouvidor, é órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- I. Assessorar os gestores da Instituição quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- II. Orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- III. Identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes;
- IV. Permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

7.2.12. Organização Estudantil

A presença do estudante na Instituição vai além da sala de aula. Os discentes dispõem de espaços internos de participação e convivência, os quais oferecem locais para lazer, alimentação e atividades esportivas, oportunizando maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

As organizações estudantis são estruturadas pelos próprios alunos que assumem os desafios de contribuir para enriquecer a vivência e experiência ao longo da vida acadêmica.

As Organizações Estudantis se dão por meio das Ligas Acadêmicas, Atléticas, Centros e Diretórios Acadêmicos que funcionam como uma estrutura organizada que nasce de um espírito de equipe e responsabilidade entre os envolvidos.

7.2.13. Acompanhamento de Egressos

Uma série de medidas manterá nossos egressos em contato com a Instituição, permitindo que continuamente melhorem em suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético e social. Para isso, a Instituição implantará o Projeto Egresso que, entre outras ações, visa:

- I. Oferecer uma identificação, que permitirá ao egresso o uso de biblioteca e do webmail, assim como desconto em cursos graduação, pós-graduação e de extensão;
- II. Manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à Instituição ter um feedback de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
- III. Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidades, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
- IV. Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da Instituição como colaborador da comunidade;
- V. Propiciar, em conjunto com a mantenedora, que o egresso tenha acesso a todos os convênios que a Instituição venha a firmar, tanto no aspecto acadêmico como financeiro.

7.2.14. Apoio Financeiro: Programas Governamentais e Institucionais

No apoio financeiro, a Instituição desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.

- **DESCONTO FAMILIAR:** Desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável;
- **PROUNI:** A Instituição adere ao Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Ministério da Educação (MEC);
- **FIES:** Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal.
- **BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS:** Concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular em que são ofertadas as vagas.
- **DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS:** Concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;
- **DESCONTO PONTUALIDADE:** Concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

A Instituição, comprometida em oferecer condições que atendam a diferentes perfis socioeconômicos, tem opções próprias de financiamentos que contribuem para um melhor planejamento financeiro de seus acadêmicos.

7.3. Planejamento e Avaliação institucional

A Autoavaliação Institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), é um processo de autoconhecimento da Instituição, de reflexão e análise crítica sobre suas diversas dimensões. A Avaliação Institucional contribui para uma maior transparência da gestão educacional, permitindo demonstrar o cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e a coerência dos seus objetivos em relação às necessidades sociais.

O processo de autoavaliação institucional também deve considerar os resultados das avaliações externas, além dos dados e informações coletadas e organizadas a partir dos documentos oficiais referentes aos diversos indicadores tais como ENADE, CPC, IDD, IGC, bem como das avaliações *in loco*.

Na Instituição, a Avaliação Institucional (AI) é uma ferramenta importante para o planejamento e a gestão educacional. Permite verificar o efetivo cumprimento da missão, visão e valores institucionais e oferece, ainda, subsídios para o aperfeiçoamento de seus projetos pedagógicos e a melhoria contínua da gestão. Nesse cenário, a avaliação institucional é decisiva para que a Instituição possa perceber com clareza o caminho que está percorrendo, o que permite identificar e propor mudanças de trajetória com vistas aos objetivos institucionais.

Com essa preocupação, a Instituição estabelece uma política para a avaliação, embasada nas seguintes diretrizes:

- autoconhecimento da Instituição, por meio do resultado de suas ações, permitindo adequá-las às demandas sociais e à missão institucional;
- participação da Instituição na comunidade;

- profissionalização da gestão pedagógica e administrativa.

As avaliações institucionais internas (autoavaliação) e externas estão inseridas no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior. A Avaliação Institucional vem acompanhando o desenvolvimento e o crescimento da Instituição e reavalia permanentemente suas práticas de forma crítica, sistemática e comprometida. Isso equivale a refletir sobre o seu papel na sociedade como disseminadora e promotora do saber, capaz de compreender e modificar a realidade.

A Autoavaliação Institucional é conduzida em conjunto entre a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os atores acadêmicos e administrativos da IES, incluindo também representantes da sociedade civil organizada, externos à IES. Além da autoavaliação, as Instituições de Ensino Superior no Brasil também passam por avaliações externas, dentre elas, as avaliações institucionais (Credenciamento, Recredenciamento e Índice Geral de Cursos) e as avaliações de Curso (Autorização, Reconhecimento, Renovação do Reconhecimento, ENADE e Conceito Preliminar de Curso).

A participação dos membros da comunidade acadêmica e da comunidade externa é componente de extrema relevância nesse processo. Do mesmo modo, é imprescindível que se promova a articulação entre avaliação, planejamento e processo de tomada de decisões. Isso torna possível à avaliação institucional atuar, efetivamente, como instrumento de consolidação, ajustes, adequações e mudanças.

7.3.1. Princípios para a Avaliação Institucional

Os pressupostos que norteiam o Programa de Avaliação Institucional na Instituição são sustentados pelos seguintes princípios:

- **Isenção:** para que os resultados sejam significativos, a avaliação precisa ser feita de maneira isenta;
- **Globalidade:** a avaliação precisa abranger todos os aspectos da Instituição e todos os seus níveis: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, administração;
- **Periodicidade:** a avaliação deve ser feita em períodos pré-determinados;
- **Comunicação:** durante todo o processo de avaliação, as pessoas envolvidas devem ser informadas dos resultados de cada etapa e das mudanças que forem sendo introduzidas;
- **Participação:** deve-se promover a maior integração e participação de todos os membros e segmentos da Instituição;
- **Ética:** os valores éticos devem acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos na avaliação. A ética deve estar em todas as atividades, especialmente nas dos avaliadores, que são os condutores do processo;
- **Continuidade:** deve-se analisar e comparar os dados de diferentes momentos, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos;
- **Respeito à Identidade Institucional:** deve-se procurar contemplar e respeitar as características da identidade, filosofia e carisma institucional;
- **Objetividade:** o projeto de avaliação institucional e o pessoal selecionado para executá-lo devem atuar com objetividade para garantir seu sucesso;
- **Credibilidade:** o processo precisa ser percebido como sendo justo e equitativo.

A utilização dos resultados da avaliação institucional é um termômetro dos trabalhos realizados e norteia as próximas ações a serem realizadas para a melhoria contínua da qualidade dos serviços ofertados pela Instituição.

7.3.2. Autoavaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é regulada pela Lei Nº 10.861/2004, que estabelece o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), pela Portaria Nº 2.051/2004, e Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014. Constitui-se como um órgão de natureza consultiva, de coordenação, condução e articulação do processo interno de Avaliação Institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações à Mantenedora da IES, ao público e ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.

O projeto de autoavaliação institucional da Instituição prevê a constituição de um regulamento próprio da CPA e o desenvolvimento de um cronograma anual de atividades. O período de autoavaliação na Instituição é previsto no calendário acadêmico. De acordo com o disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861/04, a Instituição é responsável por nomear os representantes da CPA e a instituição dos membros é realizada por meio de portaria da Diretoria, proporcionando paridade entre os segmentos representados. A Comissão Própria de Avaliação Institucional fundamenta-se nos seguintes parâmetros e orientações preconizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior nas suas dez dimensões, a saber:

- I. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. A política para o ensino, a pesquisa e a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. A responsabilidade social da Instituição, considerada, especialmente, no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal de carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX. Políticas de atendimento aos discentes;
- X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A CPA tem a função de coordenar e conduzir o processo da Avaliação Institucional, sendo que suas principais atribuições são:

- Envolver a comunidade acadêmica e administrativa — docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e de apoio — no processo de avaliação, estimulando sua participação;
- Organizar o sistema de coleta e análise de dados;
- Contribuir para construção e aplicação de instrumentos de coleta de dados;
- Agrupar e proceder à análise dos dados colhidos no âmbito dos cursos, programas ou no âmbito da área administrativa;
- Divulgar resultados e promover discussões em torno da análise dos resultados;
- Subsidiar o processo de Planejamento Institucional, orientando ações futuras por meio da comparação das avaliações internas e externas;
- Avaliar continuamente os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, com vistas a detectar aspectos que precisam ser melhorados ou preservados, de modo a desenvolver uma cultura de constante aprimoramento;
- Promover a continuidade do processo avaliativo.

7.3.3. Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Divulgação

A sensibilização da comunidade acadêmica, administrativa e da sociedade civil organizada é realizada por meio de informativo **endomarketing**; **banners** e **flyers** nas coordenações de curso e corredores de acesso às salas de aula e locais de atendimento ao público; **banners** digitais no ambiente on-line dos alunos e professores e no site institucional; papel de parede na área de trabalho dos computadores administrativos da IES e nos laboratórios de informática; mensagem **SMS** via celular e redes sociais. As ações de sensibilização envolvem divulgar o que é a autoavaliação institucional, o que é a CPA e as suas respectivas finalidades.

A divulgação dos resultados da avaliação institucional é realizada de forma sistematizada. Na primeira etapa, os resultados são disponibilizados para a mantenedora, diretores acadêmicos e administrativos e coordenadores de Curso – processo em que são realizadas reuniões e os resultados são discutidos. Os coordenadores de curso devem analisar os resultados de avaliação docente e repassarem o **feedback** aos professores de forma ética e construtiva, indicando possibilidades e meios de melhorias, assim como também ressaltando os pontos fortes.

Os Coordenadores de Curso e demais gestores têm acesso aos resultados da CPA por meio do *Quickview*. Para os demais públicos - acadêmico, administrativo e externo à IES, os meios de divulgação dos resultados seguem os mesmos realizados na etapa de sensibilização.

A partir da sensibilização e divulgação dos resultados da avaliação institucional, os usuários da IES e os participantes da autoavaliação institucional podem enviar o seu feedback com elogios, sugestões e críticas por meio do e-mail institucional cpa@unicesumar.edu.br, consolidando assim o processo de comunicação. Há que se destacar que a divulgação dos resultados para a comunidade também é realizada por meio das redes sociais.

Uma experiência inovadora, que já se mostrou exitosa, foi a atribuição de um selo CPA. Um sinal distintivo que é aplicado às melhorias implementadas a partir dos resultados da CPA. A partir deste sinal distintivo toda a comunidade pode assimilar a importância da CPA no contexto da Instituição.

Acervo Acadêmico

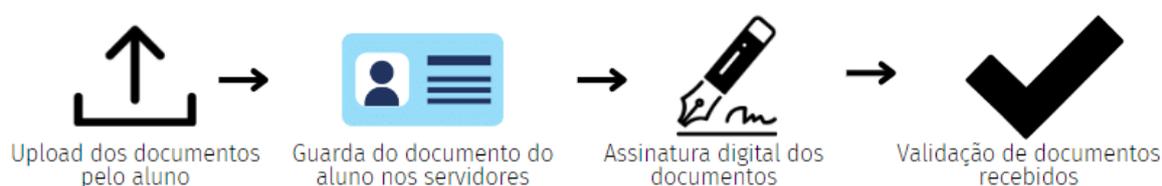
(Art. 21, Inciso VIII, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)



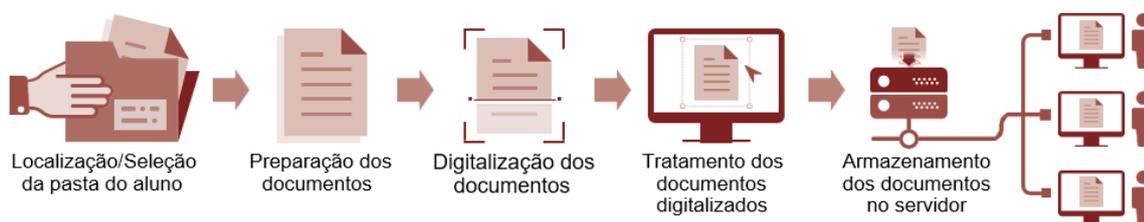
A guarda dos documentos digitais provenientes do envio de documentos obrigatórios de matrícula dos alunos é realizada em repositório digital seguro. O processo de guarda para os alunos ingressantes inicia com a captura dos documentos obrigatórios de matrícula no ambiente virtual de aprendizagem do aluno por meio da integração com a plataforma virtual da Xerox Capture. Após a captura, os documentos são armazenados em servidor online e disponibilizados para as equipes de atendimento através da Plataforma Portal NEAD. Os servidores disponíveis na IES possuem software da empresa Microsoft (sistemas operacionais e banco de dados) e diferentes versões da plataforma Linux- todos licenciados e com suporte contratado. Os servidores são monitorados 24 horas e 7 dias por semana, tanto por equipe interna de profissionais quanto por uma empresa de São Paulo, especializada em banco de dados, chamada Savatti. Essa empresa mantém um profissional dentro da Instituição no horário comercial e complementa o monitoramento do banco de dados com os profissionais de sua sede, localizada em São Paulo.

Em relação a regulação a respeito da digitalização do acervo acadêmico preconizado pelo Decreto 9.235/2017 e regulamentado pela Portaria 315/2018, a Instituição, desde 2016, iniciou um projeto para a digitalização de todo o acervo acadêmico com os objetivos de reduzir o volume de documentos físicos, otimizar o espaço dos departamentos, garantir a integridade e segurança dos documentos e facilitar a consulta e tramitação dos documentos entre os departamentos da Instituição e entre aluno e Instituição. Atualmente, todo o acervo veteranos com ingresso até o ano de 2021 já é digitalizado e a secretaria acadêmica apresenta um fluxo de procedimento desde o recebimento dos documentos até seu arquivo em banco de dados dos servidores.

Processo digital de captura dos documentos do aluno



Processo para digitalização do acervo acadêmico



Infraestrutura Física, Tecnológica e Instalações Acadêmicas

(Art. 21, Inciso VII, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)



A Infraestrutura física e tecnológica da Instituição é constituída pelo conjunto de ambientes em bom estado de conservação. O espaço físico é adequado ao número de usuários projetados e para cada tipo de atividade. Todas as instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.

A avaliação e manutenção da infraestrutura física são realizadas de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de apontadores de demandas e pelos apontamentos da equipe de zeladoria. As adequações são realizadas pela equipe de manutenção de modo preventivo e corretivo e além disso ocorre a contratação de terceiros, especializados nas áreas de reparos de instalações. Quanto aos procedimentos de controle da infraestrutura, a equipe administrativa utiliza o sistema **Leankeep**, em que a confirmação da condição dos espaços é realizada por meio de leitura do **QR CODE** específico de cada ambiente. O procedimento garante o controle da avaliação periódica dos espaços e a manutenção patrimonial, conforme especificado em Procedimento Operacional Padrão (POP) específico.

Para as atividades administrativas, os funcionários contam ainda com mais de uma centena de sistemas de informação e recursos de comunicação baseados em tecnologias. Podem-se destacar os seguintes:

- serviço de e-mail corporativo;
- ferramentas de **webconference**;
- ferramenta própria de transmissão;
- Ambiente de aulas e interação com os alunos;
- ferramenta de treinamento corporativo;
- ambiente virtual de aprendizagem próprio;
- sistema de gestão acadêmica e financeira;
- sistema de gestão de ERP (**Enterprise Resource Planning: Planejamento dos Recursos da Empresa**);
- sistema de gestão de Recursos Humanos;
- sistemas específicos para complementação do ensino (com **software** de terceiros utilizados nos laboratórios de informática);
- plataformas de apoio às atividades docentes e de coordenação;
- painéis de gestão desenvolvidos em software de BI (**Business Intelligence**);
- sistema de gestão de fluxos de trabalho (**Business Process Management — BPM**);
- sistema de gestão do relacionamento com o aluno (**Customer Relationship Management — CRM**).

Todas essas plataformas estão integradas e permitem uma gestão transparente por parte do corpo diretivo, sem a necessidade de ter de lidar com todas essas ferramentas separadamente. Há camadas de gestão que facilitam a consolidação das informações mais relevantes e permitem tomadas de decisão mais precisas e céleres.

9.1. Descritivo da Infraestrutura

A Instituição disponibiliza a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Tabela. Infraestrutura física do Centro Universitário do Paraná.

ESPAÇO		QUANTIDADE
BLOCO 1		
PAVIMENTO TÉRREO	HALL	4
	DML/ DEPÓSITO/ ALMOXARIFADO DE QUÍMICA	2
	CANTINA	1
	SANITÁRIOS	9
	LABORATÓRIOS	10
	BIBLIOTECA	1
1º PAVIMENTO	SALAS DE AULA	07
	SALA DOS PROFESSORES COLETIVA	1
	SALA DOS PROFESSORES TEMPO INTEGRAL	1
	SALA DE REUNIÃO	1
	SECRETARIA	1
	SANITÁRIOS	21
	DML	1
	DIRETORIA	1
	DIRETORIA - REUNIÃO	1
	SALA DE APOIO TI	1
	AUDITÓRIO	1
	MULTIATENDIMENTO	8
	SALA DE ARQUIVO	1
	SALA ADMINISTRATIVO	1
	SALA COMERCIAL	1
	NAAC/ NAP	1
	NDE	1
	CPA	1
	ATENDIMENTO AO ALUNO	1
	COORDENAÇÃO	8
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE CURSOS	1	
LABORATÓRIOS	1	
2º PAVIMENTO	SALA DE AULA	27
	SALA DE ESTUDO - HÍBRIDO	1
	SANITÁRIOS	18
	SALA SUPERVISOR DE VIGILÂNCIA	1
	SALA DE DESENHO	1
	DML	1
	HALL	1

ESPAÇO		QUANTIDADE
3° PAVIMENTO	SALA DE AULA	22
	SANITÁRIOS	18
	COPA	1
	SALA DE VIDRO	1
	HALL	1
BLOCO 2		
Espaço		QUANTIDADE
PAVIMENTO TÉRREO	CLÍNICA	14
	DEPÓSITO/SALA DE APOIO	5
	DML	1
	LABORATÓRIO	2
	SANITÁRIO	14
	SECRETARIA	1
	PISCINA FISIOTERAPIA AQUATICA	1
1° PAVIMENTO	ALMOXARIFADO	1
	CLÍNICA	2
	ESTERILIZAÇÃO	1
	DML	2
	LABORATÓRIO	1
	SALA DE RAO X	5
	SALA DE PANORÂMICA	1
	SALA DE INTERPRETAÇÃO	1
	SALA DE COORDENAÇÃO	1
	SALA DOS PROFESSORES	1
	SANITÁRIO	20
2° PAVIMENTO	DEPÓSITO	1
	DML	2
	LABORATÓRIO	2
	SALA DE AULA	15
	SANITÁRIO	18
	SALA DE APOIO	1
3° PAVIMENTO	DEPÓSITO	1
	DML	2
	SALA DE APOIO	1
	SALA DE AULA	15
	SANITÁRIO	18

ESPAÇO		QUANTIDADE
4º PAVIMENTO	DEPÓSITO	1
	DML	2
	SALA DE APOIO	1
	SALA DE AULA	15
	SANITÁRIO	18

A Instituição possui vários mecanismos que possibilitam a acessibilidade, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e exigências do MEC. Dentre tais mecanismos, a Instituição conta com elevadores e rampas, carro escalador, piso tátil, placas informativas em braile, mesas para cadeirantes e cadeiras para obesos.

Todas as instalações administrativas atendem de forma excelente às necessidades institucionais, com tamanho adequado ao número de usuários, climatizadas, com iluminação adequada, boa acústica, mobiliário e segurança amoldada aos padrões de qualidade e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

9.1.1. Condições de Salubridade das Instalações Acadêmicas e Administrativas

As salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas para o ensino superior, particularmente para as aulas noturnas. São amplas e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades de todos os cursos oferecidos pela Instituição. No que diz respeito às dimensões, o espaço físico é adequado ao número de usuários e para todos os tipos de atividade desenvolvidos na Instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se de ventiladores e condicionadores de ar, sempre que necessário. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores, entrega e retirada de provas para reprodução e outros serviços. A Instituição prima pelo asseio e limpeza, mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso, a Instituição mantém pessoal adequado e material de limpeza disponível.

As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais e são adequadas para o desempenho das atividades por possuírem acessibilidade plena, serem amplas e arejadas, com isolamentos acústicos e mobiliários e recursos tecnológicos condizentes com a função desempenhada, considerando avaliação periódica dos espaços e gerenciamento da manutenção patrimonial.

Todas as instalações administrativas estão devidamente identificadas por meio de placas em língua portuguesa e braile para que pessoas com deficiência visual possam identificar onde estão, bem como piso tátil e mapa tátil, garantindo, assim, a acessibilidade plena. Todos esses espaços são avaliados periodicamente pela equipe de infraestrutura, que realiza todas as manutenções devidas

para que as instalações fiquem em perfeito estado e possam ser usufruídas pela comunidade interna. A manutenção patrimonial é realizada por uma equipe técnica especializada e é organizada pelo uso de plaquetas alfanuméricas que identificam o patrimônio. Todas as instalações administrativas utilizam recursos tecnológicos necessários para o desempenho de excelência.

9.1.2. Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 “sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas”, a Instituição mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas. Para garantir a acessibilidade, foram concretizadas as seguintes ações:

- Garantia do acesso aos espaços de uso coletivo, para que as pessoas com deficiência possam interagir com a comunidade acadêmica;
- Instalação de lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- Colocação de corrimãos e rampas que facilitam a circulação de cadeiras de rodas;
- Instalação de telefones públicos para uso de deficientes;
- Adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;
- Vagas exclusivas para estacionamento.

Além da infraestrutura necessária, a Instituição proporciona relacionamento saudável do portador de necessidade especial com toda a comunidade acadêmica visando a sua adaptação.

9.1.3. Instalações Administrativas

As instalações administrativas são de uso privativo do corpo docente, discente e técnico-administrativo, permitindo o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral. Toda a infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclases, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

Todas as instalações administrativas possuem tamanho adequado ao número de usuários, são climatizadas, com iluminação adequada, boa acústica, mobiliário, segurança de acordo com os padrões de qualidade propostos pela ABNT. Possuem, ainda, recursos tecnológicos adequados às funções administrativas existentes. O prédio é dotado de elevador e rampas que permitem o acesso a cadeirantes a todos os andares, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências do MEC. A manutenção nesses ambientes é realizada de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de apontadores de demandas de modo preventivo e reativo.

9.1.4. Salas de Aula

As salas de aula possuem acessibilidade e tamanho adequado ao número de usuários. As salas de aulas são arejadas, climatizadas, com iluminação adequada, boa acústica, lousas com amplo espaço visual, quadro de avisos, mobiliário com cadeiras estofadas e carteiras individuais com porta objetos, além de possibilitar a flexibilidade relacionada às configurações espaciais. Contam ainda com tomadas de energia, computadores e internet para acesso ao sistema de registro acadêmico

de frequência e ao ambiente virtual de aprendizagem. Em sala de aula, a internet possibilita também o acesso a conteúdos eletrônicos simultâneos à aula para as apresentações dos professores. Do mesmo modo, são disponibilizados aos docentes sistemas de som e de projeção de alta resolução. As salas contam, ainda, com orientações de ergonomia cognitiva, isto é, como ter postura correta ao sentar-se, visando à percepção do aluno não apenas quanto ao cuidado com a saúde, mas também com a melhoria do aprendizado.

As salas de aula contam com o sistema Leankeep, no qual a equipe administrativa efetua a confirmação da condição dos espaços, por meio de leitura do QRCODE específico de cada ambiente, o que garante o controle da avaliação periódica dos espaços e a manutenção patrimonial, conforme especificado em procedimento operacional padrão.

A Instituição disponibiliza uma Sala Invertida com recursos variados de tecnologia da informação. O espaço pode ser utilizado como ferramenta para práticas de metodologias ativas, tornando o acadêmico agente participativo no processo de ensino-aprendizagem, conforme orientação do projeto pedagógico de curso.

Todas as salas possuem acessibilidade por meio de elevadores e/ou rampas, carro escalador, piso tátil, placas informativas em braile, mesas para cadeirantes e cadeiras para obesos, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências do MEC.

A Instituição busca acompanhar as inovações científicas e tecnológicas, proporcionando à comunidade acadêmica o acesso às mesmas. Dentre as muitas inovações se faz necessário destacar os Microscópios Digitais disponíveis em sala de aula, que possibilitam a gravação e visualização de lâminas vivas. Tem-se a câmera robótica que realiza a captação de imagens sem a necessidade de um cinegrafista. Ainda se tem a TV Touch Screen, um monitor profissional Interativo Samsung 65”, um recurso interativo e sensível ao toque, com recursos interativos de design digital, podendo ser utilizado para criação de desenhos, com a utilização de softwares profissionais, inclusive criação de imagens em 3D.

9.1.5. Auditórios

A Instituição possui auditório que, conjuntamente, atendem às necessidades institucionais, dispendo de recursos de climatização, possuem púlpito, mesa diretora, poltronas almofadadas, lousa branca, ótima acústica, paredes revestidas que evitam dissipação do som para outros ambientes; obedecem às normas de acessibilidade, bem como saídas de emergência, além de proporcionar toda comodidade necessária aos usuários. São dotados ainda de recursos tecnológicos fixos, como projetores de última geração com telão, caixas de som, amplificadores, microfones e computador com conexão para internet, equipamentos adequados e necessários para utilização em videoconferências.

A avaliação e manutenção dos auditórios são realizadas de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de apontadores de demandas e pelas indicações da equipe de zeladoria. As eventuais adequações são realizadas pela equipe de manutenção de modo preventivo e corretivo, com a possibilidade de contratação de terceiros especializados nas áreas de reparos de instalações. Para avaliação e controle dos auditórios, a equipe administrativa utiliza o sistema *Leankeep*, descrito anteriormente. Todos os auditórios possuem acessibilidade por meio de

elevadores e/ou rampas, carro escalador, piso tátil, placas informativas em braile, espaços próprios para cadeirantes e obesos, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências propostas pelo MEC.

9.1.6. Sala de Professores

Há na instituição salas de professores, distribuídas entre os blocos, que atendem às necessidades institucionais, dispendo de recursos de tecnologia de informação, tais como: computadores, telefone, internet, acesso ao sistema acadêmico, intranet, portal, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a biblioteca on-line, o que favorece o trabalho acadêmico.

Os docentes contam com salas devidamente mobiliadas com mesas para reuniões, mesas de computadores, sofás e pufes apropriados ao número de pessoas, frigobar, poltronas, quadro de avisos, assinatura de revistas e jornais, permitindo assim o acolhimento, descanso e atividades de lazer e integração.

Tem-se ainda o Inspira Space, idealizado com base nos pilares da Instituição: profissional, intelectual. No âmbito profissional, a proposta é que o espaço propicie colaboração e conhecimento entre os professores. Para isso, eles poderão utilizar os Quiosques de Tecnologia Educacional, com recursos como: quadro de ideias, acesso às plataformas da Google, da Microsoft e aplicativos variados. Já para estimular o aspecto intelectual, foram instalados totens de metodologias e aparelhos de TV, com a expectativa de que os docentes estejam sempre antenados no que acontece ao redor do mundo.

O espaço Inspira Space recursos tecnológicos e inovadores, favorecendo assim, o fortalecimento de uma série de conceitos como a **Cultura Maker**, que engloba métodos de aprendizagem colaborativa e criativa, formação continuada dos professores, além de contemplar conceitos educacionais de inovação.

Outro importante espaço do Inspira Space é a Sala Gravidade Zero, composta por carteiras modulares que podem ser dispostas de diferentes maneiras, respondendo à necessidade do momento. Tem-se ainda a Sala Chuva de Meteoros, também chamada de Sala de Ideação, é destinada a momentos em que o objetivo seja liberar o processo criativo. Para isso, são utilizadas estratégias visuais que sintetizam as ideias de maneira lúdica e colaborativa.

Todos os espaços, destinados às salas de professores, são climatizados, possuem ótima acústica, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida. Além disso, ofertam-se escaninhos, armários individuais e atendimento técnico administrativo de um auxiliar de supervisão operacional, além de um espaço de convivência com café e bebedouros refrigerados.

A avaliação e manutenção das salas dos professores é realizada de forma periódica pela equipe administrativa por meio de apontadores de demandas e pelos apontamentos da equipe de zeladoria, sendo as adequações realizadas pela equipe de manutenção de modo preventivo e corretivo, além da contratação de terceiros especializados nas áreas de reparos de instalações. Há a utilização do sistema Leankeep, no qual a equipe administrativa efetua a confirmação da condição dos espaços, por meio de leitura do QR CODE específico de cada ambiente, o que garante o controle

da avaliação periódica dos espaços e a manutenção patrimonial, conforme especificado em procedimento operacional padrão.

9.1.7. Espaços para Atendimento aos Discentes

A Instituição dispõe de espaços diversificados para atendimentos aos discentes. Esses espaços atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades. Os atendimentos são realizados por setores que possibilitam variadas formas de assistência, quer de forma individualizada ou em grupo, de acordo com as necessidades e anseios dos acadêmicos. A seguir, são apresentados os diferentes setores que realizam esse suporte aos alunos:

- **Multiatendimento:** é o setor responsável pelo atendimento à comunidade acadêmica. Nesse setor, são protocolados requerimentos, recebidas matrículas, inscrições e solicitações dirigidas aos diferentes departamentos da Instituição, assim como feita a retirada de documentos, como declaração de matrícula, histórico escolar, diplomas, entre outros. O setor possui toda comodidade necessária com ampla área para atendimento aos discentes contando com profissionais capacitados, inclusive com atendimento em Libras. Estão disponíveis aos discentes lugares para espera, lugares nos guichês, além de conjuntos de mesa e cadeiras para apoio ao preenchimento de documentos. O espaço conta ainda com uma estação de autoatendimento para impressão de documentos e sala de espera equipada com sofás, mesas de centro, aparadores com jornais e revistas atualizados periodicamente, além de uma fonte para humanização do ambiente. O atendimento é organizado por meio de senhas e painel eletrônico.
- **Secretaria Acadêmica:** é o setor responsável pelo acompanhamento de processos, registros, controles e documentação acadêmica. Nesse setor, são realizados os registros de matrículas, transferências internas e externas, processos de aproveitamento de estudos, trancamento, cancelamento de matrícula e emissão de documentos acadêmicos, tais como: declarações de matrícula, certidões de conclusão e históricos escolares.
- **Coordenações de Cursos:** possuem espaços individuais para as atividades dos coordenadores de curso que, por característica da função, prestam atendimento também aos discentes. Cada coordenação possui espaço próprio para atendimento. Sua localização procurou obedecer à organização das salas de aula dos cursos.
- **Secretaria de Coordenação de Curso:** é responsável pelo atendimento de alunos, coordenadores e professores dos cursos ministrados, acompanhamento das Atividades Complementares, encaminhamentos de requerimentos e auxílio aos professores na emissão de listas de chamada.
- **Secretaria de Professores de Tempo Integral:** espaço no qual é realizado o atendimento aos alunos e suporte aos professores com disponibilidade integral e parcial. Nessa secretaria, são realizados agendamentos de atendimento dos professores de acordo com sua disponibilidade, impressão de materiais pedagógicos, agendamento da sala de estudos, controle de horários e recebimento de trabalhos e projetos dos estudantes.

- **Núcleo de Apoio Acadêmico/Pedagógico:** tem o objetivo de auxiliar o aluno em suas dúvidas, dificuldades e necessidades, que possam vir a influenciar no bom andamento de sua vida acadêmica, de modo a proporcionar uma melhor adaptação e integração ao ambiente e à rotina do Ensino Superior, promovendo sua permanência acadêmica.

Todos esses espaços dispõem de tamanho adequado ao número de usuários, são climatizados, com iluminação adequada, boa acústica, mobiliário, equipamentos tecnológicos: computadores, telefone, internet, acesso ao sistema acadêmico, intranet, portal, Ambiente Virtual de Aprendizagem e à biblioteca on-line. Possuem acessibilidade por meio de elevadores e/ou rampas, carro escaldador, piso tátil, placas informativas em braile, espaços próprios para cadeirantes e obesos, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências do MEC.

A avaliação e manutenção dos espaços de atendimento aos discentes são realizadas de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de apontadores de demandas e pelos apontamentos da equipe de zeladoria, sendo as adequações realizadas pela equipe de manutenção de modo preventivo e corretivo, além da contratação de terceiros especializados nas áreas de reparos de instalações. A equipe administrativa utiliza o sistema *Leankeep* para avaliação e manutenção dos espaços de atendimento aos discentes. A utilização do sistema foi caracterizada num momento anterior.

9.1.8. Espaços de Convivência e Alimentação

A Instituição dispõe de restaurante/cantinas, responsáveis pelo fornecimento de serviços de alimentação variados e adequados aos padrões de higiene e qualidade, além de refeitório para os colaboradores. A Instituição disponibiliza ainda espaços de uso comum dos colaboradores para realização de pausa para lanches rápidos e socialização com os colegas. Todos os espaços contam com amplo espaço de convivência nas proximidades, com dimensão e mobiliários adequados ao convívio de toda comunidade acadêmica.

Além dos espaços mencionados, o campus possui outros especialmente humanizados, imprescindíveis ao convívio de toda comunidade. Dentre os vários pátios externos de excelente planejamento, é possível mencionar a área de convivência ao ar livre. A área conta com mesas e bancos em madeira, paisagismo com plantas ornamentais, promovendo assim a integração do homem com a natureza.

Todos os espaços de convivência e alimentação são acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo a utilização com autonomia e segurança.

9.1.9. Infraestrutura Física e Tecnológica para a CPA

Infraestrutura Física

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem à disposição uma sala reservada com estrutura física para a realização de reuniões e utilização de postos de trabalho com computador para desenvolvimento das atividades. A sala é climatizada, com boa iluminação, acústica, mobiliário, segurança, acessibilidade e equipamentos para uso nas reuniões quando necessário. A CPA também tem acesso aos documentos institucionais solicitados por ela para fins de análise e do desenvolvimento dos trabalhos. Quando necessário, a CPA também pode reservar a utilização de

salas de aula, laboratórios de informática e auditórios para desenvolvimento das atividades conforme demanda.

Infraestrutura Tecnológica

Os processos de aplicação dos questionários de avaliação e de análise dos resultados é todo informatizado, sendo realizados pelas equipes de TI (Tecnologia da Informação) e BI (*Business Intelligence*). Os questionários são armazenados no banco de dados da Instituição e disponibilizados individualmente aos discentes, docentes e colaboradores técnicos-administrativos de forma on-line: por meio do ambiente virtual próprio e desenvolvido pela Instituição, nomeado STUDEO (discentes e docentes), e link para avaliação enviado por e-mail (técnicos-administrativos e alunos egressos).

Para os públicos interno e externo, a CPA também tem à disposição o uso totens e QRCode para pesquisar demandas internas específicas e também nos locais de atendimento ao público externo em eventos da Instituição. O departamento de Marketing atua em conjunto com a CPA na elaboração das campanhas de e-mail marketing, informativo endomarketing, elaboração das artes dos banners, flyers e cartazes, divulgação no site institucional e nas redes sociais, e envio de SMS via mobile.

As análises dos resultados (tabelas, gráficos e demais análises quantitativas e qualitativas) já são desenvolvidas de forma automatizada e disponibilizadas para consulta da CPA via sistema *Qlik View (Business Intelligence Analytics software)*. A CPA pode extrair relatórios de dados já prontos e formatados em PDF, assim como também pode extrair os dados em planilhas de Excel para desenvolvimento de análises adicionais. Por meio da ferramenta Qlik View, os dados podem ser analisados de forma geral na IES, por Centro de Ensino, por Curso, e até nível de Turma. Também é possível extrair e analisar a série histórica das avaliações da CPA.

Recursos Tecnológicos e Processos Inovadores da CPA

A CPA realiza, a cada ano, a própria autoavaliação dos procedimentos e recursos tecnológicos utilizados na autoavaliação da Instituição. Com vistas à melhoria contínua, a CPA tem conseguido conquistas inovadoras tanto no âmbito de recursos tecnológicos quanto no âmbito de processo. Com relação aos recursos tecnológicos, a Instituição desenvolveu uma ferramenta própria de TI no ambiente on-line da IES (STUDEO), que permite à CPA realizar pesquisas tanto com o público interno quanto com o público externo em eventos e locais de atendimento ao público. Essa ferramenta desenvolvida é integrada com o Qlik View (*Business Intelligence Analytics software*) no qual é realizada toda a análise descritiva dos dados e estatísticas das pesquisas realizadas pela CPA. A ferramenta de avaliação da CPA também é integrada com o software TALISMA, que permite estabelecer uma régua (cronograma) de comunicação e marketing (e-mail e SMS) com o público-alvo das pesquisas.

Além da ferramenta própria de avaliação institucional desenvolvida pela equipe de TI, a CPA também se utiliza do QRCode para avaliar infraestruturas específicas da Instituição e do ambiente do app mobile institucional para comunicação com o aluno. O QRCode também é utilizado em eventos internos e externos à IES, possibilitando alcançar o público externo da Instituição.

Além das conquistas tecnológicas já alcançadas, a CPA também vem buscando uma melhoria contínua e inovadora de seus processos. Para isso, tem trabalhado em conjunto com o Marketing e outros departamentos da Instituição. Durante o período de avaliação, o departamento de Marketing realiza o gerenciamento de crise nas redes sociais e, quando identificada a necessidade, responde de forma imediata às dúvidas do público. Quando demandado, o Marketing também realiza pesquisas por envelope nesses ambientes de contato com os públicos interno e externo. Vinculado ao processo de gerenciamento de crise, também são envolvidos a ouvidoria, as coordenações de curso, o Núcleo de Apoio Acadêmico/Pedagógico e os pontos de atendimento ao público (Secretaria Acadêmica, Multiatendimento e Telefonia). A integração e o trabalho em conjunto da CPA com os demais departamentos da Instituição fortalecem a consolidação da cultura da autoavaliação na IES e inovam nos procedimentos para atendimento imediato e mais eficiente ao público. Também inovando no procedimento de comunicação, a CPA desenvolveu um selo adesivo com a logotipo da CPA para identificar as melhorias realizadas na Instituição e demais conquistas resultantes da autoavaliação institucional. Essa comunicação é integrada ao app mobile.

9.1.10. Salas de Apoio para a Informática

Na Instituição, todos os equipamentos encontram-se em rede, o que torna possível acessar a internet em banda larga. Os discentes, docentes e funcionários administrativos podem usufruir das redes wifi que circundam o campus e todos os colaboradores possuem correio eletrônico individual. Toda estrutura de rede é certificada para trafegar na velocidade de Gigabits por segundo.

A IES disponibiliza para uso dos discentes dois laboratórios de informática, além de outros ambientes destinados ao desenvolvimento acadêmico; e laboratórios didáticos, todos com acesso à intranet da IES, bem como à internet. A rede é disponível ao acesso de discentes e docentes, de forma organizada, via cabeamento estruturado e wireless. Por meio do acesso ininterrupto aos laboratórios, a comunidade acadêmica pode elaborar seus trabalhos acadêmicos.

Os equipamentos estão atualizados frente ao mercado tecnológico. Todos eles com sistema operacional windows, conectados à sala de telecomunicações por meio de cabeamento estruturado, monitorados e controlados por servidores. Para gestão dos laboratórios, é utilizado o software Faronics Insight, que permite o total controle do professor a todos os computadores do local.

As instalações atendem aos itens de segurança bem como apresentam iluminação e ventilação adequadas. Os laboratórios possuem uma equipe que garante suporte técnico e auxilia no preparo das aulas. São garantidos aos cursos materiais, equipamentos de qualidade e softwares, bem como a manutenção desses recursos para o desenvolvimento das aulas. A equipe de apoio técnico e de manutenção é composta por profissionais com competência nas áreas elétrica, eletrônica, de hardware e hidráulica. Essa equipe faz parte do quadro funcional da própria IES e está distribuída em sistema de escala para conferir o funcionamento ininterrupto das instalações, com rapidez e segurança.

Os equipamentos dos laboratórios atendem à quantidade, condições de uso e especificações previstas nos Projetos Pedagógicos de Cursos. De acordo com a Política Institucional, a Instituição objetiva sempre promover a melhoria contínua de seus espaços e equipamentos como diferencial para as práticas de ensino e pesquisa. É importante ressaltar que todos os equipamentos se

encontram em bom estado de conservação, recebendo manutenção periódica ou sempre que professores, alunos, funcionários e coordenação de curso identifiquem essa necessidade.

Para atendimento quanto à acessibilidade, os laboratórios de informática são equipados com softwares específicos de leitura de tela, teclados adaptados, fones de ouvido, cadeiras para obeso e espaço reservado para cadeirantes.

9.1.11. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias estão distribuídas em todos os blocos e pavimentos. Dispõe ainda de fraldários e banheiro familiar. Todas as instalações gozam de perfeitas condições de limpeza, com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados periodicamente; bancadas em granito e torneiras com fechamento automático, o que evita o desperdício de água, além de válvulas sanitárias. Todos os banheiros possuem avisos para utilização adequada, visando à manutenção do espaço às condições de higiene.

Nos banheiros, estão instalados aparelhos Atmosphaera, os quais são utilizados para purificar o mau odor e, ao mesmo tempo, aromatizar o ambiente, deixando o ar sempre puro e livre de bactérias.

A Instituição dispõe de banheiros masculinos e femininos adaptados para atender aos critérios de acessibilidade. São instalações com piso nivelado, área para manobras de cadeira de rodas, maçanetas de alavanca, barras de apoio, assentos com design especial para necessidades especiais e torneiras ao alcance do usuário.

9.2. Laboratórios, Ambientes e Cenários de Práticas

A Instituição possui laboratórios que permitem que os alunos tenham o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para o exercício de suas profissões permitindo, assim, a realização de práticas acadêmicas. O uso dos laboratórios tem o objetivo de proporcionar aos estudantes a consolidação do conhecimento, por meio da realização de atividades nas quais experimentam cenários de atuação de suas respectivas formações garantindo o desenvolvimento de competências profissionais e habilidades socioemocionais. As atividades são roteirizadas, desenvolvidas em grupos, com apoio de tutoria e utilizando-se de metodologias imersivas de prática.

Há que se destacar que a infraestrutura é adequada quanto aos espaços, suficiente ao número de alunos, equipamentos e recursos tecnológicos, o que permite aos professores, técnicos e alunos boas condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos cursos. Os espaços são organizados de acordo com as necessidades dos cursos de forma a propiciar a integração de atividades multidisciplinares, o que assegura condições adequadas em relação à iluminação, limpeza, mobiliário e equipamentos, ventilação apropriada às necessidades locais ou com equipamentos de ar-condicionado, vestiários, almoxarifado e depósito de materiais.

O planejamento dos laboratórios e clínicas atende às exigências dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação. Para isso, são disponibilizados suporte técnico,

equipamentos, instalações e normas de segurança compatíveis ao desenvolvimento de atividades propostas.

Os laboratórios atendem às necessidades de cada curso com infraestrutura e regulamentação apropriadas. Todos se encontram implantados com normas de funcionamento, utilização e segurança, manual de biossegurança, equipamentos de emergência e extintores de incêndio. O descarte de resíduos é realizado por área competente, de acordo com as normas vigentes.

Todos os laboratórios possuem equipamentos compatíveis às dimensões do espaço físico. Quanto às dimensões e quantidade de equipamentos, os laboratórios possuem capacidade suficiente para atender ao número de alunos e vagas disponibilizadas pela IES. No que se refere à manutenção dos equipamentos e do espaço, trata-se de um procedimento periódico.

As manutenções patrimoniais dos laboratórios e clínicas são realizadas da seguinte forma:

- I. **Manutenção preventiva:** atuação realizada de forma a reduzir ou evitar a falha ou queda no desempenho;
- II. **Manutenção corretiva:** é caracterizada pela atuação da manutenção em fato já ocorrido, seja este uma falha ou um desempenho menor do que o esperado;
- III. **Manutenção permanente:** se faz pela verificação diária dos ambientes e equipamentos pelos técnicos de laboratório ou professores da Instituição.

A manutenção ou reparação de móveis, peças, máquinas e equipamentos são realizadas por pessoal próprio e/ou empresas terceirizadas. A manutenção simples de bens, máquinas e equipamento é fornecida pela área de Manutenção Interna da IES para serviços de elétrica, hidráulica, alvenaria, pintura e marcenaria.

Já a aquisição de móveis, peças, máquinas e equipamentos é realizada para ampliação ou melhoria dos laboratórios já existentes, oferta de novos cursos e aumento do número de vagas anuais dos cursos em andamento. A ampliação ou melhoria dos laboratórios acontece mediante solicitação acompanhada de parecer técnico do coordenador do curso e do diretor da unidade, levando em consideração o plano orçamentário da Instituição.

As inovações tecnológicas são constantemente avaliadas e implementadas, conforme a necessidade de cada curso, oferecendo novas possibilidades cada vez mais atrativas ao desenvolvimento das atividades práticas, tais como simuladores de procedimentos realísticos — SimuLab; plataformas multidisciplinares 3D — Anatomia Humana; Laminário Digital; Laboratórios de Informática portáteis, Software Sniffy interativo, que oferece experiência de laboratório virtual sem todas as desvantagens de usar ratos de laboratório reais; Impressoras 3D; entre outras ferramentas.

A avaliação e manutenção dos laboratórios são realizadas de forma periódica pela equipe administrativa, por meio de apontadores de demandas e pelas indicações da equipe de zeladoria. As adequações realizadas pela equipe de manutenção são preventivas e corretivas. Finalmente, há a possibilidade de contratação de terceiros, especializados nas áreas de reparos de instalações. De acordo com o exposto previamente, o sistema *Leankeep* é empregado na avaliação e manutenção dos laboratórios. O procedimento fica a encargo da equipe administrativa.

Todos os laboratórios possuem acessibilidade, são dotados de elevadores e/ou rampas, carro escador, piso tátil, placas informativas em braile, espaços próprios para cadeirantes e obesos, atendendo às necessidades institucionais, às leis de acessibilidade e às exigências do Ministério da Educação (MEC).

9.3. Biblioteca

A Biblioteca é responsável por todo o acervo, o qual é composto por:

- Livros físicos e online;
- Periódicos físicos e online (revistas, jornais, boletins);
- Livros de referência (enciclopédias, dicionários, Atlas, mapas, biografias, dados estatísticos, anuários, almanaques);
- Coleção especial (produção bibliográfica da Instituição, teses, dissertações, monografias, TCC, obras raras, fotografias);
- Fitas de vídeo, Cd-rom, DVD, entre outros;
- Banco e bases de dados.

A Biblioteca tem como objetivo prover de informações ao ensino, à pesquisa e à extensão, pautando sua atuação na democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade, respeito ao princípio do controle bibliográfico universal, atendimento à comunidade da Instituição e à comunidade em geral.

A Biblioteca tem como atribuições:

- I. Adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- II. Promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- III. Oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- IV. Manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- V. Guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da Instituição;
- VI. Executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Atuando como centro de documentação e informação, a Biblioteca está a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local.

A Biblioteca tem em seu quadro um profissional legalmente habilitado (bibliotecário) que responde pela administração do órgão e pela gestão do pessoal. É integrada por funcionários de apoio técnico em número suficiente para prestar atendimento educacional especializado à comunidade acadêmica e à comunidade externa.

No que se refere à facilidade de acesso ao material bibliográfico, são adotadas as seguintes políticas:

- Horários de acesso;

- Forma de acesso e empréstimo;
- Facilidades de reservas;
- Qualidade da catalogação e disposição do acervo;
- Formas de acesso a base de dados: internet e outras;
- Espaço físico para leitura e trabalho em grupo;
- Área física disponível.

Todo o acervo é informatizado e funciona em rede. O software utilizado é o PERGAMUM, que possibilita a consulta e a alimentação das bases de dados simultaneamente. Esse é o sistema de gerenciamento de bibliotecas utilizado nas principais universidades brasileiras. O sistema permite controle e acesso a módulos de consulta, catalogação e circulação, e possibilita ao aluno fazer reservas, devoluções, empréstimos e renovações.

9.3.1. Estrutura Física da Biblioteca

A biblioteca possui espaços físicos humanizados, acessíveis e adequados ao acervo, consulta e bem-estar dos alunos, funcionários e visitantes. A biblioteca possui profissional com habilitação legal e pessoal de apoio técnico em número adequado para o atendimento. Todo o espaço conta com acessibilidade por meio de rampas e elevador, piso tátil, placas informativas em braile, sanitários adaptados, contendo a seguinte infraestrutura:

- Ilhas de pesquisa do acervo com espaço reservado para portadores de necessidades especiais (cadeirantes e portadores de deficiência auditiva e visual).
- Estações de pesquisa e trabalho com acesso às bases de dados de acesso livres e pagas.
- Balcão de atendimento onde se realizam os empréstimos, devoluções e renovações dos livros.
- Espaço para leitura de jornais e revistas.
- Espaço para estudo individual e em grupo.
- Acesso à internet via *wi-fi*.
- Portal para acesso *on-line*.

9.3.2. Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo

A política de desenvolvimento de aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca tem por finalidade a definição de critérios para a atualização do acervo, bem como a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela instituição, uma vez que essa política prevê a otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental que não só os profissionais da informação estejam envolvidos no processo decisório, mas também o corpo técnico (coordenadores e professores), pois contribuirão sobremaneira para a tomada de decisão, por meio de seus conhecimentos.

A política elaborada apresenta diretrizes para:

- I. Organizar a formação de coleções em conformidade com a missão da Instituição.

- II. Propiciar normas para atualização do acervo e, por meio disso, equilibrar o crescimento racional do acervo nas áreas de atuação da Instituição.
- III. Estabelecer diretrizes para orientar o processo de seleção e aquisição de material.
- IV. Planejar e prever a disponibilidade dos recursos orçamentários destinados à aquisição.
- V. Definir normas para o descarte de material.

A biblioteca recebe investimentos periodicamente, com o intuito de manter o acervo atualizado e sua infraestrutura acolhedora. Periodicamente é elaborada uma programação de aquisições, em que é prevista a ampliação para os cursos existentes e para os que serão implantados futuramente. Na escolha das obras a adquirir, considera-se a atualidade dos temas, sua importância para o acervo e a idoneidade intelectual do autor, bem como as recomendações e sugestões dos professores e alunos. A Biblioteca conta com um Plano de Contingência elaborado e organizado para garantia do acesso e do serviço.

Para que se consiga consistência, atualidade, uniformidade, equilíbrio e otimização dos recursos disponíveis, faz-se necessária à adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, contendo:

- Critérios para seleção.
- Níveis de abrangência.
- Tipos de materiais (CDs, fitas de vídeos, DVD's etc).
- Normas para duplicação, reposição, substituição, descarte.
- Fontes para seleção.
- Normas para intercâmbio e aceitação de doações.
- Prioridades para aquisição.
- Planejamento para aplicação de recursos.

9.3.3. Inovação nos Processos da Biblioteca

Como recurso inovador, destaca-se o “Autoempréstimo”, elaborado pela própria instituição. Trata-se de um serviço disponibilizado aos alunos para que eles mesmos possam fazer empréstimos de livros. Outro diferencial, em processo de implantação, é a melhoria e a integração no processo de compra de livros, que está sendo totalmente informatizado com prazos definidos entre a Biblioteca, coordenadores de curso e o Setor de Compras. O manual do Procedimento Operacional Padrão (POP) para essa finalidade será elaborado pelo departamento de Gestão de Projetos (PMO).

Capacidade e Sustentabilidade Financeira

(Art. 21, Inciso X, Decreto nº 9.235 de 15/12/17)

10

A sustentabilidade financeira apresenta importância substancial para o desenvolvimento da Instituição de Ensino. Sua fundamentação advém de um planejamento anual e de um processo orçamentário estruturado, que garantem a eficácia em sua abrangência e a fluência e a continuidade de seus projetos, agregando valor ao resultado operacional e um parâmetro relevante para o alcance dos valores institucionais. São procedimentos que viabilizam a comprovação da sustentabilidade financeira da Instituição, pois apresentam as expectativas durante a vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para que seja possível comprovar a sustentabilidade financeira, são utilizados modelos de longo prazo que analisam premissas e estimam se, num intervalo de 5 anos, a Instituição estará com seu desempenho alinhado aos seus projetos. Para tanto, são considerados o crescimento de captação de alunos e as mensalidades de acordo com os anos, a alocação de custos e de investimentos em expansão e portfólio de cursos. Os modelos consideram sempre o atendimento ao objetivo de gerar resultados atrelados às expectativas da Instituição.

O processo orçamentário, por sua vez, é fundamentado parte em desempenhos passados, com taxas de reajuste e supervisão de contas, e parte pela análise a necessidade real de cada processo para que a máxima eficiência seja atingida e não haja a distribuição desalinhada de recursos. Esse procedimento colabora para melhor captação e retenção de alunos e, conseqüentemente, para a sustentabilidade financeira, uma vez que as mensalidades dos alunos são o recurso para que a IES continue se desenvolvendo, ou seja, mantendo seus investimentos em educação para oferecer, sempre, um ensino de qualidade com recursos compatíveis às necessidades dos cursos.

O processo orçamentário é avaliado por diversos setores até a sua aprovação. Os gestores, ao realizarem a sua avaliação, incorporam projeções de receitas, despesas, investimentos, manutenção da unidade, disponibilização de bolsas e créditos estudantis, a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado às necessidades de formação discente. Esse procedimento é absolutamente relevante porque, também, garante a segurança financeira ao prever gastos e possibilitar a diminuição dos índices de inadimplência. Por fim, pode-se dizer que a sustentabilidade financeira é atingida a partir das análises das projeções feitas sobre os modelos de longo prazo, que asseguram, com precisão, a menor variação possível dos dados e indicam a capacidade de manutenção da IES nos próximos anos de vigência de seu PDI. Para garantir o cumprimento de prazos e dos compromissos legitimados, a IES se utiliza de padrões de eficiência financeira modernos, métodos de controle de custos e de resultados, sistemas acadêmicos e gerenciais. Esse conjunto de padrões e procedimentos, além de assegurar o crescimento institucional, possibilita os investimentos para os cursos ativos e para os novos.

10.1. Relação com o Desenvolvimento Institucional

O Planejamento financeiro e a gestão institucional da IES contemplam todas as ações (projetos/atividades) que serão desenvolvidas pela IES, funcionando como um norteador entre o Planejamento Estratégico e a execução das ações previstas no PDI da Instituição, bem como os resultados obtidos nos processos de avaliação da IES e dos cursos. Para que esse pressuposto seja alcançado, a IES realiza esforços para vincular os recursos orçamentários de forma adequada a atender às suas necessidades. O planejamento financeiro permite que ocorra a otimização da

aplicação dos recursos e a qualidade dos gastos, além de servir como um instrumento de transparência, intervenção e articulação.

A completa viabilização financeira, para garantir o equilíbrio orçamentário necessário ao autofinanciamento da IES, requer condutas de gestão rigorosas, planejamento atento e sensibilidade na formulação de suas diretrizes e objetivos estratégicos. No que tange aos investimentos necessários, cabem ser ressaltados aqueles associados à ampliação da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação até o término da vigência do PDI. Esses recursos serão destinados à preparação de laboratórios, aquisição de acervo para bibliotecas, aquisição de mobiliário, implantação de rede de dados etc.

A IES possui previsão orçamentária com fluxo detalhado de caixa quanto aos valores previstos para investimento no período do planejamento. A previsão demonstra a maneira como o cronograma de execução financeira se articula com o projeto de expansão ao indicar como se dará o financiamento da operação. Nessa projeção, é possível perceber a previsão para o fortalecimento e ampliação das fontes captadoras de recursos.

A sustentabilidade financeira é garantida pela receita oriunda das mensalidades dos alunos e de recursos captados de fontes externas pela mantenedora quando necessário. A IES desenvolve políticas, previstas no PDI, com recursos direcionados a programas institucionais.

A sustentabilidade financeira da IES decorre da elaboração e da execução criteriosa de seu orçamento anual, com auxílio de um painel de indicadores para acompanhamento e monitoramento de seu desempenho pelo setor de Gestão de Performance do Negócio (GPN). A execução das rubricas e a aplicação de recursos obedecem ao previsto no orçamento da IES.

10.2. Estudos para Monitoramento e Acompanhamento da Distribuição de Créditos

A Instituição apresenta um programa de acompanhamento do planejamento de despesas e investimentos dos setores institucionais, com indicadores de desempenho e relatórios gerenciais gerados pelos sistemas Plano e Protheus — que gerenciam o planejamento (orçamento anual) de despesas e o investimento da Instituição — e o OBC (Out Buy Center) – que gerencia o sistema de compras integradas com fornecedores da IES por centro de custo. Os gestores acadêmicos e administrativos são responsáveis por realizar o orçamento anual para o desenvolvimento das atividades. O acompanhamento também é realizado com a geração mensal de um relatório de acompanhamento financeiro do setor institucional.

A Instituição realiza a análise de performance a partir de indicadores que são utilizados para medir a eficiência orçamentária e possibilitar o monitoramento e acompanhamento mensal, por meio da análise desses indicadores de desempenho. Participam desse processo os gestores e líderes de setores. A análise dos indicadores possibilita a identificação das causas que impactam o desempenho da IES nos diversos aspectos, sejam eles acadêmico, financeiro, de atendimento, comercial ou operacional.

O acompanhamento e o controle do orçamento também são parte do processo de gestão do Planejamento e Controle Orçamentário (PCO) e Planejamento Financeiro Corporativo. Os demonstrativos de resultado e as demais informações orçamentárias complementares estão disponibilizados no Sistema de Orçamento e são analisados pelas instâncias gestoras e acadêmicas. As análises desses dados orientam a tomada das decisões internas e, assim, resultam na elaboração de planos de ação que visam melhorar a sustentabilidade financeira da IES.

10.3. Quadro de Previsão Orçamentária

O planejamento econômico-financeiro do Plano de Desenvolvimento Institucional da compreende a definição das fontes e aplicações de recursos referentes aos cursos em fase de implantação e a serem implantados no período correspondente.

Os recursos provenientes da cobrança de mensalidades serão suficientes para a implementação compreendida às diversas aplicações que se farão necessárias, conforme as modalidades abaixo:

- Manutenção e ampliação da infraestrutura;
- Renovação permanente do acervo;
- Ampliação e melhoria da rede de informação;
- Ampliação e melhoria dos recursos tecnológicos;
- Ampliação e capacitação do corpo docente e de tutores;
- Ampliação e capacitação do quadro técnico-administrativo;
- Implantação de projetos de iniciação científica e de extensão;
- Manutenção operacional e ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

PROJEÇÃO FINANCEIRA					
Descritivo	2023	2024	2025	2026	2027
Receitas					
Anuidade/Mensalidade (+)	R\$ 34.937,03	R\$ 38.081,37	R\$ 41.508,69	R\$ 45.244,47	R\$ 49.316,47
Bolsas (-)	-R\$ 7.971,27	-R\$ 8.688,68	-R\$ 9.470,66	-R\$ 10.323,02	-R\$ 11.252,09
Diversos (+)	R\$ 112,35	R\$ 122,46	R\$ 133,48	R\$ 145,50	R\$ 158,59
Financiamentos (+)	R\$ -				
Inadimplência (-) (estimado 15%)	-R\$ 4.044,87	-R\$ 4.408,90	-R\$ 4.805,70	-R\$ 5.238,22	-R\$ 5.709,66
Serviços (+)	R\$ -				
Taxas (+)	-R\$ 609,57	-R\$ 664,43	-R\$ 724,23	-R\$ 789,41	-R\$ 860,46
Total das Receitas	R\$ 22.423,68	R\$ 24.441,81	R\$ 26.641,58	R\$ 29.039,32	R\$ 31.652,86
Despesas e Investimentos					
Acervo Bibliográfico	R\$ 27,23	R\$ 29,68	R\$ 32,35	R\$ 35,26	R\$ 38,43
Aluguel	R\$ 152,75	R\$ 166,50	R\$ 181,48	R\$ 197,82	R\$ 215,62
Despesas Administrativas	R\$ 4.511,01	R\$ 4.917,00	R\$ 5.359,53	R\$ 5.841,89	R\$ 6.367,66
Encargos	R\$ -				
Equipamentos, máquinas e veículos	R\$ 335,19	R\$ 365,36	R\$ 398,24	R\$ 434,08	R\$ 473,15
Eventos	R\$ 39,33	R\$ 42,87	R\$ 46,72	R\$ 50,93	R\$ 55,51
Investimento (compra/construção)	R\$ 539,80	R\$ 588,38	R\$ 641,34	R\$ 699,06	R\$ 761,97
Manutenção	R\$ 888,87	R\$ 968,86	R\$ 1.056,06	R\$ 1.151,11	R\$ 1.254,71
Mobiliários	R\$ 25,41	R\$ 27,69	R\$ 30,18	R\$ 32,90	R\$ 35,86

PROJEÇÃO FINANCEIRA					
Descritivo	2023	2024	2025	2026	2027
Pagto Pessoal Administrativo	R\$ 2.203,22	R\$ 2.401,51	R\$ 2.617,64	R\$ 2.853,23	R\$ 3.110,02
Pagto Professores	R\$ 8.840,58	R\$ 9.636,23	R\$ 10.503,49	R\$ 11.448,80	R\$ 12.479,19
Pesquisa e Extensão	R\$ -				
Treinamento	R\$ 4,47	R\$ 4,87	R\$ 5,31	R\$ 5,79	R\$ 6,31
Total de Despesas e Investimentos	R\$ 17.567,84	R\$ 19.148,94	R\$ 20.872,35	R\$ 22.750,86	R\$ 24.798,44
Fluxo de Caixa Líquido	R\$ 4.855,84	R\$ 5.292,87	R\$ 5.769,23	R\$ 6.288,46	R\$ 6.854,42
Margem	21,7%	21,7%	21,7%	21,7%	21,7%

10.4. Participação da Comunidade

O processo orçamentário conta com a participação e o acompanhamento dos setores envolvidos para a orientação e tomada de decisão referente à aplicação de recursos, sendo informada a decisão final aos envolvidos, por meio de reuniões para a ciência de todos.

Para que esse sistema de acompanhamento orçamentário, bem como da gestão de recursos financeiros, seja eficiente, todos os envolvidos passam por capacitação específica visando à orientação de controle, bem como de tomada de decisões futuras. Essa capacitação é liderada pela Gerência de Orçamento e Controle com o apoio do setor de Recursos Humanos.

O acompanhamento e o controle do orçamento também são parte do processo de gestão da controladoria. Os demonstrativos de resultado, assim como outras informações orçamentárias complementares, são disponibilizados no Sistema de Orçamento, analisados pelas instâncias gestoras e acadêmicas e orientam a tomada de decisões internas, resultando assim na elaboração de planos de ação que visam melhorar a sustentabilidade financeira da IES. Os indicadores de gestão abordam tópicos diferentes com regras de negócio estabelecidas de acordo com seu responsável.

Planejamento Estratégico da EAD

(Art. 21, Inciso I, Decreto nº 9.235 de 15/12/2017)



11.1. Inserção Geográfica da EaD do Centro Universitário do Paraná

O Centro Universitário do Paraná acredita que manter uma política de acesso ao ensino superior e de inclusão social tanto na região de sua sede, com oferta de cursos a distância, quanto em diversas regiões e cidades do país, com a oferta de cursos a distância apoiados por tecnologias inovadoras, apresenta-se como opção inteligente de estudo, não apenas para o aluno que deseja manter vínculo com o aprendizado, mas também para as empresas e instituições que desejam capacitar mão de obra não disponível no mercado de trabalho. Em função disso, as metas de expansão da instituição estão voltadas para as demandas da sociedade e, com este intuito, tais planos sustentam projetos abrangentes de educação a distância no cenário nacional.

O Centro Universitário do Paraná passou pelo credenciamento da modalidade de Educação a distância no ano de 2019 (Conceito 5, nota máxima recebida na avaliação do MEC) e apresenta mais de 250 polos de apoio presencial da EaD cadastrados no e-MEC. Atualmente em 2023 a Instituição ainda não apresenta polos de apoio presencial implantados mas prevê suas implantações conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2023-2027. A projeção e relação de implantação dos polos é apresentado no capítulo 3 deste PDI.

11.2. Estudo para Implantação de Polos de EaD

A Instituição sempre preocupada com a oferta de ensino de qualidade estrutura, para implantação de Polos EaD, um documento denominado **Estudo para Implantação de Polos EaD**, no qual considera aspectos regionais e sua distribuição geográfica, levando em consideração aspectos como: número de alunos matriculados no ensino médio, a demanda por cursos superiores, a relação entre número de matriculados e evadidos, dentre outros. Outro importante fator para implantação de polo EaD é a preocupação com a contribuição dos cursos ofertados para desenvolvimento da comunidade em que os polos serão inseridos, bem como com os indicadores estabelecidos no PNE vigente.

Há que se destacar que o objetivo do **Estudo para Implantação de Polos EaD** é revelar quais municípios brasileiros oferecem as melhores oportunidades para abertura de polo de apoio presencial para ensino a distância. A oportunidade de abertura de polo caracteriza-se pelo alinhamento das diretrizes da Instituição com as possibilidades que o município avaliado oferece, ou seja, a sinergia entre o que se busca e o que se pretende com esse novo polo. Tais diretrizes determinarão quais indicadores terão maior peso durante o processo de avaliação de municípios.

É importante salientar que existirão critérios técnicos, avaliados sob a ótica de dados e informações exatas, e critérios subjetivos, avaliados sob a ótica dos objetivos da instituição para o futuro, bem como suas diretrizes de operação no presente.

As diretrizes institucionais para o estudo de oportunidade de abertura de polo são normativas alinhadas com a missão e valores da instituição. Elas refletem não só os objetivos para o futuro, mas também a maneira como a instituição relaciona-se com a sociedade, seu papel e impacto por ela exercido.

Como primeiro passo para o esclarecimento dessas diretrizes, regata-se a missão da instituição: *“Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.”* Na busca pela concretização de sua missão, a IES estabelece as seguintes diretrizes:

- Priorizar, em suas atividades, o diagnóstico, num caráter regional, dos problemas e necessidades, estabelecendo uma relação com a sociedade para propor alternativas de soluções através de projetos e programas, de modo a propiciar uma participação efetiva do aluno na comunidade e na resolução de problemas;
- Assegurar uma estrutura administrativa e organizacional de forma que as propostas decisórias tenham participação democrática;
- Propiciar a comunidade acadêmica uma participação dialógica nas definições das políticas de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo uma relação inclusiva;
- Viabilizar as condições necessárias para a promoção da qualificação e educação continuada do corpo docente e administrativo;
- Aperfeiçoar e intensificar a integração entre órgãos, setores e atividades afins, promovendo atividades culturais que envolvam toda a comunidade acadêmica;
- Manter os cursos, das diferentes áreas, em contínuo e crescente processo de avaliação, buscando a excelência do padrão de qualidade, de modo a oferecer um ensino com qualidade e equidade;
- Intensificar a busca por novas parcerias e projetos, contribuindo para a formação profissional de nossos alunos e com o desenvolvimento regional integrado;
- Promover a conscientização, da comunidade acadêmica, quanto a necessidade do zelo e manutenção das instalações físicas e equipamentos necessários ao bom desempenho do ensino, pesquisa e extensão;
- Articular Ensino, Pesquisa e Extensão, propiciando uma formação integral ao acadêmico de modo a contribuir para a formação de uma consciência crítica, que lhe permita refletir sobre a problemática social, de seu papel como sujeito e ator social no processo de mudança e construção de sociedade mais justa e igualitária;
- Articular e promover a interdisciplinaridade e uso de metodologias alternativas e abrangentes, de modo a formar profissionais dotados de conhecimentos do todo e habilitados a uma prática competente, ética e socialmente responsável;
- Enfatizar e participar, como já tem feito sistematicamente, da preservação do meio-ambiente, por meio da Educação Ambiental e da elaboração de projetos, visando a participação de acadêmicos e da sociedade na preservação de nosso ecossistema e aproveitamento sustentável das riquezas da região;
- Buscar a produção do conhecimento em todas as suas formas, questionando as teorias e os processos de investigação, fazendo do ato educativo um trabalho para a práxis profissional consciente e voltada para a resolução dos problemas impostos à sociedade como um todo.

Dessa forma, a busca por oportunidades de abertura de novos polos perpassa pelos seguintes indicadores:

- Demografia;
- Crescimento Demográfico na última década;
- Localização Geográfica;

- Presença de outras instituições oferecendo cursos superiores a distância;
- Potencial impacto social (melhoria e qualificação da mão de obra);
- Interiorização da educação no cenário nacional;
- Fortalecimento da Marca Unicesumar;
- Consolidação de mercados;

Com base nos indicadores acima, realiza-se o **Estudo para Implantação de Polos EaD** que irá revelar quais municípios atendem o maior número de itens, em uma dinâmica de expansão geográfica que seja viável sob a ótica operacional.

Por fim, outro critério utilizado para definição dos novos polos são as diretrizes e dados apresentados no Plano Nacional de Educação (2014-2024), em sua meta 12 que busca “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público”, e suas estratégias de ação.

Assim, sempre com foco na implantação de um polo que tenha qualidade, a Instituição projeta sua expansão de EAD com ênfase no desenvolvimento regional, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e econômicos locais, bem como a contribuição dos cursos ofertados para o desenvolvimento da comunidade.

4.1. Estrutura de Polos de EaD

Nos termos em que se dispõem as facilidades estruturais, seja na dimensão física, tecnológica ou de pessoal, elas propiciam a execução das propostas incluídas do PDI, a exemplo das práticas pedagógicas inovadoras e da avaliação discente (atividade presencial), contidas neste documento, que são possíveis em face da oferta de aulas ao vivo diversificadas e aplicação de provas nesse conjunto estrutural. Para tanto, atividades como aplicação de provas, aulas ao vivo e ambientação são ações de destaque em referência à materialização de estratégias inovadoras que se coadunam com a proposta pedagógica dos cursos.

Entendendo-se que espaços e meios de interação do tripé discentes, docentes e tutores propiciam oportunidades significativas de ampliação da aprendizagem formal, os polos dispõem de salas de aula e laboratórios de informática, os quais convergem com a intencionalidade de ofertar estratégias diferenciadas de aprendizagem, as quais articulam os conteúdos apreendidos nos momentos de aula com a interação entre os atores mencionados.

É nos polos que se dá a realização do tutorial presencial, na medida em que o tutor orienta e motiva os alunos a participarem das aulas via chat, fóruns, atividades de estudo, Sala do café, dentre outras. Além disso, o tutor acompanha, no Portal, o desenvolvimento do processo de aprendizagem do acadêmico, evitando a evasão; auxilia os alunos quanto ao acesso ao AVA; atua como interlocutor no contato com os tutores a distância e professores formadores para dirimir dúvidas a partir dos conteúdos estudados em grupo ou individualmente; recebe e organiza documentos e certificados referentes às atividades acadêmicas complementares para enviá-los à sede; dentre outras atividades.

As TIC's utilizadas nos polos objetivam propiciar a interação e colaboração entre alunos, professores formadores, tutores a distância, tutores presenciais, coordenador do curso e entre os próprios alunos, bem como fortalecer o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o AVA é utilizado com recursos de interação por meio de fóruns, chat, ambiente de pesquisa em bibliotecas virtuais e digitais e troca de informações e conhecimentos por meio de enquetes. Ou seja: ações que auxiliam na construção do conhecimento do acadêmico.

Devemos destacar aqui o fundamental papel cumprido pelo Studeo, que é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uma arquitetura proprietária, desenvolvida para as necessidades e modelo pedagógico institucional, e que é utilizado com principais recursos de interação entre todos os atores pedagógicos e o Estudante. Seja através de fóruns, chat/fale com o mediador, ambiente de pesquisa em bibliotecas virtuais e digitais e troca de informações e conhecimentos através de enquetes, ou seja, pelo atendimento a solicitações, serviços e atendimentos diversos demandados pelo estudante, este ambiente Studeo, alinhado a demais portais administrativos e gerenciais, estão a serviço da construção do conhecimento do acadêmico.

Como uma prática exitosa, temos que, em sendo o polo de apoio presencial o espaço do acadêmico em cada uma das localidades, a padronização e as exigências mínimas para implementação, combinada com a definição de modelos e metodologias com estruturas catalogadas, permite a implantação de polos com ambientes apropriados e investimentos de acordo com a consolidação do projeto pedagógico dos cursos. Toda essa organização possui uma estrutura física, tecnológica e de pessoal condizentes com as atividades desenvolvidas e que dão suporte para que as atividades presenciais e de atendimento aconteçam de maneira excelente.

11.3. Infraestrutura Tecnológica

A Instituição dispõe de recursos de tecnologia da informação internos e externos que asseguram a disponibilidade, continuidade e desempenho dos serviços vinculados à área. Em 2017, foi inaugurado o novo Data Center (DC), instalado na Mantenedora, o qual teve seu projeto e execução realizados por diversos parceiros tecnológicos, respeitando todas as normas nacionais e internacionais que mitigam os riscos e aumentam a disponibilidade e continuidade das operações.

Esse novo DC conta com os seguintes recursos:

1. **Cabeamento Lógico:** executado e certificado pela Furukawa, conta com um anel de fibra ótica e cabeamento estruturado Categoria 6;
2. **Projeto Elétrico:** todos os equipamentos hospedados no DC contam com 2 redes elétricas independentes e fontes redundantes que garantem contingência. Além disso, o DC conta com baterias (nobreak) da empresa EATON e gerador próprio automatizado, o que garante a continuidade das operações por período indefinido, posto que basta manter o tanque de óleo diesel do gerador abastecido para a produção de 100% da energia consumida por todo o DC;
3. **Segurança Física:** O DC localiza-se no subsolo da Sede administrativa da IES e conta com proteção contra inundação (piso elevado e comportas), acesso exclusivo por biometria

- somente às pessoas autorizadas, câmeras de segurança inteligentes, alarme e vigilância 24 horas;
4. **Proteção contra incêndio:** o DC conta com sistema automático de última geração para proteção de incêndios, com detectores de focos de incêndio precoce e disparo automático de gás específico para supressão de incêndios sem afetar os equipamentos. O DC foi construído com paredes físicas que conseguem suportar um incêndio externo sem comprometer as operações dos equipamentos por até 4 horas, tempo suficiente para atuação dos Bombeiros;
 5. **Climatização:** o DC conta com equipamentos de climatização de precisão da marca **Emerson**, que permite maior eficiência energética e controle preciso da temperatura em cada equipamento. O sistema consiste em insuflamento do ar frio através do piso, coleta do ar quente através de sugadores no teto e resfriamento dentro de equipamentos específicos para esse fim e com redundância de operação;
 6. **Servidores Virtuais:** Para hospedagem dos serviços, o DC conta com **enclosures** e **blades** de última geração da marca HPE, que garantem a operação contínua com redundância de mais de 700 servidores virtuais, por meio de **software** de gestão da marca **VMWare**. Tais equipamentos contam com tecnologia hotswap, que permite a troca de componentes que falharem sem o desligamento dos equipamentos e consequente interrupção dos serviços. Além disso, o DC conta ainda com 2 **apliances BIGIP**, da marca **F5**, que balanceiam todas as requisições de serviços dos principais sistemas e garantem o uso otimizado de todos os recursos dos servidores;
 7. **Armazenamento:** O DC conta com diversos **storages** de diversos fabricantes e tecnologias, desde que discos rápidos até memória sólida (SSD). Juntos, esses equipamentos armazenam mais de 250 TB de informação;
 8. **Backup:** O DC conta com equipamentos de tecnologias distintas e complementares para backup de dados. Os dados nobres são copiados constantemente para um equipamento que utiliza de duplicação e backup em disco, enquanto robôs de backup fazem o armazenamento redundante em fitas LTO que são armazenadas em cofres específicos;
 9. **Conectividade:** O DC possui equipamentos gerenciáveis de rede da marca HPE, que permitem o monitoramento de todos os ativos de rede de todas as unidades em tempo real. Na parte de Internet, o DC conta com 3 links dedicados de 150MBPS **full** de provedores distintos e com **backbones** que utilizam rotas diferentes, o que garante a continuidade das operações mesmo no caso de interrupção de serviços de até 2 fornecedores. Além disso, há um quarto link, de 20MBPS **full**, utilizado exclusivamente para a transmissão das aulas no EaD;
 10. **Segurança:** O DC conta com 4 equipamentos da marca Fortinet, que fazem o papel de **firewall** e **webfilter**, garantindo uma barreira eficiente contra ataques externos e a utilização racional e de acordo com as políticas internas da Internet e dos recursos computacionais. Todo o parque tecnológico conta também com a proteção de um software corporativo de antivírus da empresa **Kasepersky**;
 11. **Comissionamento Externo:** o DC foi homologado e comissionado pela empresa **Hewlett-Packard Enterprise**, com certificado desse comissionamento, o que garante que todos os testes em todos os sistemas foram realizados seguindo os mais altos padrões internacionais.

Além do DC interno, a instituição conta com mais 3 fornecedores de DCs externos - dois localizados em São Paulo (**Uol Dívéo e Locaweb**) e um localizado nos EUA (**IBM Softlayer**). Esses DCs garantem

a redundância e a continuidade nas transmissões das aulas ao vivo e sob demanda. Toda a estrutura tecnológica possui plano de contingência — Plano de Gestão de Crise —, garantindo condições de funcionamento da infraestrutura tecnológica ininterruptamente.

11.3.1. Recursos de Tecnologia e Informação

A Instituição possui diversos recursos tecnológicos que lhe permitem planejar, executar e acompanhar ações de produtividade e comunicação. A IES conta com mais de uma centena de sistemas de informação e recursos de comunicação baseados em tecnologias. Podem-se destacar os seguintes: serviço de e-mail corporativo, ferramentas de **webconference**, ferramenta própria de transmissão de aulas e interação com os alunos, ferramenta de treinamento corporativo, ambiente virtual de aprendizagem próprio, sistema de gestão acadêmica e financeira, sistema de gestão de ERP, sistema de gestão de Recursos Humanos, sistemas específicos para complementação do ensino (**software** de terceiros, utilizados nos laboratórios de informática), plataformas de apoio às atividades docentes e de coordenação, painéis de gestão desenvolvidos em **software** de BI, sistema de gestão de fluxos de trabalho (**Business Process Management-BPM**) e sistema de gestão do relacionamento com o aluno (**Customer Relationship Management-CRM**).

Todas essas plataformas estão integradas e permitem uma gestão transparente por parte do corpo diretivo, sem ter de, necessariamente, aprender a lidar com todas essas ferramentas separadamente. Há camadas de gestão que facilitam a consolidação das informações mais relevantes e permitem tomadas de decisão mais precisas e céleres. Utilizando o software de BI QlikView, dezenas de dashboards, contendo centenas de indicadores, já foram desenvolvidos para as seguintes áreas: Ensino, Planejamento, Finanças, Marketing, Comercial, Operações e RH. Esses indicadores permitem o estabelecimento contínuo de metas para cada área, que por sua vez norteiam os planos de ações construídos para atingi-las.

11.3.2. Infraestrutura de Execução e Suporte

A T.I. conta com profissionais dedicados, divididos por nível de especialização e papéis distintos. A estrutura organizacional divide-se em 4 grandes áreas: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Infraestrutura, Inovação e Banco de Dados. A equipe de Análise e Desenvolvimento de Sistemas atua na gestão e melhorias contínuas dos sistemas da IES e é composta por duas lideranças que atendem, com exclusividade, as modalidades Presencial e EaD e têm o apoio de mais dois coordenadores. O time de Infraestrutura é responsável pela gestão do Datacenter e de toda infraestrutura da IES, assim como toda gestão de serviços, apoiada por um Gerente dedicado, que atendem aos usuários, além de apoiar nas dúvidas técnicas dos Polos de EaD. A área de Inovação tem ênfase em novos produtos e no Sistema de Gestão de Aprendizagem da IES: Studeo. Por fim, a equipe de Banco de Dados atua na gestão do banco de dados da IES, além do desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial e **machine learning** para soluções preditivas.

Na área de servidores, a IES possui software da empresa Microsoft (sistemas operacionais e banco de dados) e diferentes versões da plataforma Linux, todos licenciados e com suporte contratado. Os servidores são monitorados 24 horas e 7 dias por semana, tanto por equipe interna de profissionais, quanto por uma empresa de São Paulo, especializada em banco de dados, chamada Savatti. Essa empresa mantém um profissional dedicado no horário comercial e complementa o monitoramento do banco de dados com os profissionais de sua sede, localizada em São Paulo.

O parque tecnológico da instituição conta com equipamentos diversos para utilização dos alunos e colaboradores: desktops, notebooks, tablets, scanners, impressoras multifuncionais, equipamentos de videoconferência, smartphones etc.

Todos esses equipamentos passam por controle patrimonial e respeitam normas internas de utilização. O suporte a usuários para uso de aplicações e equipamentos é realizado pela CSTI, por meio das melhores práticas de gestão de serviços de TI, com canais de solicitação que atendem a toda a Instituição, conforme catálogo de serviços definidos a partir da necessidade dos usuários, com escalonamento técnico adequado e Acordos de Nível de Serviços (SLA - Service Level Agreement) estabelecidos de acordo com as expectativas dos usuários, SLAs diferentes e nível de escalonamento técnico previsto conforme o tipo de atendimento. A CSTI faz o nível 1 de atendimento, podendo acionar os níveis 2 e 3, que por sua vez são compostos por setores diversos da Diretoria de TI (microinformática, monitoramento dos servidores, desenvolvimento de sistemas etc). Dependendo da complexidade e urgência do chamado ou incidente, a CSTI aciona esses níveis e completa o atendimento. Quando ocorrem incidentes relacionados a solução de terceiros, o suporte dos nossos fornecedores atua em conjunto com a Diretoria na busca de soluções.

Para casos de incidentes que proporcionem grandes impactos no negócio, a Instituição ainda conta com um plano de Gestão de Crise (Plano de contingência, Redundâncias e Expansão), no qual são identificados os tipos de incidentes que podem afetar os alunos, quais as ações contingenciais previstas, quem são os responsáveis por comunicar quem, o que comunicar, por quais canais e em qual prazo.

11.3.3. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

A Instituição possui um Plano de aquisição, manutenção e atualização dos equipamentos que visa assegurar aos alunos, docentes e demais funcionários condições de desempenharem suas funções e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. A política de desenvolvimento para aquisição, manutenção e atualização de equipamentos da Instituição tem por finalidade a definição de critérios para a atualização dos equipamentos, bem como a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela Instituição, uma vez que a política tem como um de seus objetivos a otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Anualmente, são identificadas todas as necessidades de atualização ou aquisição de equipamentos e **softwares** da Instituição. Essas identificações são baseadas no planejamento financeiro e no PDI. A necessidade de atualização ou aquisição de equipamentos e softwares acontece periodicamente, preferencialmente acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: a) critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição; e/ou b) curso e critérios técnicos, obedecendo aos POP (Procedimento Operacional Padrão) estabelecidos para esse fluxo.

Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, atualização, atendimento às necessidades do curso e demanda de manutenções corretivas. Anualmente, são identificadas todas as necessidades de atualização ou aquisição de equipamentos e softwares. Essas identificações são baseadas no planejamento financeiro e no PDI.

Há um órgão que avalia as diretrizes estratégicas da IES e norteia o uso dos investimentos de forma a garantir a plena execução da missão institucional, do PDI e de todos os PPCs. Esse órgão é o Comitê Gestor de Informática (CGI), composto por Diretores de diversas áreas, apoiado pela célula de Gestão de Projetos da TI, que realiza reuniões ordinárias mensais e, se for o caso, reuniões extraordinárias.

Esse comitê analisa o portfólio de Projetos da TI e estabelece prioridades, recursos e metas para desenvolvimento desses projetos. Todos os projetos, por sua vez, são realizados seguindo uma metodologia híbrida, baseada em conceitos de metodologias ágeis. Tal metodologia permite a gestão continuada dos projetos, mapeia riscos, permite a proposição de soluções para mitigar esses riscos e proporciona uma base de conhecimento acumulado que permite à IES investir os recursos de forma cada vez mais assertiva.

Quanto à atualização tecnológica, periodicamente, a área de Ensino, juntamente com a área de TI, avalia as necessidades de recursos tecnológicos para a execução dos PPCs dos cursos vigentes. Dessa análise, resulta a identificação de aquisição de novos recursos, atualização tecnológica de recursos existentes ou ainda a troca por motivo de necessidade operacional ou obsolescência. Na sequência, essa análise é apresentada à Mantenedora, que aloca os recursos necessários e faz a programação dos investimentos.

11.4. Ambiente Virtual de Aprendizagem

A partir do momento que o aluno apresenta interesse em estudar na Instituição, ele passa a ter seus dados registrados no sistema acadêmico financeiro utilizado pela IES. O sistema de gestão acadêmica e financeira utilizado pela Instituição é o sistema Lyceum, desenvolvido pela empresa Techne. Nele, todas as informações referentes às matrizes curriculares, informações pessoais, matrículas, disciplinas a cursar, histórico acadêmico e demais informações necessárias para o controle do aluno dentro da Instituição e garantia de entregas legais, como Censo e ENADE, são mantidas em uma estrutura persistente e redundante, com objetivo de evitar perdas e falhas de dados.

Dessas informações, um conjunto é utilizado para que o aluno possa ter seu processo de ensino e aprendizagem desenvolvido e, para isso, é utilizado um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que, no caso, é denominado **Studeo**. Nesse ambiente, o aluno tem recursos disponíveis como disciplinas, matrículas, atividades, histórico, além de acesso a informações financeiras, serviços, materiais, aulas ao vivo e sob demanda, registro de frequência, entre outros recursos necessários para o seu estudo. Todas essas informações são disponibilizadas mediante rotinas de integração, síncronas e assíncronas, que garantem que o aluno tenha acesso à informação que necessita para o bom andamento de suas atividades acadêmicas.

Dessa forma, é possível concluir que todas as informações necessárias para o bom andamento dos estudos do aluno são registradas em um local único, o Lyceum, e aquilo que é necessário para o processo de ensino e aprendizagem é disponibilizado por meio do Studeo, garantindo a bidirecionalidade de informações. As integrações entre essas duas ferramentas permitem à

Instituição acompanhar toda a jornada do aluno e realizar políticas segmentadas visando sempre ao sucesso em sua aprendizagem.

O Studeo foi desenvolvido em 2017, após vasta pesquisa e comparação de diversas ferramentas de mercado. O principal fator decisório que levou ao desenvolvimento de uma ferramenta própria foi a possibilidade de adaptá-la constantemente, e com velocidade adequada, sempre acompanhando as mudanças metodológicas da área de ensino. Com uma ferramenta de mercado, apesar dessas adaptações também serem possíveis, costumam ser bem mais morosas e tal fato impede os alunos de terem acesso às inovações de uma forma mais imediata.

Importante destacar que a interface desenvolvida teve inspiração em plataformas consagradas de redes sociais, cuja usabilidade é bastante intuitiva e propicia conforto ao aluno. Tudo isso pode ser acessado de qualquer dispositivo, posto que a plataforma é 100% responsiva, adaptando-se a **smartphones, tablets** ou **notebooks**, sempre preservando a melhor experiência ao aluno.

Do ponto de vista de arquitetura de software, o Studeo foi desenvolvido com o apoio de uma fábrica de software que já tinha experiência em grandes portais da internet, nos quais há acesso massivo simultâneo de milhões de usuários. Essa foi uma preocupação importante, pois se entende que o Studeo precisa garantir respostas rápidas em qualquer situação e em qualquer escala, visando sempre a uma ótima experiência ao aluno.

No Studeo, são disponibilizados recursos como fóruns acadêmicos e de orientação, murais de avisos, troca de mensagens individuais, troca de mensagens em grupo e régua de comunicação.

Nos fóruns, são disponibilizados temas para que os alunos interajam entre si e também com seus docentes e tutores. Os tutores também fazem uso dos recursos de fóruns orientativos para passarem informações relevantes aos alunos que promovem a interação entre docentes, discentes e tutores. O recurso de mural de aviso é disponibilizado dentro de cada disciplina, promovendo uma comunicação específica para cada grupo de alunos matriculados naquela disciplina em questão. Já por meio dos recursos de troca de mensagens, seja individual ou em grupo, o processo de comunicação entre tutores e discentes ocorre por meio de um recurso que possibilita um disparo de mensagens e acompanhamento de suas respectivas entregas e respostas.

Existem ainda outros recursos que promovem a comunicação entre o corpo docente e o discente. Por meio de um software de CRM (**Customer Relationship Management**), que está integrado ao **Studeo**, são criadas régua de comunicação que permitem disparos automáticos, conforme eventos realizados ou não, tanto pelos docentes quanto pelos discentes e tutores. Esses disparos ocorrem por meio de recursos como SMS, E-mail, mensagens PUSH (tecnologia que permite enviar/receber mensagens para aplicativos de celular) e contato telefônico. Assim, conclui-se que existe um conjunto amplo de recursos disponíveis que permitem satisfatoriamente a comunicação entre os discentes, tutores e docentes.

O aluno pode visualizar as aulas durante a transmissão ao vivo ou posteriormente, sob demanda, em uma plataforma que permite interação por meio de chat e acesso aos materiais e slides utilizados pelo docente. Também é importante observar que o aluno tem acesso a plataformas de bibliotecas virtuais e pesquisas em bases de periódicos - o acesso ocorre de maneira rápida e intuitiva, feito por meio do Studeo.

As plataformas utilizadas pela Instituição e suas integrações buscam garantir a eficiência e a eficácia dos processos que permeiam a vida acadêmica do aluno, tais como abertura de período letivo, matrícula conforme matriz curricular do aluno, controle das rematrículas dos alunos, lançamento de frequências e notas, gestão do processo seletivo, atribuição e horário docente, fechamento de período letivo, controle de aprovação e reprovação e geração de histórico acadêmico.

Essas plataformas garantem que as informações pertinentes às partes sejam disponibilizadas. Assim, o discente tem acesso às suas informações de andamento e desempenho de seu curso. De maneira análoga, o docente utiliza plataformas sistêmicas para registro de notas, frequências e outras informações utilizadas no processo de ensino, conforme cada diretriz curricular. Por fim, essas informações convergem para o sistema acadêmico, que é gerido pelos setores responsáveis para execução dos processos acadêmicos e pedagógicos.

Para garantir a acessibilidade, inclusão à educação e a melhor experiência aos seus discentes, a Instituição desenvolveu também uma versão adaptada do Studeo para alunos cegos ou com baixa visão. Tal versão foi desenvolvida com o apoio de um acadêmico com deficiência visual e com o suporte da equipe da UNIR, visando sempre a melhor experiência para estes alunos e é constantemente aperfeiçoada.

Por meio de uma plataforma também desenvolvida pela Instituição e embarcada no Studeo, denominada GO, o aluno pode realizar o planejamento e acompanhamento de suas atividades acadêmicas e trilhas de aprendizagem, respeitando sua rotina e preferências de aprendizagem. Esse estímulo ao planejamento e à disciplina no cumprimento das atividades planejadas fornece informações que ajudam a Instituição a direcionar o atendimento ao aluno.

Finalmente, por meio de uma ferramenta de BPM (Business Process Management), denominada **Sydle Seed** e que também está integrada ao **Studeo**, é possível ao aluno solicitar e acompanhar serviços administrativos e pedagógicos que, por sua vez, geram fluxos de tarefas para diversos setores da IES, permitindo a gestão completa e o correto dimensionamento do time de **backoffice** para atender à demanda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário do Paraná contempla a determinação da postura estratégica institucional, possibilita aos gestores o acompanhamento da realização das fases do PDI, analisa as possíveis dificuldades encontradas e viabiliza a socialização de melhores práticas, buscando, constantemente, a melhoria do fazer institucional.

O presente documento trata de um processo de ação-reflexão-ação que exige de toda a comunidade acadêmica empenho para a construção do trabalho, que deve ser vivenciado como parte dinâmica da prática dos educadores.

Os indicadores presentes no PDI demonstram como a Instituição cresceu e se desenvolveu nos últimos anos, atuando com a educação de qualidade e adotando uma política de consolidação de suas ações em todos os níveis e áreas de atuação.

Ademais, as diretrizes de ensino, pesquisa e extensão confirmam o compromisso da Instituição com um futuro promissor, baseado em políticas inovadoras, bem como em políticas de responsabilidade social, plenamente alinhadas com a sua missão e visão institucionais.

Ana Lucia Cardoso Ribeiro
Reitora

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República [2017]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Parecer CNE nº 776 de 1997**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília: Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2297/portaria-normativa-n-21>. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Alterada pela portaria normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018. Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria23-2017-fluxo-processo-.pdf>. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura- Secretaria de Educação a Distância, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-85591-rces001-18&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação- Câmara de Educação Superior. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 16/11/2022.

BRASIL. **Texto orientador para a audiência pública sobre Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Conselho Nacional de Educação, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16558-texto-referencia-educacao-distancia-ead-pdf&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16/11/2022.

CEM melhores cidades do Brasil. 27 de março de 2018. **MacroPlan**. Disponível em: <https://www.macroplan.com.br/category/cidades-do-brasil/>. Acesso em: 16/11/2022.

DECLARAÇÃO da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 235-246, Mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000100012&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 22 de julho de 2019.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. São Paulo: Papirus, 2012 (virtual Pearson).

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/pesquisa/53/49645?ano=2018>. Acesso em: 16/11/2022.

IPARDES — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico: Município de Maringá**. Junho de 2019. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87000&btOk=ok>. Acesso em: 16/11/2022.

MARINGÁ. **Lei nº 4275, de 16 de setembro de 1996**. Institui o conselho de desenvolvimento econômico de Maringá — CODEM. Maringá: Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1996/427/4275/lei-ordinaria-n-4275-1996-institui-o-conselho-de-desenvolvimento-economico-de-maringa-codem>. Acesso em: 16/11/2022.

MICRODADOS INEP. **Censo da Educação Superior** — 2017. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 16/11/2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29.ed. Campinas: Papirus, 2011. (virtual Pearson).



UniCesumar

EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária.